

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Andréia Honório da Cunha

**A INTERVENÇÃO DOS PODERES MIDIÁTICOS NA RELAÇÃO MÍDIA-POLÍCIA MILITAR-
SOCIEDADE EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Doutorado em Língua Portuguesa

**São Paulo
2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Andréia Honório da Cunha

**A INTERVENÇÃO DOS PODERES MIDIÁTICOS NA RELAÇÃO MÍDIA-POLÍCIA MILITAR-
SOCIEDADE EM ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa sob a orientação da Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

**São Paulo
2022**

A559 CUNHA, ANDREIA HONORIO
A INTERVENÇÕES DOS PODERES MÍDIÁTICOS NA RELAÇÃO
MÍDIA-POLÍCIA MILITAR-SOCIEDADE EM ANÁLISE CRÍTICA
DO DISCURSO / ANDREIA HONORIO CUNHA. -- São Paulo:
[s.n.], 2022.
296p ; cm.

Orientador: Regina Célia Pagliuchi Silveira.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Língua Portuguesa.

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO. 2. ATOS DE FALA.
3. INTERVENÇÃO DOS PODERES MÍDIÁTICOS. 4. OPINIÃO
PÚBLICA. I. Silveira, Regina Célia Pagliuchi. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua
Portuguesa. III. Título.

CDD

Banca Examinadora:

Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira

Professora Doutora Aparecida Regina Borges Sellan

Professora Doutora Marilena Zanon

Professora Doutora Paula Pinho Dias

Professor Doutor Rodrigo Leite da Silva

A meu querido Tevo – Stefano P. Filho - (*in memoriam*), a quem carinhosamente chamava de *Tevocchio Bene* e que muito colaborou em gestos e atitudes para o nascimento desse filho linguístico. À muito amada professora Regina Célia Pagliuchi da Silveira, a quem carinhosamente chamo de *tia Reca* e que me auxiliou nessa jornada como “mãe acadêmica”. Especialmente, aos professores Luiz Antônio Ferreira e Dieli Vesaro Palma, grandes mestres que me acolhem em seus respectivos grupos de pesquisa – ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos e GPEDULING – Grupo de Pesquisa em Educação Linguística, ambos da PUC-SP; ao professor João Sayeg, pelo apoio em conhecimento e em ideias; aos amigos que fiz nesta jornada, por essa casa de saber que é como um lar e, sobretudo, aos pais e familiares que com amor compreenderam ausências em favor desse processo relevante e para a evolução desse novo ser que agora nasce para o mundo. Deixo a todos meu coração pleno de gratidão.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Brasil – CAPES -, sob processo de bolsa número: 88887.314280/2019-00, segundo portaria nº 181, de 18 de dezembro de 2012. Meus agradecimentos à Instituição pelo apoio financeiro com concessão de Bolsa de Estudos e, principalmente, pelo interesse nessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A construção do ato de agradecimento diz respeito às tessituras de relações sociais feitas no processo - requer empatia, amizade e confidências compartilhadas. Este trabalho é resultado dessas tessituras de confiança, de respeito conquistados pelas interações simbólicas humanas *humanizadas*. Portanto, é a pessoas que se entrelaçaram nesse fazer que desfilio minha gratidão.

À Força Superior Divina pela saúde, pelas respostas e sinais que me impulsionaram no prosseguimento dessa jornada;

Aos sobrinhos maravilhosos Pedro Miguel e Vitória, que em momentos da dureza de alma me fizeram amolecer para o universo da infância e trouxeram a leveza para continuar a empreitada;

Aos pais – Abigail e Clodoaldo - e ancestrais que me trouxeram vida e bagagem de virtudes e sabedoria na medida, além do anseio de continuar na lida;

Aos familiares que depositaram confiança, respeito e amizade, além das vibrações contínuas nas pequenas vitórias, que ao longo do processo constituíram a caminhada;

Aos grandes mestres da PUC-SP, na condição de professores, que compartilharam e continuam compartilhando conhecimentos – multiversos de sabores e saberes – a todos que chegam sedentos pelo conhecimento;

À Banca Examinadora, pelo olhar atento, pelo carinho e pelas considerações valiosas para a construção dessa pesquisa;

Aos amigos dos grupos de pesquisas, com quem compartilhamos companheirismo, solidariedade e muito conhecimento agregador;

Em especial, à professora Regina Célia, pelas acolhidas em sua casa, pela confiança no compartilhar seu nome em livro nosso, pelo respeito às ideias, pelo amor de alma ao conhecimento e paciência com esse ser em formação que sou e estou, mas que ama essa condição, por desejar ser sempre sua aluna;

Ao amigo Tevo - Stefano P. Filho, pela existência compartilhada, no amor pela vida e compreensão de multiversos de palavras em poesias virtuais construídas ao longo do curto tempo que tivemos juntos.

Por tudo aqui elencado, fica a alma aberta para receber o líquido da fonte da sabedoria e o compromisso de honrar os nomes citados, ante o também compromisso com a ciência suprema que é o Amor. Ciência essa que Cristo veio nos ensinar e que produz frutos apenas para o Bem maior – a solidariedade.

[...] e o nome do quarto é Penemue: ele ensinou aos filhos do homem o amargor e a doçura, e mostrou a eles todo o segredo de sua sabedoria. Ele também instruiu os homens na escrita com tinta e sobre o papel, e com isso muitos se corromperam desde os tempos antigos por todas as épocas até hoje [...] Os homens foram criados à semelhança dos anjos; deveriam permanecer honestos e puros. ENOQUE 1, 69: 9-14.

RESUMO

CUNHA, Andréia Honório da. *A intervenção dos poderes midiáticos na relação mídia-Polícia Militar-sociedade em Análise Crítica do Discurso*. São Paulo, 2022. 296 f. Tese (Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Esta pesquisa tematiza a intervenção dos poderes midiáticos na constituição e na representação dos papéis sociais de policial militar e da sociedade brasileira, em discursos que interagem com os interlocutores e em suas ações mediante promoção do medo e da indignação social. Metodologicamente, estrutura-se em abordagem qualitativa com procedimento teórico-analítico selecionados dos modelos teóricos relativos à Teoria Social do Discurso – TSD -, (FAIRCLOUGH, 1992 a 2006); à Teoria dos Atos de Fala – TAF – (AUSTIN, 1962; SEARLE, 2002); à Teoria Social da Mídia – TSM -, (THOMPSON, 1998; CHARAUDEAU, 2016); à Sociossemiótica (KRESS; VAN LEWVEEN, 1996) e ao Modelo Cognitivo de Processamento do Discurso (DIJK, 1990, 2008, 2012). A hipótese fundamenta-se na existência do confronto entre mídia, via reestruturação do poder simbólico e econômico na condição de conglomerados midiáticos, sociedade e Polícia Militar em relação à função exercida por essa instituição como promotora da ordem e da segurança pública. Tem-se por objetivo geral contribuir para os estudos da Análise Crítica do Discurso na compreensão de como a ideologia do poder tem acesso ao público, na construção de preconceitos sociais. Especificamente objetiva-se: verificar as categorias que constituem o sensacionalismo e a notícia; perscrutar as intencionalidades do interlocutor-produtor para com o interlocutor-leitor-expectador da notícia, seja para a promoção de medo, seja para a promoção da indignação do público-alvo; identificar e analisar as estratégias midiáticas como instrumento de propagação da ideologia do poder. Justifica-se esta pesquisa, pois todo discurso institucional tem o poder de permear diferentes camadas sociais de forma a construir opinião pública e influenciar os grupos sociais na constituição e representação mental envolvidas pela ideologia do poder e, dessa forma, dominar a mente das pessoas pela repetição semântica e linguística diária da mídia. Como resultado, analisamos que a intervenção da mídia na constituição da representação do papel social de policial militar tem por estratégias: a utilização dos poderes econômico, político e simbólico na elaboração dos discursos da notícia, por meio de escolhas semânticas que propagam a ideologia do poder; o reforço do confronto historicamente existente desde o período imperial entre Polícia Militar e grupos sociais brasileiros, pelas interpretações dadas aos fatos nos relatos jornalísticos, sobretudo, marcado na atualidade, pelos vídeos flagrados como provas de atitudes ilícitas e pelo esvaziamento da categoria inusitado na constituição do fato em fato noticioso.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Atos de Fala. Intervenção de poderes midiáticos. Opinião Pública. Polícia Militar.

ABSTRACT

CUNHA, Andréia Honório da. *A intervenção dos poderes midiáticos na relação mídia-Polícia Militar-sociedade em Análise Crítica do Discurso*. São Paulo, 2022. 296 f. Tese (Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

This research thematizes the intervention of media powers in the constitution and representation of the social roles of military police and the Brazilian society, in discourses that interact with interlocutors and in their actions by promoting fear and social indignation. Methodologically, it is structured on a qualitative approach with a theoretical-analytical procedure selected from the theoretical models related to the Social Theory of Discourse - TD -, (FAIRCLOUGH, 1992 to 2006); the Theory of Speech Acts – TSA – (AUSTIN, 1962; SEARLE, 2002); the Social Media Theory – SMT -, (THOMPSON, 1998; CHARAUDEAU, 2016); to Sociosemiotics (KRESS; VAN LEWVEEN, 1996) and to the Cognitive Model of Discourse Processing (DIJK, 1990, 2008, 2012). The hypothesis is based on the existence of a confrontation between the media, via the restructuring of symbolic and economic power in the condition of media conglomerates, society and the Military Police in relation to the role played by this institution as a promoter of Order and public security. The general objective is to contribute to the studies of Critical Discourse Analysis in understanding how the ideology of power has access to the public, in the construction of social prejudices. Specifically, it aims to: verify the categories that constitute sensationalism and news; to scrutinize the intentions of the interlocutor-producer towards the interlocutor-reader-viewer of the news, either to promote fear or to promote the indignation of the target audience; identify and analyze media strategies as an instrument for propagating the ideology of power. This research is justified because every institutional discourse has the power to permeate different social strata in order to build public opinion and influence social groups in the constitution and mental representation involved by the power ideology and, thus, dominate people's minds by daily semantic and linguistic repetition of the media. As a result, we analyze that the media's intervention in the constitution of the representation of the social role of the military police has as strategies: the use of economic, politic and symbolic powers in the elaboration of news discourses through semantic choices that propagate the ideology of power; the reinforcement of the confrontation historically existing since the imperial period between the Military Police and Brazilian social groups, due to the interpretations given to the facts in the journalistic reports, above all, marked nowadays, by the videos caught as evidence of illicit attitudes and by the emptying of the unusual category in the constitution of the fact into a news fact.

Kery-words: Critical Discourse Analysis. Speech Acts. Intervention of media powers. Public opinion. Military Police.

Lista de figuras

CAPÍTULO II

Figura 1. Justiça se faça – jornal O malho 26 de junho de 1909	86
---	-----------

CAPÍTULO III

Figura 2. Conglomerado midiático – Grupo Folha	122
Figura 3. Conglomerado midiático – Grupo O Globo	123
Figura 4. Conglomerado midiático – Grupo Abril	124
Figura 5. Conglomerado midiático – Grupo OESP	125

CAPÍTULO IV

Figura 6. Carnaval 2017 – tira do jornal <i>A Gazeta de Vitória</i>	163
Figura 7. Mata-leão – charge publicada no jornal Folha de São Paulo.....	174
Figura 8. Infernópolis - charge publicada no jornal Folha de São Paulo.....	185
Figura 9. Escusável medo, surpresa, violenta emoção.....	201
Figura 10. Alphaville Alphavella – charge Diário do Centro do Mundo.....	203
Figura 11. A imprensa e a PM - charge publicada no jornal Folha de São Paulo.....	204

Lista de quadros

CAPÍTULO I

Quadro 1. Processo de reprodução do poder via controle discursivo e cognitivo	20
Quadro 2. Teoria dos Atos de Fala por Searle, 2002, p. 73	32
Quadro 3. Legenda	32
Quadro 4. Atos de Fala por Silva, 2008.....	32

CAPÍTULO III

Quadro 5. Formas de poder – Thompson, 1998, p. 25	131
Quadro 6. Estrutura Esquemática do discurso da notícia – Dijk, 1998, p. 141	139
Quadro 7. Estrutura Temática do discurso da notícia – Dijk, 1998, p. 141	139
Quadro 8. Esquema argumentativo do texto – Dijk, 1990, p. 160	140
Quadro 9. Notícia e reportagem em Lage, 2001	142
Quadro 10. Classificação de Melo, 1985 para os gêneros do jornal conforme expresso em Bonini, 2003, p. 213	143

CAPÍTULO IV – Quadros de análises

4.2.1. Categorias do sensacionalismo – lícito e ilícito.....	158
4.2.2. Categorias da notícia – atual e inusitado.....	158
4.2.3. TAF e atos indiretos de fala.....	159
4.2.4. Categorias da opinião pública.....	161
4.2.5. Superestrutura esquemática do discurso da notícia.....	161
Superestrutura temática do discurso da notícia.....	162
4.2.7. Relação mídia-Polícia Militar-sociedade.....	166
4.3.1. Categorias do sensacionalismo – lícito e ilícito.....	167
4.3.2. Categorias da notícia – atual e inusitado.....	167
4.3.3. TAF e atos indiretos de fala.....	168
4.3.4. Categorias da opinião pública.....	169
4.3.5. Superestrutura esquemática do discurso da notícia.....	170
Superestrutura temática do discurso da notícia.....	172
4.3.7. Relação mídia-Polícia Militar-sociedade.....	176
4.4.1. Categorias do sensacionalismo – lícito e ilícito.....	177
4.4.2. Categorias da notícia – atual e inusitado.....	178
4.4.3. TAF e atos indiretos de fala.....	178
4.4.4. Categorias da opinião pública.....	181
4.4.5. Superestrutura esquemática do discurso da notícia.....	182
Superestrutura temática do discurso da notícia.....	183
4.4.7. Relação mídia-Polícia Militar-sociedade.....	187
4.5.1. Categorias do sensacionalismo – lícito e ilícito.....	189
4.5.2. Categorias da notícia – atual e inusitado.....	189
4.5.3. TAF e atos indiretos de fala.....	190
4.5.4. Categorias da opinião pública.....	195
4.5.5. Superestrutura esquemática do discurso da notícia.....	196
Superestrutura temática do discurso da notícia.....	199
4.5.7. Relação mídia-Polícia Militar-sociedade.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. PERCURSOS TEÓRICOS: TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, COGNIÇÃO, CONTINGÊNCIA E AÇÃO	8
1. Das relações texto, discurso e sociedade: A Teoria Social do Discurso – TSD.....	9
1.1. A Análise do Discurso Textualmente Orientada – ADTO	10
1.1.1. O quadro tridimensional	11
1.1.2. Do conceito de texto e análise linguística	12
1.1.3. Do conceito de discurso e prática discursiva	12
1.1.4. Produção, distribuição e consumo.....	14
1.1.5. Intertextualidade e interdiscursividade.....	15
1.1.6. Do conceito de sociedade e prática social	16
1.2. A Análise Crítica de Discurso – ACD	17
1.2.1. Conceitos basilares da ACD pela perspectiva wodakiana.....	18
1.2.2. Poder e reprodução discursiva	20
1.3. Sociossemiótica	22
1.3.1. A Gramática do Design Visual – GDV	24
1.3.1.1. A metafunção composicional da imagem: o dado e o novo	24
1.3.1.2. A metafunção interacional	25
1.3.1.3. A metafunção representacional	25
1.4. Linguagem: representação, contingência e ação.....	25
1.4.1. Linguagem como representação	26
1.4.2. Linguagem como contingência	27
1.4.3. Linguagem como ação: A Teoria dos Atos de Fala - TAF	30
1.4.3.1. Os atos de fala: locucional, ilocucional e perlocucional	30
1.4.3.2. Os atos indiretos de fala	31
1.4.4. O medo e a indignação humana	33
1.5. O Modelo Cognitivo de processamento do discurso: Conhecimento e memória	36
1.5.1. Conceituação e natureza da memória	37
1.5.2. Os scripts	37
1.5.3. Apresentação do Modelo e seus Pressupostos teóricos	38
1.5.4. Propriedades gerais do modelo	39
1.5.5. Da análise semântica	43
CAPÍTULO II. PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA POLÍCIA MILITAR: SOCIEDADE, DISCURSO E VIOLÊNCIA	45
2. A origem de uma força militar no Brasil	48
2.1. Os órgãos e instituições de administração vigentes	50
2.1.1. O contexto social brasileiro com a vinda da família real	52
2.1.2. A Intendência Geral de Polícia	53
2.1.3. A Guarda Real de Polícia	54
2.1.3.1. Reformas liberais autoritárias	55
2.1.4. As instituições policiais e o controle dos escravos	57
2.1.4.1. O interlúdio liberal e a contradição social	58
2.1.4.2. A Guarda Municipal	59
2.1.5. Os primeiros moldes da Polícia Militar	60
2.1.5.1. Guarda Nacional e Polícia Militar	61

2.1.5.2. A Secretaria de Polícia	62
2.1.5.3. As violações do sistema <i>versus</i> o sentimento corporativista.....	64
2.1.5.4. Os urbanos e o contexto social brasileiro	65
2.1.5.5. A ampliação do sistema e as resistências: física, cultural e organizada	66
2.1.5.6. A Guarda Urbana	68
2.1.6. Guarda Nacional e os corpos policiais na Guerra do Paraguai	70
2.1.6.1. A reforma judicial, o fim do Império e a Polícia Militar	72
2.1.6.2. O contexto social republicano: primeira fase	74
2.1.7. A Capital da República: transformações sociais	76
2.1.7.1. A ação policial no período republicano	78
2.1.7.2. República, Positivismo e sociedade moderna: a representação da Polícia Militar	82
2.1.7.3. O Movimento Tenentista, a Revolução de 30 e o Primeiro Período Democrático	87
2.1.7.4. Entremeios democráticos, Regime Militar e Polícia Militar: a era da ditadura	90
2.2. A violência	93
2.2.1. Topologia da violência	95
2.2.2. A violência como instrumento de trabalho, o papel do Estado e as Constituições brasileiras	96
CAPÍTULO III. PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA IMPRENSA BRASILEIRA: PAPEL SOCIAL, COMPROMISSO COM A VERDADE <i>VERSUS</i> A CONSTITUIÇÃO DO FATO EM FATO NOTICIOSO	103
3. Período Colonial: do acesso negado à clandestinidade	103
3.1. Imprensa e instituição do capitalismo	107
3.2. Imprensa e Período Imperial	109
3.3. Imprensa e Período Regencial	113
3.4. Imprensa e Período Republicano.....	115
3.4.1. A Imprensa e o movimento da década de 1930	117
3.5. Imprensa e ditadura: a censura	118
3.5.1. Os conglomerados midiáticos brasileiros: hegemonia midiática brasileira	121
3.5.1.1. O Grupo Folha	121
3.5.1.2. O Grupo Globo	122
3.5.1.3. O Grupo Abril	124
3.5.1.4. O Grupo OESP	125
3.5.1.5. A intervenção do poder político nas mídias regionais e a concentração em atrações policiais.....	126
3.6. A Teoria Social da Mídia -TSM: a comunicação de massa e a indústria cultural	128
3.6.1. Mídia, democracia e responsabilidade ética	133
3.6.2. O discurso jornalístico: a constituição do fato em fato noticioso e os esquemas textuais dijkiano	137
3.6.2.1. Gêneros jornalísticos: notícia e reportagem	140
3.6.2.1.1. A charge	143
3.6.2.2. A notícia como produto industrial	144
3.6.3. A sociedade do espetáculo	145
3.6.4. A opinião pública	147
CAPÍTULO IV. ANÁLISES DO CORPUS.....	153

4. Os discursos incitadores da pesquisa	154
4.1. Análise dos discursos incitadores da pesquisa	154
4.2. Evento 1. Carnaval 2017	158
4.2.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito	158
4.2.2. Categorias da notícia: o atual e o inusitado	158
4.2.3. A TAF e os atos indiretos de fala	159
4.2.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social	160
4.2.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso da notícia	161
4.2.6. A GDV – o dado e o novo	163
4.2.7. Repercussão e conclusão	164
4.3. Evento 2. Carnaval 2019	167
4.3.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito	167
4.3.2. Categorias da notícia: o atual e o inusitado	167
4.3.3. A TAF e os atos indiretos de fala	168
4.3.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social	169
4.3.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso da notícia	170
4.3.6. A GDV – o dado e o novo	174
4.3.7. Repercussão e conclusão	175
4.4. Evento 3. Paraisópolis-Infernópolis	177
4.4.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito	177
4.4.2. Categorias da notícia: o atual e o inusitado	178
4.4.3. A TAF e os atos indiretos de fala	178
4.4.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social	181
4.4.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso da notícia	182
4.4.6. A GDV – o dado e o novo	183
4.4.7. Repercussão e conclusão	185
4.5. Evento 4. Polícia Militar - Comunidades versus Bairros nobres	188
4.5.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito	189
4.5.2. Categorias da notícia: o atual e o inusitado	189
4.5.3. A TAF e os atos indiretos de fala	190
4.5.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social	195
4.5.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso da notícia	196
4.5.6. A GDV – o dado e o novo	201
4.5.7. Repercussão e conclusão	205
Discussão dos resultados	209
Considerações finais	217
Referências bibliográficas	223
Anexos	231

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vincula-se à linha de pesquisa texto e discurso nas modalidades oral e escrita do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Estrutura-se nas diferentes vertentes da Análise Crítica do Discurso: a Sociodiscursiva, a Sociossemiótica e a Sociocognitiva, bem como nas Teorias dos Atos de Fala e Atos indiretos de Fala.

Tem por tema a intervenção dos poderes midiáticos na constituição do fato em fato noticioso, por meio de estratégias que fomentam o escândalo, ao fazer uso da transformação do inusitado pelo ilícito na representação dos papéis sociais de policial militar e da sociedade brasileira através da alternância bandido-vítima, em discursos que interagem com os interlocutores em suas ações, mediante promoção do medo e da indignação social.

A seleção dos textos se iniciou em 2017 e teve como ponto de partida fatos transformados em fatos noticiosos propagados por diferentes veículos comunicativos, sobretudo, os relativos aos conglomerados midiáticos hegemônicos do Grupo Folha, Abril e OESP. Consideramos relevante para a análise dos atos perlocucionais, a interferência de sensações e sentimentos causados no público-alvo, seja nos relatos jornalísticos, seja nos comentários da notícia. Tais eventos remetem a abordagens policiais e à atuação da Polícia Militar e de seus agentes com diferentes segmentos sociais e como esses eventos, ao longo dos dias, midiaticamente, foram sendo transformados em episódios jornalísticos, em *charges* e em reportagens.

A hipótese primordial fundamenta-se na existência do confronto entre mídia, via reestruturação do poder simbólico, econômico, com influência do poder político na condição de conglomerados midiáticos, sociedade e Polícia Militar em relação à função exercida por essa instituição como promotora da ordem e da segurança pública. Esse confronto manifesta-se nos discursos da notícia e interfere em como diversos segmentos da sociedade e Polícia Militar lidam entre si.

O confronto colabora: a) para a não abertura de diálogo; b) para a distorção na representação dos papéis sociais e c) para o reinvestimento de uma relação de inimizade e violência entre os segmentos sociais envolvidos. Pressupomos que esse reinvestimento nas relações de inimizade tem em sua dinâmica as escolhas semânticas

selecionadas pela mídia, que interferem nas sensações e sentimentos dos interlocutores, os atos de fala de acusação referentes aos fatos narrados de vídeos atribuídos como provas de ilicitude e o esvaziamento do inusitado com o ilícito, como categoria estruturadora da notícia; atitudes que se configuram em estratégias para projeto de constituição da *sociedade do espetáculo*¹ conforme sistematiza Türrcke, 2010, e em uma luta estabelecida pelo que Thompson (1998) sistematiza como formas de poder.

Primeiramente, escolhas semânticas, atos de fala perlocucionais, atos de fala de acusação e esvaziamento da categoria inusitado contribuem para a construção de um mapa mental estruturado na sedimentação de crenças instituídas na sociedade brasileira e na visão dos fatos noticiosos a casos considerados como corriqueiros e banais, por sua presença constante nos jornais desde o Período Imperial em prol do medo e da indignação social.

Em seguida, pela perspectiva de Türrcke, 2010, as relações de inimizade colaboram para a alta pressão da notícia, o escândalo, a supraexcitação dos sentidos e o espetáculo midiático como “projeto que tangencia, [...], o espaço e o tempo e a história, e que raramente aprofunda a análise, [...] como se o trabalho de base da crítica social já tivesse sido feito e bastasse saber o que são o capitalismo e o fetiche da mercadoria” (TÜRRCKE, 2010, p.11, grifo do autor).

Tal projeto, por conseguinte, contribui para a ideia de troca justa da mercadoria como fetiche que oferece informação em troca da verdade dos fatos. Nesse caso, a troca é simbólica, pois celebra uma aliança em favor de uma perspectiva dada do mundo globalizado pelo produto notícia.

Verificamos também que as formas de poder thompsoniana se externalizam no contexto midiático brasileiro em blocos: os poderes simbólico e econômico, com interferência de representantes do poder político², por meio dos conglomerados

¹ Em TÜRCKE, 2010, a sociedade do espetáculo corresponde a um novo tipo de sociedade, tramada a séculos, cuja característica funda-se na sociedade da sensação. Apoiado em Guy Debord, 1978 [1967], Türrcke cita o seguinte trecho de Guy Debord para a explicar: *o espetáculo midiático como espetáculo de feira transformado, o chamativo, o audiovisual como propaganda alavancada de mercadorias, o culto imagético como fetichismo da mercadoria estetizado, o moderno como apogeu do arcaico*. Guy Debord *apud* Türrcke, 2010, p.11.

² Fonte: < [Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV | Intervozes](#) > < [FNDC - Raio X da](#)

mediáticos *versus* o poder coercitivo e político, pela Polícia Militar, na condição de instituição a serviço do Estado. Consequentemente, tais estratégias geram confrontos ideológicos entre esses poderes, que resultam na produção de notícia. Santos, 2015, considera a notícia como “a falsificação de eventos, que já não é propriamente o fato, mas uma interpretação que nos é dada pela mídia, uma interpretação que nos é dada pelas interpretações marcadas pelos interesses das agências” (SANTOS, 2015, p. 40, grifo nosso).

Historicamente, os segmentos sociais envolvidos Polícia Militar e sociedade, compostos pelo segmento menos favorecido economicamente, eram e continuam sendo comparados a transgressores. Tais sedimentações aprofundam as cisões desses papéis de modo que Polícia Militar e sociedade atuem como inimigos na promoção de medo e indignação e não como participantes de um conjunto social que precisa ser mutuamente apoiado na obtenção da ordem e da segurança pública, fato que, por distorção, gera ainda mais violência entre esses segmentos.

Os problemas de pesquisa levantados intentam responder as seguintes questões:

- Como se estabeleceu historicamente a representação do papel social do policial militar na sociedade brasileira?
- Como é constituída e veiculada pelas mídias a representação social do policial militar em atuação frente aos diversos âmbitos da sociedade e como é constituída a representação social dos grupos envolvidos nas abordagens retratadas em fato a fato noticioso pela mídia?
- A quem de fato interessa essas interferências de valores atribuídas nos papéis sociais de Polícia Militar e transgressor frente a diversos grupos sociais envolvidos nas abordagens?

Justificamos esta pesquisa, pois todo discurso institucional tem o poder de permear diferentes camadas sociais, de forma a construir opinião pública e influenciar os grupos sociais na constituição e representação mental envolvida pela ideologia do poder e, dessa forma, dominar a mente das pessoas pela repetição semântica e linguística diária do jornal.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para os estudos da Análise Crítica do Discurso e de como a ideologia do poder tem acesso ao público, ao construir e alimentar preconceitos sociais. Especificamente, objetivamos:

- Verificar as categorias lícito e ilícito que constituem o sensacionalismo e o caráter atual e inusitado da notícia;
- Analisar os atos de fala e os atos indiretos de fala, para perscrutação das intencionalidades do interlocutor-produtor para com o interlocutor-leitor-expectador da notícia, seja para a promoção de medo, seja para a promoção da indignação do público-alvo;
- Demonstrar e analisar as informações constituintes da formação da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social e as características de reprodução discursiva que se entrelaçam em teia de rede de comunicações nos mais variados veículos comunicativos a que os interlocutores têm acesso.

Defendemos que a intervenção da mídia na constituição da representação do papel social de policial militar e de sociedade tem por estratégias:

- A intervenção dos poderes econômico, simbólico e político na elaboração dos discursos da notícia, por meio de escolhas semânticas que propagam a ideologia do poder;
- O reforço do confronto histórico existente desde o período imperial entre Polícia Militar e grupos sociais brasileiros, pelas interpretações dadas aos fatos nos relatos jornalísticos, sobretudo, marcado na atualidade, pelos vídeos flagrados como provas de atitudes ilícitas; pelo esvaziamento da categoria inusitado na constituição do fato em fato noticioso;
- O investimento numa relação de inimizade entre Polícia Militar e grupos sociais por meio da promoção do medo, insegurança e da indignação social.

Metodologicamente, estruturamo-nos nos modelos teóricos relativos à Teoria Social do Discurso – TSD -, (FAIRCLOUGH, 1992 a 2006); à Teoria dos Atos de Fala – TAF – (AUSTIN, 1962; SEARLE, 2002); à Teoria Social da Mídia – TSM -, (THOMPSON, 1998; CHARAUDEAU, 2016); à Sociossemiótica (KRESS; VAN LEWVEEN, 1996) e ao Modelo

Cognitivo de Processamento do Discurso (DIJK, 1990, 2008, 2012). Para tanto, seguimos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Verificação das categorias do discurso da notícia: o atual e o inusitado e como estas são alteradas pelas categorias do sensacionalismo: o lícito e o ilícito -;
- Análise dos atos diretos e indiretos de fala e suas respectivas intencionalidades na promoção de sentimentos e ações sociais;
- Demonstração das informações constituintes da formação da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social que se ajustam na da notícia;
- Análise das categorias sociossemióticas das imagens em suas composições e polarizações;
- Identificação e análise das estratégias midiáticas como instrumento de propagação da ideologia e do poder, através da graficalização das relações mídia-Polícia Militar-sociedade.

Pautamos a seleção do *corpus* em textos multimodais, tendo por critério os eventos que demarcaram confrontos entre Polícia Militar e sociedade noticiados pelos conglomerados midiáticos, especificamente os grupos Folha, OESP e Abril, a partir do ano de 2017 e que também apresentavam *charges* na representação desses respectivos eventos. Dessa forma, pudemos analisar o processo de reprodução discursiva, por meio da propagação do mesmo fato em diversos segmentos midiáticos, ao longo dos dias e como eles foram sendo tratados, linguística e ideologicamente, através das escolhas semânticas e demais quadros teóricos selecionados nesta pesquisa.

Temos por ponto de partida, a apresentação dos percursos teóricos, seguidos dos capítulos historiográficos da Polícia Militar e da mídia brasileira e das análises dos materiais selecionados. Dessa forma, a tese está composta pelos seguintes capítulos:

Capítulo I – Percursos teóricos: Teoria Social do Discurso, cognição, contingência e ação

Este capítulo reúne breve apresentação do desígnio teórico da tese: estrutura metodológica e categorias de análise enfocadas especificamente no estudo e análise do

corpus. Na sequência, delimitamo-nos as vertentes teóricas da Análise Crítica do Discurso que fundamentam nossa pesquisa a saber: a Teoria Social do Discurso – TSD, a Sociossemiótica e a Gramática do Design Visual – GDV, e a perspectiva wodakiana referente a estudos de percursos historiográficos em ACD. Outrossim, descrevemos a perspectiva adotada para linguagem, na pesquisa, objeto de representação e contingenciamento do mundo, bem como instrumento que move os sujeitos para a ação. Por fim, discorreremos sobre o Modelo Cognitivo de Processamento do Discurso e seus pressupostos teóricos básicos.

Capítulo II – Percorso historiográfico da Polícia Militar brasileira: sociedade, discurso e violência

Capítulo historiográfico que enfoca a formação de uma proto-polícia brasileira – uma força policial, desde o período colonial, que adentra o período imperial no século XIX com a formação da Intendência Geral de Polícia e a Guarda Real, até o aporte nos diferentes períodos republicanos do século XX. Apresentamos as questões legais que envolvem a função do policial militar, seu papel social e a constituição da violência como instrumento de trabalho, frente ao valor do estabelecimento da ordem e da segurança pública, como meio de justificá-las na condição de crença pela busca de justiça social. Por fim, discorreremos teoricamente sobre os conceitos de violência em Michaud (2001), a topologia da violência conforme Han (2017), o papel do Estado brasileiro e como as diferentes Constituições brasileiras trataram a temática ao longo dos períodos históricos.

Capítulo III – Percorso historiográfico da imprensa brasileira: papel social, compromisso com a verdade *versus* a constituição do fato em fato noticioso

Segundo capítulo historiográfico da pesquisa com enfoque na mídia brasileira até a formação dos conglomerados midiáticos e econômicos atuais. Esses conglomerados se constituem em poder simbólico que se estabelecem socialmente como discursos instituídos ou instituintes, seja para permanência, seja para transformação de crenças e valores sociais. Apresentamos os gêneros a serem analisados nesta pesquisa – a notícia, a reportagem e a *charge*, aliando-se à discussão dos valores éticos dessa nova mídia e o

compromisso firmado com a verdade, ante a manipulação do fato a fato noticioso. Somam-se a essas questões os quadros teóricos propostos por Dijk (2008), referentes às estruturas temáticas e esquemáticas do discurso da notícia. Por fim, discorreremos sobre a sociedade do espetáculo, conforme Türrcke (2010) e os conceitos de opinião pública e as categorias que a compõem na sistematização proposta por Charaudeau (2016).

Capítulo IV – Análise do *corpus*

Este capítulo apresenta a reunião das análises dos quadros teóricos trabalhados em relação ao *corpus*, isto é, aos discursos elaborados pelos conglomerados midiáticos em sua produção e reprodução dos fatos transformados em fatos noticiosos.

Encerramos o estudo com a discussão dos resultados obtidos e as considerações finais aos problemas de pesquisa levantados. Temos ciência de que esse trabalho não encerra a discussão devido à complexidade da temática. Portanto, consideramos que este, apenas aborda uma perspectiva que deve se somar a outros estudos científicos em busca de novas perspectivas às questões previamente levantadas.

CAPÍTULO I. PERCURSOS TEÓRICOS: LINGUAGEM, SOCIEDADE, DISCURSO, COGNIÇÃO, CONTINGÊNCIA E AÇÃO

No presente capítulo, tratamos dos percursos teóricos da tese e das questões referentes aos conceitos de linguagem e seu papel exercido na sociedade. Para tanto, adentramos as relações estabelecidas entre texto, discurso e sociedade por meio dos postulados da Teoria Social do Discurso – TSD - com Fairclough (2001[1992]), a reconfiguração da noção de discurso na modernidade tardia³ balizada por Chouliaraki e Fairclough (1999) e a Análise Crítica dos Discursos – ACD – conceituada na perspectiva de Wodak (2004, 2010), Van Dijk (2012) dentre outros pesquisadores.

Em seguida, discorreremos sobre a Sociossemiótica, vertente da ACD, e as questões relativas à relação palavra imagem com a Gramática do Design Visual – GDV e suas respectivas categorias de análise estruturada por Kress e van Leeuwen (1996): as metafunções interacional, representacional e composicional. Tais relações referem-se aos discursos instituídos com a interferência do dado, em relação à proposta do novo como “vir a ser discutido” em discursos instituintes materializados nos textos.

Apresentamos, na sequência, as concepções de linguagem como representação do mundo, (RAJAGOPALAN, 2003); de contingência: linguística e social, (RORTY, 2007) associando-as à ação por meio da Teoria dos Atos de Fala – TAF -, (AUSTIN, 1962) e atos ilocutórios/indiretos de fala (SEARLE, 2002), com o intuito de explicitar como a linguagem se move para ação e tomada de atitudes, por meio da promoção do medo e da indignação social: temas abordados em nossa investigação.

Finalizamos o capítulo com a explicitação da vertente Sociocognitiva, especificamente com o Modelo Cognitivo de processamento do Discurso preconizado por Van Dijk (2008). Com esse desígnio, intentamos demonstrar nosso percurso para o aprofundamento das questões linguístico-discursivas problematizadas nesta pesquisa.

³ O termo modernidade tardia é entendido por Baudrillard como o período em que a realidade passa a ser deslocada por simulacros constituídos pela circulação de sinais. Dessa forma, a representação tenta absorver a simulação pela interpretação dela como falsa representação. A modernidade tardia se caracteriza como nova fase da vida social que, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), está intimamente ligada ao estabelecimento político do neoliberalismo como modelo capitalista atual que vem causando transformações significativas em âmbitos: econômico e cultural tais como a desconexão espaço-tempo. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 4).

1. Das relações texto, discurso e sociedade: Teoria Social do Discurso - TSD

A virada linguística do final do século XX trouxe amplitude nas perspectivas teóricas, metodológicas e práticas das ciências sociais. Interesses de diversas áreas do conhecimento, tais como a Filosofia da linguagem bakhtiniana, a recém-nascida Linguística Sistêmica Funcional – LSF –, assim como influências provenientes do pensamento marxista ocidental contribuíram para a ascensão dos estudos da linguagem ao constatar seu papel imprescindível na constituição dos fenômenos sociais.

As investigações referentes aos estudos linguísticos e as relações sociais em busca de uma embrionária TSD, segundo Fairclough (2001), “datam da década de 1970, na Grã-Bretanha” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20, grifo do autor). Um grupo de linguistas, dentre eles Halliday, lançam-se ao desafio de desenvolver uma Linguística Crítica – LC – e combiná-la a teorias e métodos de análise textual da LSF com teorias da ideologia.

Na França, o grupo de Michel Pêcheux, de modo semelhante, começa a desenvolver um tipo de Análise do Discurso – AD –, pautada na teoria marxista de ideologia preconizada por Althusser, aliada a estudos do linguista Zellig Harris. Ambas, anglo-saxã e francesa, apresentam lacunas quanto à dimensão dinâmica das relações sociais e de poder e como exercê-la com eficácia no âmbito dos textos, quanto a processos de mudança social e cultural.

Fairclough (2001), a princípio, lança-se ao desafio na proposição de uma TSD a partir da análise do discurso pecheuxiana para a formação de um quadro teórico capaz de suprir as relações texto discurso e sociedade. Ele tem como foco os usos da língua voltados para a orientação da estrutura social e da linguagem. Seu surgimento embrenha-se na necessidade de compreensão do funcionamento da língua, vista por um escopo amplo nas práticas sociais, em dinamicidade com a efetivação de mudanças.

Pauta-se nos seguintes objetivos: reunir a Análise de Discurso Textualmente Orientada – ADTO – linguisticamente com o pensamento social e político; investigar a mudança na linguagem em relação às mudanças: social e cultural. Seu pressuposto teórico-metodológico objetiva o preenchimento das lacunas entre as relações texto, discurso e sociedade, por intermédio de uma análise linguística.

Essa agenda parte do princípio não apenas do reconhecimento das mudanças nos usos linguísticos, ligados a processos sociais e culturais, mas também da concepção de que o problema está na identificação de como ocorrem tais mudanças. Os moldes de uma análise crítica de discursos se prefiguram na concepção de quadro teórico com modelo tridimensional que estabelece relações coesas entre texto, discurso e sociedade. Prosseguimos com a apresentação da Análise do Discurso Textualmente Orientada – ADTO - e do quadro tridimensional faircloughiano na constituição da TSD.

1.1. A Análise do Discurso Textualmente Orientada - ADTO

A ADTO corresponde à abordagem científica da língua que se insere na TSD. Ela parte do princípio de que para se fundar uma Análise do Discurso, inclusive a de caráter crítico, é preciso ter em foco que a análise não apenas se estabelece na materialidade do texto, mas também nas práticas sociais que permeiam o discurso. Este, por isso, passa a ser visto como unidade significativa capaz de refletir comportamentos sociais.

Dessa forma, para a realização da análise textual é preciso estabelecer relações discursivas que implicam orientações que se concretizam na materialidade do texto e que, para atingirem seus objetivos, devem ser orientadas para uma compreensão em âmbito maior – o sociodiscursivo. A ADTO envolve, conseqüentemente, três níveis de análise: 1. A análise textual; 2. A análise discursiva e 3. A análise da prática social:

- A análise textual, como dimensão menor significativa, envolve a descrição da língua. Em seu aspecto geral, serve à descrição das características organizacionais gerais do funcionamento e controle das interações: polidez, coesão, gramática e vocabulário (lexicalização).
- A análise discursiva, ou microsociológica, como dimensão intermediária do quadro, leva em conta as relações de produção, distribuição e consumo do texto. Aspectos a serem observados envolvem a interdiscursividade e a intertextualidade, a coerência e as implicações interpretativas das particularidades intertextuais.
- A análise das práticas sociais, dimensão ampla do quadro tridimensional, envolve a perscrutação das relações hegemônicas, ideológicas e das ordens do discurso.

A Análise Crítica do Discurso engloba esse conjunto de análises com a diferença de ter, metodologicamente, a intenção de trazer à tona reflexões para os problemas sociais a que se propõe discutir. Para a estruturação da ADTO, Fairclough (2001) parte do princípio dos estudos arqueológicos foucaultianos relativos aos discursos. Para tanto, o autor tece afirmações que rastreiam sua respectiva natureza primordial. A primeira refere-se à natureza constitutiva do discurso a partir do social, seus objetos e sujeitos. A segunda refere-se “à primazia da intertextualidade e a interdiscursividade presente na rede complexa estabelecida pelos discursos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81-82, grifo do autor).

Na sequência, Fairclough (2001) mapeia outros três pontos fundamentais: a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso, na qual o poder exerce forte influência e, por fim, a natureza discursiva da mudança social ao considerar a dinamicidade das práticas discursivas. Tais afirmações, apesar de apresentarem lacunas, observadas por Fairclough (2001) ao longo dos trabalhos de Foucault, embasam a ADTO como recurso para observação das relações entre as categorias texto, discurso e sociedade performada pelo quadro tridimensional previsto pela TSD.

1.1.1. O Quadro Tridimensional

A concepção do quadro tridimensional consiste na tentativa de reunião de três tradições analíticas. Cada uma indispensável e interdependente da outra. São elas: a análise textual e linguística, marcada pela presença material dos textos; a análise da prática social, marcada por procedimentos compartilhados, sobretudo, pela prática discursiva com a propagação dos discursos em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa dessas práticas, vista como “algo que as pessoas produzem e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100, grifo do autor).

Na estruturação do quadro, respectivamente, temos a subdivisão primária de um círculo com três dimensões: a parte menor correspondente à dimensão do texto; o segundo quadro, intermediário, correspondente à dimensão discursiva e suas categorias de análise – produção, distribuição e consumo - e, a maior, envolvente das outras duas,

à dimensão da prática social. Nessa perspectiva, o texto não está desatrelado da prática discursiva e nem da prática social.

1.1.2. Do conceito de texto e análise linguística

O texto é a unidade mínima de análise da ACD. Corresponde à materialização organizada de ideias em seu aspecto enunciativo linguístico, que incorpora práticas sociais e culturais, tais como crenças, valores, contextos e ideologias de um grupo social. A dimensão da análise linguística é feita pela ADTO. Esse tipo de análise corresponde à abertura de possibilidade de compreensão em nível mais aprofundado das relações que se estabelecem entre sociedade e discurso por meio das práticas sociais.

Na ADTO, os elementos básicos da tradição da análise textual e linguística, tais como a coesão, a gramática, o vocabulário e a polidez se aliam a percursos teóricos relevantes para o estudo da língua em seus usos – a natureza da linguagem como fenômeno integral, aberto à vida social – a LSF; das relações entre texto, poder e ideologia, pelas vias da LC e das relações da linguagem como prática social nas transformações econômicas e culturais do neocapitalismo com a ACD.

1.1.3. Do conceito de discurso e prática discursiva

Ao delimitarmos-nos ao conceito de discurso conforme o exposto no quadro tridimensional faircloughiano, que o assume no sentido de texto, interação e ação, ressaltamos três aspectos relevantes para o entrelaçamento discurso-sociedade – mediante funções da linguagem em consonância à LSF:

- O primeiro aspecto refere-se à contribuição do discurso para a formação de identidades sociais e de sujeitos – função identitária;
- O segundo aspecto, a contribuição para construção de relações sociais entre pessoas – função relacional;
- O terceiro aspecto, a contribuição para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças e aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos – a função ideacional.

Dessa forma, o discurso, como categoria intermediária do quadro tridimensional, é uma prática de representação e de significação que auxilia na construção do mundo.

O discurso está inserido na vida social: objeto de análise das Ciências Críticas, em inter-relação às esferas das atividades econômica, política e cultural.

“A vida social é decidida por práticas definidas, por maneiras habituais, nas quais as pessoas aplicam recursos material ou simbólico” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 20-21, grifo nosso) ao terem em foco a atuação conjunta nas diversas esferas incluindo a vida cotidiana. Todavia, na modernidade tardia, o funcionamento social do discurso “tem passado por transformações, devido à complexidade da relação espaço-tempo com o surgimento da escrita” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p.191, grifo dos autores); ao deslocamento das relações sociais de contextos e práticas locais por mecanismos de desencaixe e à reflexividade institucional que interfere no alcance espaço-temporal ampliado pela tecnologia dos meios de comunicação.

Os discursos, em seus modos diferentes de manifestação, transformam a vida social moderna e vice-versa. Essa relação dialética e dinâmica conecta-se à flexibilidade de novos meios de utilização da linguagem, conforme os interesses do poder. Dessa forma, “a prática discursiva pode ser analisada pela complexidade das instituições” (Bourdieu *apud* CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999 p.22, grifo nosso) devido à lógica interna que pode ser reduzida a estruturas abstratas quanto agrupamento de eventos.

A dinamicidade do sistema de práticas ante os meios de utilização da linguagem e o funcionamento social do discurso choca-se com o recurso sistematizador na construção de novas experiências. Essas experiências necessitam ser refletidas e recontextualizadas. Assim sendo, a concepção da prática discursiva no conhecimento dinâmico-dialético quebra a expectativa objetivista e insere o discurso numa lógica relacional, na qual a ideologia atua como instrumento ajudador das relações de dominação.

O discurso como momento opera nesse relativismo pós-moderno ao criar o ceticismo na concepção de verdade objetiva. Sayer (1997) argumenta que “a crítica explanatória nesse ponto deve estar atada a uma ética comunicativa” (Sayer, 1997 *apud* CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999 p. 34, grifo do autor). A reivindicação de verdade conforme Harvey deve ser “democraticamente determinada em um diálogo aberto e igualitário” (Habermas 1984, 1990; Benhabib, 1992 *apud* CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 p.34, grifo nosso).

“O encaixamento do discurso como momento da prática social” (Harvey 1992 *apud* BATISTA JR; SATO; MELO, 2018 p. 81, grifo dos autores) denota que o discurso incorpora características e propriedades da prática – relações de poder e solidariedade, potencialidades de expressão por meio da tecnologia e recursos materiais, inclusive regimes de restrições e preferências institucionais, junto com a materialização do texto. Neste nível, a ACD deve relacionar sua investigação à materialização textual com a prática discursiva, ao considerar as categorias de produção, distribuição e consumo, com o auxílio da ancoragem social.

1.1.4. Produção, distribuição e consumo

A natureza da prática discursiva está voltada para as categorias produção, distribuição e consumo. Essa natureza varia conforme fatores sociais e não está desatrelada do conceito de intertextualidade, visto estabelecer atitude responsiva entre os discursos. Em relação ao discurso e a prática social, Chouliaraki e Fairclough (1999) asseguram que “qualquer prática é uma prática de produção” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 37, grifo nosso).

O produtor, por exemplo, pode ser distribuído em diversas posições em consonância à mídia envolvida no contexto - autor, editor, jornalista, locutor, entrevistador etc. Ademais, a capacidade comunicativa e responsiva entre os textos remete a uma relação temporal em cadeia de enunciados verbais, que necessitam de compreensão e são premissas de respostas, seja entre esses produtores para com outros produtores, seja dos produtores para com seu público-alvo.

Quanto à categoria consumo, os textos são consumidos conforme o contexto inserido. Essa categoria relaciona-se ao trabalho interpretativo aplicado sobre os textos e, conseqüentemente, às instituições que aplicam suas transformações. A condução das ideias carrega ideologias, crenças, valores que podem ou não modificar as práticas das pessoas, por isso, tem natureza discursiva e extradiscursiva. A distribuição pode ser simples, – ao considerarmos conversas de contexto mediado –, ou distribuição complexa, a depender dos domínios institucionais alcançados e dos padrões de consumo e rotinas da reprodução e transformação dos textos.

Em Bakhtin (2011), temos que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272, grifo do

autor). Essa cadeia comunicativa acentua a historicidade dos textos por sua ação responsiva e pela marcação da enunciação vinculada ao sujeito do discurso. Por isso, consideramos pertinente estabelecer as concepções de intertextualidade e interdiscursividade nas relações texto-discurso na TSD.

1.1.5. Intertextualidade e interdiscursividade

O termo intertextualidade é cunhado pela primeira vez por Kristeva em apresentações e audiências, a partir do final da década de 60 do século XX, para referir-se a trabalhos feitos por Bakhtin. O termo, embora não bakhtiniano, já era importante para o desenvolvimento de uma abordagem translinguística, por incluir questões como teoria de gênero, tema abordado pelo autor russo.

Bakhtin já enunciava as relações de textos com outros textos, seja como respostas, seja como antecipações de falas seguintes ao inseri-las como elos nas cadeias comunicativas, de modo a exercer função de preenchimento de outras falas, que poderiam variar em graus alteridade, consciência e afastamento. Em Fairclough (2001), a intertextualidade evidencia não apenas a possibilidade da mudança discursiva pelas vias da reestruturação das ordens de discurso, mas também a condição de “elemento significante na análise dos discursos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 133, grifo do autor).

A consideração da relevância da intertextualidade está na implicação das marcas da historicidade de um texto pela capacidade de absorção e reconstrução dos textos e os papéis que desempenham na sedimentação das tradições textuais, bem como sugestões de mudanças nos padrões de hegemonias. Hegemonias e estados de luta, dessa forma, atuam na esfera dos discursos por meio das convenções que servem para moldar, restringir e limitar as regras quanto a gêneros, estilos e tipos de atividades a que estão atreladas pelas ordens de discurso.

Há uma distinção francesa reportada por Fairclough (2001) na classificação da intertextualidade: a intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva. Consideramos importante demarcá-las, pois ambas possuem caráter distintivo significativo. A intertextualidade manifesta apresenta-se explicitamente na superfície dos textos, por meio de marcas dos outros textos a que se remetem ao serem expostos. Essa manifestação pode ser demarcada por aspas, citações etc.

Todavia, há marcas que são expressamente sugeridas; a essas, a classificação é pelo nome de intertextualidade constitutiva. Fairclough (2001), contudo, a nomeia interdiscursividade, por observar que ela se refere a uma configuração de convenções discursivas, que entram na produção do texto, mediante relacionamento de discursos com outros discursos na constituição de sua materialização textual.

Tanto a intertextualidade manifesta, quanto a constitutiva ou interdiscursividade, referida por Fairclough (2001), implicam heterogeneidade dos textos, nos quais os elementos e as perspectivas se apresentam por sua diversidade e contradição em colaboração na composição de outros textos.

1.1.6. Do conceito de sociedade e prática social

Em acepção lata, sociedade refere-se ao fato básico das associações humanas. Esta acepção tem sentido amplo por incluir todos os “graus de relações estabelecidas pelos homens, sejam estas (des) organizadas, (in) diretas, (in) conscientes, cooperativas ou não” (CHINOY, 1967, p. 53, grifo do autor). O intento de nossa pesquisa volta-se para concepção de sociedade que abarque o conceito de relação social, no qual o comportamento humano esteja orientado para outras pessoas pelo partilhar de opiniões, crenças, costumes e valores.

Simmel *apud* CHINOY, 1967, enuncia ser a sociedade o tecido complexo das relações sociais que envolvem “os indivíduos [ligados] pela interação” (Simmel *apud* CHINOY, 1967, p. 55, grifo do autor). Desse ponto de vista, a sociedade consiste na junção de indivíduos envoltos em grupos entrelaçados e justapostos, na qual os grupos menores podem se encontrar dentro de grupos maiores pertencentes simultaneamente a outros grupos.

As relações sociais se estabelecem por meio de práticas sociais que atuam dialeticamente sob várias orientações: política, econômica, cultural e ideológica. A compreensão da prática social na TSD está na concepção de que ela está subdividida em três elementos: as estruturas sociais, as práticas e os eventos. As estruturas sociais são entidades amplas e abstratas mediadas pelas ordens dos discursos – de natureza fixa -, pois atuam como justificadoras das práticas discursivas.

As práticas discursivas produzem redes comunicativas sedimentadas por convenções de natureza abstrata e durável, em contraposição aos eventos, pautados

em natureza concreta e pontual. A contraposição das práticas social e discursiva, por naturezas abstratas e convencionais em relação a eventos, produzem a dialeticidade e permissividade para a mudança social – tal como a incorporação de novas condições de demandas comunicativas que precisam ser refletidas e recontextualizadas.

O discurso, visto como elemento da prática social, inclui relações sociais assimétricas de poder. Essas relações são demarcadas pelas relações de dominação que se materializam na constituição semiótica do discurso produzido durante a prática. A carga ideológica legítima, dissimula, unifica, fragmenta ou reifica situações de interesses hegemônicos. Apresentamos, nesse trecho, conceitos de poder, ideologia e hegemonia para a ACD em relação à prática social.

O poder é instável e se estabelece por meio de relações assimétricas de domínio, que podem ser invertidas, superadas via relação dialética linguagem-sociedade. O estabelecimento desse poder, a longo prazo, depende da articulação, rearticulação e desarticulação de construção de alianças, mediante consentimento dos grupos sociais detentores do poder, sobretudo, os provenientes da ordem econômica, política, cultural e ideológica. A esse consentimento Gramsci conceituou hegemonia. “Hegemonia são relações de dominação baseadas em relações sociais. O conceito enfatiza a importância da ideologia no alcance e manutenção de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 24, grifo dos autores).

A ideologia se estabelece por representações que implicam formas institucionalizadas de ver o mundo, significações da realidade constituídas pelas práticas discursivas que contribuem para a produção, reprodução e/ou transformação das relações de dominação. Quanto mais naturalizadas, mais próximas do senso comum, elas são menos questionadas e mais aceitas pela sociedade. Segundo Thompson (1998), a ideologia serve para naturalizar sentidos com intento de sustentabilidade e estabelecimento das relações de dominação.

1.2. A Análise Crítica do Discurso – ACD

A ACD é teoria e método para mapeamento das conexões entre o “uso da linguagem e as relações de poder na sociedade” (VIEIRA; MACEDO *In.*: BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 49, grifo dos autores). Dessa forma, temos *teoria*, por propor reflexão

sobre o funcionamento da linguagem e *método*, pelos modos investigativos e analíticos de estudo das ações produzidas pelos textos junto às atividades sociais. A amplitude de seu fazer científico vai além da mera busca e explanação dos fenômenos sociais, pois ela desvela o modo como os discursos, na condição de linguagem em uso, participam das distorções sociais.

Dessa forma, a ACD posiciona pessoas, papéis sociais, níveis de poder, descreve e denuncia as marcas nos textos que moldam as estruturas sociais que resultam em riqueza-pobreza, justiça-injustiça, desnaturalização de crenças etc. A noção de *crítica*⁴ é proveniente da escola de Frankfurt e se aplica tanto por sua normatividade na aplicação de juízos de valor quanto por seu caráter explanatório ao desnudar mecanismos e articulações sociais que perpetuam relações de poder.

O caráter multidisciplinar da ACD está situado na interface entre Linguística e Ciência Social Crítica, pois estabelece quadro analítico capaz de manter a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. Todavia, Wodak (2004) evidencia os contrastes dos paradigmas da AD e da LC em relação à ACD. De acordo com a autora, os objetos de investigação da ACD vão além dos textos falados ou escritos. Por ser uma abordagem de cunho crítico sua investigação aprofunda-se para além da teorização e descrição dos processos e estruturas sociais referentes à produção; ela preocupa-se com “as estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos” (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p. 2 *apud* WODAK 2004, p. 225, grifo da autora).

1.2.1. Conceitos basilares da ACD pela perspectiva wodakiana

Fairclough e Wodak *apud* Dijk, 2012, p. 115, sintetizam os principais fundamentos da ACD da seguinte maneira:

- A ACD aborda problemas sociais;
- As relações de poder são discursivas;
- O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- O discurso realiza um trabalho ideológico;

⁴ O termo “crítica” emerge na tentativa de superação do positivismo, do materialismo e do determinismo buscando a dialética de Hegel para entender as contradições da sociedade. (*In.*: BATISTA JR; SATO; MELO, 2018. p. 37).

- O discurso é histórico;
- A relação entre texto e discurso é mediada;
- A análise do discurso é interpretativa e explanatória;
- O discurso é uma forma de ação social.

A perspectiva wodakiana, portanto, focaliza como conceitos basilares da ACD as noções de história, poder e ideologia. Entre essas, outras se apresentam na rede de significados que estabelecem relações de determinação entre textos e sociedade, tais como: dominação, lutas hegemônicas, reprodução discursiva etc.

A concepção de relacionamento entre texto e sociedade é mediada pelo discurso, a partir da premissa de que este é estruturado pela dominação em âmbito histórico. A tessitura discursiva, portanto, não deixa de ser uma tessitura sócio-histórica situada no tempo e no espaço em que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder.

O conceito de história, desse modo, se entrelaça ao de poder e ideologia, pois se vincula às pressões verticalizadas, às lutas hegemônicas e às possibilidades de resistência, que segundo a autora, figuram nas convenções sociais e são naturalizadas, mascaradas ao assumir a condição de formas estáveis e naturais, tidas como “dados” em relação à ruptura, como quebra de convenções, de práticas estáveis, por meio do novo como “ato criativo”. (FAIRCLOUGH e KRESS, 1993, p. 4 *apud* WODAK, 2004, p. 226, grifo da autora).

Um fator importante no entrelaçamento de conceitos basilares preconizados por Wodak demonstra que “a linguagem não é poderosa em si mesma” (WODAK, 2004, p. 236, grifo da autora) – a aquisição de poder atribuída à linguagem está ligada à ação humana e aos agentes que o detêm e fazem uso dela, em prol das desigualdades na constituição social da realidade pautada em interesses particulares.

Dessa forma, “o poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais” (WODAK, 2004, p. 237, grifo da autora). O vínculo entre linguagem e questões sociais ratifica o *poder social*⁵, seja em sua classificação, seja em sua expressão nas disputas e nos desafios hegemônicos. A arena

⁵ Em DIJK, 2012, p. 17, o poder social corresponde ao controle de um grupo sobre as ações de outros pelas vias comunicativas expressas nos discursos.

é a linguagem, onde o poder se presentifica como subversão, alteração dos discursos instituídos a possibilidade de inserção dos discursos instituintes.

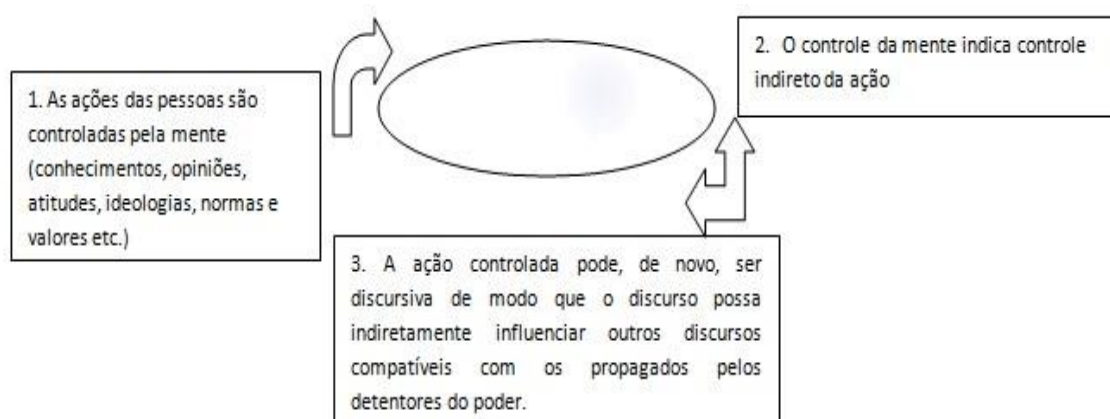
O poder se reflete nos discursos instituídos por meio do controle das ordens de discurso como instrumento de perpetuação de domínio. A dinâmica pela perpetuação de poder dos discursos instituídos implica, diretamente, no controle e no acesso dos discursos e no uso linguístico como meio de reprodução discursiva da desigualdade social e de abuso de poder.

1.2.2. Poder e reprodução discursiva

As estratégias do poder aprofundam-se com os meios de reprodução discursiva de dominação mediante polarização ideológica de grupos sociais, que podem ser materializados “nas escolhas de itens lexicais, metáforas, argumentos, falácias etc.” (DIJK, 2012, p. 14, grifo do autor). Ao ser estabelecido pelas vertentes comunicativas, a dominação é discursiva. Todavia, o controle não se aplica somente aos discursos como práticas sociais, mas também cognitivamente pelas vertentes das crenças, dos conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, normas e valores. Van Dijk (2012) demonstra a ocorrência do processo de reprodução do poder como um círculo vicioso.

Quadro 1 - Processo de reprodução do poder via controle discursivo e cognitivo

LEGENDA: - > 1. As ações das pessoas são controladas pela mente (conhecimentos, atitudes etc.) → 2. O controle da mente indica controle indireto da ação → 3. A ação controlada pode de novo ser discursiva de modo que o discurso possa indiretamente influenciar outros discursos compatíveis com os propagados pelos detentores do poder. Fonte: VAN DIJK, 2012, p. 18.



Fonte: a autora

O poder social se estabelece pela existência de um grupo dominante que necessita de recursos para o exercício do poder. Esses recursos são instrumentos simbólicos socialmente valorizados como bens, porém desigualmente distribuídos. A sedimentação do poder social se estabelece por meio do controle do grupo dominado aos desejos e vontades do grupo dominante, por intermédio de crenças, normas e valores culturais embasados em uma estrutura ideológica, que se concretiza nas ações do respectivo grupo dominante.

Para tanto, a compreensão de como atua a ideologia torna-se fundamental para o exercício de legitimação do poder. A ideologia refere-se à consciência de um grupo ou “classe social que pode ou não ser elaborada explicitamente em um sistema ideológico que subjaz as práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros integrantes” (DIJK, 2012, p. 47, grifo do autor).

As práticas ideológicas são derivadas da ideologia e adquiridas e/ou organizadas pelas instituições. Às análises marxistas clássicas, a ideologia dominante de um período histórico é aquela que controla os meios de reprodução ideológicos. A classe dominante desenvolve concepções distorcidas que atuam como falsa consciência que levam o grupo dominado a agir contra seus interesses básicos.

A aceitação ocorre pela imposição falseada em normas, crenças como se fossem “naturais” – donde provém a forma hegemônica. “A ideologia é uma forma de cognição social” (DIJK, 2012, p. 48, grifos do autor), contudo, ela não se restringe a um conjunto de normas e crenças; sua estrutura é complexa e multifacetada por ser aplicável a outros tipos de cognição social: conhecimento, opiniões, posturas, representações sociais, preconceitos sociais etc.

A atuação da ideologia ocorre pela combinação de normas e valores, metas e princípios de modo a favorecer as percepções, as interpretações das práticas sociais que beneficiam os membros dos grupos dominantes. Ao partirmos do princípio de que pessoas utilizam os discursos para desenvolver e mudar ideias de outrem, a ideologia exige uma relação de complexidade no processamento de textos que implicam ações a médio e longo prazo.

A *elite simbólica*⁶ atua nessa mediação temporal em rede com os demais grupos de poder em uma relação de dependência que varia de conflito à contradição entre os interesses e as ideologias. Todavia, cada grupo atua com seus respectivos meios na fabricação da opinião. Essa rede de relações se constitui na hegemonia que se caracteriza por relações de dominação coligadas às relações sociais em proveito da manutenção do domínio e do poder.

As relações hegemônicas, na manutenção de seus interesses ideológicos, têm se perpetrado na modernidade tardia pelo discurso da flexibilização, isto é, um novo meio de utilizar a linguagem com seus privilégios inerentes na representação da realidade econômica como participante de um efeito mistificador das relações desiguais de poder da linguagem. Essas mudanças desencadeiam perda do senso crítico, fragmentação da vida social, senso de desamparo e incompreensão que resultam na noção do diálogo não como busca de consenso, mas como comprometimento com a diferença e com a polêmica. As características dos discursos na modernidade tardia estão coligadas à ideia do discurso como momento.

O discurso internaliza em algum sentido tudo o que ocorre em outros momentos das práticas sociais e ambos fazem parte de uma ação e uma construção reflexiva na significação da vida social e do trabalho transformador do discurso em sua rearticulação. Esse posicionamento remonta o pensamento de Harvey (1992), no qual há distinções marcadas para os conceitos de práticas sociais e práticas materiais, que atuam de forma dialética na internalização vista como meio de uma aderir à outra, sem reduzirem-se mutuamente.

1.3. A Sociosemiótica

A Sociosemiótica, como abordagem científica independente, surge na década de 70 do século XX ante o reconhecimento de que a produção de sentidos não é mera representação do social, mas parte da ação primordial do homem. Esta afirmação traz a lume a necessidade de perscrutação de como os recursos semióticos comunicativos

⁶ Classe dominante ou grupos de poder definidos por Bourdieu como o lugar de luta pela hierarquia na qual o poder se assenta no capital econômico e que tem em vista impor a legitimidade de sua dominação. Fonte: BOURDIEU, 1989, p. 12.

operam na produção de sentidos, bem como na construção do sujeito e do social afetados em seus variados contextos de situação. Dessa forma, os estudos sobre a interação ganham novos contornos, pois é por intermédio delas que as produções de sentidos são negociadas, moldadas, partilhadas e ajustadas.

A ideia de ajustamento dos sentidos partilhados nas interações, defendida por Landowski (2014), relaciona-se não à programação exemplificada pelo autor como a que ocorre com o estado da água em seus respectivos estados sólido-líquido e gasoso, na condição do fazer ser água, vapor e gelo, mas ao ajustamento do conhecimento do outro ao fazer ser, fazer crer e fazer sentir por meios persuasivos, correspondente à manipulação (LANDOWSKI, 2014, p. 48, grifo nosso).

A competência do sujeito manipulável é modal e “em última instância, dominada ou determinada pelo elemento cognitivo” (LANDOWSKI, 2014, p. 49, grifo do autor) pelo que pode ser definido pelo sujeito de vontade ou intencionalidade, no intuito de fazer o outro querer fazer pela influência ao considerá-lo consciente de si. Dessa forma, a dimensão interacional é arriscada, perigosa, porém necessária, se se quer obter sucesso no modo de estar no mundo.

Para Pimenta (2001), os interesses do produtor do signo levam a uma relação motivada entre significante e significado (PIMENTA, 2001, p. 193-194, grifo nosso) que estão sujeitos a *sistemas logonômicos*⁷ nos quais as escolhas de noções, palavras e objetos não são despretensiosos por implicarem relações de poder e controle pertencentes a grupos dominantes. A autonomia, na relação entre recursos semióticos produzidos e sentidos apreendidos, atua na comunicação e na representação dos corpos, dos atos posicionados socialmente uns em relação aos outros, seja por suas posturas, seja por seus gestos, expressões faciais e afins.

A noção de semiose como conceito abrangente da linguagem que se relaciona a outros sistemas de signos nos permite, igualmente, conceituar o entorno comunicativo como instrumento comunicante significativo e pertinente na produção de sentidos, passíveis de serem interacionalmente partilhados negociados entre os interactantes.

⁷ Os sistemas logonômicos são aqueles que prescrevem os comportamentos sociossemióticos em pontos de produção e recepção. BALESTRA; CASTILHO; RAMOS; SOUZA, 2004, p.5.

1.3.1. A Gramática do Design Visual – GDV

A necessidade de se delinear teoricamente o entorno comunicativo dentre outros problemas que envolvem a composição, a representação e a interação foram pontos cruciais para o nascimento de uma gramática vinculada ao contexto do *design* gráfico.

Kress e Van Leeuwen, apoiados na Gramática Sistêmico Funcional hallydiana, aprofundaram os conceitos de metafunção ideacional, interpessoal e textual ao ressignificarem tais conceitos ao âmbito da imagem em metafunção representacional, composicional e interacional. Sendo a metafunção representacional o universo que abarca a construção visual da natureza dos eventos e sistemas de transitividade, a interacional, pela relação entre os participantes – o que se vê e o que é visto e a composicional, pela distribuição do valor da informação (CUNHA, 2017).

Quanto ao conceito de *gramática*, os autores não a escolheram para designar correlações de equivalência entre palavra e imagem, mas, sobretudo, à relação da língua como sistema comunicativo não de caráter formalista, mas de caráter funcional, nas quais as categorias de análise estão alicerçadas em “pessoas, lugares e coisas e como elas se combinam em funções visuais com maior ou menor complexidade por meio dos modalizadores da realidade” (CUNHA, 2018, p. 65, grifo da autora).

1.3.1.1. A metafunção composicional da imagem: o dado e o novo

A metafunção composicional alia-se as metafunções interacional e representacional como instrumento agregador do sistema de valores expostos na imagem. O valor da informação exposto da imagem pode ser centralizado – circular ou tríptico -, ou polarizado na horizontal – dado à esquerda e novo à direita - e na vertical – ideal acima e real abaixo.

Há a categoria saliência e o enquadramento que demonstram valores máximo e mínimo em relação à conexão com os Participantes Interativos – PIs junto aos modalizadores: profundidade, iluminação, contextualização etc., encarregados de trazerem as imagens naturalismo, realismo, confiança, descrença dentre outras sensações.

1.3.1.2. A metafunção interacional

A imagem ao ser construída não tem apenas a pretensão de ser uma representação do mundo, mas intenta interagir com ele, independente de conter ou não um texto escrito. A disponibilidade de interação depende do intercâmbio entre os Participantes Interacionais – PIs – os que estão fora do contexto narrativo da imagem - entre si e/ou com os Participantes Representados – PRs – os que se apresentam dentro do contexto narrativo da imagem.

Kress e van Leeuwen (1996) consideram, portanto, que as relações interacionais podem ocorrer em três níveis: entre PRs; entre PRs e PIs e somente entre PIs. A metafunção interativa objetiva a demonstração das interações ocorridas entre as categorias de análise: pessoas, lugares e coisas ao vetorizar essas relações representadas na imagem que se materializam nos sentidos interativos tais como: olhares, ações e distanciamento social dos PRs.

1.3.1.3. A metafunção representacional

Funda-se numa representação narrativa de personagens que indica processos materiais. Tais processos são vetorizados em caixas para os personagens, em linhas ou setas para reações, postura corporal, balões para processos de ações mentais e vetores para marcações corporais indicativos de ações físicas e de transitividade. Tais recursos permitem uma compreensão maior do texto a que o produtor intenta mostrar, pois a significação na GDV ocorre dessa forma de representação.

1.4. Linguagem: representação, contingência e ação

O estudo da linguagem implica indagar primeiramente a natureza humana naquilo que nos é inerente em nossa condição, - seres simbólicos -, bem como em nossa forma de organização social: habitantes das cidades, - cidadãos. Ao delimitarmos nosso enfoque dado a linguagem, passamos a evidenciar a natureza de nosso objeto em questão e suas peculiaridades, primeiramente como instrumento de representação do conhecimento, em seguida como elemento contingenciador descritivo de nosso posicionamento no mundo e, por fim, dispositivo que nos move e nos comove para a ação.

1.4.1. Linguagem como representação

Em se tratando da Linguística como ciência da linguagem, há que ter muita precaução na identificação do objeto. Nesse âmbito, o objeto em estudo é igualmente o instrumento de análise. A linguagem-objeto só pode ser explicada metalinguisticamente mesmo com os artifícios distintivos entre os termos linguagem-objeto e metalinguagem na possibilidade de afastamento de “contaminação” ou “distorção” do objeto para o instrumento e vice-versa (RAJAGOPALAN, 2003).

Tais distinções tornam a Linguística uma área do saber científico nobre - “a rainha das ciências humanas” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 24, grifo do autor) por ter seu objeto eleito como modelo adotado para as demais ciências em sua forma de expressão do conhecimento e, conseqüentemente, credibilidade acadêmica nessa representação. A noção da linguagem como instrumento de representação está marcada, fortemente, nas teorias linguísticas, haja vista a forma declarativa das sentenças ser considerada a expressão de um “pensamento completo” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 29, grifo do autor) a que se pode atribuir valores de V ou F.

Os modelos gerativistas priorizavam a transformação de sentenças interrogativas e imperativas em declarativas, mas jamais na direção oposta. Essa ideia carrega em si a noção da linguagem como instrumento pressuposto de representação do mundo. O mesmo ocorre com as teorias de orientação funcionalista, tais como a TSF hallidiana, ao considerarmos a metafunção ideacional – definida por seu aspecto de significação estar orientado pela consciência cognitiva e aos elementos verificáveis no mundo externo.

A tradição lógica dedica pensamento semelhante às proposições declarativas, ao considerar as demais como incompletas ao representarem, por exemplo, um pedido, uma ordem, ou uma ameaça para o que está evidente, seja na interrogação, seja na estrutura imperativa das sentenças. Em que teoria formos direcionados, as línguas não podem deixar de ter um caráter representacional e expressivo do mundo.

Tais atitudes – a de representar e de se expressar – são desejos humanos que carregam o anseio de pertencimento, bem como o de frustração da total apreensão do numenal – de como as coisas são em si mesmas – em relação ao fenomenal – como o homem as percebe e as concebe por meio dos sentidos. Dessa forma, linguagem e língua

utilizadas para caracterizar, representar e expressar o mundo correspondem a formas sintéticas necessárias -, *analíticas ou contingentes*⁸ - nas quais o homem busca superar ou transcender a própria linguagem – instrumento tão imperfeito.

A noção de apresentação igualmente se faz presente na noção de representação atual, sobretudo, na política, pela forma como organizamos a democracia desde os moldes da Antiguidade Clássica grega. É necessário que haja vozes na condição da representatividade do povo, na condição de habitante da cidade, nas diferentes instâncias quanto à tomada de decisões. As representações linguística e política estão intrinsecamente ligadas no âmbito das escolhas do que é ou não conveniente e, até mesmo, na relação de igualdade aparente entre todos os cidadãos e seus direitos.

1.4.2. Linguagem como contingência

A ruptura da linguagem como prefiguração da verdade se iniciou no final do século XVIII com a Revolução Francesa. O imaginário europeu passou a considerar a possibilidade de a verdade ser produzida e não necessariamente descoberta. A ruptura sobre o que era a vontade de Deus, igualmente, passou a ser questionada pela arte que refletiu tais conceitos com o Romantismo alemão.

A plausibilidade desses novos conceitos ganhou forma e alcançou a hegemonia cultural esparramando-se para as demais ciências. A verdade passou a ser centro de controvérsias e pesquisas e, conseqüentemente, a linguagem passou a ser alvo por ser um meio de representar a verdade deslocada. A ciência, nesse período, não oferece lição de moral, conforto espiritual, pois passou a ser serva da tecnologia.

O idealismo alemão, prefigurado por Kant, consigna a ciência ao âmbito de uma verdade de segunda categoria – a verdade sobre um mundo fenomênico e Hegel dedica-se a pensar na ciência natural como uma descrição do espírito ainda não plenamente consciente de sua natureza espiritual. A verdade ao deixar de ser sinônimo de Deus revela-nos que o mundo não fala, apenas nós o fazemos. E, por intermédio disso, sustentamos convicções a respeito da realidade do mundo que, por fim, é indiferente a nossas descrições.

⁸ Fonte: < [Immanuel Kant: O Inimigo Intelectual De Ayn Rand - Objetivismo Brasil](#) >

Nossas descrições do mundo se estabelecem pela linguagem como critério intrínseco à natureza humana e pela dinamicidade do vocabulário que estabelece mudanças pelas vertentes científicas: “[...] o fato de o vocabulário de Newton permitir-nos prever o mundo mais facilmente que o de Aristóteles não significa que o mundo fale newtoniano” (RORTY, 2007, p. 29, grifo do autor). Essa afirmação traz à tona a necessidade de compreensão dessa natureza intrínseca atrelada ao processo de mudança das linguagens e das práticas sociais como forma de produzir seres humanos de um tipo que nunca existiram antes por meio do enfrentamento da relação de contingência da linguagem que utilizamos. (RORTY, 2007, p. 32, grifo nosso).

A constatação de que o mundo não fala, apenas o homem o faz, traz o reconhecimento das mudanças social, cultural, política e, sobretudo, a verificação de que as linguagens são feitas e não descobertas, da mesma forma que as verdades são propriedades de entidades linguísticas (RORTY, 2007, grifo nosso). A instituição de um novo vocabulário opera pela sedução/persuasão, pois “sugere” que de algum modo convenha pararmos de fazer determinadas coisas para fazer outras. Todavia, Rorty fundamentado em Davidson⁹, não as defende com base em critérios antecedentes comuns ao velho e ao novo, mas a um jogo tal como Wittgenstein.

Davidson se aproxima de Wittgenstein, ao romper com a ideia de que a linguagem seja um meio de representação ou de expressão na tentativa de colocar a linguagem no lugar da mente e da consciência como meio, a partir do qual crenças e desejos são construídos. Em sua concepção, a linguagem é o terceiro elemento entre o eu e o mundo e compara a dualidade entre o eu e o que há fora dele a uma gangorra da qual precisamos sair. Dessa forma, Rorty (2007) faz uma descrição do progresso intelectual e moral coadunado a descrição estabelecida por Davidson da verdade que combina aprendizagem da linguagem e da metáfora. Tal ideia rompe a ideia anterior de linguagem como algo que pode ser adequado ou inadequado ao mundo e ao eu.

As línguas não são mais entidades, mas teorias passageiras que se estabelecem pela interação. Assim sendo, tudo o que duas pessoas precisam para compreender uma à outra através da fala é a capacidade de convergirem para teorias passageiras de um enunciado para outro. A descrição davidsoniana da comunicação linguística prescinde

⁹ filólogo que, segundo Rorty (2007), contribuiu para a exploração das consequências da linguagem.

da imagem da linguagem como terceiro elemento que intervém entre o eu e a realidade e da imagem das línguas, como barreiras entre pessoas e culturas.

Saber uma língua é, portanto, diferente de circular no mundo em geral. Analogia e metáfora atuam como contraste e gradação na tentativa de representar ou expressar algo e a vontade de fazer algo nunca antes feito. O mesmo ocorre com a transparência e a opacidade, que atuam como meios de os sujeitos se relacionarem adaptando-se ao mundo, ao eu e à realidade. Coisas linguísticas chamadas de significados tem a tarefa de expressar fatos e fatos são coisas não linguísticas a que damos significados.

A contingência está na escolha linguística subjetiva partilhada, negociada e aceita que se sedimenta pelas vias interacionais, por meio de um processo de naturalização comunicacional em confronto com outros vocabulários arraigados, que deixam de fazer sentido ou se transformam em incômodo e/ou incoerentes. Portanto, as relações contingenciais interferem na constituição das identidades como consciências fragmentadas e problematizadas ante a complexidade do mundo.

A esse comportamento Rorty denomina de “ironista” (RORTY, 2007, p. 18, grifo do autor). Para o autor, este termo serve para “designar o tipo de pessoa que enfrenta a contingência de suas convicções e seus desejos mais centrais” (RORTY, 2007, p. 18, grifo do autor). O indivíduo é visto sob esse paradigma composto por uma rede de ampla de crenças, valores e desejos dotado de uma luta interna e constante consigo mesmo em busca da centralidade de uma suposta coerência interna frente a diferentes instancias sociais. (LEAL, 2015, p. 13-14, grifo nosso).

Tal comportamento interfere nos âmbitos institucionais e, consequentemente, nas práticas sociais em todos os níveis. A ruptura com a metafísica em prol da contingência descritiva e linguística do mundo é um meio de nos demonstrar a intransponibilidade de transcendência de uma porção contingente do que se tem como realidade aparente. O que existe é o mundo, mas não as descrições que fazemos dele (RORTY, 2007). O jogo consiste na disposição ao enfrentamento das contingências e suas convicções para o reconhecimento das convenções linguísticas.

A concepção de contingência na linguagem conceitua a linguagem como metáfora na qual a noção de fato e significado é flexibilizada como “uma entidade que medeia a relação entre o eu e a realidade ou como “*algo*” que se tem em comum, a língua com seus jogos e ferramentas próprias” (LEAL, 2015, p. 14, grifo da autora). Dessa

forma, a metáfora, entendida como uma descrição nova do mundo, ao ser literalizada, torna-se significado pelo uso e, conseqüentemente, parte de teorias contingentes passíveis de serem refeitas.

1.4.3. Linguagem como ação: a Teoria dos Atos de Fala – TAF

A Teoria dos Atos de Fala – TAF - é primeiramente desenvolvida por J. L. Austin (1911 – 1960) e, posteriormente, aprofundada por J. R. Searle (2002). Para o desenvolvimento dessa teoria, Austin fundamentou-se na teoria pragmática de Wittgenstein e na ideia de que o sentido das palavras é produzido no uso diversificado das interações linguísticas.

Atrelada à Filosofia Analítica da Linguagem, uma nova forma de se pensar filosoficamente a linguagem, a TAF visa à investigação das sentenças que objetivam exprimir simultaneamente fala e ação. Diversos tipos de ações podem ser expressos por meio da fala, como modo de proferir as sentenças: prometer, pedir, exigir, protestar, jurar dentre outras.

Austin parte da distinção entre o uso de constatativos – descrição de fatos e eventos - e performativos - realização de algo além de descrição e relatos. Após investigação intensa, o autor constatou que a dicotomia era inadequada, pois tanto uma expressão constatativa tem caráter performativo e vice-versa. Dado o fato, o autor dedicou-se ao estudo das condições dos atos, por sua realização e sua respectiva condição de sucesso ou felicidade.

1.4.3.1. Os atos de fala: Locucional, ilocucional e perlocucional

A condição de sucesso ou felicidade depende não apenas do sujeito que profere o enunciado, mas de uma série de condições que se evidenciam nas dimensões dos atos de fala. A primeira está no ato locucionário: a dimensão linguística, o ato de pronunciar um enunciado, que implica no saber fazer algo pela composição textual.

A segunda está no ato ilocucional: dimensão que envolve o enunciador no fazer saber suas intenções. É também considerado o núcleo do ato de fala, por possuir um aspecto fundamental de força ilocucionária, caráter performático que permite deduzir que o enunciador anseia, deseja a concretização de algo.

Por fim, está o ato perlocucional: dimensão que envolve como o enunciador faz sentir subjetivamente seu interlocutor para o que se pretende em relação a sentimentos, emoções e ações com o intento na obtenção de determinado objetivo expresso no ato ilocucional. Corresponde aos efeitos que se pretende produzir no alocutário, seja convencer, persuadir, assustar, encorajar, seja mobilizar, indignar dentre outras atitudes.

1.4.3.2. Os atos indiretos de fala

Com base na teoria de Austin, Searle (2002) prossegue no aprofundamento à TAF em relação aos atos ilocutórios ou atos denominados indiretos. Esses atos correspondem aos atos ilocucional e perlocucional por sua respectiva força *ilocucionária*¹⁰ e seu *conteúdo proposicional*¹¹ – aqueles que implicam e se fundam diretamente na intencionalidade da mente tanto do locutor quanto da atitude que se intenta provocar no interlocutor.

A Teoria de Searle (1969 -1979) assenta-se no princípio de que o produtor ao proferir qualquer sentença, em contexto específico, executa explícita ou implicitamente atos como afirmar, avisar, ordenar, perguntar, pedir, prometer, criticar etc. Dessa forma, o interlocutor, em procedimento de interpretação do enunciado, deve levar em conta o conteúdo proposicional do ato proferido, inclusive os marcadores da força ilocutória na situação comunicativa em que é proferida.

A subdivisão de cada força ilocucional abre a possibilidade da observação do ponto ilocucional – se ele é assertivo, comissivo, diretivo declarativo ou expressivo -, que diz respeito àquilo que o produtor pretende realizar e o faz concretizar pelo modo como esse ponto é realizado – seja um testemunho, uma promessa, seja uma declaração, denúncia etc. Há ainda a observação e análise da condição de preparação e sinceridade - referente a como o produtor faz crer no seu conteúdo, pretende realizar, quer que o interlocutor execute e repercuta o ato. O quadro abaixo corresponde à explicação em termos da TAF de Searle (2002).

¹⁰ Conteúdo acional de um enunciado que permite ao interlocutor, num dado contexto, reconhecer o objetivo comunicativo do locutor. Fonte: < <https://pt.scribd.com/doc/78262365/Atos-ilocutorios> >

¹¹ Ou propósito ilocucionário “correspondem as tentativas de levar o ouvinte a fazer algo”. (SEARLE, 2002, p. 4).

Quadro 2. TAF por Searle (2002)

Condição	Ponto diretivo (pedido)	Ponto compromissivo (promessa)
Condição preparatória	O é capaz de realizar A	F é capaz de realizar A O quer que F realize A
Condição de sinceridade	F quer que O faça A	F tem a intenção de fazer A
Condição do conteúdo proposicional	F predica um ato futuro A a respeito de O	F predica um ato futuro A a respeito de F
Condição essencial	Vale como uma tentativa de S de levar O a fazer A	Vale como a contratação de uma obrigação de fazer A.

Quadro 3. Legenda

Fonte: Searle (2002, p. 73)

LEGENDA	
O = Ouvinte	A= Ação
F = Falante	S = Satisfação

Fonte: A autora

Quadro 4. Atos de fala por Silva (2008)

Força ilocucional primitiva	Ponto	Modo de realização	Condição de conteúdo proposicional	Condição preparatória	Condição de sinceridade	Marca
Asserção	assertivo	Testemunho, Afirmação, Conjectura, Predição ...	nenhuma	O falante tem razões para crer na verdade do conteúdo proposicional	O falante crê na verdade do conteúdo proposicional	Modo indicativo
Comissão	comissivo	Intenção, Desejo, Promessa Recusa ...	O conteúdo proposicional representa uma ação futura do falante	O falante é capaz de realizar tal ação	O falante pretende realizar a ação	Não há no português. É indireto. Pode-se usar um performativo
Direção	diretivo	Ordem, Pedido, Súplica ...	O conteúdo proposicional representa uma ação futura do ouvinte	O ouvinte é capaz de realizar tal ação	O falante quer ou deseja que o ouvinte realize a ação	Modo imperativo
Declaração						Modo indicativo de sentenças performativas
expressão	expressivo	Saudação, Xingamento, Denúncia ...	nenhuma	nenhuma	nenhuma	Não há

Fonte: Silva (2008, p. 205).

Encerramos este trecho com Searle (2002) que postula que, ao se comunicar uma frase, realizam-se um ato proposicional – que corresponde à predicação, ao conteúdo comunicado – e um ato ilocucional – que corresponde ao ato que se realiza na linguagem. Assim, para o autor, enunciar uma sentença é executar um ato proposicional e um ato ilocucional. Essa postura ratifica a postura investigativa de Austin (1962) e ao mesmo tempo configura a TAF como um marco divisor dos estudos linguísticos por inaugurar uma concepção de linguagem performativa e pragmática de uso para além de uma concepção meramente descritiva e passiva da linguagem em relação à interação e a ação comunicativa que se expande para o mundo.

1.4.4. O medo e a indignação humana

O medo, analisado sob a ótica descartiana, é visto como “frieza e perturbação” (DESCARTES, 1996, p.225, grifo do autor). que assombra a alma humana e lhe subtrai o poder de resistir aos males que ela pensa estarem próximos. É considerada uma paixão particular viciosa ao ser demonstrada em excesso, por isso, aproxima-se da covardia. Nessa circunstância, precisa ser enfrentada com premeditação e preparo para todos os tipos de acontecimentos que possam causá-lo.

Já a indignação, para o filósofo, é vista como próxima ao ódio ou à aversão contra os praticantes de qualquer tipo de mal, sob qualquer tipo de natureza. Está misturada à inveja – dos que recebem o bem como resposta - e à compaixão – dos que recebem o mal sem serem dignos de o receberem. Ademais, o autor a interconecta à admiração “pois costumamos supor que todas as coisas serão feitas da maneira que julgamos boas (DESCARTES, 1996, p.233, grifo do autor). A indignação nos torna virtuosos e nos torna menos injustos:

De resto, a indignação se nota muito mais nos que querem parecer virtuosos do que nos que o são verdadeiramente; pois, embora os que amam a virtude não possam ver sem alguma aversão os vícios dos outros, não se apaixonam senão contra os maiores e extraordinários [...] (DESCARTES, 1996, p. 233).

Com essa conceituação, Descartes (1996) expõe uma parcela das paixões que se materializam na condição humana. Condição que primeiramente Aristóteles (1996) problematizou como a busca pela felicidade, valores e hábitos e posteriormente Arendt

(2007) intitulou de *vita activa* ao sistematizá-la nas três atividades humanas fundamentais: *labor trabalho e ação*¹². Neste ponto relativo à condição humana, Arendt (2007) e Aristóteles (1996) concordam que todos os aspectos ou o aspecto primordial desta condição tem alguma relação com a política.

Sendo um animal *social e político* - termo passível de assim ser traduzido na acepção aristotélica¹³, o homem permite-se a muitas divergências na busca do bem e da felicidade atrelada à excelência moral. As virtudes ou excelências exigem tomada de posicionamento, ação, e, portanto, escolhas, nas quais os resultados se materializem em deliberações: boas ou más e suas respectivas consequências.

Há na condição humana arendtiana a busca pela compreensão dessa condição em relação a natureza humana. Todavia ambas se diferem, pois, a condição humana em si vincula-se à *vita activa* – trabalho, labor e ação – ao passo que a natureza humana “parece insolúvel tanto em seu sentido psicológico como em seu sentido filosófico geral” (ARENDT, 2007, p. 18, grifo da autora). Ao seguir o pensamento agostiniano, Arendt considera improvável que possamos chegar à essência natural de todas as coisas inclusive a nossa.

Quanto ao pensamento aristotélico, as virtudes, tornadas hábitos, podem alcançar o meio termo entre duas condições que oscilam no eixo do equilíbrio racional, os vícios e as deficiências morais: temeridade, coragem e covardia; inconsequência, prudência e imprudência etc. Dessa forma, não há nos vícios, virtudes e deficiências morais acontecimentos sem causa. A prática pelo hábito, ou não, faz, ou não, a virtude.

Em Espinosa, o medo maior que assombra o homem não é o do espaço ou o do tempo, mas sim da morte que a tudo devora. Paradoxalmente, temos medo da fala mansa do inimigo, do silêncio e da violência que se adensa na ação brutal da ausência da palavra como instrumento comunicativo no estabelecimento de acordos e

¹² O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana... A condição do trabalho é a mundanidade e a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDT, 2007, p. 15).

¹³ Veja-se a *Política*, onde Aristóteles chama o homem de “animal social” (a tradução tradicional é “animal político”, mas o sentido da palavra grega é melhor expresso através de “animal social”). *Apud* Aristóteles, 1996, p. 125.

negociações. A sociedade agonística patina no seu vício que se transforma em castigo pelo não saber lidar com o infortúnio. “É por firmeza diante das coisas que trazem sofrimento, que um homem é corajoso” (CHAUÍ, 2011, p. 138, grifo da autora) - o que permanece “imperturbável ante os perigos” (Aristóteles *apud* CHAUÍ, 2011, p. 138, grifo da autora) inspira confiança.

Em Espinosa, a paixão conduz à ação ao pensar Deus como substância absolutamente infinita, constituída por atributos igualmente infinitos que estruturam diferentes ordens de realidade. Cada ordem da realidade “é uma potência de ação infinita” (CHAUÍ, 2011, p. 145, grifo da autora) que é idêntica à potência de agir. Os seres humanos são modos finitos compostos de substâncias absolutamente infinitas.

O corpo é uma estrutura singular determinada pelas relações proporcionais de movimento e repouso de seus constituintes e por relações com os demais corpos que o rodeiam e que o afetam e são por ele afetados. Essas relações constituem as afecções corporais. (CHAUÍ, 2011, p. 146).

Tanto em Descartes quanto em Espinosa, o medo retém a ação seja pela subtração do poder de agir seja pela agonia como castigo ante os infortúnios. Ambas são caracterizadas como perturbações que afligem a condição humana. A Aristóteles, ela se assemelha à covardia e, portanto, a uma deficiência moral não sanada pela ausência do hábito.

A indignação (*nemesân*), em Couto Vieira Silva (2019) pode ser socialmente aliada à piedade (*éleos*) como forte meio de atuação e interferência dos juízos no âmbito ético-político da *polis* no contexto das discussões contemporâneas e aproxima o orador da condição de juiz, por ser aquele que vai determinar que o praticante é não merecedor de um bem ante o mal causado a outrem que induz à piedade do recebedor da má ação.

Em nossa investigação, vamos nos ater a esses sentimentos nas análises dos discursos midiáticos em relação à polícia e a sociedade, principalmente em como os interlocutores são afetados por essas paixões na promoção de ações para a obtenção de intentos ideológicos relativos aos interesses da mídia e quais suas possíveis razões para serem produzidos.

1.5. O Modelo Cognitivo de processamento do discurso: Conhecimento e memória

Roger C. Schank, da Universidade do Noroeste, e Robert P. Abelson, da Universidade de Yale, uniram esforços científicos para sistematizar como ocorre a apreensão do conhecimento pela memória. Para ambos, a tese primordial do trabalho parte da concepção de que a memória humana é constituída por histórias sobre as experiências partilhadas pela interação social.

A comunicação social de experiências passadas é pilar para a interpretação de novas experiências e de como aquelas foram vivenciadas, contadas e reconstituídas. Esse processo forma a base do self “lembrado do indivíduo”, (SCHANK & ABELSON, 1995, p. 1, grifo dos autores), bem como a base de memórias compartilhadas dentro de grupos sociais na definição de “eus sociais específicos, que podem reforçar ou competir com os eus individuais recordados” (SCHANK & ABELSON, 1995, p.1, grifo dos autores)

Para a compreensão dessas bases, os pesquisadores voltam-se para o papel da narração e como ela atua na memória humana. Desses estudos, ambos descobrem um rede significativa complexa desde os meios de interação pela linguagem, memorização, tanto para construí-las como para recuperá-las.

Essa rede se estabelece como estrutura para o conhecimento e abarca duas classes de ações: compreender o que está ao redor e dar sentidos novos ao já compreendido para, em seguida referirem-se ao que já sabido para o fazerem. Dessa forma, a noção de conhecimento está voltada para a prática funcional – a facilidade para o uso diário, e não necessariamente à satisfação de uma lógica elegante.

O conhecimento, portanto, é inerentemente funcional e remete ao que as pessoas adquirem como saber e como elas se envolvem e utilizam esse conhecimento tais como: responder perguntas, fazer planos, compreendem o que dizem, informam outras pessoas dos eventos ocorridos e aconselham outros sobre o experienciado.

Os autores têm ciência de que essas atitudes são apenas parte de uma lista do que as pessoas executam no plano mental com o uso da linguagem, mas já é o suficiente para demonstrar que “o conhecimento que as pessoas usam para ajudá-las é codificado na forma de histórias” (SCHANK & ABELSON, 1995, p.2, grifo dos autores).

1.5.1. Conceituação e natureza da memória

Ao considerarem a memória como uma coleção de milhares de histórias lembradas por intermédio da experiência, seja mediante a audição ou a escrita, tudo o que a ela chega, pelos sentidos, torna-se confiável seja para o que se pode dizer ou entender. Dizer que nasceu em determinado local implica alguém ter dito sua cidade natal, porque a ouviu de pessoas que lhe asseguram ser verdadeiro tal fato.

Todavia, o simples ato de dizer uma frase simples na memória humana requer a busca por uma história – diferentemente do que ocorre aos computadores. “A busca na memória humana é uma busca por histórias” (SCHANK & ABELSON, 1995, p.3, grifo dos autores). E essas buscas ressignificadas em histórias torna a memória mais real, pelo fato de ser contada. Uma frase simples, dessa forma é uma história abreviada.

Como qualquer história, elas são suscetíveis de serem aplicadas a novas experiências, seja na expressão de uma opinião, seja numa crença ou no que parece factual. Sem exceção tais memórias são histórias que trazemos em nossa bagagem de conhecimento, na qual podemos escolher qual é a mais relevante para determinado tipo de situação. Por isso, “entender o mundo significa explicar o que aconteceu nele de uma maneira que parece estar em consonância com o que você já acredita” (SCHANK & ABELSON, 1995, p.4, grifo dos autores).

1.5.2. Os *scripts*

O conceito de *script* foi primeiramente aplicado por Schank e Abelson em meados dos anos setenta para explicar o processamento da linguagem natural. Para esses estudiosos, “um *script* é um conjunto de expectativas sobre o que acontecerá a seguir em uma situação bem compreendida” (SCHANK & ABELSON, 1995, p. 4, grifo dos autores).

Sua utilidade serve primeiramente para facilitar o processamento mental, ao permitir que pensemos menos e entendamos as ações dos outros, de acordo com o roteiro seguido e a sequência dos eventos a serem vivenciados. Eles atuam, dessa forma, como um roteiro que exige pouco pensamento, por expressar situações que esperam que sigamos em determinadas situações. Quanto mais situações conhecemos, mais

scripts agregam nossa bagagem de conhecimento dos eventos e, portanto, mais confortável para desempenhar papéis de forma eficaz.

São definidos igualmente por serem um tipo de estrutura de memória. Nesse caso, os *scripts* “servem para nos dizer como agir sem termos consciência de que estamos usando-os” (SCHANK & ABELSON, 1995, p. 5, grifo dos autores) e atuam consequentemente como depósitos que armazenam o conhecimento que temos sobre determinadas situações.

Eles mudam com o tempo, mediante a inserção do novo como experiência de vida incorporada e aprendida. Por isso, ajudam-nos a compreender uma situação atual por meio de *insights* – formas de raciocinar por experiências. O fato de serem vinculadas a histórias provém de sermos mais persuasivos quando contamos histórias.

1.5.3. Apresentação do Modelo e seus Pressupostos teóricos

O Modelo apresentado por van Dijk (2008) tem como prioridade responder as questões referentes a: 1. Memória, como instrumento cognitivo, armazenagem do conhecimento e comunicação humana em ações tais como compreender, recordar sumarizar e produzir textos; 2. Estratégias cognitivas e processamento do discurso nas relações pragmáticas e semânticas e coerência funcional do discurso; 3. Episódios, como conceituá-los e como eles atuam na análise do discurso; por fim, 4. Discurso da notícia, sua estruturação na imprensa e formas de cooptação do leitor via relações cognitivas.

Para solucionar os problemas levantados, o modelo dijkiano se constrói com base em pressupostos que intentam apresentar as noções e os componentes teóricos, assim como as relações que exercem entre si. Dessa forma, temos o pressuposto cognitivo que é constituído por uma representação mental do acontecimento em conhecimentos prévios. Nesse pressuposto, há três tipos de informações: a. o fato em si – validado por um pressuposto construtivista; b. informações de situação ou de contexto e entorno – validado por pressupostos: interpretativo e *on-line* do discurso e c. o que se conhece da situação por experiência prévia – validado por um pressuposto estratégico.

O pressuposto construtivista do modelo de análise corresponde à construção de representação na memória com base em informações visuais e linguísticas. O pressuposto interpretativo fundamenta-se na construção de significados para o

acontecimento e o enunciado narrativo na construção de uma história para o ocorrido; o pressuposto *on-line* do discurso refere-se à compreensão e o processamento das informações de forma simultânea e gradual, portanto corresponde a uma estrutura dinâmica da informação na compreensão e representação mental, para a efetivação de um significado que contribui para a formação em discurso do evento. O pressuposto estratégico atua na construção de significados derivados das informações pressupostas: inclui expectativas de quem narra o fato, facilidades para compreensão e repasse da informação para quem a recebe e que acabam por facilitar a compreensão e a representação mental possível de ser criada.

Há ainda os pressupostos contextuais que atuam na ordem externa das informações. Estes apresentam uma íntima ligação com os pressupostos anteriores, pois, ao serem combinados, atuam em unidades mais complexas na compreensão do modelo e na construção do discurso. São esses: o pressuposto da funcionalidade; o pressuposto pragmático; o pressuposto interacionista e o pressuposto situacional.

O pressuposto da funcionalidade atua na compreensão de que o processamento do discurso é mais que mero evento cognitivo, pois nele atuam as inserções de contextos socioculturais que ratificam a dimensão do discurso. Dessa maneira, há intercâmbio entre as representações cognitivas e as representações discursivas de ordem sociocultural.

O pressuposto pragmático se evidencia como aquele que avalia as intenções envolvidas no discurso. Estas vão além do trato com os objetos linguísticos, pois todo ato linguístico pressupõe uma ação social – seja afirmar, prevenir etc. -, portanto, o ato de fala pretendido inserido no ato da enunciação. Ao pressuposto interacionista, cabe a perscrutação da interpretação do discurso e do processo de interação entre os participantes, suas motivações, propósitos e intenções. Ao pressuposto situacional, cabe a análise adequação das interpretações e como elas interagem com a própria compreensão do discurso.

1.5.4. Propriedades gerais do modelo

A complexidade do modelo cognitivo de processamento do discurso exige que a análise da compreensão e produção do discurso seja realizada em diversos níveis. Van Dijk sistematiza essa complexidade em propriedades. A primeira refere-se a como o

processamento do discurso ocorre e interage de modo cognitivo por meio de um modelo estratégico.

Mais que mera análise sintática, a interpretação semântica rompe com a opção de análise por níveis e adentra a questão macroestrutural e temática na compreensão das palavras. Portanto, parte-se da compreensão das palavras, para a compreensão de orações nas quais essas palavras têm funções, que se constituem em sentenças mais complexas, depois, sequências de sentenças e estruturas textuais gerais.

Esse procedimento é manifesto em processo de retroalimentação de unidades menos complexas às mais complexas, pois “a compreensão de uma palavra em uma oração dependerá de sua estrutura funcional, enquanto um todo no nível sintático” (DIJK, 2008, p.22, grifo do autor). Esse modelo de processamento se dá “através de diversos níveis de informação do discurso, tanto para informações textuais como contextuais e para informações internas e externas” (DIJK, 2008, p.23, grifo do autor).

Para o modelo estratégico, portanto, não existe garantia de unicidade e nem sucesso de um modelo para outro. As estratégias aplicadas funcionam como hipóteses operacionais, que podem ser eficazes em determinados fragmentos de textos e desconfirmadas em outros. “Elas se constituem num conjunto aberto. Necessitam ser aprendidas e reaprendidas antes de se tornarem automatizadas.” (DIJK, 2008, p.22, grifo do autor).

De forma ampla, a estratégia geral corresponde à formação de uma base textual que corresponde a uma formação semântica do discurso ingressante na memória episódica. A base textual é definida em termos de proposições e as relações que essas proposições estabelecem entre si. Uma característica primordial parte da pressuposição de que a compreensão do discurso envolve a representação de uma base textual na memória episódica, bem como a ativação/atualização do modelo situacional na representação cognitiva dos acontecimentos, ações, pessoas e situação sobre a qual o texto se baseia. O modelo de situação incorpora as experiências prévias, as bases textuais e as instanciações do conhecimento mais geral da memória semântica.

Outra propriedade do modelo é o seu sistema de controle geral. Para o processamento de cada discurso, esse sistema de controle é alimentado pelas informações gerais e específicas sobre o tipo de situação, tipo de discurso, objetivos

gerais, pela superestrutura esquemática e pela macroestrutura – enredo, temas – do texto, ou por planos, no caso da produção.

Esse sistema de controle supervisiona o processamento da memória a curto prazo, ativa e atualiza o conhecimento episódico, assim como o semântico mais geral. Além disso, fornece as informações superiores dentro das quais as informações inferiores devem ser ajustadas. Por coordenar diversas estratégias, o processo desse sistema decide quais informações provenientes da memória de curto prazo devem ser transferidas para a memória episódica, que modelos situacionais devem ser ativados e, igualmente, colabora para a realização de buscas de informações relevantes na memória de longo prazo.

Dessa forma, o sistema de controle garante que todas as estratégias estejam direcionadas à produção de informações, tais como representações semânticas, pragmáticas, representacionais e contextuais e sejam compatíveis com os objetivos gerais da compreensão. O sistema, para tanto, incorpora todas as informações necessárias de processamento na memória de curto prazo, no entanto, a memória de curto prazo não necessita – e não é capaz – de armazenar cada passo a passo. Metaforicamente e valendo do modelo de compartimentos da modularidade da memória, o sistema de controle está em um lugar específico da memória episódica de tal maneira que suas informações sejam acessíveis, tanto pela memória de curto prazo quanto pela memória de longo prazo.

A terceira propriedade do modelo envolve as grandes quantidades de conhecimento – tanto episódico quanto abstrato – na condição de representação na memória semântica. O rápido acesso e a recuperação desse conhecimento é vital para a compreensão estratégica do discurso. Essa recuperação só será eficaz se o conhecimento estiver armazenado de forma bem-organizada – nesse quesito, Van Dijk (2008) vale-se das teorias da inteligência artificial e da psicologia.

De maneira geral, presume-se que essas formas de organização são mais flexíveis do que os rígidos “frames” e “scripts”. Por isso, o autor dá atenção às estratégias de uso do conhecimento ao considerá-lo estratégico e dependente de objetivos propostos pelo usuário da língua, da quantidade de conhecimento disponível, a partir do texto e do contexto, do nível de processamento ou grau de coerência exigido pela compreensão – fatores/critérios para o uso estratégico monitorado pelo sistema de controle.

O conhecimento serve também para outras informações cognitivas, tais como crenças, opiniões e atitudes. O autor não propõe um modelo de representação concreto, mas a maior parte da compreensão do discurso envolverá crenças e avaliações pessoais. Conforme o modelo dijkiano, seguem as estratégias:

Estratégias proposicionais – corresponde ao primeiro passo para o modelo semântico e envolve a construção estratégica das proposições. Para que isso ocorra, deve haver o reconhecimento de que uma palavra depende de interpretações semânticas subjacentes, que geram expectativas sobre os significados possíveis. O modelo fundamenta-se em uma proposição atômica – substantivos – verbos, sujeito – objetos e núcleos. “Tal esquema se constitui em uma unidade estratégica que permite uma rápida análise das estruturas de superfície em uma configuração semântica relativamente fixa e simples” (DIJK, 2008, p.28, grifo do autor).

Estratégias de coerência local – corresponde ao engajamento entre os fatos e as sucessivas sentenças em um discurso. O modelo de processamento do discurso tem como tarefa o estabelecimento de conexões significativas entre as sucessivas sentenças de um discurso. Macroestratégias – envolve o enredo, trama ou tópico de um texto conhecida como macroestrutura. Inferem macroproposições, os sentidos mais globais provenientes da sedimentação do conhecimento na memória de longo prazo. Por meio da reaplicação de estratégias de inferência relevantes, podem-se ter diversos níveis de macroproposições que, em conjunto, formam a macroestrutura do texto.

Estratégia esquemática – corresponde ao esquema textual também chamado de superestrutura do texto – situação, compilação e demais esquemas seja narrativo, de histórias, de relato etc. Estratégia de produção – relaciona-se com a compreensão do discurso. Inclui mapeamentos entre representações semânticas e expressões da estrutura de superfície e suas ordenações. Em um modelo cognitivo e estratégico, entretanto, não se pode inverter a direção do mapeamento. Ouvinte e locutor têm acesso a diferentes tipos de informações a cada ponto da compreensão do processo de produção, ao considerarmos que as estratégias relevantes também as serão: o ouvinte tem que perceber o tópico do discurso de diversas maneiras e o locutor já sabe o tópico do discurso a ser produzido – exceto quando em conversas espontâneas.

Estratégias estilísticas – permitem que os usuários da língua façam opções linguísticas entre maneiras alternativas de expressar mais ou menos o mesmo

significado ou denotar o mesmo referente, sob a área de ação do tipo de texto e das informações contextuais – tipo de situação, grau de formalidade, categoria dos participantes da conversação e dos objetivos gerais. Estratégias retóricas – corresponde ao uso de figuras de palavras dentre outras, tais como as utilizadas para aumentar a eficácia do discurso, adesão do auditório, interação comunicativa etc.

1.5.5. Da análise semântica

Em Dijk (2008), temos que a semântica é parte de uma teoria semiótica mais ampla sobre o comportamento significativo e simbólico que inclui elocuções da linguagem natural e o comportamento não verbal ou paraverbal, como gestos, pinturas, filmes e a interação social, em geral. O modelo dijkiano considera apenas a semântica das elocuções da linguagem natural dos discursos e dos elementos constitutivos, tais como palavras, sintagmas, orações, períodos, parágrafos e outras unidades identificáveis do discurso.

O conceito mais geral, utilizado na análise semântica, é o conceito de interpretação. Ela pode ser vista por várias perspectivas, a depender da teoria ou disciplina envolvida. Destacamos a análise semântica e a teoria semântica. A primeira relaciona-se a semântica linguística abstrata, que utiliza afirmações empíricas para explicar e exemplificar aspectos das interpretações concretas dos usuários da linguagem. Um primeiro objeto semântico desse tipo é o significado.

O significado como instrumento de interpretação de um discurso é o tipo de semântica aplicada na teoria linguística e na teoria semântica do discurso. Grosso modo, os significados são objetos conceituais que apresentam graus de complexidade de acordo com as expressões em uso. “Os últimos [conceitos mais abstratos de semântica] são representações cognitivas dos usuários da linguagem natural em geral, ou os discursos atuais em particular” (DIJK, 2008, p.38, grifo do autor).

O foco da análise semântica na Pragmática refere-se aos objetos significativos como fatos que constituem mundo possíveis. Dessa forma, a Pragmática especifica tais fatos como parte de um mundo possível dado ou não, especifica também o ato de fala realizado e seu contexto social em que é realizado.

As propriedades específicas da semântica do discurso correspondem a noções adicionais na interpretação do discurso. A concepção de discurso corresponde a

sequência de sentenças expressas por proposições – como palavras e sintagmas se relacionam de modo a constituir o significado da sentença como um todo; como os significados das sentenças se relacionam de modo a formar o significado o encadeamento das proposições e como eles adquirem complexidade nos significados.

Dessa forma, temos as concepções de coerência funcional, como regra ou estratégia para ordenar as sentenças de modo linear e hierárquico no padrão convencional e coerência condicional, regra ou estratégia para ordenar as sentenças em convenção hierárquica adicional, por seu caráter relevante de forma a estabelecer relações com o conhecimento adicional sobre a ordem normal dos fatos.

Pesa sobre a coerência adicional, as ordenações possíveis, desde que a informação seja significativa e represente as estruturas dos episódios, e a distribuição das informações quanto ao processamento da informação, modo de representação pragmática na memória do ouvinte-leitor. A inserção de informações novas deve estar interligada às antigas como informação adicional que colabora para a tessitura da coerência global, chamada por Dijk de macroestrutura

Uma macroestrutura consiste numa reconstrução teórica de noções intuitivas como a de “tópico” ou de “tema” de um discurso, que contém o que é mais relevante na informação semântica do discurso como um todo. Ela, portanto, “é a informação semântica que fornece unidade global ao discurso” (DIJK, 2008, p.51, grifo do autor). Importante ressaltar que a atribuição e compreensão de significados, tanto globais, quanto locais, são dependentes da variação cultural e das várias manifestações superficiais da coerência, por isso, variáveis de uma língua para outra.

No próximo capítulo, damos sequência com o percurso historiográfico da Polícia Militar e como se estabelecem as relações sociedade-discurso-violência.

CAPÍTULO II – PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA POLÍCIA MILITAR: SOCIEDADE, DISCURSO E VIOLÊNCIA

A Polícia Militar torna-se objeto de estudo acadêmico com maior enfoque nas ciências sociais a partir da década de 60 do século passado. A temática da ditadura e a relação coercitiva sobre a sociedade, a identidade e a função social da instituição – como coletivo - e do policial – como indivíduo - passam a exercer preocupação pelos saberes que constituem qualquer profissional como fundamental na sociedade.

O saber ser, o saber fazer e o *saber saber* aliam-se ao fazer saber perante a sociedade a que a instituição se baliza como aquela que é detentora do poder da segurança pública balizada pela instituição Segurança Pública. Esse conjunto de saberes, na prática, denotam a importância e a significância desse profissional no estabelecimento da ordem pública e dos limites sociais a que os cidadãos devem respeitar. Todavia, a experiência voltada para a ação desses saberes se entrecruza com o contexto da formação da sociedade brasileira em suas contradições históricas.

A identidade e o papel social exercido por esse profissional transpassam a História e, por isso, o estudo, que se debruce para essa temática, precisa ter como foco o resgate desses idos históricos para estabelecer um quadro geral das mudanças sociais e como elas foram ocorrendo no tempo, até o aporte na atualidade. Por isso, o intento deste capítulo é o de estabelecer relações entre os períodos históricos em dois níveis o social e o identitário para percebermos e analisarmos como essas mudanças ocorridas pelas práticas discursivas e sociais foram primeiramente identificadas com o saber policial e, em seguida, assimiladas e legitimadas em ações ante a sociedade, com aqueles que se propuseram a atuar como “policiais militares” desde os períodos: colonial, num conceito de proto-polícia; imperial e republicano brasileiro.

As políticas de identidades estão intrinsecamente ligadas à construção discursiva da história e fundamentadas em memórias coletivas e individuais, também em “narrativas tanto hegemônicas, quanto as do senso comum” (WODAK, 2010, p. 57., grifo da autora). Nesse sentido, a linguagem pode não ter poder em si, mas este é proveniente dos que dela se valem, como agentes, dependendo da posição social, da

inserção institucional que ocupam, dos acessos e dos domínios que os cercam ao lhes garantir força locucional que interfere no agir sociocomunicativo.

Este capítulo contextualiza primeiramente a relação sócio-histórica da formação de forças militares no Brasil a partir:

- Do final século XVIII, com o período das entradas e bandeiras e seu caráter de ocupação marcado pela violência e pela escravidão;
- Início do século XIX com a chegada da Família Real Portuguesa e a intenção de transformar a Capital do Estado, o Rio de Janeiro, em Capital do Império, com moldes de cidade europeia. Seguimos com a instituição da Intendência de Polícia, a manutenção pelo controle dos escravos, o interlúdio liberal e a contradição social vivenciada pelo país em períodos sociopolítico conturbado pela partida de Dom Pedro I;
- O período regencial e os primeiros moldes da Polícia Militar até a instituição da Guarda urbana e da Guarda Nacional, a importância da Guerra do Paraguai, no sentimento corporativista, tendo, como sequência, o término do século XIX com a abolição da escravatura e com o golpe republicano que marcaram a entrada do século XX;
- Prosseguimos discorrendo sobre a influência dos ideais positivistas, o movimento tenentista, as ditaduras militares e as abordagens dadas pelas constituições brasileiras a respeito da Ordem e da Segurança Pública, ao longo dos períodos brasileiros, até a atual Constituição - 1988.

Outrossim, conceituamos o termo violência segundo Michaud (2001) e a sistematizamos conforme Han (2017), sob os aspectos topológicos de ordem macro e microfísica. Segundo o autor, a violência não desaparece, mas se modifica e se desloca do caráter visível ao invisível. Essa falsa invisibilidade se ajusta ao poder anônimo e sistêmico da sociedade. Na ordem macrofísica, a manifestação ocorre pelas relações de inimizade, marca evidente nas relações Polícia Militar-sociedade com a supercomunicação e a superinformação de massa. Na ordem microfísica, de modo subcutâneo e psíquico, atua na degradação do ser em processo de auto exploração e autodestruição em sua forma mais cruel.

No item denominado a violência como instrumento de trabalho contextualizamos a função identitária do policial militar como profissional que se

estabelece socialmente por meio da constituição de um conjunto de saberes entrelaçados à violência como instrumento de trabalho. Esses saberes se sedimentam na constituição de relações de amizade-inimizade e em questões existenciais que se manifestam na relação saber-ação.

Partimos da premissa de que o que determina a importância de qualquer profissional, no âmbito social, é a detenção de um saber específico que tanto o identifique, quanto o diferencie dos demais. O saber teórico o habilita para o conhecimento. O saber prático o capacita para a atuação. E este corresponde a uma competência adquirida por experiência, aliada a ferramentas adequadas a um plano de ação na sociedade.

A dinamicidade social, independente do âmbito de atuação, exige renovação na aquisição dos saberes profissionais para melhor adequação às necessidades que se assomam e se sedimentam no senso comum. O saber policial, dessa forma, vai além do abordar e prender bandido. Ele abrange as instâncias da garantia da Ordem e da Segurança Pública conforme as premências sociais.

A utilização da força e da violência faz parte do sistema, e são legitimadas como instrumento de poder-ação em nome do Estado em situações passíveis de se constituírem em “estado de guerra”, isto é, contra segmentos designados como inimigos desse respectivo Estado. Contudo, ela não deve ser a via de regra ao considerar que a missão do policial deve ser a de proteger o cidadão.

Sociedade e Polícia Militar não estão em lados opostos, pois é no meio da sociedade que tanto Policiais Militares quanto cidadãos honestos e bandidos, ladrões e toda sorte de marginais se inserem. Dessa forma, discutiremos nessa seção o dilema sociedade-policial militar, visto como par de oposição – embora não o seja – por meio de sedimentação das crenças e opiniões, por intermédio das práticas sociais históricas brasileiras e como elas são refletidas na mídia com caráter de inusitado, mesmo não o sendo, conforme os discursos instituídos demonstram.

Encerramos o capítulo ressaltando as Constituições brasileiras e como elas conceituaram ou não as questões de Ordem e Segurança Pública em relação a atuação profissional da Polícia Militar.

2. A origem de uma força militar no Brasil

A colonização portuguesa na América pautou-se numa colonização regulamentada por tropas de ocupação destacadas das Forças Militares da Coroa, por imigrantes contratados com o intento de favorecer o povoamento da região e por degredados – deportados e foragidos da justiça. Estes recorriam às capitanias feudais e às capitanias reais, locais onde o soberano havia renunciado ao exercício da jurisdição e a prescrição dos crimes era certa.

O vocábulo criminoso, nesse período, tinha um rigor extenso que variava de simples infrações não passíveis de castigo, de forma “que muitos desses supostos criminosos ao desembarcarem nas praias hospitaleiras, estavam em situação de se tornar dignos e honestos” (LIMA, 2000, p. 108, grifo do autor). A estes, terras férteis lhes eram oferecidas.

No entanto, o mesmo autor, apoiado nas afirmações de Araripe Jr, pondera sobre o comportamento e a transformação por que passavam os europeus em terras brasileiras:

[...] Portugueses, franceses, espanhóis, apenas desembarcados e tendo penetrado no interior, esqueciam suas respectivas origens, logo que perdiam de vista suas pequenas naus e suas caravelas. Dominados pela rudeza do ambiente, atordoados pela natureza tropical, identificados com a terra, tornavam-se quase todos selvagens [...] (LIMA 2000 p. 103).

Somente a partir do século XIX, essas empreitadas feitas pelos sertanistas ou paulistas seriam denominadas Entradas e Bandeiras. As Entradas, expressão bem nossa e intraduzível, correspondem às viagens mais antigas no interior do Brasil. Ao se tornarem mais organizadas recebiam o nome de Bandeiras. O caráter dessas expedições envolvia crueldades com os índios e assassinios em nome da cobiça e da vingança.

A sociedade colonial brasileira funda-se desse “autoritário domínio da população por vias da domesticação dos naturais e dos portugueses extraviados da cólera do rei.” (FAORO, 2000, p.166, grifo do autor). Esse processo duplo é descrito por Faoro (2000) como “subordinação impiedosa e amalgamação persuasiva debaixo da sombra da violência” (FAORO, 2000, p.166, grifo do autor)

Sombra da violência, pois a relação social entre brancos e indígenas estava fundamentada nos métodos da evangelização e administração despendida por uma

suposta relação de amizade e pela violência, na qual se lançava mão de “índios amigos, que se viam, por essa maneira, reduzidos à escravidão” (LIMA, 2000, p.89, grifo do autor).

De acordo com Varnhagem *apud* Faoro (2000), o exercício da guerra ao indígena e a obra da defesa externa da empreitada dos paulistas acentuavam o traço de que cada homem, se rico e senhor de escravos, tornava-se “repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular” (FAORO, 2000, p. 160-161, grifo do autor). Para isso, fazia-se autoridade local, junto a uma força militar autônoma. Os colonos gravitavam segundo seus interesses: não era o de povoar e o de colonizar, mas o de enriquecer sem suor, porém com muita audácia.

“A conquista do sertão pelos bandeirantes amplia os limites geográficos do Brasil e traz o reconhecimento oficial das bandeiras” (FAORO, 2000, p. 177, grifo do autor). O reconhecimento real, por conseguinte, traz o reconhecimento da máquina militar da colônia, bem como sedimenta o papel social do conquistador como militar comissionado nessa categoria ou com o cargo atribuído a milícia.

A empresa militar, por sua estrutura organizativa, se formava por pequenas companhias que se desfaziam de acordo com as necessidades transitórias da ação armada. No entanto, a vigilância rudimentar ficava a cargo de civis contratados por particulares. A relação entre o estabelecimento de poder e organização militar autônoma estava intrinsecamente ligada, de modo que o caudilho se ajustava à sociedade com suas rotinas econômicas e sociais.

Com a abertura de minas, instauram-se brigas entre os burocratas a respeito da parcela de mando. As figuras de cúpula da sociedade colonial estavam centralizadas na presença do Governador Geral, que, a partir de 1763, com a transferência da sede localizada na Bahia para o Rio de Janeiro, passa a titulação de Vice-rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil, abaixo, estava o Governador da Capitania. Apenas as capitanias mais importantes possuíam essa instância mediadora.

Com a mineração, as perturbações civis foram marcadas pela presença de força armada para controlar a multidão e efetuar prisões. O juiz podia convocar destacamento das tropas do Exército da guarnição local.

2.1. Os órgãos e instituições de administração vigentes

Antes de 1808, o Vice-Rei era o mais alto delegado do Governo, todavia seu poder político se restringia a respectiva Província que administrava. Os Capitães Gerais eram governadores que exerciam comando em triênios, além de receberem instruções da Corte de Lisboa.

Os governadores tinham proibição de contratar casamento no círculo de suas respectivas jurisdições, “entrar em transações comerciais e receber presentes além dos honorários marcados pelo Governo” (ARMITAGE, 1914, p. 2, grifo do autor). As Juntas da Fazenda administradas pelos Capitães Gerais eram responsáveis pela parte financeira de cada Província.

O Poder Judiciário era exercido por desembargadores que sentenciavam por apelação, ouvidores ou juízes itinerantes. Anualmente, eles deveriam fazer a correição das comarcas, no intento de julgar as causas crimes. O julgamento de certas causas competia aos denominados Juízes de Fora, escolhidos dentre os bacharéis formados em Coimbra. Todos nomeados pela Corte Portuguesa.

Desta forma, os principais órgãos e instituições da administração portuguesa na colônia, a partir do Governo Geral, estavam distribuídos em três instâncias: a Militar, a Jurídica e a Fazenda, sem, no entanto, haver especialização clara dos diferentes órgãos. Ao vice-rei, cabiam atribuições diversas tais como a disposição de forças armadas de uma capitania, na representação do monarca português. Militarmente, essas forças estavam subdivididas em três grupos: tropas de linha, milícias e ordenanças.

As tropas de linha compunham-se de um contingente regular e profissional permanente em armas, seguida por regimentos portugueses à disposição do Capitão General. Havendo necessidade de completar efetivos, as autoridades das colônias deveriam engajar gente branca da colônia.

As milícias, conhecidas por tropas de segunda linha, eram tropas auxiliares recrutadas entre os habitantes da colônia para serviço obrigatório e não remunerado. A dificuldade na obtenção de voluntários obrigava o uso do método do recrutamento forçado, sobretudo de pobres. Eram alistadas pelos oficiais de cada corpo, nomeados em Lisboa sob proposta dos Capitães Gerais. Não recebiam soldo e, por muitas vezes, foram empregadas em “serviços bem árduos e odiosos, da mesma forma que a primeira

subordinada aos artigos de guerra em todos os casos da disciplina militar” (ARMITAGE, 1914, p. 3, grifo do autor).

As ordenanças, ou tropa de terceira linha, abrigavam todo o resto da população masculina entre os 18 e 60 anos. Era de sua atribuição à defesa do país nos casos de necessidade, todavia essa incumbência era nominal. Todos aqueles que eram protegidos obtinham algum cargo nas ordenanças, a fim de se livrarem do alistamento na segunda linha.

A divisão social era determinada em grande parte pela igreja; pela pureza de sangue; pela distinção entre escravos, de acordo com a tonalidade da cor da pele; além da hierarquia das profissões, dentre outras classificações originárias da estrutura social portuguesa na colônia. Estas distinções fragmentavam a sociedade brasileira em diversos e pequenos grupos por suas respectivas permissões sociais.

As Câmaras Municipais eram a administração local, e as únicas “parcialmente brasileiras” (FAORO, 2000, p. 187, grifo do autor). A princípio, exerciam poder por possuírem finanças e patrimônio próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juízes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. “Elas foram controladas pela classe dominante dos proprietários rurais que expressavam seus interesses” (FAUSTO, 1995, 64, grifo nosso).

As Câmaras eram constituídas de membros da sociedade com sede nas vilas e cidades. Havia os membros natos – não eleitos e representantes eleitos. O direito ao voto era restrito aos “homens bons” e, excludente para os artesãos, os considerados impuros pela cor e religião – a maioria composta negros, mulatos e cristãos-novos.

No entanto, quando senhores de engenho e fazendeiros deixaram de ser aliados da Coroa, ao se voltarem para seus interesses particulares, sobretudo os paulistas, na condição de conquistadores, estes perderam com a presença mais efetiva do militar português. O rei não queria caudilhos, mas súditos.

O caráter do paulista causava desconforto e eles eram vistos como indóceis e cruéis. Na concepção de Capistrano de Abreu: “os paulistas domesticados e engaiolados, não mais sertanejarão nem minerarão. Nas guerras platinas se convertem em soldados regulares: é o último passo de seu estrangulamento social” (Abreu, J. Capistrano de. Caminhos antigos cit. p. 73. *apud* FAORO, 2000, p. 185, grifo do autor). A partir desse

contexto, interessava o real Erário e a violência militar com batalhões importados como instrumentos de manutenção da máquina administrativa.

A formação da sociedade brasileira se constitui em violência, pois demonstra que o Estado foi imposto à colônia antes que houvesse povo pela força da espada em nome dos interesses particulares e “às custas da violência, seja do cobrador de impostos, do recrutador de homens, da escravidão de indígenas e africanos em detrimento do interesse da população sufocada por essa herança burocrática que lhe lega leis, decretos e alvarás” (FAORO, 2000, p. 187, grifo do autor).

2.1.1. O contexto social brasileiro com a vinda da família real

“O Brasil era um mosaico de províncias, cada qual tendo seu aspecto particular, mas ligadas pela identidade da raça, da língua e da religião de maneira que o conjunto oferecia admirável harmonia” (LIMA, 2000, p. 135, grifo do autor). As velhas capitanias falham em suas missões ou são sufocadas pelas capitanias reais; outras haviam feito valer os direitos adquiridos por seus donatários, que mantinham tropas militares particulares a seus respectivos favores.

A vinda da família real foi marcada por um período de nascimento de aspirações nacionais. A administração pública, pós-vinda da realeza, passa a ser traçada na seguinte ordem: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. Essa aparente simplicidade administrativa engana e dissimula a tumultuária realidade.

Na organização política e administrativa situa-se o rei com poderes supremos de comando, no entanto, a dispersão de comandos fazia com que *todos se dirigissem* “ao rei e ao seu círculo de dependentes, atropelando os graus intermediários de comando” (FAORO, 2000, p. 199, grifo do autor). O quadro metropolitano do Rio de Janeiro, ademais, contava com um contingente populacional, com cálculos de Luccock *apud* Gomes (2007), de 60.000 habitantes (GOMES, 2007, p. 369, grifo do autor). Segundo esses respectivos cálculos, metade da população era escrava e a criminalidade possuía índices elevados.

2.1.2. A Intendência Geral de Polícia

Com o intento de estabelecer uma ordem social, D. João VI, cinco meses após a chegada ao Rio de Janeiro, confere ao advogado Paulo Fernandes Viana, desembargador e ouvidor da corte, a nomeação de Intendente Geral da Polícia, por meio do alvará de 10 de maio de 1808.

Nascido no Rio de Janeiro e formado pela Universidade de Coimbra, a ele cabia a função de atuar semelhante a Prefeito e Secretário da Segurança Pública. Ocupou o cargo até 26 de fevereiro de 1821, somente o deixou por pressões políticas sobre o monarca para adotar a Constituição Liberal, que as cortes de Lisboa ainda deveriam promulgar.

A missão do intendente vinculava-se ao processo de saneamento básico e urbanização da capital, aterramento de pântanos, calçamento de ruas construção de pontes, fontes, passeios e praças públicas. Era igualmente de sua responsabilidade policiar as ruas, expedir passaportes, vigiar os estrangeiros, fiscalizar as condições sanitárias dos depósitos de escravos e providenciar moradia para os novos habitantes que a cidade recebeu com a chegada da corte (GOMES, 2007, p. 229, grifo nosso).

Até aquele período vigorava o código filipino que se moldava aos mecanismos do absolutismo. Dentre as regras constavam: somente agentes da Coroa podiam iniciar processos e somente juízes podiam reunir e avaliar provas e decidir quais eram relevantes ou não; a tortura judicial era legítima e importante na extração de confissões e as punições legais incluíam mutilações físicas, ferro com brasa, esquartejamento e açoite.

Para auxiliar o Intendente Geral em 27 de julho de 1808, o príncipe regente cria dois cargos intitulados juízes de crime para os distritos. Eles eram subordinados ao Intendente. Quanto a atuação, Paulo Fernandes Viana implementou políticas que aumentaram as tensões entre os habitantes nativos e os milhares de funcionários que acompanharam o príncipe monarca.

Uma delas foi o confisco por decreto de casas particulares para serviço dos membros da realeza, contra o qual não havia apelação. Tais atitudes causaram ressentimento na elite, que já naquele período apoiava ideias de independência, sobretudo pela manutenção do *status* via sistema de clientelismo como controle social.

A esta instituição coube o papel de *agente civilizador*¹⁴ na difusão de valores e códigos de comportamento com a *ordem social renovada que se pretendia fundar no Brasil a partir de 1808*¹⁵. Ressaltamos que o conceito de polícia em Portugal daquele período relacionava-se a uma multiplicidade de tarefas, inclusive a manutenção da ordem estabelecida, na qual o conflito era visto como doença a ser tratada para a saúde do corpo social. Concepção que se arraigou na estrutura e na mentalidade policial brasileira desde então.

2.1.3. A Guarda Real de Polícia

Criada pelo decreto de 13 de maio de 1809¹⁶, nos moldes da organização militar de Lisboa, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia constituía-se de uma força policial de tempo integral com autoridade ampla na manutenção da ordem e perseguição dos criminosos. Como primeiro comandante teve a figura do coronel José Maria Rabelo, que servia na congênere portuguesa.

A Intendência Geral de Polícia possuía caráter administrativo e era responsável pelo pagamento de salários que provinham de impostos sobre serviços e promotores de eventos públicos. Havia nessa relação ambiguidade, devido a transição do antigo regime absolutista para as novas políticas, que buscavam recursos e empréstimos privados e subvenções de comerciantes e proprietários de terra.

Por meio de seus membros, a Guarda Real de Polícia passa a ter má fama devido à postura violenta, brutal e cruel para com os infratores. Dentre os guardas o mais conhecido foi Miguel Nunes Vidigal. Em 1809, tinha patente de major e serviu como segundo comandante da nova força policial.

Suas atuações contra vadios e ociosos eram conhecidas como “ceia de camarão”, referindo-se ao ato de descascar o crustáceo para comer a carne rosa. Suas atitudes

¹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A intendência geral de polícia, 1808-1821. Acervo. Jul/Dez.1986. RJ 1(2), p.187-204 *apud* COTTA, Francis Albert < <https://uemg.academia.edu/FrancisCotta> > acesso em 30/10/2020 às 21h03min.

¹⁵ LIMA, Lana Alge da Gama *et al.* Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil (1808-1821). *In.*: Historia Hoje: balanço e perspectiva. IV Encontro Regional da ANPUH-RJ, 16-19 de outubro de 1990. RJ, p.228-233. *apud* COTTA, Francis Albert < <https://uemg.academia.edu/FrancisCotta> > acesso em 30/10/2020 às 21h03min

¹⁶ Fonte: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/368-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil-1822-1832> > acesso em 26/10/2020 às 21h22min.

eram cruéis, a ponto de serem tratadas por proezas de modo irônico. Uma dessas atitudes ocorreu no dia 19 de setembro de 1823, quando tropas do Exército regular agiram contra um quilombo no morro de Santa Teresa. “Mais de 200 prisioneiros entre eles mulheres e crianças seminus capturados na incursão adentraram a cidade com Vidigal, na posição de líder, montado em um garanhão empinado” (HOLLOWAY, 1997, p. 49, grifo do autor)

Viana, alinhado ao absolutismo real, arrumou muitos inimigos dentro das facções das elites políticas no exercício de sua autoridade sobre os aspectos sociais – desde concessão de licenças para comerciantes e expropriação de residências. Por isso, foi afastado do cargo em 1821, o que permitiu brechas à continuidade do projeto liberal. Já Vidigal, foi promovido a general da Guarda Real de Polícia em março de 1822. O contexto histórico denota que “o inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade” (HOLLOWAY, 1997, p. 50, grifo do autor) principalmente aqueles que violavam as regras sociais de comportamento ditadas pela elite política que dirigia a polícia e sua respectiva ação.

O favorecimento da promoção de Vidigal, em relação à abdicação dos serviços de Viana, demonstra o projeto de sociedade preconizado pela elite brasileira. A meta não era exterminar o adversário social, mas reprimi-lo e subjugar-lo para mantê-lo na ordem que possibilitasse o funcionamento da cidade no interesse dessas respectivas elites que elaboraram e criaram a polícia. Nas palavras de Holloway (1997): “tudo o que eles queriam era infundir terror nos corações dos ociosos, vadios e escravos recalcitrantes” (HOLLOWAY, 1997, p. 50, grifo do autor)

As atitudes de Vidigal não tinham embasamento legal da autoridade informalmente delegada pelo Intendente. Dessa forma, o despreparo da guarda era visível pela ausência de métodos para determinar culpa e inocência, que não apenas a truculência e a brutalidade.

2.1.3.1. Reformas liberais autoritárias

No ano de 1821, D. João VI retorna a Portugal e deixa D. Pedro I como príncipe regente. Seu primeiro passo foi à regulamentação de práticas policiais e judiciais. Dentre as ações constam que ninguém poderia ser preso a não ser por mandado judicial e/ou

flagrante, as acusações formais contra todo o detento deveriam ser feitas no prazo de 48 horas.

A lista de salvaguardas seria acrescentada no artigo 179 da constituição de 1824. Tais posturas se ajustavam aos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros e às novas mudanças sociais com a inserção do novo intendente João Inácio da Cunha.

As agressões continuaram, pois, a elite escravocrata se sentia aviltada com a possibilidade de um negro ser preso e ser libertado logo em seguida. Este foi um período de experimentação institucional das autoridades policiais, pois tinha como foco o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o ajuste à modernidade. No entanto, os assaltos e a desordem aumentaram com as medidas de restrição ao açoitamento.

O intendente João Inácio da Cunha é substituído por Alberto Teixeira do Aragão. As medidas do novo intendente ficaram conhecidas como “o toque de Aragão”, pois impunha regras rígidas ao toque de recolher anunciado pelos sinos das igrejas que tocavam por meia hora seguida. Tais normas eram discriminatórias com homens negros livres e homens “*de cor*”, pois aqueles considerados “*de probidade*” pertencentes a elite branca estavam livres desse tipo de sujeição inclusive a de serem revistados (HOLLOWAY, 1997, p. 59, grifo do autor).

A postura do decreto de Aragão retoma o espírito absolutista, mesmo após a independência de 1822. Em contradição com as ideias liberais, a polícia patinava ideologicamente entre as ideias liberais e os interesses políticos em prol dos interesses individuais da respectiva elite representante do país. Para tentar ajustar aos novos conceitos modernos, projeta-se a implantação do comissariado, logo abandonada em defesa de outra ideia: o juiz da paz.

Prevista na Constituição de 1824, o juiz da paz era do agrado dos reformistas liberais. Aos olhos da elite, este era um conceito de autoridade que tinha potencial nos modos do exercício do poder e na regulamentação da sociedade. Em 15 de outubro de 1827, cria-se a lei que dá ao juiz da paz amplos poderes para exercer vigilância sobre sua jurisdição. Ele atuaria como policial no intento de desfazer reuniões ilegais, reunir provas de crimes, prender e julgar infratores.

Os modelos inspiradores eram provenientes da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, entretanto Holloway (1997) posiciona-se dizendo que “o mandato de juiz de paz, como agente de polícia e juiz local, seguiu a tradição colonial portuguesa de

acumular tais funções em mãos de funcionários locais” (HOLLOWAY, 1997, p. 61, grifo do autor).

Outra característica, semelhante ao modelo português, deve-se ao resgate do modelo colonial de jurisdições sobrepostas que possibilitavam uma fiscalização ineficiente com relação à interação entre o intendente de polícia, seus subordinados e os juízes do crime. As contradições se concretizaram na prática.

O juiz poderia convocar voluntários civis para a vigilância local – os inspetores de quartirão –, mas o controle das forças policiais era da alçada do intendente. Sem controle sobre a força policial, não havia instrumentos para o desempenho de sua função policial. Essas foram atitudes que coadunaram com as crises políticas, que se seguiriam até a abdicação de D. Pedro I em 1831.

2.1.4. As instituições policiais e o controle dos escravos

As instituições policiais estabelecidas no Rio de Janeiro a partir de 1808 assumiram a tarefa antes realizada pelos capitães-do-mato; e a apreensão de escravos fugitivos acabou se tornando a principal categoria específica da atividade policial. O capitão-do-mato, antes considerado uma “proto-polícia” (HOLLOWAY, 1997, p. 62, grifo do autor), tornou-se supérfluo e uma ameaça ao sistema que ele deveria ajudar a manter. Muitos capitães sequestravam escravos para mantê-los em cativeiro com intentos de extorsão ou venda ilegal.

“A modernização do sistema de caça aos escravos fugitivos (o autor refere-se à criação da polícia) deu maior eficiência à solução do problema e o colocou sob o controle do Estado” (HOLLOWAY, 1997, p. 63, grifo do autor). A antes tarefa legítima de capitão-do-mato passou a resvalar-se no banditismo nas estradas e áreas rurais. Extinta em 1820, a função de capitão-do-mato converte-se a uma relação entre os senhores de escravos e o Estado.

Os policiais podiam exercer a brutalidade por meio de açoites corretivos e a cobrar taxas dos senhores para cobrir taxas de subsistência legitimadas pelo Estado sem questionar o delito. Nesse ritmo, os funcionários da prisão passavam várias horas por dia açoitando escravos. Conforme Holloway (1997), essa situação:

[...] põe claramente em relevo o papel do Estado como instrumento de classe dominante, atendendo a sua necessidade de controlar por

meio da violência física os que forneciam força muscular de que dependia toda a economia. (HOLLOWAY, 1997 p. 64).

A contradição entre a modernização liberal e interesses individuais serviu ao Estado como instrumento controlador sobre a perseguição aos escravos fugidos e a prestação de serviço de açoites corretivos feitos pelos membros das corporações policiais existentes até o momento.

2.1.4.1. O interlúdio liberal e a contradição social

A década de 1820 a 1830 é conhecida como a década liberal. Entretanto, essa conceituação é inadequada ao considerarmos que as camadas inferiores da população urbana viviam sob as rédeas da escravidão e controle policial de pensamento absolutista.

Este período marca o descontentamento de boa parte da sociedade brasileira até a ruptura dos moldes monárquicos com inúmeros conflitos por todo o Brasil, devido à abdicação de D. Pedro I à ascensão dos governos regenciais, ante a minoridade do príncipe regente. O descontentamento atingiu as bases institucionais militares e políticas espalhando-se para a sociedade como um todo.

Tais eventos colocaram em xeque as reformas liberais e a transição ordeira para a formação de uma nacionalidade. A formalização das práticas coloniais e as práticas de repressão se prolongaram como projeto de poder, geraram desconforto e inviabilidade na permanência do imperador.

A insustentabilidade se refletiu nas autoridades do intendente de polícia e da guarda real que minguaram juntamente com o poder do monarca. O descrédito nas instituições tornou-se evidente que nem mesmo a utilização delas foi capaz de conseguir a pacificação dos ânimos dos cidadãos. A aderência das unidades militares à multidão de civis nativistas acirrou ainda mais os níveis de insubordinação devido aos salários mal pagos e a insatisfação com as decisões monárquicas.

A atitude de insubordinação também era proveniente da redução do tamanho do exército que se configurou em ataque direto aos militares. Os oficiais superiores formavam uma entidade corporativa que defendia de todas as maneiras suas prerrogativas. Os soldados comuns eram indisciplinados, alistados à força entre as

classes inferiores – viviam sob rigorosa rotina de quartel e pelas formas mais brutais e arbitrárias de punição e reclusão disciplinar nas masmorras.

Da abdicação de D. Pedro I à formação da regência trina provisória foram em média dois meses para a convocação da Assembleia Geral. Em 6 de junho de 1831, aprova-se os amplos poderes ao novo governo, na definição e manutenção da ordem pública. Este foi o marco de uma centralização conservadora no exercício do poder policial. Os juízes da paz, cargo instituído pela constituição imperial de 1824 nos artigos 161 e 162, assumiam a autoridade central, além de desafiar a influência política das unidades militares.

O texto da lei de 06 de junho de 1831 endurece as ordens e institui à pena de crime o ajuntamento ilícito – antes sujeito a multa pelo antigo código criminal –, proíbe reuniões noturnas de cinco ou mais pessoas, institui uso de insígnia para a polícia civil com o objetivo de serem reconhecidos e respeitados dentre outras ações rígidas.

Institui-se igualmente a substituição de soldados por guardas civis municipais como esteio da força policial em cada distrito judicial local. O experimento durou curto período, porém antecipou a ideia da formação da Guarda Nacional Paramilitar. Outro recurso temporário, enquanto se organizasse a Guarda Nacional, que já vinha sendo discutida desde novembro de 1830.

2.1.4.2. A Guarda Municipal

O enquadramento do juiz de paz na estrutura do governo central determina a substituição de soldados por guardas municipais como esteio da força policial. Essa organização dinamizava o novo governo e abria oportunidades da criação da Guarda Nacional Paramilitar, instituída em agosto de 1831 como passou a ser reconhecida após essa data.

A missão era manter a segurança pública e a obediência estrita às autoridades instituídas, acabar com distúrbios, impedir brigas, prender criminosos em flagrante e relatar informações sobre atos criminosos. Ante a turbulência social do período, a Guarda Municipal ficou conhecida por sua atuação nos distúrbios políticos, embora sua força policial descrita pela lei estivesse destinada à repressão ao crime comum e às violações da ordem pública.

O governo central assumiu o risco da criação de uma força armada capaz de agir por conta própria. Todavia, precaveu-se na restrição à admissão da classe de proprietários e assalariados. Após a Assembleia Geral de 6 de junho de 1831, especificamente em 5 de julho do mesmo ano, o governo regencial provisório nomeou um ministro da justiça: o padre Diogo Antônio Feijó.

Para integrar a Guarda Municipal não bastava querer ajudar no combate à desordem. Era preciso pertencer a um segmento superior definido especificamente na hierarquia econômica. Além disso, o serviço na guarda não era remunerado, de modo que a renda de seus membros tinha que provir de outras fontes. (HOLLOWAY, 1997, p. 86).

Nessas condições, o serviço na Guarda Municipal era restrito à elite para conter as rebeliões que surgiram nesse período. Elas se sucederam até a tomada de outra medida emergencial: a criação de uma unidade específica, constituída de oficiais de confiança para o patrulhamento da capital. Diversos nomes foram atribuídos: Batalhão dos Oficiais-soldados, Voluntários da Pátria, Sagrado Batalhão e Guerreiros da Pátria.

2.1.5. Os primeiros moldes da Polícia Militar

Idealizada por Diogo Antonio Feijó, com intento de ser um corpo militarizado, permanente e profissional para a substituição dos guardas municipais civis, a Polícia Militar é aprovada por lei em 10 de outubro de 1831. Intitulada inicialmente por Corpo de Guardas Municipais Permanentes, em 1866 passa a chamar-se Corpo Militar de Polícia da Corte e, somente em 1920, recebe a designação formal de Polícia Militar.

Ela surge num contexto sociopolítico conflituoso em que ocorre a dissolução da Guarda Real de Polícia e o levante contra o Império intitulado rebelião da Ilha das Cobras. Quanto às mudanças estruturais, a responsabilidade antes a cargo do ministro da guerra e Intendência de Polícia passa para o ministro civil. A corporação passa a ser formada por recrutas que se alistavam voluntariamente e não por conscritos do Exército; deveriam possuir melhores remunerações e condições de vida do que as tropas do exército.

O Ministro da Justiça os queria como profissionais bem pagos, porém, o valor pago era semelhante ao que os integrantes das camadas inferiores da sociedade livre consideravam uma renda aceitável. Os soldados tinham uma vantagem por serem livres de castigos corporais, no entanto, a disciplina era imposta por técnicas psicológicas para

a obtenção da obediência e pena de prisão para os infratores. O açoite não constava nas formas autorizadas de punição.

Mediante o período político tenso, o próprio Feijó baixou as instruções para a polícia. As atribuições constavam de patrulhamento de dia e de noite, a infantaria na cidade e a cavalaria nos subúrbios. No centro da cidade, seria feito individualmente ou em duplas, as áreas isoladas, por grupos maiores.

As patrulhas poderiam prender os que cometessem crime, participantes de reuniões com três ou mais pessoas com intento criminoso e participantes de reuniões noturnas não autorizadas. A obrigação era a da manutenção da ordem e controle das multidões nos eventos públicos, prender os envolvidos em motins ou agitações, os portadores de armas e os que cometessem atos ofensivos à moral pública.

Feijó esperava que a nova Polícia Militar se tornasse o instrumento de repressão que ele e seus sucessores pudessem manejar com a precisão necessária para estabelecer e manter um nível aceitável de ordem. [...] a partir de 1831, a Polícia Militar assumiu a tarefa desagradável e incômoda, ora enfadonha ora arriscada da repressão urbana. Ela era o instrumento da coerção da autoridade do Estado em uma sociedade escravocrata que se mantinha unida pela ameaça e pela realidade da dominação física da maioria pela minoria (HOLLOWAY, 1997, p. 95).

No período de organização, a corporação da Polícia Militar foi chefiada pelo coronel do Exército Teobaldo Sanches Brandão; o segundo comandante, o major Luís Alves de Lima e Silva. O futuro Duque de Caxias tornou-se o comandante da corporação em outubro de 1832.

2.1.5.1. Guarda Nacional e Polícia Militar

Ambas as corporações começaram a funcionar simultaneamente nos últimos meses de 1831. Uma de caráter militar e outra de caráter paramilitar. No entanto, devido às diferenças socioeconômicas dos integrantes de cada corporação surgem rivalidades marcantes. Entre os policiais militares, firma-se a impressão de que os guardas nacionais eram os “guerreiros só nas horas boas” (HOLLOWAY, 1997, p. 100, grifo do autor), além disso, eles dispunham de posição econômica e *status* social melhores.

A questão burocrática paralela de duas forças com jurisdições sobrepostas e uma cadeia incerta de comando foram fatores que contribuíram para essa rivalidade. Pouco

antes de renunciar ao cargo de ministro da justiça, Feijó tentou esclarecer as relações entre a Guarda Nacional e a Polícia Militar ao ordenar que quando a Guarda estivesse em ação contra os “inimigos da ordem e da tranquilidade pública” (HOLLOWAY, 1997, p. 100, grifo do autor), toda a corporação da polícia militar deveria ficar sob as ordens do comandante da Guarda.

O substituto de Feijó reitera as instruções ao pronunciar que a Polícia Militar deveria ficar sob o comando da Guarda Nacional sempre que precisasse entrar em ação, inclusive dispor um de seus soldados como ordenança permanente da respectiva Guarda. Nas demais ocasiões, a Polícia Militar receberia ordem direta do Ministro da Justiça. Essa situação acirra a rivalidade entre ambas as corporações.

O contexto sociopolítico era conturbado, por isso a Polícia Militar se tornou uma força multitarefa em estado permanente de prontidão para atender às necessidades de diversos senhores que visavam a objetivos paralelos. O ambiente desordenado perdura nos primeiros anos do regime regencial: extingue-se a figura do intendente e assume o chefe de polícia. O primeiro chefe de polícia foi Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, à época, recém-saído da faculdade de direito.

Como Caxias, Euzébio de Queiroz foi um administrador ativo e enérgico que deixou marcas duradouras na instituição que chefiou por quase 11 anos. Como Caxias fez na Polícia Militar, Euzébio de Queiroz transformou a Polícia Civil em uma instituição orientada por princípios hierárquicos, centralizadores e autoritários. As duas instituições se tornaram instrumentos efetivos de repressão, reforçando-se mutuamente. (HOLLOWAY, 1997 p. 106).

2.1.5.2. A Secretaria de Polícia

Nos períodos de 1833 a 1841, temos o destaque do setor cafeeiro. Muitos migrantes rumam a capital do país em busca de oportunidades. O contingente escravo continua a dominar a maioria da população, e é nesse cenário, que em 1833 se instala a Secretaria de Polícia.

Por ordens de Euzébio de Queiroz, cria-se, em 1833, a secretaria de polícia, com funções da intendência, órgão remanescente do antigo regime. A organização da secretaria tinha como propósito a instituição de um “oficial maior” (HOLLOWAY, 1997, p. 111, grifo do autor) com uma equipe de cinco amanuenses, cuja função era copiar,

arquivar e despachar relatórios e correspondências, requerimentos e pedidos de inquérito, transmissão de ordens e regulamentos.

Ela representava uma nova estrutura de repressão no Rio de Janeiro. Suas três partes eram compostas pela Guarda Nacional, a Polícia Militar e as primeiras instâncias judiciais: juízes da paz, inspetores de quarteirão e o chefe da polícia com pequeno quadro em expansão. Todavia, em vez de funcionarem como um tripé, esses três segmentos não davam estabilidade, pois partilhavam funções sobrepostas com limites imprecisos de autoridade. Disputas ideológicas entre os burocratas competentes sobre a autoridade divergiam sobre os modos como a cidade deveria ser policiada e por quem especificamente.

A Guarda Nacional conservava seu papel de símbolo político e instrumento do clientelismo ao atuar como força suplementar à Polícia Militar, igualmente os juízes de paz em relação ao chefe de polícia. Tal fato perdurou até 1841 com a mudança institucional e a supressão das funções dos chefes, substituindo-os por funcionários nomeados.

A Polícia Militar, por sua origem proveniente da Guarda Real de Polícia como instrumento de força utilizada pelo Estado e caráter brutal que permanecia na corporação, tinha como luta diária o controle da ordem social baseada em última instância na coerção. Essas características lhe atribui posição pouco invejada, muito odiada e de poucos amigos.

A hostilidade entre os membros da corporação e a sociedade, que por delegação eles deviam manter sob controle, manifestou-se desde cedo e persistiu. Uma das formas de hostilidade era física – as constantes agressões que os soldados da Polícia Militar cometiam contra as pessoas nas ruas, tanto antes quanto depois da prisão. (HOLLOWAY, 1997, p.135).

A recomendação de Feijó, desde a formação da Polícia Militar era para que a corporação se abstinhasse dos espancamentos arbitrários das pessoas nas ruas. A partir de 1831, regulamentos dispunham que os soldados utilizassem apenas a força necessária para a efetuação de prisões legais. Entretanto, “o nível da força e as circunstâncias em que ela deveria ser aplicada permanecem uma questão em aberto” (HOLLOWAY, 1997, p. 135, grifo do autor).

Os incidentes ocorridos no século XIX, reportados por Holloway (1997), denotam violações da disciplina e a hostilidade para com a sociedade. Punidas ou não, o autor nos relata que a diretriz operacional do sistema policial do Rio consistia em reagir à força com força superior e ao insulto com a subjugação. “Para manter a hierarquia não bastava lutar pelo empate. Na guerra social, cada batalha, grande ou pequena, tinha que ser vencida” (HOLLOWAY, 1997, p. 139, grifo do autor).

2.1.5.3. As violações do sistema *versus* o sentimento corporativista

Preocupação constante e assunto delicado, a ausência de honestidade era – e é - delito grave no exercício da função de policial. A corrupção, como desvio de conduta, por seu significado indicava – e indica - a putrefação e decomposição do sistema.

A instituição lutava contra o afrouxamento do sistema e o relaxamento das normas por negligência em relação à dedicação. Entretanto, na outra extremidade havia o compromisso zeloso e corajoso e a brutalidade. No entremeio, havia a condição do soldado de polícia oriundo de classes inferiores, salários baixos e as ofertas ilegais.

O suborno, no Rio de Janeiro do século XIX, era violação grave que envolvia a destituição da confiança pública. Porém, ela existia até mesmo nos critérios de abordagem arbitrária em grande parte determinados pela:

[...] “condição” dos objetos da atenção da polícia, incluindo-se a identidade racial, maneira de falar e vestir e comportamento do suspeito, bem como local e hora do dia. Mas a decisão de parar e revistar eram arbitrárias. (HOLLOWAY, 1997, p.139.)

A identidade corporativa da Polícia Militar teve em Duque de Caxias uma presença marcante no período regencial. A defesa das prerrogativas e da dignidade dos integrantes da corporação era o meio pelo qual o duque impunha garantia o respeito da instituição aos olhos da elite governante. A solidariedade corporativa na defesa de seus homens em casos que necessitavam de sua intervenção e a cobrança do mesmo espírito entre os soldados era uma das marcas registradas de Caxias.

O sentimento corporativista colaborou para a separação da sociedade civil ao criar uma mentalidade de nós *versus* eles não apenas a instituições rivais como era o caso da Guarda Nacional *versus* a Polícia Militar, mas, sobremaneira, à sociedade civil em geral.

Embora alguns críticos da polícia moderna tenham destacado esse espírito de separação, as vantagens disso foram reconhecidas pelas autoridades civis que supervisionavam as práticas policiais e detinham o controle global. Em 1837, o ministro da justiça congratulou a polícia Militar do Rio de Janeiro pelo seu bom trabalho assim expressando a justificativa da elite política civil para a manutenção de uma força militarizada: “sendo a polícia uma das primeiras colunas que sustentam a paz pública e a tranquilidade dos povos, mal conseguiriam o seu fim os corpos que dela se acham encarregados se a disciplina militar não der essa boa ordem, asseio e exatidão no serviço¹⁷”. (HOLLOWAY, 1997, p. 146-7).

2.1.5.4. Os urbanos e o contexto social brasileiro

O período de regência una do Padre Diogo Antônio Feijó é marcado por conflitos significativos no país: a Cabanagem, no Pará e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Em 1836, ao notar deficiências entre nas estruturas policiais, em fevereiro deste respectivo ano, o regente faz uso de sua autoridade constitucional e decreta a formação de uma “polícia que ofereça maiores garantias à propriedade e à segurança individual” (HOLLOWAY, 1997, p. 148, grifo do autor).

Os membros dessa nova unidade seriam chamados de “urbanos”. Seriam administrados pela Polícia Militar e fariam usos dos mesmos uniformes e armas. Ademais, poderiam utilizar espadas como seus instrumentos. Teria prioridade os membros da corporação e receberiam o mesmo salário da Polícia Militar.

Os urbanos sanariam as rondas pela cidade e a contenção de homens truculentos e perversos que não poderiam escapar à prisão. Suas atribuições eram a de circular um distrito específico pequeno o suficiente para a manutenção da presença constante da área porque circulariam. Suas práticas operacionais seriam as mesmas da Polícia Militar. Haveria a manutenção de unidades de cavalaria postadas em locais convenientes, caso fosse necessária a ação. Oficiais da Polícia Militar ficariam incumbidos do controle eventual no serviço da ronda para verificação da execução das ordens.

As classes proprietárias se envolveriam diretamente com o funcionamento dos urbanos, pagando por essa força adicional. Depois de 1831, o financiamento da Polícia Militar do Rio provinha das receitas gerais do governo nacional, sendo parte do orçamento do Ministério da justiça. (HOLLOWAY, 1997, p. 150).

¹⁷ AG PMERJ_CR,9-6-1937. A tese de que alguns setores da sociedade brasileira viram a militarização como projeto histórico aparece em Hayes. *The armed nation apud* HOLLOWAY,1997, p. 291.

Esse plano beneficiou a Guarda Nacional, que se livrou do serviço ativo, pois seus membros poderiam pagar para ser substituídos, de modo a contribuir para o custeio dos urbanos. Caso houvesse necessidade do uso da força dos urbanos, os proprietários dos negócios deveriam arcar com os custos de lanças oferecidas e atender aos pedidos dos membros dessa nova unidade policial. Nos distritos, passaram a ter comissões que arrecadavam fundos nos bairros. No entanto, houve resistência. A mídia se interpôs contra a campanha de financiamento e se posicionou a favor da Guarda Nacional.

“O governo tem o Exército regular, a Polícia Militar e outras pessoas para policiar a cidade” dizia jornal “e a seu bel-prazer cria essa corporação de urbanos, em detrimento das atividades artesanais”. O jornal concluía afirmando que seus leitores, muitos dos quais ganhavam a vida com essas atividades não deveria doar sequer “dez réis” à campanha de financiamento. (HOLLOWAY, 1997, p. 151).

Ante as manifestações, o policiamento continuou a ser feito pela Polícia Militar com o contingente de pedestres auxiliares das autoridades policiais, bem como por unidades da Guarda Nacional na condição de força auxiliar em regime de tempo parcial. Outra guarda viria a ser formada em 1866, intitulada Guarda Urbana, mas seu surgimento se deve à Guerra do Paraguai e ao contingente enviado, portanto com nenhuma ligação com o projeto abortado nesse período.

2.1.5.5. A ampliação do sistema e as resistências: física cultural e organizada

Com a *reorganização promovida em 1856*¹⁸, ocorrem modernizações e padronizações no sistema de repressão do Rio de Janeiro, à medida que o sistema de burocratização se ajusta ao mundo moderno. O aumento no número de pedestres policiando a cidade com controle civil mais rigoroso e os resultados dos dados estatísticos refletem melhoras nos dados colhidos. Tais êxitos eram visíveis nas ruas na vigilância e no comportamento inaceitável da ordem pública em distúrbios e batidas policiais.

A mendicância existia pelas ruas da cidade devido à descriminalização como infração punível. Todavia, “eles persistiam apesar dos inúmeros esforços empreendidos

¹⁸ As funções da prisão do Aljube foram assumidas pela recém-construída Casa de Detenção, parte do complexo penitenciário em que se localizavam a Casa de Correção e o Calabouço. fonte: Op.cit., 1997, p.189.

ao longo dos anos pelas autoridades policiais, ora paternalistas ora repressivas” (HOLLOWAY, 1997, p. 195, grifo do autor). Os militares detidos eram enviados a Casa de Detenção para cumprimento de pena determinada nas decisões judiciais internas da polícia. Outros eram enviados aos arsenais militares para conscrição forçada, a hospitais ou à disposição das autoridades estrangeiras.

O povo subjugado apresentava resistências com punições impostas por decretos administrativos judiciais. Escravos morriam na tentativa de resistir, uns se suicidavam, outros eram afogados ou enforcados – prática comum. Muitos são os casos registrados nos relatos periódicos.

Em abril de 1862, policiais e carcereiros enfrentaram uma sobrecarga temporária no sistema de repressão patrocinado pelo Estado, por causa de uma “desagradável ocorrência” entre Vicente Pereira da Silva e seus escravos. Vicente mandou um grupo de 259 deles para o Calabouço e pagou para que fossem açoitados [...] O caso era inusitado que o chefe de polícia teve de pedir orientação ao ministro da justiça orientação sobre como proceder, observando que embora não houvesse lei que limitasse o número de escravos que um único senhor podia ter na cidade “a prudência e utilidade pública” recomendavam um limite máximo superior, porque tantos escravos juntos podiam “complicar a ordem e a tranquilidade pública”. O ministro da justiça concordou¹⁹. (HOLLOWAY, 1997, p. 204).

Outra forma de resistência foi a cultural:

Os batuques noturnos, com danças expressivas e canções africanas ininteligíveis para os brancos, eram o meio que os escravos e negros livres tinham de confraternizar-se de maneira que eles achavam culturalmente congeniais, mas que eram estranhas e, portanto, ameaçadoras para a classe dos senhores de escravos. Os batuques aconteciam com frequência em terreiros dos subúrbios ou em pontos isolados dos morros arborizados pelos quais a cidade se espalhava (Holloway, 1997, P. 205).

Quanto as festividades, as autoridades policiais pareciam tolerá-las desde que os ajuntamentos não fosse demasiado grandes, excessivamente barulhentos ou próximos demais. A preocupação com ajuntamentos desse tipo era que se tornassem reuniões secretas para motins e rebeliões.

¹⁹ AN, GIF 6H-17, 23-01-1836. A importância do repto “Você sabe com quem está falando?” no fortalecimento da hierarquia do *status* na sociedade brasileira é tratada em Da Matta, R. O que faz o Brasil, Brasil? p.101 *apud* Op.cit, 1997, p. 291.

Para tanto, muitas dessas festividades eram mantidas sob vigilância para que se evitassem levantes contra a hierarquia, a ordem e a tranquilidade pública. Outra preocupação era a comunicação por meio de escritas cifradas, sobretudo “porque os mesmos documentos circulavam entre grupos da “nação” mineira na Bahia, em São Paulo e em Minas Gerais” (HOLLOWAY, 1997, p. 206, grifo do autor).

Para decifrar tais escritos, havia peritos convocados para traduzir ou decifrar tais escrituras. Muitas delas se referiam à religião muçulmana. A Constituição do Império estabelecia o catolicismo como religião oficial do Estado, entretanto, admitia a liberdade de culto desde que as cerimônias fossem realizadas em residências particulares e que não exibissem símbolos religiosos.

A resistência organizada marcada pela capoeira, como expressão cultural dos homens de classe inferior, era outra preocupação da polícia, pois era uma atividade séria e perigosa que envolvia golpes mortais desferidos com os pés e praticada por grupos conhecidos como maltas ou badernas.

Especialmente com o declínio da escravidão, após meados do século XIX, a capoeira tornou-se cada vez mais uma atividade das classes inferiores não escravizadas, sucessoras funcionais dos escravos tanto por suas técnicas de resistência, quanto por serem alvo da repressão policial. (HOLLOWAY, 1997, p.211).

2.1.5.6. A Guarda Urbana

A partir da década de 1860, surgem novas formas de ação popular dentre elas as rebeliões coletivas de multidões nas ruas. O contexto social envolve o declínio da escravatura e o espírito republicano entrelaçado à contínua expansão urbana e o surgimento da especialização residencial por classes com os novos setores médios para o subúrbio.

A hostilidade, o antagonismo e a violência recíproca entre a Polícia Militar e o público se aprofundam e se firmam como regra. Ratificam os números de prisões que se constituem como atividades primordiais das rondas policiais que tinham por objetivo prevenir ou punir violações sem vítimas da ordem pública.

Como justificativa de manutenção do controle, em 1861, o ministro da justiça decide criar a Guarda Urbana. Para tanto, não menciona a tentativa fracassada de 1836 que teve o mesmo nome, e muitas semelhanças entre ambos os projetos, apesar da influência inglesa e francesa.

O projeto invocava a ideia do *policeman* inglês como modelo na esperança de menores índices de criminalidade, com uma força e patrulheiros uniformizados e não militarizados. Dentre as funções constavam atitudes preventivas de prisão de pessoas com comportamentos estranhos e com porte de objetos suspeitos, recomendações de trato polido e cortês com o público.

A iniciativa demonstrou ser um fracasso: não houve melhorias na vigilância pública, e muitas falhas com falta de disciplina e organização. “Na maioria das vezes, os guardas urbanos agiam mais como renegados armados do que como a versão tropical dos policiais londrinos com que havia sonhado as autoridades políticas” (HOLLOWAY, 1997, p. 218, grifo do autor).

Ademais, os salários continuavam baixos e havia falta de familiarização por parte dos policiais com as pessoas que policiavam. Este era um agravante, pois tanto o soldado da Polícia Militar quanto o urbano tinham poucas oportunidades de familiarizarem-se com a comunidade. A constelação de relações pessoais restringia-se ao quartel, sua unidade e seus companheiros de armas. “As barreiras que separavam os soldados da sociedade eram deliberadamente reforçadas e mantidas” (HOLLOWAY, 1997, p. 218, grifo do autor).

O estabelecimento de contato entre os soldados da Polícia Militar e a sociedade poderia gerar corrupção e a preocupação dos que estavam a frente do sistema policial se ampliava com as consequências secundárias da convivência entre a polícia e o povo. “As leis e as normas seriam violadas impunemente e, uma vez iniciado, o ciclo levaria a um colapso inaceitável do aparato de controle” (HOLLOWAY, 1997, p. 219, grifo do autor).

Entre os guardas e o povo, as relações tinham má reputação por representarem instrumento de repressão rigoroso e implacável, arbitrário e violento em vez de serem agentes da segurança pública. Essa imagem ficou marcada com o passar do tempo, pois conforme registros, os urbanos excederam na brutalidade. Casos registrados relatados por Holloway demonstram que em 1880, “26 guardas foram expulsos por problemas de embriaguez, negligência no serviço, abusos de prisioneiros e conduta indecente” (HOLLOWAY, 1997, p. 221, grifo do autor).

O autor reporta casos em que o sistema fazia distinção entre abordagens feitas por policiais em casos de pessoas protegidas pelo *status* social e cidadãos pobres.

Os policiais que batiam nos empregados de um jornal que estavam sob a proteção de um editor influente tinham que ser averiguados, mas os que surravam mestiços bêbados apenas cumpriam seu dever. (HOLLOWAY, 1997, p.221).

2.1.6. Guarda Nacional e corpos policiais de destaque na Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai corresponde ao único cenário brasileiro em que os guardas nacionais fizeram parte da estrutura militar de 1ª linha por meio de convocação de acordo com os artigos 117 e 118 da Lei nº 602, de 1850. Mediante a organização, as Guardas Nacionais de algumas províncias se destacam nos combates, por isso, são chamadas a compor a frente da Guerra iniciada em dezembro de 1864. Esse também é um período de princípio de consolidação da homogeneidade da noção de polícia no território nacional.

Cabe ressaltar, a presença de muitos escravos recém-libertos enviados para as áreas de conflitos em substituição aos soldados da Guarda Nacional, provenientes de famílias financeiramente abastadas, para preservar seus respectivos postos de comando. A partir de 1867, o recrutamento tornou-se mais urgente devido ao acirramento dos confrontos. O Barão de Cotegipe, então senador, proferiu discurso em julho de 1868 na tribuna do Senado, em favor de tomada de atitudes mais enérgicas em relação ao angariamento de contingente para a guerra.

Segundo Doratioto (2014), “após o ataque paraguaio ao Mato Grosso com a ocupação de Corumbá” (DORATIOTO, 2014, p. 43, grifo do autor), os meios utilizados foram principalmente nas províncias do Norte, nas províncias do Piauí e Alagoas, com o despovoamento dos campos como recurso para obter tropas. Ainda conforme, Schwarcz (2007), o universo intelectual tinha seus pressupostos racistas claramente postulados, surgindo um paradoxo de uma nação miscigenada ante a idealização racial da elite. Nas palavras da autora: “esse tipo de representação do país não ficava adstrito aos circuitos internos de debate. Também para os museus do estrangeiro, o país parecia corporificar ‘um grande laboratório racial’.” (SCHWARCZ, 2007, p.70., grifo da autora). Estes recorrem às teorias darwinistas sociais para justificar, por meio da raça, hierarquias sociais consolidadas; interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento.

A província baiana destacou-se por seu Corpo Policial de Província ter se apresentado no combate as tropas de *Francisco Solano López Carrillo*²⁰, antes mesmo da publicação do decreto que criou os voluntários da Pátria. Na data de 23 de janeiro de 1865, a unidade partiu da capital da Bahia e teve a chance de participar do desfile das tropas brasileiras por ocasião da tomada de Montevideu por Venâncio Flores, chefe do Partido Colorado, aliado do Império brasileiro. Por esse feito, a unidade recebeu a denominação de 10º Corpo de Voluntários da Pátria. A partir de 1866, mediante reorganização do Exército brasileiro, recebeu a designação de 41º Corpo de Voluntários da Pátria.

A partir desse fato, a Guarda da Província da corte brasileira mobilizou-se e partiu do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1865 constituindo-se como o 12º Corpo de Voluntários da Pátria, em dezembro de 1866, passando a ser designado como 44º Corpo de Voluntários da Pátria. Entretanto, devido ao alto índice de baixas ocorridas, o 44º Corpo de Voluntários da Pátria foi extinto em 12 de dezembro de 1868, reorganizada, todavia, pelo Conde D'eu com os combatentes remanescentes que regressaram à corte em abril de 1870, sob o então comando do tenente-coronel Luís Antonio Correia de Albuquerque.

Em 10 de julho de 1865, a *Divisão Militar da Guarda Real de Polícia*²¹ embarca para o Paraguai com a denominação de 31º Corpo de Voluntários da Pátria. Seu primeiro comandante foi o coronel Machado da Costa, que morreu em combate na tomada da trincheira do Boqueirão do Sauce, em 16 de julho de 1866. Em sentido amplo, a Guerra do Paraguai fortalece o conceito militar brasileiro, apesar das consequências econômicas desastrosas para os países envolvidos no confronto.

²⁰ Francisco Solano López Carrillo: (Assunção, 24 de julho de 1827 — Cerro Corá, 1 de março de 1870) foi o segundo presidente constitucional da República do Paraguai, exercendo o cargo desde 1862 até a data de sua morte. Foi comandante das Forças Armadas e chefe supremo do seu país durante a Guerra do Paraguai. É um personagem extremamente controverso, sendo considerado herói nacional do Paraguai, enquanto no Brasil é considerado um ditador sanguinário que levou seu país à ruína. Fonte: < [Francisco Solano López – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Solano_L%C3%B3pez)> acesso em 01 de dezembro de 2020 às 20h.

²¹ Corporação congênere dos corpos militares de policiamento criados em Portugal, em 1801, nas cidades de Lisboa e Porto, pelo Príncipe Regente de Portugal D. João VI e antecessora das atuais polícias militares estaduais do Brasil, em geral, e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: < [Divisão Militar da Guarda Real de Polícia – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_Militar_da_Guarda_Real_de_Pol%C3%ADcia)> acesso em 01 de dezembro de 2020 às 20h02min.

2.1.6.1. A reforma judicial de 1871, o fim do Império e a Polícia Militar

A reforma judicial de 1871 altera significativamente o código do processo criminal. José Tomás Nabuco de Araújo expôs a situação do sistema judicial brasileiro por sua confusão e sobreposição do poder de prender com o poder de julgar e, isso a seu ver, era inadmissível a um país organizado.

O intento da reforma judicial de 1871 era acabar com a confusão anômala entre autoridades policial e judicial e estabelecer limites às funções, antes desempenhadas por chefes de polícia, delegados e subdelegados. Estas funções seriam delegadas a juízes de direito ou juízes do Tribunal da Relação.

A reforma, por sua estrutura organizativa, visava evitar acúmulo de funções e manter os chefes de polícia “incumbidos de reunir provas para a formação de culpa do acusado” (HOLLOWAY, 1997, p. 228, grifo do autor) sem desconsiderar que os resultados desse inquérito deveriam ser entregues aos promotores públicos ou juízes para avaliação e decisão final sobre culpa ou inocência. Essa foi outra característica fundamental para a legitimidade e autoridade da Polícia Militar, que teve de transferir essa função para os membros da elite judicial.

Com o fim da Guarda Urbana pelo decreto n. 9.395, de 7 de março de 1885, a Polícia Militar torna-se a linha de frente no controle da ordem social. No entanto, aos estrangeiros que se dirigiam para a capital brasileira, a polícia era motivo de estranheza e reclamações.

[...] um visitante italiano expressou sem rodeios a sua opinião: “A polícia do Rio de Janeiro é a polícia mais despótica, arbitrária e brutal do mundo, formada em sua maior parte pela camada social mais baixa, relaxada e violenta ao mesmo tempo, e sua maneira de agir é completamente o inverso de guardar e proteger a vida e a segurança dos cidadãos.” Nas ruas, o soldado de polícia ficava entre a necessidade de controle imposta pela elite e a dificuldade de lidar com uma população recalcitrante e hostil... (HOLLOWAY, 1997, p.223).

Problemas disciplinares continuaram mesmo com a extinção da Guarda Urbana e a assunção da Polícia Militar. Ante as insubordinações, o comandante do período julgou necessário baixar uma nova ordem geral, devido aos casos de espancamento de pessoas presas por crimes ou infrações que aumentaram.

A noção de controle de comportamento dos soldados por meio dos superiores deveria manter o espírito de corpo. Dessa forma, “para defender sua honra e reputação

de sua corporação, os oficiais podiam ser chamados a impor disciplina interna que pusesse freio nas ações dos patrulheiros” (HOLLOWAY, 1997, p. 224, grifo do autor).

As relações entre Polícia Militar e sociedade nunca foram fáceis, principalmente com as mudanças referentes aos princípios liberais do Estado moderno. Em 1888, o coronel no comando da Polícia Militar expõe seu ponto de vista ao declarar a dificuldade da garantia do direito do cidadão à proteção e à moralidade, inteligência e costumes do povo. Em suas palavras:

[...] não é necessário muito para saber-se que os elementos retirados de um todo para constituírem um corpo à parte adotam a este com propriedades daquele. Não é, portanto, para admirar que a polícia de uma nação traga a característica da moral, costumes e inteligência de seu povo. (HOLLOWAY, 1997, p. 226).

As palavras do coronel tentam justificar sua corporação ante a obediência às ordens sem questioná-las e a ação independente, tida como prejudicial a uma cadeia unificada de comando. A seu ver, a Polícia Militar deveria ter uma *“disciplina inteligente para que cada um policial possa ter iniciativa própria nas circunstâncias especiais em que porventura se possa achar”* (Registrado na NA, IJ6 264 (OCP-C), 24-3-1888, HOLLOWAY, 1997, p. 300, grifo do autor). Quanto à imparcialidade ideológica lemos em Holloway (1997):

A corporação da Polícia Militar nunca chegou a ser o instrumento do poder do Estado perfeitamente afinado, preciso e imparcial que alguns líderes políticos gostariam que fosse. Mas as experiências fracassadas ao longo dos anos juntamente com as lições aprendidas nos períodos em que a disciplina militar se tornou relativamente frouxa, demonstraram que a Polícia Militar foi o melhor que a elite civil pôde conseguir. (HOLLOWAY, 1997, p. 226).

A partir da efervescência do golpe de Estado, que culminou na Proclamação da República, os oficiais da Polícia Militar começaram a utilizar o título de cidadão em sua patente e seu nome. A corporação possuía, desde sua formação em 1831, um contingente maior e estava fortalecida pela superação das circunstâncias históricas finais do Império.

As instruções, quanto aos procedimentos modernos, ganham força e as hierarquias superiores recomendam aos comandantes que haja compreensão quanto à moderação de atitudes violentas, ao uso de armas em legítima defesa quando agredidos e ao não espancamento de indivíduos ébrios.

2.1.6.2. O contexto social republicano: primeira fase

Diziam os positivistas que os mortos governavam os vivos, o passado o presente. Ao reler a história com os olhos de hoje talvez pudéssemos dizer que os vivos, ao tentar reconstruir o passado, tentam governar os mortos na ilusão de poderem governar a si próprios. Ou, em versão pessimista, na frustração de não o poderem fazer. (CARVALHO, 2004, p. 14).

Carvalho (2004) ressalta o espírito social do contexto da primeira fase republicana aos olhos da do cidadão comum brasileiro através da perspectiva de dois intelectuais participantes do período. Um deles é Aristides Lobo, o propagandista da República, e o outro, um francês residente no Brasil, Louis Couty.

Para o autor, tais observadores participantes alçam legitimidade em seus dizeres por serem primeiramente “pessoas esclarecidas e interessadas nas mudanças sociais e políticas que fermentavam a seu redor” (CARVALHO, 2004, p. 10, grifo do autor), de igual modo por seus relatos terem sido proferidos dias após a inserção do novo regime e, com isso, declararem suas percepções ao evidenciarem as falhas observadas para a sociedade, bem como para os protagonistas políticos envolvidos: os militares brasileiros.

Em Aristides Lobo, ressalta-se a ausência do protagonismo popular na busca pelo ideário republicano ao avaliar que o povo *assistira a tudo* [referindo-se ao cenário da Proclamação da República] *bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar*²². Em Louis Couty, a análise da situação sociopolítica da população brasileira apática e passiva se choca com a mobilização e organização francesa. Sua indignação se resume à frase: “o Brasil não tem povo”²³.

A distorção elitista proferida por Lobo e o etnocentrismo francês de Couty retratam não apenas a questão da cidadania entre os membros participantes do povo entre si, mas também o problema do relacionamento “entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político e o cidadão e a atividade política” (CARVALHO, 2004, p. 10, grifo do autor) no contexto brasileiro. Todavia, para além de uma visão maniqueísta das relações cidadão-Estado, Carvalho (2004) ressalta que essa relação se constitui em via de mão dupla em busca de eixos que estabeleçam equilíbrios mesmo que díspares. Em

²² Carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de SP em 18/11/1889. Citada por Leôncio Basbaum em História sincera da República de 1889 a 1930. SP: Fulgor, 1968 *apud* CARVALHO, 2004, p. 9 e 165

²³ Louis Couty, L’esclavage du Brésil. Paris Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881, p. 87 *apud* CARVALHO, 2004, p. 9 e 165.

sua concepção: “Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (CARVALHO, 2004, p. 10, grifo do autor).

A ausência de iniciativa popular não foi refletida pela grande mídia jornalística do momento, embora uma parcela dos excluídos do sistema imperial demonstrasse entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação social. No início da década de 1890, o jornal *Echo popular* do militante Luiz da França e Silva reverbera o anseio pela formação de um partido operário. Previamente, o Partido Republicano Paulista – PRP –, fundado por barões do café desde 1870, demonstrava envolvimento em articulações em torno de seus respectivos interesses, tais como a aquisição de órgãos de imprensa.

O partido tentou comprar o Correio Paulistano, mas diante da recusa dos proprietários partiu-se para criação de um órgão jornalístico próprio. Foi então que Américo de Campos e Campos Sales, ambos signatários do manifesto republicano paulista, reuniram um grande número de acionistas e fizeram tomar corpo a ideia de criação de um órgão financiado por republicanos. Os acionistas eram agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas advindos da nova região [referindo-se à região paulista]. A sociedade se organizou sob a forma de comandita e os dois maiores acionistas, Rangel Pestana e Américo de Campos assumiram a direção do jornal²⁴. (ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH – SP, JUL 2011, 4).

O jornal intitulado Folha Independente teve sua primeira publicação em 04 de janeiro de 1875 e se pronunciava como independente de partido e livre de advogar pelos interesses dos próprios donos. Outro jornal, este do operariado, foi o *Voz do Povo*, da capital brasileira. Ele não deixou de despertar nos excluídos do sistema certo entusiasmo com as novas possibilidades de participação social. Temáticas comparativas com a revolução francesa de 1789 garantiam serem aqueles os tempos de liberdade, igualdade e soberania à parcela excluída da sociedade.

Em que setor social midiático fosse propagada a ideia republicana, ela irrompia com a imagem do novo em busca de uma identidade cidadã brasileira. As cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, passaram a ter ares de lugar clássico do desenvolvimento da cidadania, entretanto, era a burguesia, mais bem organizada e detentora do poder

²⁴ Fonte: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, 4.
< [1300647521_ARQUIVO_Trabalhocompleto-PaulaRamos.pdf \(anpuh.org\)](#) > acesso em 07/12/2020 às 16h14min.

político e econômico, a beneficiada com as mudanças - *O burguês foi o primeiro cidadão moderno*²⁵.

Em tese, a capital do Brasil nos anos iniciais da República era a maior cidade do país e se constituía no melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. “O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país” (CARVALHO, 2004, p. 13, grifo do autor). As transformações sociais e culturais que efervesceram com o novo regime perduraram até o final do governo Rodrigues Alves (1902-1906), quando, enfim, estas se sedimentaram e se estabeleceram como rumos da política republicana para o país e para a capital.

2.1.7. A Capital da República: transformações sociais

O Distrito Federal da República fermentava ainda as últimas mudanças sociais provenientes da queda do império e da abolição da escravatura às vésperas da Proclamação da República. Todas essas transformações traziam dificuldades com a nova vivência ante os problemas que se assomavam às características da Capital, entre eles, os mais marcantes eram a exclusão social e o crescimento populacional.

A alteração da população da capital incluía: um contingente enorme de mão-de-obra escrava lançada no mercado livre à condição de subempregada e desempregada, um êxodo para a cidade por conta do setor cafeeiro, também de estrangeiros portugueses em busca de melhores condições de vida. O crescimento populacional era desenfreado e desequilibrado. Desse contingente, havia menores abandonados, ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, engraxates, carroceiros, bicheiros, capoeiras etc.

Tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época conforme Carvalho (2004). Dentre esses, os capoeiras se constituíram no setor populacional mais perseguido pelos chefes de polícia ao serem presos e deportados em grande número para Fernando de Noronha. O atual chefe, Sampaio Ferraz, com essa

²⁵ Sobre as cidades como centros de libertação e do desenvolvimento das relações contratuais, *In.*: Lewis Munford, *The city in History*. NY, Hartcourt, Brace and World, Inc., 1961, p. 261-5 *apud* CARVALHO, 2004, p. 12 e 165.

atitude vingava-se das hostilidades políticas sofridas pelos capoeiras incorporados à Guarda Negra²⁶. A intolerância estendeu-se para os estrangeiros anarquistas deportados por decreto presidencial²⁷ precedido por solicitação do chefe de polícia.

Ademais, a capital apresentava muitos problemas relativos à urbanização, para uma cidade que se queria lançar à condição de civilizada, e à habitação, tanto em quantidade como em qualidade após ter boa parcela dos excluídos ocuparem zonas periféricas. Epidemias de varíola e febre amarela uniram-se as de malária e tuberculose no ano de 1891, considerado particularmente trágico pelo alto índice de mortalidade.

Pelas questões econômicas e financeiras, nas primeiras décadas da República, o país vivia tempos turbulentos com inflação, especulação, oscilação de câmbio. “Por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação” (CARVALHO, 2004, p. 20, grifo do autor). Já os militares sentiam o poder nas mãos como há muito – desde o período regencial – haviam perdido. Contudo, havia muitas confusões entre generais que brigavam entre si ou com almirantes e, sobretudo, do Exército que brigava com a Armada e vice-versa.

Essas agitações se propagaram para as ruas, ainda mais com o cenário do poder aquisitivo erodido pela inflação. As primeiras paralisações da capital foram promovidas por ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes. O clima de tensão política unia-se à xenofobia florianista e à perseguição a monarquistas que resultaram em quebras de jornais, arruaças e vaias a congressistas morte e espancamento de portugueses e assassinato de inimigos.

Nenhuma corrente ideológica foi produzida nesse período e as que circulavam já estavam sedimentadas desde o império: o liberalismo, o positivismo, de suma importância no período republicano – a quem dedicaremos subtítulo a parte -, dentre outras que foram impulsionadas pelo socialismo. Parte dos republicanos movia-se em

²⁶ Carlos Eugênio Líbano Soares considera a Guarda Negra um dos fenômenos mais comentados e menos estudados da história da abolição da escravidão no Brasil. [...] A imagem popular que sobreviveu desse episódio é a de grupo de ex-escravos que, agradecidos pelo decreto que pôs fim à escravidão no Império do Brasil, assinado pela regente do trono, a princesa Isabel, se mobilizaram contra os adversários do regime monárquico, imputando a estes a vontade de derrubar a coroa como reflexo do inconformismo com a Lei Áurea. Fonte: [A Guarda Negra: A Capoeira No Palco | PDF | Brasil | Escravidão \(scribd.com\)](#) acesso em 09 de setembro de 2021 às 21h26min.

²⁷ o primeiro desses decretos data de 14 de agosto de 1893. Fonte: Carvalho, 2004, p.24.

prol do liberalismo difundido nas concepções de Spencer com ideias federalistas, havia os que se moviam numa visão mais rousseauiana de contrato social.

Entre os de escala social inferior, participavam os intelectuais da classe média, os artesãos qualificados, dentre outros que priorizavam a intervenção na política sediada pela ideologia socialista. Estes dispunham de jornais menores, propagandas e tentativas de organização que pudessem traduzir as propostas de natureza socialista em ações concretas. Em menor escala, encontravam-se os anarquistas com propostas radicais para a estruturação política do país.

Em linhas gerais, a discrepância social era marcada por um abismo entre os pobres e os republicanos, geralmente firmado por muitas medidas administrativas que levaram ao descontentamento popular em reações de desaprovação com o novo regime. Prova dessa reação está marcada na revolta da vacina que, mesmo com caráter benéfico gerou antipatia da massa populacional.

Dessa forma, a falta de organização em um pacto de poder gerou instabilidade durante os primeiros tempos da República. A insatisfação popular gerou agitações por todo o país: guerra civil nos estados do sul, crise do mercado de café, riscos de fragmentação do país entre revoltas populares e militares, nas quais ambos se aliavam nas participações sociais em contraposição ao governo.

2.1.7.1. A ação policial no período republicano

As funções da Polícia Militar no império eram amplas em suas atribuições sociais quanto a tudo o que se referisse à noção de respeito à ordem e ao sossego público. Era da alçada do Intendente de Polícia diversas funções que, ao longo dos anos, foram descentralizadas para outros cargos públicos, tais como os de Prefeito e as relativas às instâncias jurídicas. Conforme a modificação do papel do Estado no século XIX e a inserção do pensamento liberal, mesmo em um país escravocrata, o papel da polícia se reconfigura a diferentes atribuições referentes à Ordem Pública - termo que assente novos sentidos para além da mediação nas relações entre senhores e escravos.

A expressão Ordem Pública exprime-se na restrição de um processo de atribuições, e isso gerou uma necessidade de afirmação da Polícia Militar em seu papel de “agência encarregada de estabelecer a ordem no espaço urbano através do uso

legítimo da força” (BRETAS, 1985, p. 47, grifo do autor). Havia disputas entre polícia e exército na luta pelo direito de policiar a cidade. Todavia, o amparo legal oferecido pelo Estado à instituição policial garante a discussão da temática em favor da distinção entre uso da força e uso da violência nesse período.

A Independência traz o país para a modernidade iluminista, a República, um novo diálogo com o Positivismo. Dessa forma, o sistema repressivo é reelaborado na obtenção de resultados, entretanto, o paradigma da ação policial voltado à função de fiscalizar as atividades do cidadão continua imutável.

A polícia do Rio de Janeiro continuava submissa ao governo federal por intermédio do Ministério da Justiça. A divisão entre Polícia Civil e Polícia Militar foi questionada nos primeiros anos da República; da mesma forma a submissão ao governo federal.

No congresso, muitos parlamentares defendiam a municipalização da polícia. Todavia, sai vitoriosa a alegação de que cabia ao governo federal a manutenção da ordem. Outra discussão colocada em pauta foi a militarização da polícia. Essa discussão se prolongou por anos e mais no seio da República e encontrou apoio na Brigada – Polícia Militar do Distrito Federal, que também atendia pelos nomes de Corpo Militar de Polícia, Brigada da Capital Federal e Força Policial do Distrito Federal.

A Brigada tinha como intento o afastamento do policiamento de rua para reservá-lo apenas as atividades de grandes agitações políticas ou operárias. Essa reivindicação é responsável pelo Decreto 4.762 de 05 de fevereiro de 1903 que estabelece a criação da Guarda Civil.

Ante as mudanças efetuadas no período republicano inicial e as novas premências sociais, a divisão estabelecida entre Polícia Militar e Polícia Civil traz à tona a necessidade de retomada dos planos da constituição de uma polícia científica. Tais reformas atingiram os métodos e os estilos de policiar, bem como o de conhecer o crime e preveni-lo por meio da ciência.

Os novos métodos suscitam debates sobre o despreparo do agente tanto civil quanto o praça da brigada. Além de ser um empregado da agência do Estado colocado no mercado de trabalho, ambos os profissionais necessitavam ressignificar seus saberes para atuarem no novo contexto social.

O exercício da atividade policial continuava a ser realizado por um contingente despreparado, e isso trazia acúmulo de problemas não apenas pelo desconhecimento que se tinha da cidade, mas também pela forma como ainda se agia perante os conflitos embasados por lei. O decreto 3.640 de 16 de abril de 1900 restaura a tradição imperial na constituição do cargo de chefe de polícia. Essa postura é vista como retrocesso, pois a nomeação do cargo, nas mãos do Presidente da República, representava um possível “trampolim” (BRETAS, 1985, p. 50, grifo do autor) para a assunção de cargo no Supremo Tribunal Federal.

A relação chefe de polícia-política estava, portanto, intrinsecamente ligada ao Chefe do Poder Executivo e a seu reduto ideológico político-partidário. A ocupação dos cargos era escolhida de comum acordo entre os bacharéis do Distrito Federal e os que se ajustavam ao cargo não necessitavam ter experiência policial.

Quanto ao plano de carreira, o policial militar iniciava seu serviço como praça e dele não se exigia a alfabetização. Somente com o novo plano de carreira é introduzida a lei que exige alfabetização. A profissão era árdua, malvista e o contingente nunca era plenamente preenchido. O preparo era feito apenas uma vez até ser considerado apto. Após esse processo, o policial militar não voltava a ter instrução.

Ainda em 1901, institui-se a reforma da Polícia Militar pelo Decreto 4.272 de 11 de dezembro de 1901. Este Decreto reforça a instrução, exige a promoção por meio de exames práticos das armas. Neste período, a carreira não garantia segurança aos que a exerciam, seja esta referente à manutenção da vida ou a estabilidade no cargo. A situação era a de desprestígio, a ponto de deixar de ser considerada parte do funcionalismo público, o policial militar estava sujeito a processo de responsabilidade e crime comum.

As tentativas de dignificar a profissão e melhorar a qualidade de pessoal perpassam as tentativas de criação de revistas e guias policiais tais como o *Almanaque da Brigada Policial* de 1892 e a *Revista Policial* de 1903, ambas assumiam o papel de órgão informativo voltado para os praças por seus conteúdos técnicos e sociais; em 1910, nasce o primeiro *Guia Policial* com intento semelhante. (BRETAS, 1985, p. 50 grifos do autor).

Outro problema estava na inimizade estabelecida pelo controle social entre Exército e Polícia Militar. O Exército tinha caráter de oficialidade na instituição do regime republicano e agia como fiscalizadora do trabalho policial.

A população, em meio a esses confrontos, se colocava a favor do Exército e destilava seu ódio contra os policiais. Em carta enviada e publicada pela imprensa percebemos essa preferência: “Não devemos e nem queremos brigar com o Exército e nem com a Armada que são nossos defensores, mas sim com a polícia assassina e infame” (Correio da Manhã, 24/08/1903 *apud* BRETAS, 1985, p. 52, grifo do autor).

O policial era malvisto, mal preparado e repudiado pela sociedade mesmo que esta prescindisse de seus serviços. Ao mesmo tempo em que se exigia um serviço de proteção à sociedade, não lhe eram concedidas as qualificações necessárias para o exercício de boa qualidade exigido pela profissão.

Ideologicamente, o trabalho da Polícia Militar, no período republicano, voltava-se ao papel de controlador do cidadão trabalhador em prol de uma ordem capitalista. Aos olhos da burguesia em ascensão, a Polícia Militar era um instrumento eficiente para a obtenção de seus fins. Na concepção de Bretas (1985):

O estudo mais acurado das práticas policiais cotidianas revela que as coisas não são tão simples, e que a polícia buscando ocupar o lugar de garantia da ordem numa sociedade em que a dominação não está consolidada, tem sua identidade negada – a própria ordem é negada – seja pelas camadas populares, seja pelas elites que controlam o Estado. (BRETAS, 1985, p.53).

A função dedicada ao policial militar pelas instituições que ansiavam o domínio e o poder político e econômico era o estabelecimento da ordem, por isso a instituição, sem ter reconhecida a identidade a que aspirava, volta-se contra todos aqueles que ameaçavam a ordem ao valer-se de estratégias de sobrevivência que lhes eram possíveis ante o despreparo e a falta de instrução no decorrer da constituição de carreira. A função mediadora torna-se, conseqüentemente, a violência como *expertise* para com as camadas populares e o sentimento de resistência e busca por conciliação de ambos os lados.

O policial militar também enfrentava o problema de conviver nas mesmas regiões por onde circulavam os gatunos. A convivência fazia parte da lógica do nível de

vida dos policiais, e isso interferia nas perseguições e nos possíveis acordos que poderiam ocorrer por se configurar em suspeita de corrupção do sistema.

A arbitrariedade do uso da violência era outro fator levantado como problema que alcançava diversos setores da sociedade. O alvo eram grupos minoritários e mal integrados socialmente: estrangeiros, prostitutas, vendedores ambulantes, menores abandonados etc.

No início do século XX, Bretas (1985) acentua a violência policial crescente como uma das práticas policiais que se sobressaiu mediante os problemas enfrentados em busca de uma postura cidadã e o novo regime que despontava no país. As confusões do domínio da Ordem Pública estabelecida entre o Exército e a Polícia Militar demandaram esforços por reconhecimento perante a sociedade.

O estabelecimento de um plano de carreira traz à tona questões pertinentes. Entretanto, este ainda se coloca distante do aceitável para a efetivação de uma polícia eficiente e preparada. A relação polícia e sociedade impressiona por sua ineficácia em estabelecimento de mudanças no que havia ocorrido no século passado e no regime anterior.

2.1.7.2. República, Positivismo e sociedade moderna: A representação da Polícia Militar

A notória influência da ideologia positivista na instauração e no prosseguimento do período republicano brasileiro fortaleceu laços políticos, militares e sociais que perduram até hoje como substrato de ideias da ciência protagonista daquele século: a sociologia -, haja vista a permanência do lema presente em nossa bandeira: Ordem e Progresso.

Os adeptos de Augusto Comte no território nacional fervilhavam *um bando de ideias novas*²⁸ representadas pela filosofia positivista difundida com maior veemência no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Lima Filho (s/d) cita Luís Pereira Barreto como um dos primeiros positivistas convictos que apresentou propostas para um projeto civilizatório, tanto do ponto de vista material, relacionado a uma nova concepção de sociedade, quanto espiritual. Do ponto de vista social civilizatório, a

²⁸ LIMA FILHO, Acacio Vaz de. O Positivismo e a República. *In.*: < <https://www.revistas.usp.br> > acesso em 03 de jun de 2021 às 21h17min.

solução era alcançá-la pela educação; o exercício do poder estava restrito apenas aos letrados nos conhecimentos científicos. Do ponto de vista espiritual, a solução estruturava-se na igreja positivista fundada em 1876 com o título primeiro de “Sociedade Positivista do Brasil” seguido de “Igreja Positivista do Brasil” com intento de preservação pura das ideias comteanas.

Outro nome mencionado por Lima Filho (s/d) é o de Alberto Salles por seus ideais relativos ao sociologismo. Defensor ativo do sistema republicano ao ser considerado com o epíteto de “ideólogo da república”²⁹. *À sombra do Positivismo construiu-se uma facção política*³⁰, que ganhou maior espaço após a Proclamação da República.

*A filosofia positiva teve maior influência entre os militares, que entre os civis*³¹, embora fosse uma doutrina considerada antimilitar e incompatível com o espírito guerreiro. Os novos cadetes seguidores de Benjamin Constante Botelho de Magalhães, professor da escola militar, eram denominados de os “cadetes filósofos” (LINS, 1964, p. 545, grifo do autor) e foram eles que na condição de discípulos os impulsionadores da Proclamação da República e esteios dos demais governantes da primeira fase republicana.

Em discurso, Afrânio Peixoto *apud* Lins (1964) refere-se:

A lição de Benjamin Constant ao Brasil foi esta, simples, bela, confortadora: sem sair da doutrinação, apenas com os meios suasórios da educação, podem-se mudar instituições [...] Ele não foi outra coisa. A própria farda que vestiu foi apenas indumentária ao mestre. Se soldados o ouviram, eram apenas alunos. E a convicção se fez. As palavras se tornaram atos. Venceu sem violência, como devem vencer as ideias. (LINS, 1964, p. 545).

Ainda em Lins (1964) a influência positivista registrou no Brasil contribuições filosóficas nas reformas educacionais que desembocaram numa “teoria geral da educação” (LINS, 1964, p. 546, grifo do autor). Todavia, essa mudança não atuou com o mesmo vigor entre os militares policiais e a massa proletária apesar de ser este o objetivo ressaltado pelo professor Tocary Bastos “formar sábios e técnicos que deverão

²⁹ LIMA FILHO, Acacio Vaz de. O Positivismo e a República. *In.*: < <https://www.revistas.usp.br> > acesso em 03 de jun. de 2021 às 21h17min. p.16.

³⁰ LIMA FILHO, Acacio Vaz de. O Positivismo e a República. *In.*: < <https://www.revistas.usp.br> > acesso em 03 de jun. de 2021 às 21h17min. p.21.

³¹ Idem. *In.*: < <https://www.revistas.usp.br> > acesso em 03 de jun. de 2021 às 21h21min. p.26.

situar-se no alto da pirâmide social [9], o que é precisamente o ideal da pedagogia moderna” (LINS, 1964, p. 547, grifo do autor).

Artigo produzido por Rosemberg (2008) relata como era a representação da Polícia e do policial frente ao público no período final do Império e Primeira República na imprensa humorística do período. Longe de serem representantes afeitos ao conhecimento científico e a Filosofia em voga, os policiais militares eram retratados sob diversos aspectos, conforme se segue nos setores midiáticos:

Em 1906, a Missão Francesa foi contratada pelo então governador do estado de São Paulo Jorge Tibiriça para “treinar e adestrar sua Força Pública. A vinda de uma instrução estrangeira visava a marcar a força econômica e autonomia administrativa de SP vis-à-vis o governo federal, num período de tensa acomodação política” (ROSEMBERG, 2008, p. 64, grifo do autor).

O intento da Missão Francesa visava politicamente ao governo do estado a “afirmar São Paulo como locomotiva [econômica e administrativa] da nação” (Love, 1982 *apud* ROSEMBERG, 2008, p. 64, grifo do autor) na criação de um exército paulista: uma polícia militarizada superior em preparo e logística às Forças Armadas nacionais. Críticas midiáticas não faltaram para evidenciar o espírito competitivo entre o estado paulista e a nação, de igual modo à postura da corporação e à conduta ignorante e violenta dos policiais militares. O jornal satírico *A Plateia* por ocasião publica em suas páginas os seguintes versos:

A reforma da polícia
ontem foi muito falada
e a manobra, que delícia!
como foi executada
E o Zé-povo já começa
a toda gente indagar:
que reforma então é essa?
como irá isso acabar?
Há quem se julga saber
que a polícia, desta vez,
terá mesmo de aprender
um bocado de francês
Há também quem se abalança
a afirmar alto e bom som,
que ela vai aprender dança
e a marcar um *cotillon*
Quando bater num sujeito
que na rua faça trica,

baterá com muito jeito,
 e com luva de pelica.
 Vai a polícia ficar
 um encanto, uma beleza,
 que até vontade há de dar
 de tê-la sobre a mesa
 (A Platéia, 1906, *apud* ROSEMBERG, 2008, p.63.)

A essa se seguem outras galhofas da imprensa:

Um oficial francês instruindo um soldado de polícia:
 – À la gauche! O soldado estupefato:
 – Que gancho, seu tenente?
 – Eh, bien à la droite!
 – Aladroadado não senhor, seu tenente, si V.S. pegá nos insultá eu
 arrequeiro bacha.
 Veja lá como fala, ‘monsiú’.
 (*apud* ROSEMBERG, 2008, p.65)

Mediante a função exercida, o policial militar brasileiro estava aquém do conhecimento filosófico positivista, pois era representado e representava - assim como representa - o poder de punir, de prender e de ofender. Oriundo das classes sociais menos favorecidas, conforme Rosemberg, 2008, “os praças continuavam a possuir baixa qualificação com origem na pobreza” (ROSEMBERG, 2008, p. 107, grifo do autor).

De acordo com a análise de Hebe Mattos, esses indivíduos sem ofício eram aqueles que não tinham estabelecidos laços de sociabilidade comunitária e familiar ou mesmo se enraizado em determinada região como pequenos lavradores. Premidos pela pobreza, eram obrigados a vagar em busca de uma oportunidade de ocupação pontual e volante. (ROSEMBERG, 2008, p.105).

A *charge* abaixo retirada do jornal *O Malho* confirma a visão exposta por Rosemberg, 2008 a respeito da representação do policial militar no início do período republicano, ante as tentativas de modernização da Polícia Militar e “a boçalidade [...] envernizada pelo fardamento” (ROSEMBERG, 2008, p. 70, grifo do autor):

Figura 1. Justiça se faça



Fonte: O Malho, 26 de junho de 1909, p. 44.³²

Quanto ao aspecto relativo à sociedade, os policiais militares eram malquistos entre os populares e, assim como representado na imprensa, era motivo de troça e ofensas proferidas pelos transeuntes em modinhas populares: “sai daqui “morcego”.” (ROSEMBERG, 2008, p. 66, grifo do autor). Todavia, Rosemberg, 2008, relata a solicitação constante da força policial em locais considerados perigosos por parte da sociedade na contenção de desordens e incômodos diversos.

A visão da Polícia Militar era muito discrepante do militar escolarizado até mesmo dos manuais propagados pelas missões estrangeiras que passaram pelo país

³² < [O Malho \(RJ\) - 1902 - 1953 - DocReader Web \(bn.br\)](#) >

com intentos de modernização das polícias brasileiras como a ocorrida em 1906 em São Paulo.

2.1.7.3. O Movimento Tenentista, a Revolução de 1930 e o Primeiro Período Democrático

A consolidação do Estado brasileiro historicamente foi permeada por diversos conflitos políticos que reverberaram nas instituições sociais e, conseqüentemente, na concepção de cidadania e estruturação do povo em relação a seus direitos e deveres como cidadão. Inserido no conjunto de manifestações da década de 20 do século XX, o Movimento Tenentista procurava instituir amplas mudanças no modelo de Estado vigente da Primeira República.

Para além de uma disputa provincial, “o ideário Tenentista pretendia combater os “vícios e desvios” criados pelos denominados políticos profissionais” (FAGUNDES, 2010, p. 127, grifo do autor). O que se considerava desvio era o quadro político eleitoral viciado no regionalismo da política intitulada “café com leite” que elegia representantes nacionais apenas representantes em alternância entre os estados de Minas Gerais e São Paulo através da corrupção eleitoral.

Era igualmente conhecida como Política dos Governadores. Ela funcionava a base de um sistema eleitoral com normas e regras próprias, que controlava com punho firme quem estaria no poder e cuidava para que seus respectivos candidatos não saíssem derrotados na disputa eleitoral. Oligarquicamente, as províncias mineira e paulista firmavam, por meio de um sistema de coronelismo, o regime representativo econômico e social pelas vias da alternância do poder republicano. Motivo pelo qual a província de São Paulo, recém alçada a “locomotiva da nação”, ansiava pela formação de uma Polícia Militar mais bem estruturada do que a nacional até o presente momento, conforme atos tomados com intuitos de modernização, bem como demonstração de poderio da Polícia Militar.

Seguida da Semana de Arte Moderna, da Revolução de 1924, da Coluna Prestes e da fundação do Partido Comunista do Brasil, o Tenentismo ganha contornos nacionais, pois passou a ser interpretado no conjunto dos episódios que marcaram “a crise dos anos 1920” (FAGUNDES, 2010, p. 128, grifo do autor)³³. Jovens tenentes que se sentiam

³³ O termo Tenentismo só adquiriu significado a partir da obra escrita por Virgílio Santa Rosa na interpretação desse movimento. FAGUNDES, 2010, p. 128.

a margem do sistema político oligárquico se constituíram em fonte principal dos atritos. A base dos conflitos era partidária pela falta de sintonia com as estruturas oligárquicas de poder. “Pela ausência de outra estrutura política com igual capacidade de organização e mobilização, [...] os tenentes acabaram assumindo a dianteira das manifestações de protesto contra as elites políticas” (FAGUNDES, 2010, p. 128, grifo do autor).

Os levantes do Tenentismo adentraram a década seguinte e culminaram na Revolução de 1930. O ideário dessa revolução era idêntico ao ideário Tenentista: acabar com os vícios eleitorais em busca da implantação de um poder centralizador não provinciano na formação dos pilares de um Estado Nacional - a deposição de Júlio Prestes e Washington Luís.

A cisão da política “café com leite” permite que Getúlio Vargas ascenda ao poder, por meio da conspiração que resulta na revolução e tomada do poder com a deposição de Prestes e a morte de Siqueira Campos. As novas formas de vida social com suas novas configurações, a partir do enfoque da conflitualidade reordena o espaço social brasileiro. Todavia, as redefinições das classes sociais, as relações de raça e gênero continuavam permeadas nas desigualdades ante o processo de formação da sociedade.

A Polícia Militar, como qualquer instituição pública burocrática moderna, controla seus funcionários. O foco é voltado para dentro da organização: normas, regulamentos internos, rotinas e procedimentos, do mesmo modo para com o superior hierárquico que avalia desempenhos. As dificuldades e atendimentos às demandas sociais aliam-se às pressões por modernidade numa sociedade em constante processo de mudança, ainda mais com a crise mundial de 1929, que reverberava seus efeitos no Pré-Primeira Guerra Mundial.

A nova Assembleia Constituinte resultou na Constituição de 1934, entretanto é a Constituição de 1937, também no período Vargas, a primeira a citar os termos ordem, tranquilidade e segurança pública, sem, no entanto, estabelecer definições precisas para sua efetivação no âmbito do trabalho policial. Sabemos que a dinâmica do poder resulta em negociações e restrições dos sujeitos sociais inseridos no conjunto das organizações. Segundo Skidmore (2003), “a estratégia de Getúlio, durante o Estado Novo (1937-1945), era depender dos militares para a estabilidade política e de seus tecnocratas para a administração” (SKIDMORE, 2003, p. 164., grifo do autor).

Esse caráter de dependência militar resvala no aparato repressivo que acompanhou o Estado Novo. Em Skidmore, 2003, lemos:

Mais visível era a polícia, que no Rio era comandada pelo notório sádico Filinto Müller, cuja equipe chegou a ter um acordo secreto com a Gestapo. A tortura de suspeitos políticos era frequente e não havia recurso seguro aos tribunais, dada a constante invocação pelo governo da Lei de Segurança Nacional. Havia também campos de detenção em locais distantes como a ilha Fernando de Noronha. Um desses presos políticos, Graciliano Ramos, escreveu um marcante livro de memórias sobre seu sofrimento, *Memórias do Cárcere* (publicado apenas em 1955) ... (SKIDMORE, 2003, p. 164).

Por seu caráter populista, o governo Vargas colaborou para a promoção da cultura popular, tais como, o Carnaval e desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro, o futebol como instrumento agregador das raças, com afro-brasileiros presentes na Copa do Mundo de 1938, por meio da Criação do Conselho Esportivo Nacional dentre outras atitudes que favoreceram a formação da identidade nacional. Todavia, Skidmore, 2003, cita o lado sombrio desse patrocínio com a identidade nacional àqueles *definidos como “não brasileiros”* (SKIDMORE, 2003, p. 169, grifo do autor) – judeus, japoneses etc. – submetidos a discriminações embora não abrangente e sistemática como a ocorrida na Alemanha nazista.

Ante o clima mundial tenso do período da Segunda Guerra Mundial, “a polícia e as forças de inteligência de Getúlio frequentemente dependiam de agentes ingleses” (SKIDMORE, 2003, p. 170, grifo do autor). As relações EUA-Brasil estavam sendo fortalecidas pelo fornecimento de matéria prima aos Aliados – borracha natural, quartzo dentre outros minerais fundamentais para a comunicação através do rádio. O mundo vivenciava mudanças bruscas em sua escala de valores e crenças sociais.

Ainda, sob a égide do positivismo filosófico, a sociedade e a polícia se organizavam pelo paradigma mecanicista frente ao mundo. As relações de controle vinculavam-se à industrialização e pelos aspectos de rotulagem social. O contexto social reforçava *a tendência de criminalização de toda e qualquer dissidência política em relação ao governo federal*³⁴

A complexidade social brasileira, segundo Cancelli (2014), era dual, por um lado em relação a formação de um estado normativo e por outro pela exigência de um

³⁴ Fonte: <[Polícia política | CPDOC \(fgv.br\)](#)> acesso em 01/07/2021 às 19h32min.

modelo de controle da ação policial, como dispositivo de segurança visando à contenção de condutas sócio-políticas divergentes. É nesse viés, que em 10 de janeiro de 1933 é criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS – *com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes considerados capazes de comprometer “a ordem e a segurança pública”*³⁵.

2.1.7.4. Entremeios democráticos, Regime Militar e Polícia Militar: a era da ditadura

Os períodos entremeios politicamente democráticos – 1945 a 1964 - pouco influenciaram na postura das corporações policiais, sobretudo à Polícia Militar, dada a dificuldade de acesso às informações e a quantidade significativa de documentos produzidos, geralmente protocolados em três vias. Segundo Bretas e Rosemberg, 2013, “isso faz com que existam enormes arquivos, quase sempre malcuidados e desorganizados, que ficam ao final de uma estrada cheia de obstáculos” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 164, grifo dos autores)

Ainda conforme os autores, na década de 1970 do século XX, o acesso era inviável devido a dominação militar, ao controle do Estado relativos a repressões contra “a tentativas de organização e manifestação” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 165, grifo dos autores) e ao controle da pobreza urbana pela imposição da ordem e derrotas a lutas populares. O contexto histórico do entremeio democrático foi marcado pela Guerra Fria, no contexto mundial, em contraposição às ofensivas de um mundo subdividido pelas ideologias cubanas, soviéticas e americanas. No contexto brasileiro, infiltrações de representantes políticos favoráveis à revolução cubana marcavam as ofensivas como instrumento de influenciar “governos, universidades, associações profissionais, igrejas e qualquer outra instituição brasileira importante” (SKIDMORE, 2003, p. 212, grifo do autor). Por parte do governo dos EUA, sob John F. Kennedy, havia a crescente preocupação com a exportação da revolução para o Brasil.

Populistas e militares se opunham nos interesses, visto a crescente do Partido Comunista apontar, ao ponto de vista dos opositores, para a “ameaça comunista”, que ressoaria em Washington, dado ao governo daquele país conceder apoio a políticos da

³⁵ Fonte: < [Polícia política | CPDOC \(fgv.br\)](#) > acesso em 01/07/2021 às 19h32min.

ala de direita brasileira. (SKIDMORE, 2003). No âmbito da polícia militar, Costa, 2005, afirma que “as instituições policiais brasileiras estiveram durante todo o tempo de sua história inseridas no quadro da estrutura das relações de poder, como resposta às necessidades de controle” (COSTA, 2005, p. 106, grifo da autora).

A autora enfatiza as múltiplas contradições para a existência e função da polícia militar e a “confluência de expectativas implícitas entre as exigências impostas pelas elites, bem como as não elites a respeito desse papel” (COSTA, 2005, p. 107, grifo da autora): desumanização em relação aos desviantes e diferentes, a autorização da brutalização em oposição ao desejo de uma polícia que respeitasse o cidadão. Portanto, mesmo em períodos democráticos, as análises feitas demonstram que diversos segmentos da sociedade, inclusive os populares, consideram a guerra um mal necessário, na qual nem sempre ela é vista como um desvalor em relação à paz como valor.

Esse caráter, portanto, está ligado às origens da instituição Polícia Militar e às origens do Estado capitalista brasileiro que garantem e mantêm as condições de existência desse novo poder como meio de interação nas relações sociais. A garantia da punição se sobrepõe a garantia da educação como valor de correção. “A Polícia, no seu percurso histórico, existiu apenas nominalmente, na perspectiva de garantir os direitos democráticos e a segurança, incapaz de enfrentar tanto a criminalidade comum violenta, como o crime organizado” (COSTA, 2005, p. 108, grifo do autor).

O caráter ditatorial latino-americano acirrou essa visão, por preservar e realimentar a violência como instrumento de poder e controle social nos limites sociopolíticos. cremos, todavia, que tal controle demonstrou ser ineficaz no combate à criminalidade presente em todos os segmentos sociais, principalmente nas elites e detentores de poderes, sobretudo, os coercitivos – conforme quadro relativo à sistematização do poder expresso por Thompson, 1998, p. 25.

O papel da polícia durante o golpe que resultou no período ditatorial redundou em diversos aspectos autoritários já em seu primeiro “Ato Institucional”. De acordo com Huggins, 2006: “nas ruas, onde batidas policiais e militares executavam a “limpeza”, houve amplas buscas, detenções e prisões em massa. No final da primeira semana após o golpe militar, mais de 7 mil pessoas haviam sido detidas no Brasil” (Black, 1977 *apud*

HUGGINS, 2006, p.139, grifo do autor). Em aproximadamente três meses, uma estimativa de 50 mil pessoas.

O Segundo Ato Institucional – AI-2 – de 26 de outubro de 1965 acirra as primeiras normas e proclama o direito do Executivo Militar de governar sem consentimento do Congresso, fato semelhante ocorreu no Terceiro Ato Institucional – AI-3 – de 5 de fevereiro de 1966, que substitui as eleições diretas para governadores por indiretas supervisionadas pelas assembleias estaduais controladas pelo governo.

A resposta aos que se propuseram a enfrentar o sistema surgiu com o Decreto-Lei nº 317 de 13 de março de 1967³⁶, intitulada popularmente como “Lei Orgânica da Polícia” que aprofundou o controle sobre a sociedade em geral. De acordo com essa lei, “o secretário de Segurança Pública de cada Estado esclareceria e definiria rigidamente as jurisdições das duas principais corporações policiais do Estado” (HUGGINS, 2006, p. 142, grifo do autor).

À Polícia Civil, caberiam as investigações *post-facto* delegadas a esquadrões militarizados e equipes *swat*. As mais famosas por suas violências foram a Ronda Unificada do Departamento de Investigações - RUDI – e a Ronda Noturna Especial de Polícia – RONE. À Polícia Militar, caberia o policiamento ostensivo das ruas com unidades para interrogatório dos prisioneiros.

Conforme Huggins, 2006, a crença que vigorava entre os policiais da época era na subdivisão da sociedade em “bons cidadãos” e “subversivos perigosos” cabendo aos policiais um papel central na proteção do Brasil contra estes últimos” (HUGGINS, 2006, p. 143, grifo do autor). A partir de 1968, a violência aumenta progressivamente com a instituição do AI-5. Tal ato concedeu amplos poderes ao executivo militar, inclusive o poder de suspender todas as garantias constitucionais e individuais dos culpados por crimes políticos.

O Grupo de Operações Especiais – GOE – do Rio de Janeiro e o Departamento de operações especiais – Dops – receberam treinamento para guerrilha urbana pelo Exército Brasileiro e os recrutados deveriam ser “dignos de confiança”, isto é, homens de lealdade incontestável ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, nomeado pelos militares” (HUGGINS, 2006, p. 148, grifo do autor).

³⁶ Fonte: < [Del0317 \(planalto.gov.br\)](http://Del0317(planalto.gov.br) > acesso em 05 de jul. de 2021 às 15h57min.

Em São Paulo, em 2 de julho de 1969, instala-se secretamente a Operação Bandeirantes – Oban – com apoio dos EUA, com objetivos específicos de coordenar Polícia e Forças Armadas do Estado de São Paulo. A meta era “identificar, localizar e capturar grupos subversivos [...] com objetivo de destruí-los ou pelo menos neutralizá-los [...]” (Dops, 17/6/1974 p. 3, *apud* HUGGINS, 2006, p.150, grifo da autora). Com estas e outras células operacionais, as detenções passam a ser generalizadas. O governo militar sustentava a guerra com o emprego de interrogatórios agressivos, torturas em porções de delegacias de polícia, casas isoladas e acampamentos militares com ações documentadas nos tribunais militares.

Segundo Weschler, 1998 *apud* Huggins, 2006, os registros dessas ações foram “xerocados e clandestinamente levados para fora do país por ativistas dos Direitos Humanos” (HUGGINS, 2006, p. 155, grifo da autora). Segundo a autora, tais registros resultaram em arquivo composto por doze volumes de 6946 páginas sobre “as atrocidades desse governo” (HUGGINS, 2006, p. 156, grifo da autora).

2.2. A violência

Conceituar violência é algo complexo, ao considerarmos o imbricamento de fatos e ações em busca de uma noção que especifique a natureza do objeto em si. Michaud (2001) parte dos fatos para buscar uma conceituação objetiva, todavia, o autor reconhece que esse percurso é insuficiente para a apreensão de sua essência. Sendo assim, assassinato, terrorismo, agressão, criminalidade correspondem a atitudes nas quais a violência se materializa na condição de fato e ação.

Uma segunda tentativa volta-se para o âmbito etimológico da palavra no qual, há a palavra força – *violentia* (subst.) e *violare* (verbo), termos que se referem a *vis* [vigor, potência ou caráter essencial físico, força de ação], na qual o sufixo *is*, da passagem do latim para o grego, significa músculo. O debruçar-se sobre a etimologia ainda é vago ante a indeterminação de força de ação e da potência física, o que evidencia que conceituar violência, não é algo simples. Força, por sua vez, vincula-se a uma ampla gama de comportamentos passíveis, em sua maioria, de julgamentos de valor, mas também a uma potência natural, isto é, algo inerente em maior ou menor grau em cada indivíduo.

Não foram poucos os pesquisadores que a tentaram definir, a saber: Nieburg, H.D. Graham, T. R. Gurr. No entanto, todas analisadas limitantes para Michaud (2001) por eles considerarem: os atores sociais envolvidos em pé de igualdade e a insuficiência de objetividade dessas definições, ao desconsiderarem o que ele chama de estados de violência mais enganosos falsos e traiçoeiros.

Partindo dessa deficiência, o autor propõe conceituar violência pela ocorrência de danos mediante ações que causem direta ou indiretamente graus variáveis de interferência na integridade física e moral e que prejudiquem ou impossibilitem os atores envolvidos em suas respectivas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 2001, p. 10,11 *apud* MICHAUD, 1978, p.20, grifo nosso).

Tal conceito permite dar-se conta de diversas complexidades que adentram desde as situações de interação; “a violência não é apenas o enfrentamento aberto de dois adversários, mas o efeito de uma empresa anônima, na qual todo mundo se subtrai a responsabilidade” (MICHAUD, 2001, p. 20, grifo do autor). Os instrumentos utilizados no fato - própria mão, faca, arma e até instrumentos considerados “limpos”; *timing* ou distribuição temporal de forma maciça ou gradual, de fome subnutrição, afastamento da vida social e/ou danos impostos, sejam estes físicos, psíquicos e/ou laços culturais precisam estar inseridos no contexto de responsabilidade da ação.

Ainda assim, não se trata de uma conceituação, pois é evidente que o passar dos idos históricos interfere nas relações sociais e, conseqüentemente, em como o homem modifica tais relações a ponto de aceitar ou deixar de aceitar determinadas atitudes relativas ao que se concebe por violência e seus interesses envolvidos nesses fatos.

Michaud (2001) considera, portanto, a violência a seu caráter caótico por estar intimamente ligada a imprevisibilidade e ao desregramento absoluto, à transgressão a ordem que geram insegurança e anomia. Portanto, um problema epistêmico-social que implica transgressão da ordem e caráter de imprevisibilidade à medida que nos aproximamos do âmbito da violência. Esses fatores a interligam ao caos, à insegurança, como crença fundada na ideia de que tudo pode acontecer mediante a incerteza nos comportamentos humanos cotidianos e à guerra.

Dessa forma, a violência seria uma perturbação, um desregramento da ordem das coisas – segundo esses aspectos, ela pode ser libertadora ou amedrontadora por assumir um caráter transgressor. A discussão é ampla, todavia, consideramos ser a

violência um objeto passível de ressignificações conforme os fenômenos socioculturais e históricos sujeitos a esses pressupostos. No âmbito dessa análise, liga-se a esfera política analisada como “violência do poder ‘de cima’” que interfere no controle da criminalidade, mesmo que isso gere criminalidade pela força policial, na interferência dos poderes midiáticos em colocar grupos em disparidades em relação a outros grupos sociais.

2.2.1. Topologia da violência

O conceito de topologia em Han (2017) vincula-se à noção de violência em suas manifestações de ordem macrofísicas e microfísicas. O autor as subdivide nesses termos devido à tese de que a violência não desaparece, ela apenas se modifica, se desloca do caráter visível para o invisível ao dar a falsa impressão de que desapareceu. Na perspectiva do autor, ela se esconde no des-subjetivado dando lugar ao poder anônimo e no poder sistêmico da sociedade.

Em sua forma macrofísica, a violência se caracteriza pelas formas de dominação e inimizade expressas igualmente na linguagem, descredenciadora e degradante da supercomunicação, da superinformação da massa – donde provém nossa fonte de pesquisa sobre a violência na execução das análises dos discursos da mídia. Em sua forma microfísica, a violência atua nos espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neurais, por isso, assume caráter invisível, virtual, psíquico.

A polaridade positiva, presente na macrofísica da violência, por sua natureza atuante e explícita, de relações de tensão bipolar entre amizade-inimizade, ego-alterego, dentro-fora, manifesta-se na forma arcaica mediante sacrifício, sangue e por seu caráter mítico, conforme se demonstra nas narrativas dos deuses mitológicos. Enquanto, a microfísica, de polaridade negativa, age de modo sutil e implícito como um vírus que procura infectar o objeto ao tomar a forma de conflito interior em processo de auto exploração.

Dessa forma, a internalização da violência torna-se uma técnica de dominação que provê mecanismos de obediência, inclusive pelas vias simbólicas como modalidade de automatismo do costume. A violência se inscreve nas coisas auto evidentes e naturais, nos modelos da percepção e de comportamento que se tornam hábitos.

A violência passa a ser naturalizada e provê condições para que as relações de domínio vigentes se mantenham pelo discurso instituído. Essa técnica disciplinar se serve da internalização psíquica da coerção (HAN, 2017). Ainda conforme o autor, os meios de internalização correspondem a intervenções refinadas e discretas que penetram os dutos neurais e fibras musculares submetendo o indivíduo à coerção e aos imperativos neuropédicos. Essa é classificada como violência massiva que dá lugar a uma deformação gradativa do sujeito que pode levar a autoagressividade e até ao suicídio.

2.2.2. A violência como instrumento de trabalho, o papel do Estado e das Constituições brasileiras

Em Han (2017), a relação amigo-inimigo é uma dualidade ontológica que marca a violência atrelada ao âmbito do político, em que a fusão entre ambas as partes envoltas na relação não têm possibilidade de acontecer. Ela se caracteriza como domínio e tem sua gênese na comunicação ameaçada em suas questões existenciais. Nesse contexto, o autor afirma que no âmbito da economia não há inimigos, mas sim competidores; já na política, a motivação é a luta e a destruição do inimigo – como a que ocorre, por exemplo, na dualidade polícia-ladrão.

A ideia de inimigo demarca na arqueologia da violência as relações de poder. No contexto arcaico, a violência gera a contraviolência que torna os vencedores poderosos. Já na sociedade moderna, com a concepção de Estado, a violência torna o agressor culpado, passível de ser punido, pois cabe a Ele o exercício do papel regulador do justo e do razoável. Dessa forma, o Estado torna-se uma complexa configuração de poder que possui relações hierárquicas de domínio ao destituir a espiral violência-contraviolência.

Na sociedade capitalista, o capital e o dinheiro exercem funções tais como o sangue, o sacrifício no contexto arcaico, pois se dimensionam como recursos contra a morte. Quem os possui em abundância, exerce poder de controle sobre a relação tempo-capital. Em Schmitt (*apud* HAN, 2017), a inimizade é constitutiva da identidade pois, “somente diante de um inimigo é possível se manifestar o si mesmo com toda sua nitidez e inequivocidade” (HAN, 2017, p. 88, grifo do autor).

Ao delimitarmos à figura do agente de segurança pública como detentora do poder de ação pelo uso da violência em nome do Estado, consideramos que esse uso

ocorre em clima sociopolítico de temor do público e/ou da polícia quanto a um possível “estado de guerra” contra determinado segmento da população, assim “designado como “os inimigos do Estado”.” (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS e ZIMBARDO, 2006, p. 32, grifo dos autores).

Sendo esse poder oriundo da cultura operacional, do estilo de liderança e/ou do mandado organizacional, tais fatores não são suficientes para explicar a relação da macro e da microfísica da violência no âmbito policial. É preciso, para tanto, dimensionar esse tipo de violência em um processo sociopolítico e organizacional mais amplo.

A microfísica dimensiona a dualidade amigo-inimigo no âmbito social por meio dos papéis sociais marcados identitariamente pelos arquirrivals polícia-ladrão, mas também pelo sujeito de desempenho do caráter “disponível para tudo, enquanto sujeito disciplinar que tem de demonstrar um firme caráter” (HAN, 2017, p. 98, grifo do autor), para ser passível de confiança: “onde desaparece a confiança, a violência ganha entrada” (HAN, 2017, p. 112, grifo do autor). A microfísica abarca essa dimensão ao demonstrar que a violência policial pode ser invisibilizada ou a atenuada pelos fatores de manipulação política deliberada, pois nada mais perigoso que a banalidade dos processos e estruturas tidos como normalizados.

Ademais, no Brasil, o operário da segurança pública se depara com a busca pela segurança e pela ordem públicas tanto na teoria, quanto na prática diária da função, ao considerarmos que esses termos não foram e nem são claramente definidos nas constituições brasileiras. Historicamente, eles geram conflitos dadas as noções serem vagas em suas atribuições ao assumirem diferentes contextos, sem que, de fato, haja definições para elas nas diversas Constituições a que o país foi submetido.

Ao considerarmos a Constituição da República Federativa de 1988, promulgada no governo José Sarney, em seu artigo 144, tem-se que: *A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]*, seguida do parágrafo:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988³⁷).

³⁷ Fonte: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição(planalto.gov.br))> acesso em 02/04/2021 às 18h34min.

O Brasil, ao longo de sua história, teve mais seis Constituições ora promulgadas ora outorgadas e, em todas elas, as definições referentes à segurança e ordem públicas foram superficiais. Dessa forma temos:

Em 1824, a Constituição outorgada por Dom Pedro I – centralizou-se na figura do imperador em diversos aspectos inclusive o relativo à segurança – interna e externa -, pois em seu artigo 102, parágrafo XV, lê-se:

O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: [...] **XV** Prover a tudo, que *fôr* concernente à segurança interna, e externa do Estado, na *fôrma* da Constituição. (CARTA LEI DE 25 DE MARÇO DE 1824)³⁸.

Ademais, havia o Código Criminal elaborado posteriormente em 16 de dezembro de 1830, donde se lê a respeito de segurança apenas a referente ao Império e da *pública tranquilidade*:

TÍTULO IV - Dos crimes contra a segurança interna do Império, e *pública* tranquilidade - **CAPÍTULO I – CONSPIRAÇÃO - Art. 107.** - Concertarem-se vinte pessoas ou mais, para praticar qualquer dos crimes mencionados nos *artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dois*, não se tendo começado a reduzir a *acto*. (LEI 16 de DEZEMBRO de 1830).³⁹

³⁸ Fonte: < [Constituição24 \(planalto.gov.br\)](http://Constituição24(planalto.gov.br)) >acesso em 02/04/2021 às 19h06min.

³⁹ Artigos citados: **Art. 68.** Tentar *directamente*, e por *factos*, destruir a independência ou a integridade do Império. Penas - de prisão com trabalho por cinco a quinze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão perpetua com trabalho no *gráo* máximo; prisão com trabalho por vinte *annos* no médio; e por dez no mínimo. **Art. 69.** Provocar *directamente*, e por *factos*, uma nação estrangeira, a declarar a guerra ao Império, se tal declaração se verificar, e se seguir a guerra. Penas - de prisão com trabalho por seis a dezoito *annos*. **Art. 85.** Tentar *directamente*, e por *factos*, destruir a Constituição Política do Império, ou a *fôrma* do Governo estabelecida. Penas - de prisão com trabalho por cinco a quinze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão perpetua com trabalho no *gráo* máximo; prisão com trabalho por vinte *annos* no médio; e por dez *annos* no mínimo. **Art. 86.** Tentar *directamente*, e por *factos*, destruir algum, ou alguns artigos da Constituição. Penas - de prisão com trabalho por tres a doze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão com trabalho por vinte *annos* no *gráo* máximo; por doze no médio; e por seis no mínimo. **Art. 87.** Tentar *directamente*, e por *factos*, destronizar o Imperador; *prival-o* em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legitima da *successão*. Penas - de prisão com trabalho por cinco a quinze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão perpetua com trabalho no *gráo* máximo; prisão com trabalho por vinte *annos* no médio; e por dez *annos* no mínimo. **Art. 88.** Tentar *directamente*, e por *factos*, uma falsa justificação de impossibilidade *physica*, ou moral do Imperador. Penas - de prisão com trabalho por quatro a doze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão com trabalho por vinte *annos* no *gráo* máximo; por doze no médio; e por seis no mínimo. **Art. 89.** Tentar *directamente*, e por *factos*, contra a Regência, ou Regente, para *prival-os* em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional. Penas - de prisão com trabalho por quatro a doze *annos*. Se o crime se *consummar*. Penas - de prisão com trabalho por vinte *annos* no *gráo* máximo; por doze no médio; e por seis no mínimo. **Art. 90.** Provocar *directamente* por *escriptos* impressos, *lithographados*, ou gravados, que se *distribuirem* por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos artigos sessenta e oito, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, e oitenta e nove.

A Constituição de 1891, promulgada pelo Congresso Constitucional - foi a primeira constituição republicana e pós-abolição da escravatura. As províncias foram elevadas a categoria de estados. Nota-se nessa Carta, a prevalência do termo *tranquilidade* em seu artigo 6º parágrafo 3º:

Art. 6º - O Governo Federal não poderá intervir nos negócios peculiares aos Estados, salvo: 3º) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)⁴⁰.

A prevalência do termo tranquilidade implica caber aos recém-formados estados a organização de suas próprias forças policiais e, conseqüentemente, a abertura de brechas para a constituição da noção de segurança pública. Por ser a Constituição que estabeleceu as Forças Armadas como permanentes, a elas, pode-se inferir que coube o papel da Garantia da Lei e da Ordem – GLO.

A Constituição de 1934, promulgada no governo de Getúlio Vargas, vigorou por apenas três anos até a outorga da Constituição de 1937. Nela, se inserem os termos segurança nacional e Conselho Superior de Segurança Nacional, como competência da União, bem como definição da função da polícia, como reserva do Exército, embora sem delimitação de conceitos, conforme se lê:

TÍTULO VI - Da Segurança Nacional [...] **Art. 159** - Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização. **§ 1º** - O Conselho Superior de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e dele farão parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada. [...] **Art. 167** - As polícias militares são consideradas reservas do Exército, e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União. (CONSTITUIÇÃO DA

Penas - de prisão por um a quatro *annos*, e de multa correspondente à metade do tempo. Se a provocação *fôr* por *escriptos* não impressos, que se *distribuirem* por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões. Penas - de prisão por seis *mezes* a *dous annos*, e de multa correspondente á metade do tempo. **Art. 91.** *Oppôr-se alguém directamente, e por factos, á prompta execução dos Decretos, ou Cartas de convocação da Assembléa Geral, expedidas pelo Imperador, ou pelo Senado, nos casos da Constituição, artigo quarenta e sete, paragraphos terceiro e quarto.* Penas - de prisão com trabalho por três a doze *annos*. **Art. 92.** *Oppôr-se alguém directamente, e por factos, a reunião da Assembléa Geral Legislativa em sessão ordinária ou extraordinária; ou à reunião extraordinária do Senado nos casos do artigo quarenta e sete, paragraphos terceiro e quarto.* Penas - de prisão com trabalho por vinte *annos* no *gráo* máximo; por doze no médio; e por seis no mínimo. Fonte: < [LIM-16-12-1830 \(planalto.gov.br\)](http://LIM-16-12-1830(planalto.gov.br)) > acesso em 02/04/2021 às 21h30min.

⁴⁰ Fonte: < [Constituição91 \(planalto.gov.br\)](http://Constituição91(planalto.gov.br)) > acesso em 02/04/2021 às 23h39min.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934)⁴¹.

A Constituição de 1937 - denominada de constituição *polaca*⁴² devido a semelhança com a Constituição Polonesa de 1935. Foi outorgada no governo de Getúlio Vargas e demarcou o período de regime de exceção intitulado de Estado Novo. Foi a primeira a explicitar os três termos: *ordem, tranquilidade e segurança pública*. O trio era de competência da União e deveria ser utilizado para legislar em momentos da exigência da necessidade de uma regulamentação uniforme. Assim, lê-se nos artigos 15 e 16:

Art. 15 - Compete privativamente à União: I - manter relações com os Estados estrangeiros, nomear os membros do Corpo Diplomático e Consular, celebrar tratados e convenções internacionais; II - declarar a guerra e fazer a paz; III - resolver definitivamente sobre os limites do território nacional; IV - organizar a defesa externa, as forças armadas, a polícia e segurança das fronteiras [...] **Art. 16** - Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias: II - a defesa externa, compreendidas a polícia e a segurança das fronteiras; [...] V - o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme [...] (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)⁴³.

Essa Constituição foi omissa em relação à segurança pública até mesmo com relação às Forças Armadas e a GLO citadas em cartas anteriores.

A Constituição de 1946, promulgada no Governo de Eurico Gaspar Dutra - ocorre no período do pós-Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Nela se explicita a competência da União em legislar sobre policiais militares como atuação de força de segurança. É igualmente nessa Constituição, semelhante à de 1934, que há a explicitação das Forças Armadas como garantidoras da Lei e da Ordem – GLO - no artigo 177⁴⁴. Nela, lê-se o que se inscreve nos artigos 5º e 183:

Art. 5º - Compete à União: [...]VII - superintender, em todo o território nacional, os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras. XV - legislar sobre: f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra; [...]

⁴¹ Fonte: < [Constituição34 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 03/04/2021 às 22h36min.

⁴² Fonte: FERNANDES, 2016, p.49.

⁴³ Fonte: < [Constituição37 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 03/04/2021 às 23h33min.

⁴⁴ Artigo 177 - Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Fonte: < [Constituição46 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 04/04/2021 às 17h09min.

Art. 183 - As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército. **Parágrafo único** - Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)⁴⁵

A Constituição de 1967 – sexta Carta Magna, foi outorgada no governo Castelo Branco, ciclo de militar de governos da chamada república populista. Período marcado por graves crises: econômica, política e social - devido a inflação, desaceleração do crescimento e desemprego ascendentes. Quanto ao aspecto da segurança pública, foi marcada por reformas no sistema policial que reforçavam a competência constitucional das polícias militares como força de segurança pública, conforme se lê no artigo 13 parágrafo 4º:

Art. 13 - Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes: § 4º - As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares reserva do Exército, não podendo os respectivos integrantes perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército, absorvidas por ocasião dos futuros aumentos, as diferenças a mais, acaso existentes. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967⁴⁶).

As Constituições apresentadas contemplam os termos segurança pública e ordem pública atrelada por momentos à tranquilidade pública – 1891,1937 -; Garantia da Lei e da Ordem – GLO - vinculada às Forças Armadas; policiamento ostensivo, à Polícia Militar, bem como à manutenção da ordem e da segurança interna dos estados dos território e do Distrito Federal. Todavia, em nenhuma delas se procurou delimitar noções e funções relativas às ordem pública e a segurança pública.

Dmytraczenko e Genghini (s/d) concordam que há vaguidão nos termos ordem e segurança pública no âmbito constitucional. A vaguidão desses termos nas respectivas Constituições brasileiras, inclusive nas atribuições condizentes no rol de trabalho dos policiais militares estimulam a utilização de práticas sociais que se valem da violência

⁴⁵ Fonte: <[Constituição46\(planalto.gov.br\)](http://Constituição46(planalto.gov.br))> acesso em 04/04/2021 às 17h10min.

⁴⁶ Fonte: <[Constituição67\(planalto.gov.br\)](http://Constituição67(planalto.gov.br))> acesso em 04/04/2021 às 23h50min.

como instrumento de trabalho, visto não apresentarem parâmetros que delimitem esses respectivos conceitos.

No capítulo seguinte, trataremos da reconstituição histórica da mídia no Brasil a partir dos aspectos políticos e econômicos.

CAPÍTULO III. PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA IMPRENSA BRASILEIRA: PAPEL SOCIAL, COMPROMISSO COM A VERDADE *VERSUS* A CONSTITUIÇÃO DO FATO EM FATO NOTICIOSO

[...] o discurso jornalístico configura em seu modos de feitura e leitura, *palavras para crer*, ou seja: aquilo que está posto nesse tipo de texto quer, sob uma série de circunstâncias, referir o real. E ele também é lido de forma a referir o real e, nesse momento, também é submetido a outras circunstâncias que o recriam, torcem, ampliam, ficcionalizam, num processo catártico. KIELING, 2010, p.13.

O aspecto histórico da imprensa no Brasil é narrado, neste estudo, sob dois pontos de vistas viscerais para sua instauração e estruturação: o aspecto político e o aspecto econômico. Ambos, concomitantemente, colaboraram para a formação e transformação da sociedade brasileira.

Dessa forma, vamos tratar cronologicamente do período colonial à atualidade com objetivo de pincelar os aspectos selecionados, até a formação dos grandes conglomerados midiáticos e como estes influenciam a atual sociedade brasileira.

3. Período Colonial: do acesso negado à clandestinidade

A instalação da Imprensa na colônia ocorre oficialmente a partir de 1808 com a vinda da Família Real em decorrência da invasão francesa a Portugal. Do período colonial ao século XIX, temos em média 300 anos que passam do desconhecimento, do desuso à clandestinidade da arte tipográfica brasileira.

Poucos eram os livros que circulavam na colônia; as bibliotecas eram raras e a implantação da imprensa periódica exigia organização industrial. Posto isto, a comunicação era feita oralmente por meio do intercâmbio de informações de interesse público via arautos, também pasquins manuscritos em prosa e verso, proclamas das igrejas, sermões da Quaresma e das missões. Havia igualmente o palavratório das comadres, cartas trocadas entre pais moradores da colônia e seus filhos estudantes em Coimbra. Estes, a princípio, eram considerados tipos de jornalismo espontâneo e vital.

Cronologicamente, a instalação da imprensa no Brasil antes de 1808 foi marcada por tentativas frustradas, tanto para a manutenção dos prelos, quanto das tipografias no território da colônia. Estas foram atitudes regionalizadas demarcadas por motivos

diversificados, conforme expressas por Melo (2003). Eis alguns exemplos citados pelo autor:

- 1642 – Recife (holandeses)
- 1700 – Paraná (jesuítas espanhóis)
- 1706 – Recife (impressor anônimo)
- 1747 – Rio de Janeiro (Antônio Isidoro da Fonseca)
- 1770 – Salvador (fábrica de cartas de jogar)
- 1807 – Vila Rica (Pe. Viegas de Menezes)

Fonte: MELO, 2003, p. 142.

Todos esses fatos se configuraram em tentativas da instalação da imprensa e manutenção dos prelos e tipografia no território brasileiro. Todavia, foram efêmeras e infrutíferas pela falta de condições de funcionamento permanente. O caso de Recife ocorrido em 1642 é justificado pela necessidade de impressão de editais, ordenações e bilhetes de venda para favorecer a economia quanto ao tempo da reprodução feita por cópias manuscritas, porém vem a fracassar antes mesmo de se tornar realidade apesar do interesse holandês conforme expresso em Melo (2003).

No caso paranaense, ocorrido em 1700, os jesuítas espanhóis possuíam uma tipografia com caracteres de madeira e de metal que servia para imprimir trabalhos nas línguas dos nativos. A tipografia serviu para a comunicação dos padres contra os bandeirantes na tentativa de escravização dos indígenas locais.

Outro caso acontece em Recife no ano de 1706, com o confisco do maquinário pelas autoridades metropolitanas fundamentadas nas determinações da carta régia de 8 de julho de 1706. Outra situação ocorrida no Rio de Janeiro, em 1747, fracassa com o confisco da tipografia pertencente a Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor lisboeta, sob a provisão régia de 6 de julho de 1747. Em Salvador, de 1770, ocorre o confisco de uma fábrica de cartas de jogar e em 1807, na cidade de Vila Rica o mesmo ocorre com uma pequena oficina de impressão calcográfica.

Antônio Hohfeldt *apud* Melo (2003) analisa que oficialmente “a imprensa não surgiu antes no Brasil porque, de fato, em sua condição colonial, ela não lhe era necessária” (MELO, 2003, p. 9, grifo do autor). Não havia, nessa perspectiva, a intenção, por parte dos colonizadores, em promover a curto prazo a urbanização e o crescimento social. Tais acontecimentos históricos se entrelaçam como relação de causalidade para esse atraso, que só viria a ser quebrado pelas prementes necessidades de adaptação do território para receber a Corte Portuguesa no Brasil no início do século XIX.

O desenho imposto pelos colonizadores à colônia abarcava um enorme número de analfabetos, proibições de posse e leitura de livros e estava, por isso, atrelada à intransigência política e ao obscurantismo dos governantes lusitanos. Para diversos estudiosos, o aspecto político se configurava em projeto. Alfredo de Carvalho *apud* Melo (2003) relaciona a proibição da imprensa com o impedimento da melhoria do nível intelectual da colônia com intentos de manutenção da dependência.

Moreira de Azevedo *apud* Melo (2003) avalia que a maior preocupação da metrópole era a difusão cultural, pois ela seria capaz de produzir o engajamento por meio da instrução. A manutenção do estado de “treva da ignorância” (Moreira de Azevedo, 1865 *apud* MELO, 2003, p. 97, grifo dos autores) era interessante aos colonizadores. Já Cunha Barbosa *apud* Melo (2003) avalia como “capricho do governo português” (Cunha Barbosa, 1902, p.245 *apud* MELO, 2003, p. 97, grifo dos autores) o não consentimento e o não estabelecimento da imprensa no Brasil.

Outro pesquisador, Alexandre Passos, *apud* Melo (2003) verifica que os colonizadores consideram a imprensa um meio de “‘perpetração do crime da independência’: o arbítrio da realeza estava acima da menor aspiração de cultura, que pudesse, de longe, conduzir a colônia ao grande crime de querer ser livre” (Alexandre Passos, 1952, *apud* MELO, 2003, p. 97, grifo dos autores). Verificação semelhante ocorre em Juarez Bahia *apud* Melo (2003) ao considerar que a colônia encontrava meios de sufocar a “manifestação do pensamento por meio da palavra impressa” (Juarez Bahia, 1972 *apud* MELO, 2003, p. 97, grifo dos autores).

Em todos os estudiosos citados, é possível relacionar o atraso da instalação da imprensa no país a questões políticas aliadas aos interesses da metrópole colonizadora. Desses quesitos, Melo (2003) levanta hipóteses para a análise e desmistificação dos elementos suscitados pelos autores: Ponto 1. Não houve legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil.

Na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil, na vasta bibliografia sobre a imprensa brasileira nada se registra a esse respeito. A única referência sobre a matéria é feita por Pereira dos Reis, que menciona um alvará (20 de março de 1720) proibindo “a impressão de livros na colônia, para proteger as editoras da metrópole”. Todavia, é bastante duvidosa a existência de tal diploma legal. (MELO, 2003, p, 99).

O autor cita como ponto 2. A diferença entre um documento legal e proibições e/ou determinações isoladas de confisco das oficinas sem autorização dos governantes da metrópole. Ponto 3. Em relação a decisão dos dirigentes lusos, o autor cita as questões econômicas tais como: custos de impressão na colônia serem maiores que as do Reino; obtenção de licença da Inquisição e do Conselho Ultramarino que tornaria moroso o processo de edição na colônia.

Tais questões auxiliam as tipografias metropolitanas, embora a comparação com as tipografias existentes nas colônias hispânicas demonstrem que, em momento algum, elas representaram concorrência com as respectivas existentes nas metrópoles. Os trabalhos editados eram “basicamente catequéticos ou material burocrático de pequena monta” (MELO, 2003, p.101, grifo do autor).

Outra perspectiva histórica a respeito instauração da imprensa no Brasil é observada por Werneck Sodré (1999). Para este autor, o retardamento da instalação de imprensa no país coincide “a reboque” (MELO, 2003, p.101, grifo do autor) com a evolução política. Sua vertente de entendimento da instalação da imprensa em relação à política é decorrente dos aspectos econômicos e da estruturação do capitalismo.

Sob o ponto de vista de Sodré (1999), o Brasil-colônia não tinha condições econômicas nem estrutura social para abrigar o advento da imprensa, sobretudo, por conta da escravidão ainda presente e dominante no país. Aos olhos do colonizador da América espanhola, imprensa e universidade eram meios de a metrópole impor sua respectiva cultura em detrimento das culturas locais. Todavia, na colônia portuguesa, a civilização encontrava-se em estado semelhante as comunidades primitivas da idade da pedra lascada, fator que explica a inexistência de tipografias e universidades na fase colonial.

Marcação forte na perspectiva desse autor evidencia-se na indissolúvel interligação de imprensa e capitalismo. Sob esse ponto de vista, acrescido dos demais estudiosos citados, temos dois fatores importantes a serem considerados no retardamento da instalação da imprensa no Brasil: o aspecto político, ratificado na ideia de que a instalação da imprensa seria um problema no controle social com relação a instrução e possíveis insurgências, enquanto o fator econômico explicado pela *ausência de capitalismo, ausência de burguesia: enfatizando: “só nos países em que o capitalismo*

se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu” (Sodré 1966, p.33 apud MELO, 2003, p. 104, grifo do autor).

3.1. Imprensa e instituição do capitalismo

Segundo Harvey (1993):

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. (HARVEY, 1993. p.307).

Por considerarmos importantes as variadas visões presentes em Melo (2003) e Sodré (1994) apresentamos em síntese as perspectivas desses autores para embasarmos na concepção de que não houve apenas um fator decisivo na determinação do retardo da instalação da imprensa na colônia portuguesa. Dessa forma, nossa perspectiva se alia ao pensamento de Harvey (1993) que considera o capital um processo que marca a reprodução da vida social por meio da mercadoria, no caso, o jornal.

Nosso pensamento, por isso, considera tanto os fatores políticos como os econômicos como aqueles que atuaram historicamente para esse retardo na ocorrência da instauração da imprensa no Brasil e que, por fim, tem demonstrado serem os geradores dos problemas de superacumulação de riquezas. Essa superacumulação a que atualmente tem se configurado na formação dos grandes conglomerados midiáticos.

Em Melo (2003), a relação desenvolvimento capitalista e instalação da imprensa está interligada ao ter como foco a solidificação do capitalismo. Todavia, esse não é motivo único e exclusivo no desenvolvimento e ascensão da imprensa, pois a essa situação outros fatores se unem e se conjugam em concomitância.

O capitalismo prescindiu da utilização da imprensa por meio de suas engrenagens comerciais, bancárias e burocráticas. A imprensa, por sua vez, colaborou

para difusão de conhecimentos e potencial de influência sobre as massas alfabetizadas. Mas no Brasil, as contradições não deixaram de existir ao considerarmos que o capitalismo prezava (e preza) pelo “regime de produção” em oposição à comunidade feudal primitiva e escravista. (MELO, 2003)

Outra contradição, refere-se à formação da estrutura social capitalista. Ela prescinde de dois grupos: proprietários e assalariados e não apenas do desenvolvimento mercantil. No Brasil, novamente essa questão se esbarra no regime escravocrata em oposição ao pensamento primordial do colonizador português, ao compararmos seu desenho esboçado na exploração dos recursos produzidos pela terra. Nesse sentido, em Furtado (2000) lemos:

Numa economia industrial, a inversão fez crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isso porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores de produção. Assim, a inversão em uma construção está basicamente constituída pelo pagamento do material nela utilizado e da força de trabalho absorvido. (FURTADO, 2000, p. 52).

Melo (2003) ratifica o pensamento de Furtado (2000) ao verificar que “os territórios colonizados dos países europeus já se incorporam à geografia econômica como peças indispensáveis da própria estrutura capitalista” (MELO, 2003, p. 108, grifo do autor). As colônias eram polos marginais, nos quais reinavam as relações escravistas com a exportação dos bens recolhidos às metrópoles o que implica processo mercantil.

Processo que, na visão de Ribeiro (1970), é visto como algo semelhante ao que ocorreu no desenvolvimento do capitalismo europeu no final da Idade Média, embora as Américas se enquadrem como periferia subsidiária para usufruto dos bens produzidos sob o domínio dos controladores do sistema. (Ribeiro, 1970 *apud* MELO 2003, p. 109). A esse respeito, Sodré (1999) enuncia: “o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão” (SODRÉ, 1999, p. 16, grifo do autor). Tais fatores expressam o quão complexa e tênue é a relação instituição do capitalismo e as relações do escravismo no Brasil com relação à concepção de instauração da imprensa. Dessa forma, permanece em aberto as controvérsias e imbricações dessas ideias em nossa pesquisa.

3.2. Imprensa e Período Imperial

De acordo com Sodré (1999), a imprensa no Brasil ocorre tardiamente com a concretização do modelo Imperial de governo. A concepção de *tardia* deve-se ao fato dela ter sido instaurada no século XIX, *enquanto mexicanos já a conheciam desde 1539; peruanos, 1583 e habitantes das colônias inglesas desde 1650*⁴⁷. Leituras de livros, textos filosóficos e históricos eram, geralmente, trazidos por estudantes que vinham da Europa ou por contrabandistas, principalmente com o advento da abertura dos portos às nações amigas em 1805.

A transferência da Família Real Portuguesa exige uma série de adaptações da Corte na colônia americana com relação a estrutura social e econômica da região para efetivação da permanência dos cortesãos emigrados. Até então, o Brasil era mantido sob atraso o que não permitia condições de abrigo do Príncipe Regente e a nobreza que o acompanhava. Essas limitações precisavam ser superadas de modo a poder abrigar a corte como máquina administrativa de seu governo. Com relação a esse episódio, Armitage (1914) evidencia:

*A esquadra portuguesa, composta de oito náos, quatro fragatas, doze briges, e alguns navios mercantes, deu á vela do Tejo no dia 29 de Novembro de 1807, acompanhada pela divisão imgleza commandada pelo Almirante Sir Sidney Smith. Durante a viagem foram dispersos os navios por uma tempestade, que os obrigou a arribarem na Bahia; seguiram depois para o Rio de Janeiro onde a Família Real chegou em 7 de Março de 1808. Um decreto datado de 28 de Janeiro já havia franqueado os portos do Brazil ás nações estrangeiras, e em 21 de Outubro do BRAZIL 7 do mesmo anno/se organisou um Banco nacional no Rio de Janeiro. Creáram-se logo os principaes tribunaes para a administração das finanças e da justiça; promulgou-se um decreto permittindo o livre exercicio de toda a espécie de industria; instituíram-se várias repartições de segunda ordem para regularisar o commercio, e outros objectos; e finalmente estabeleceu-se a Imprensa Regia*⁴⁸... (ARMITAGE, 1914, p. 6-7).

⁴⁷ PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”: uma análise da relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UNB – 6 a 9 de setembro de 2006, p. 2

⁴⁸ A esse fato, Armitage, 1914, p. 234 notifica: “*Alguns annos depois de estabelecida a imprensa real, no Rio de Janeiro, foi estabelecida uma outra na Bahia sob a protecção do governo. Estas eram as duas únicas que existiam quando foi proclamada a Constituição Portuguesa em fevereiro de 1821. Até esta data se exercia também uma severa vigilância com referência a todos os livros importados. No tribunal denominado o Desembargo do Paço, fundado logo depois da chegada do monarcha, havia uma lista das obras cuja entrada podia ser livremente permittida. Todas as que não estavam abrangidas nesta lista eram severamente prohibidas*”. (ARMITAGE, 1914, p. 234)

Dentre as necessidades prementes da vinda da Família Real encontrava-se a imprescindibilidade da obtenção de informações correntes, a criação de escolas superiores, instituições culturais, dinamização do comércio e isso exigia publicação de livros e demais expedientes. Conforme se lê em Fonseca (1941) *apud* Melo (2003):

[...] a tipografia trazida da Metrópole para a corte joanina era composta de “dois prelos e vinte e oito volumes de material tipográfico adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra”. (Fonseca *apud* MELO, 2003, p. 89).

Em 24 de junho de 1808, foram publicadas as “Instruções Provisórias para o Regimento da Imprensa Régia”. Neste documento, “a autoridade competente procurava estimular a edição de papeis comerciais e obras populares (folhinhas e almanaques) abrindo-lhes as portas para a tipografia oficial” (MELO, 2003, p.89, grifo do autor). Dá-se início ao primeiro produto brasileiro destinado ao jornalismo nacional com cunho de reportar os feitos do Império na colônia. Seu primeiro número circula em 10 de setembro de 1808. Passos *apud* Melo (2003), a respeito da *Gazeta do Rio de Janeiro* afirma que:

[...] surge de uma iniciativa de “funcionários superiores” da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, funcionando assim como um *órgão oficioso* da administração portuguesa sediada no Brasil. Começa a ser publicada semanalmente, mas obteve grande aceitação, o que levou seus dirigentes a abreviar a periodicidade, tornando-a bissemanal. Assim permaneceu até 1821; em agosto daquele ano [...] passou a sair três vezes por semana, e mudou a denominação, chamando-se simplesmente *Gazeta do Rio*. Depois da Proclamação da Independência, viria a titular-se *Diário do Império*. (PASSOS, 1952, p.28-29 *apud* MELO, 2003, p. 90).

Todavia, a atribuição da *Gazeta do Rio de Janeiro* como primeiro jornal choca-se com a história do *Correio Braziliense* editado em Londres por Hipólito da Costa. No quesito de pioneirismo, podemos classificar que o último foi o primeiro jornal não impresso no país com circulação a partir de 1 de junho de 1808, enquanto aquele repassava notícias do Império com produção gráfica em terras brasileiras com data de circulação a partir de 10 de setembro do mesmo ano.

Não era do agrado do Império, a publicação do *Correio Braziliense* por seu conteúdo liberal com a proposição de pautas referentes à defesa de uma monarquia constitucional e o fim da escravidão. O desconforto da Corte Portuguesa com a

publicação do periódico inglês, em terras brasileiras, fez com que *em 1813 a Coroa viesse a pagar mil libras esterlinas por ano – aproximadamente quinhentas assinaturas*⁴⁹ – a Hipólito da Costa por intermédio de um amigo, Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, com o intuito de abrandar as críticas ao governo imperial.

A partir da publicação de periódicos oficiais, outros surgiram com diversas vertentes ideológicas. “Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do Correio Brasiliense, [o governo] estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário” (SODRÉ, 1994, p. 30, grifo do autor). Estas tentativas foram ampliadas a órgãos jornalísticos, tais como o *Reflexões sobre o Correio Brasiliense* à época redigido pelo frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão à custa do governo, mesmo que o jornal inglês mantivesse seu prestígio entre os leitores alfabetizados brasileiros.

Mesmo com a instalação da Imprensa Régia, a censura não deixou de existir por meio das *Instruções Provisórias para o Regimento da Imprensa Régia* de 24 de junho de 1808, pois apenas passou a ser estruturada por regulamentos censórios. Estes eram feitos pela própria Direção da Imprensa, a quem era atribuída a função de examinar os papéis e livros que, eventualmente, poderiam ser impressos a nada que fosse contra à religião, ao governo e aos bons costumes.

A Coroa intervinha na liberdade de imprensa, assim como nos assuntos políticos propagados na época, inclusive com banimento de redatores, conforme expresso em Armitage (1914):

O banimento do *redactor* do Correio pelos Andradas, o dos mesmos Andradas, e ultimamente igual procedimento no Maranhão a respeito do redactor do Censor, haviam accumulativamente concorrido para este effeito. *Os jornaes de ordem secundaria* haviam inteiramente desaparecido: alguns folhetos isolados da penna do monarchista José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairú, e as columnas do Diário Fluminense eram nesta época os únicos meios de noticias políticas. Este ultimo jornal, digno successor da Gazeta do Rio do tempo do governo absoluto, mui raras vezes condescendia em illustrar o entendimento de seus leitores. Alguns artigos officiaes, uma lista de entradas e sahidas de embarcações, extractos dos jornaes europêos a respeito da Hespanha e Turquia, e longas diatribes sobre os horrores da democracia formavam a somma total do seu contexto. (ARMITAGE, 1914, p. 108).

⁴⁹ Fonte: [Correio Brasiliense \(1808\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Brasiliense_(1808)) – Wikipédia, a enciclopédia livre ([wikipedia.org](https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Brasiliense_(1808)))

Melo (2003) enuncia que, em razão da censura, *a produção da Imprensa Régia do Rio de Janeiro tenha sido limitada e medíocre perfazendo um total de 1154 trabalhos*⁵⁰ *no período de 1808/1822. “Desse material, a maioria era composta por sermões, editais, expedientes e avulsos insignificantes”* (MELO, 2003, p. 91, grifo do autor).

Ao ser abolida, em boa parte devido as consequências da Revolução do Porto de 1820⁵¹, por expedição de portaria que facilitou a impressão, o governo interino ainda nomeia uma comissão de censores. Segue-se a esse fato, novas atitudes - uma delas atribui ao judiciário a competência pela decisão sobre prováveis delitos por meio da imprensa. Todavia, a partir de 09 de março de 1821, há a proclamação de que “a livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem” além de que “todo cidadão pode, conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos e na forma que a lei determinar” (Alfredo da Cunha, 1941 *apud* MELO, 2003, p.92, grifo dos autores).

Além da imprensa Régia, D. Joao VI instala mais duas tipografias no país: uma na Bahia em 1811 e outra em Pernambuco em 1815 com início das atividades em 1817. A da Bahia era comandada pelo Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito. Já em Pernambuco, a oficina durou curto espaço de tempo devido a coincidência com a Revolução pernambucana de 1817, na qual muitos documentos revolucionários foram impressos. Mediante, a insurgência, houve muito confisco de material e recolhimento à Imprensa Régia.

A partir de 1821, quatro novas localidades recebem o benefício da imprensa – Recife, São Luís, Belém e Vila Rica. Na mesma época, conforme Rizzini *apud* MELO, 2003 p. 94, no Rio de Janeiro, entrariam mais duas em 1821 e quatro em 1822. Tais fatos permitiam que lentamente, a imprensa fosse se expandindo pelo país, embora com retardamentos ao consideramos o nível de analfabetismo e demais condições sociais desfavoráveis ao crescimento da leitura no país.

⁵⁰ Dado colhido por Rizzini *apud* Melo, 2003, p. 94.

⁵¹ A Revolução Liberal do Porto foi um movimento militar iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, ao norte de Portugal, espalhando-se rapidamente para outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Nesse caminho, conquistou o apoio da burguesia, do clero, da nobreza e do Exército - enfim, dos mais importantes estratos sociais portugueses. Fonte: < [Revolução do Porto: Movimento exigiu o retorno de d. João 6º - UOL Educação](#) > acesso em 10 de maio de 2021 às 18h40min.

3.3. Imprensa e Período Regencial

O período regencial foi marcado por revoltas e, sobretudo, pela renúncia de D. Pedro I em 1831. O país estava sob alta inflação e aumento do custo de vida. Tais situações favoreceram que tanto elite, quanto classe média e povo estivessem no mesmo lado ante a insatisfação com a Monarquia.

A imprensa já exercia forte influência contra o Imperador, de acordo com Silva (1992 *apud* KIELING, 2010). Aliada a essa insatisfação, juntou-se o assassinato do jornalista opositor Giovanni Batista Libero Badaró, e este incidente *funcionou como pólvora para agitações, passeatas, discursos, quebra-quebras e ataques generalizados aos portugueses*⁵².

O período é marcado por um forte sentimento antilusitano devido à grave crise econômica e financeira. Em boa medida, a crise ocorre devido a custos com financiamentos obtidos com a Inglaterra para início e manutenção da Guerra Cisplatina, na qual Brasil e Argentina disputavam o território correspondente ao Uruguai atual.

Segundo Kieling, 2010, a análise da imprensa da época influenciou o fim do primeiro Reinado. Citamos como exemplo, o episódio da Noite das Garrafadas, confronto violento entre portugueses e brasileiros ocorrido no Rio de Janeiro. Sob a perspectiva de Silva, (2010), é o período em que ocorre a migração das temáticas regionalizadas em prol das temáticas nacionais pela definição de um formato político “que a nação brasileira tomaria” (Lustosa *apud* SILVA, 2010, p.1, grifo do autor).

O período regencial foi marcado na imprensa da época pela questão separatista dos grupos políticos recém-formados: o Partido Restaurador - Caramuru – que defendia a volta de D. Pedro I, o Partido Liberal Moderado – Chimango – com representantes da aristocracia rural defensores da monarquia escravista e o Partido Liberal Exaltado – Jurujubas ou Farroupilhas – com intentos de promoção de liberdade das províncias.

Em todos esses partidos havia a distinção de *povo* e *plebe*. “A plebe era constituída pelos aristocratas e os ricos ociosos. O povo seria constituído por todas as pessoas livres, independente da cor, renda, instrução ou sexo abarcando aqui a concepção de cidadão” (KIELING, 2010, p.4, grifo do autor). A desigualdade social era

⁵² KIELING, 2010, p.1. Fonte: <[Microsoft Word - modelopadrao2010gps_1_.doc \(intercom.org.br\)](#)> acesso em 03 de nov de 2021 às 18h49min.

fortemente marcada na utilização dos termos, apesar de o embate de ideias travado nos periódicos extrapolarem as elites.

Os periódicos tratavam o debate político diversificadamente, pois discutia a abolição da escravatura e a redistribuição de terras, fato que colaborou para o aumento da esfera pública mediante a maior circulação dos impressos. Os Caramurus se manifestavam publicamente a favor do liberalismo clássico e do absolutismo nas páginas de jornais como *A Trombeta*, *Caramuru* e *O Carijó*.

Os Chimangos manifestavam seus interesses pela limitação do poder dos governantes através da manifestação do *povo* – noção compreendida pela maioria dos capazes de Guizot - por meio dos jornais *Aurora Fluminense*, *O Independente* e *O Homem e a América*. Os Jurujubas ou Farroupilhas defendiam o liberalismo radical por meio dos jornais *Nova Luz Brasileira*, *O Filho da Terra*, *O Repúblico* e *Sentinela da Liberdade*.

Em 1834, período da Regência Trina Permanente, sob o comando do Partido Moderado, foi instituído um Ato Adicional que se configurou em acordo entre os três partidos. O país fervilhava em confrontos e a concessão de maior autonomia às províncias facilitava o controle das divergências. Em 1840, novo acordo conhecido como Golpe da Maioridade concede a D. Pedro II a condição de assumir o trono com *início do Segundo Reinado*.

Notadamente, os ideais capitalistas propagados com maior força no século XIX permitem ao jornalismo notoriedade mundial. No Brasil, esta influência passa a ser evidenciada pelas noções de liberdade individual e anseio de democracia. O processo de urbanização acirraram de igual forma as disputas políticas. “O processo de independência e a consolidação do Estado Nacional brasileiro foi combustível para a solidificação e a diversificação das publicações no Brasil” (KIELING, 2010, p.7, grifo do autor).

O Diário de Porto Alegre, patrocinado pelo presidente da província de Salvador, José Maciel, é instituído na província de São Pedro do Rio Grande do Sul a serviço da “publicidade governamental e publicação dos atos da administração” (RÜDIGER, 2003, p. 20, grifo do autor). Era necessário estabelecer nas regiões conflituosas e distantes o controle do reino.

Nesse sentido, ressaltamos as concepções habermasiana - que concebe o jornal como produto direto do capitalismo - e weberiana – que o categoriza como instrumento

no processo de construção do Estado Moderno. Ambas as visões confluem para a história do jornalismo brasileiro. A imprensa oitocentista passa a ter papel influente ao ser considerada literatura pública. Haja vista a influência ante o crescimento no número de periódicos capazes de defender pontos de vistas ideológicos favoráveis aos interesses dos que os comandavam, como assim foi na efervescência republicana.

3.4. Imprensa e Período Republicano

Martins e Luca (2008) classificam os períodos da imprensa republicana de tempos eufóricos, nos quais ela – a imprensa - se colocava a serviço do progresso. “O crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar a novos focos de notícia” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 83, grifo das autoras). Transformações sociais refletiam os processos de inovação tecnológica: “o uso da ilustração diversificada” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 83, grifo das autoras) tais como a *charge*, a caricatura e a fotografia.

Era a Belle Époque brasileira entrelaçada a fatos históricos, como o aumento das tiragens do jornal, melhor qualidade de impressão, menor custo, que favoreciam às transformações da comunicação de massa. A imprensa passa a ser periódica e, consequentemente, polivalente na influência na multiplicidade do uso da palavra em âmbito comunicativo a serviços ideológicos.

Todavia, “a ação de censura se infiltrou já nas primeiras horas do novo regime, temerosa da reação monárquica” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 85, grifo dos autores). Conforme as autoras, “a República, desde os seus primórdios, evidenciou sua sanha repressora em vários episódios contra a liberdade de expressão” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 85, grifo das autoras).

O Governo Provisório emitiu o Decreto n°. 85 de 23 de dez. 1889, com a finalidade de cercear a imprensa de quaisquer palavras, escritos ou atos que aconselhassem ou promovessem a revolta civil ou indisciplina militar – dados presentes no artigo 1º, assinado pelos ministros republicanos.

O controle da palavra impressa, contudo, não se limitou ao texto da lei. A repressão das primeiras horas investiu contra formadores de opinião e órgãos de imprensa, com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias. (Janotti *apud* MARTINS; LUCA, 2008, p. 85).

Entretanto, esses não foram os períodos predominantes, houve períodos em que governo e imprensa afinaram seus interesses de classe principalmente àqueles da elite agrária de São Paulo e Minas Gerais. Desse período Martins e Luca (2008) citam a mobilização e propaganda de Campos Sales “por dispor de verba governamental secreta, destinada a comprar a opinião de jornais e jornalistas” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 86, grifo das autoras).

Em 1908, grupo de jornalistas, encabeçados por Gustavo de Lacerda, criam a Associação de Imprensa, mais tarde redenominada Associação Brasileira de Imprensa - ABL. Esta tinha o intuito de garantir assistência a classe jornalística e a defesa dos direitos.

A rápida modernização da imprensa demandava novas formas de cobertura das pautas e transmissão da notícia. O trato dado a Guerra de Canudos com Euclides da Cunha, engenheiro de obras públicas como correspondente, instaurou a prática jornalística do repórter de guerra. Outros jornais seguiram o modelo, tais como *O Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, *Jornal de Notícias* de Salvador e o *Estado de São Paulo* com a publicação do texto “Cidadela Maldita” de Olavo Bilac.

A incorporação dos avanços técnicos industriais igualmente trouxe a necessidade de adoção de métodos racionais de distribuição, gerenciamento voltado para o consumo em um tempo efervescente por demandas na circulação da informação. A imprensa passa a ser fonte de recursos “e o anúncio trilha, então, novos caminhos em relação à estrutura e linguagem” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 151, grifo das autoras)., pequenas tipografias são engolidas pelas novas temporalidades e ritmos num país como o Brasil, de modernização contraditória e complexa.

A organização interna atingiu os conteúdos que exigiam profissionais de diversas áreas: “articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos além dos empregados administrativos e operários encarregados da materialidade dos textos” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 152, grifo das autoras).

As influências dos jornais abriam brechas para uma ampla gama de profissionais, bem como para o domínio da vida intelectual da grande massa. A doutrinação ideológica declina em nome do fluxo da informação ante a presença marcante e ascensão das grandes agências internacionais: *Havas, Reuters, Associated Press, United Press Information* etc.

Com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo a esse impulso, as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas [...] A imprensa tornava-se simplesmente indústria. (Barbosa Lima Sobrinho *apud* MARTINS; LUCA, 2008, p. 153).

3.4.1. A imprensa e o movimento da década de 1930

De acordo com Martins e Luca (2008), os leitores urbanos da classe média compostos por pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais sempre estiveram “na mira dos empreendimentos jornalísticos” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 165, grifo das autoras). Politicamente, o período é marcado por tensões a respeito da sucessão de Washington Luiz, e isso, foi engrossado nas páginas dos jornais da época.

O aumento do número de periódicos ligava-se a responsabilidades de diversos grupos sociais. O grupo *Folha da Manhã* era comandado por ex-funcionários do *Estado* liderados por Olival Costa; Assis Chateaubriand comandava *O Diário da Noite* e o *Diário de São Paulo*. Seguindo os jornais de Chateaubriand, surgiu também *O Diário Carioca* sob o comando de José Eduardo de Macedo Soares.

Sob o ponto de vista oposicionista, surge o *Diário da Manhã* em Recife fundado pela “poderosa família Lima Cavalcanti para enfrentar o presidente estadual, Estácio Coimbra” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 166, grifo das autoras), favorável à Aliança Liberal defendida pelo *Diário de Notícias*, de Orlando Ribeiro Dantas.

Todavia, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, sobretudo, com o apoio emprestado dos órgãos da imprensa a favor da Aliança Liberal, os demais órgãos de imprensa tiveram que se rearranjar no cenário político. “O relacionamento amistoso entre a grande imprensa e o governo provisório não durou muito” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 167, grifo das autoras). Incertezas e instabilidades por parte do governo justificaram o cerceamento da liberdade de expressão da imprensa no momento.

Informação e formação de opinião mexeram inclusive com órgãos da imprensa, tal como o *Diário Carioca*, que antes havia se colocado como adepto da deposição de Washington Luiz. A tensão inicial do governo provisório tenderia a baixar com a instalação da assembleia constituinte. Todavia, seguindo a tendência mundial, a

polarização direita-esquerda vivenciava confronto com os ideais do liberalismo presente nas sociedades capitalistas o que facilitava a disseminação de ideias comunistas.

A esse respeito Martins e Luca (2008) enunciam:

No Brasil a polarização esquerda e direita também crescia. Em 1932, foi criada a Ação Integralista Brasileira – AIB –, liderada por Plínio Salgado e cujo ideário era difundido por um conjunto de jornais e revistas espalhados por diferentes cidades do país. (MARTINS; LUCA, 2008, p.169).

A Intentona Comunista, de 1935, serviu de pretexto para aumentar os poderes presidenciais. Prisões e perseguições passaram a ser constantes e os proprietários de empresas jornalísticas passaram a ser vigiados pelos censores instalados nas redações até o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo.

3.5. Imprensa e ditadura: a censura

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. (SODRÉ, 1999, p. 389.).

“A maioria dos grandes jornais do país apoiou, ao menos no início, o golpe de 1964” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 182, grifo das autoras)., dentre eles os Diários Associados, compostos pelo *Diário da Noite* e o *Diário de São Paulo*, pertencentes a Assis Chateaubriand.

Dono de uma cadeia de aproximadamente noventa empresas, entre elas nove emissoras de TV e vinte e oito de rádio, Chateaubriand teve grande influência no Brasil, inclusive nos períodos democráticos vivenciados pelo país pré-ditadura militar de 1964.

Um de seus veículos de comunicação, “a revista ilustrada O Cruzeiro atingiu uma média de 720 mil exemplares semanais (1954), num país de quase 52 milhões de habitantes, predominantemente rural e semianalfabeto” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 181, grifo das autoras). Embora o mais recente instituto de verificação e circulação – IVC – viesse a ser formado em 1961, Chateaubriand conseguiu manter essa marca por elevado tempo, ao considerarmos a comparação com a atual revista *Veja*, avaliada como a maior revista semanal de circulação nacional em relação ao número de analfabetos consideravelmente menor aos da década de 1950-60.

Estrategista político, Assis Chateaubriand ao lado do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, organizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 19 de março de 1964 e em 13 de junho do mesmo ano iniciou a campanha “legionários da Democracia” (MARTINS; LUCA, 2008). Demonstrou igualmente ser excelente estrategista nas fronteiras entre o editorial e o publicitário.

Conseguiu propagandas marcantes nas páginas de seus periódicos primeiramente denunciando os atos falhos dos produtos. Fez isso com palitos de fósforos “anunciando em manchete de primeira página “Fósforos sobrem de 20 para 30 centavos” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 183, grifo das autoras) denunciando inclusive a quantidade de palitos faltantes nas caixas e o rombo causado ao consumidor. “Aos poucos, começaram a aparecer anúncios de fósforos nos jornais e as denúncias desapareceram” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 183, grifo das autoras). Fez o mesmo com a Coca-Cola, tendo anúncios do produto publicados nas edições dos Associados.

O mundo vivenciava a bipolaridade da Guerra Fria, enquanto no Brasil, a morte de Getúlio fazia história nas páginas do *Última Hora – UH* - liderado por Samuel Wainer inimigo de Lacerda, anti-getulista, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*. Nesse turbilhão de fatos, instaura-se a ditadura militar que acaba com os planos de Lacerda em concorrer às eleições em 1965, mesmo sendo apoiador fiel do golpe.

Samuel Wainer, dono do *UH*, exilou-se em Paris de 1964 a 1968 em negociação do “abrandamento da linha editorial do jornal por um passaporte” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 203, grifo das autoras). A Folha de São Paulo adquiriu a *UH* em 1965, tempo em que já se instituíam o pensamento único dos militares na imprensa, além da censura, informação subliminar, prisão, tortura e morte de jornalistas.

A partir de 1968, com a instituição do AI-5, ocorre a suspensão geral das garantias institucionais e civis que resultou em fechamento do Congresso. Os intelectuais, sobretudo os de manejo das palavras e do pensamento, eram vistos como ameaça, pois caracterizavam o sujeito opositor ao regime militar – o “intelectual de esquerda” (NAPOLITANO, 2020, p. 205, grifo do autor). Nesse rol, incluía a atividade profissional de docência do ensino superior, os estudantes universitários, o jornalismo profissional, militante ou partidário, a escrita literária profissional etc.

Todavia, foi um intelectual católico e liberal que cunhou a expressão “terrorismo cultural” (NAPOLITANO, 2020, p. 206, grifo do autor). Alceu Amoroso Lima mostrou-se

indignado com as perseguições e demissões de Celso Furtado, Anísio Teixeira e Josué de Castro, por isso, captou o sentimento da parcela intelectual contra os abusos e arbitrariedades do novo regime, declarando guerra às ideias.

Contudo, a relação entre imprensa e política sempre esteve conectada por interesses ora consonantes ora dissonantes. Em Sodré (1999) lemos: “A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria” (SODRÉ, 1999, p. 323, grifo do autor). A multiplicidade de veículos nas diversas regiões do país ao longo da República brasileira fez com que inúmeros órgãos, tanto de posição quanto de oposição, ganhassem espaços mesmo que, em momentos críticos, suas vozes fossem direcionadas pela censura e pelo “*policialismo*”⁵³.

Ainda conforme Sodré, 1999, ao longo da história do país, “não há novos jornais; o que há, [...] é a compra dos já existentes e mais ainda é a compra de sua opinião” (SODRÉ, 1999, p. 389, grifo do autor). Nessa perspectiva, o autor evidencia o que ainda na atualidade permanece: “as empresas, por sua vez, ampliam-se, incorporam revistas, emissoras de rádio e televisão. Em alguns casos, transcendem o campo específico e integram indústrias as mais diversas” (SODRÉ, 1999, p. 389, grifo do autor).

Tais constatações enunciadas por Sodré, 1999, denunciam as relações capitalistas amplas, imperiosas e dominadoras que já estavam sendo formadas e que hoje se configuram nos conglomerados midiáticos que comandam o universo da opinião e a vulnerabilidade em que se entrelaça a situação do país e seu nível de desenvolvimento social.

Essas empresas visceradas de gigantismo são, entretanto, dependentes – não da opinião, embora ainda tenham de considerá-la em parte – mas de outras empresas ainda mais gigantescas e, além de tudo, estrangeiras. (SODRÉ, 1999, p. 389).

Uma crítica pertinente à atualidade está igualmente situada em Görgen, 2009, ao distinguir que no Brasil os conglomerados midiáticos “foram aproveitando as oportunidades geradas pelas novas mídias e garantidas pelo Estado para se lançar na aventura de administrar empresas de ramos contíguos” (GÖRGEN, 2009, p. 89, grifo do autor). Isto é, um mesmo grupo empresarial marca presença relevante em todos os mercados da comunicação de massa, e é essa a lógica de formação dos grupos

⁵³ Definido como característica constante das fases de deterioração do poder. Fonte: SODRÉ, 1999, p. 374.

mediáticos, a partir de famílias pertencentes a oligarquias regionais, ressaltando a esse fato a possibilidade de políticos também investirem no setor.

3.5.1. Os conglomerados midiáticos: hegemonia midiática brasileira

De acordo com o Repórteres Sem Fronteiras - RSF - *em pleno século 21, o mercado de mídia no Brasil é dominado por "dinastias familiares", que concentram poder político e econômico e detêm uma ampla rede de poder, cuja malha se estende por todo o território brasileiro.*⁵⁴ Estes dados podem igualmente ser observados pelo Midia Ownership Monitor – MOM⁵⁵ – conhecido no Brasil por Monitoramento de Propriedade de Mídia no Brasil.

Com um banco de dados separados por grupos, o MOM lista os grupos de mídia vinculados a cinquenta veículos de comunicação, seus donos e suas respectivas redes de atuação. Nesta pesquisa, vamos nos ater aos conglomerados utilizados em nossas análises para estabelecer uma rede de comunicação que se vincula à materialização dos fatos reportados a notícias. São eles: o Grupo Folha, o Grupo Globo, o Grupo Abril e o Grupo OESP.

3.5.1.1. O grupo Folha

O Grupo Folha origina-se da Folha da Manhã S.A., empresa que controla o jornal Folha de São Paulo, datado de 1921, com a junção de jornalistas oriundos do jornal O Estado de São Paulo com intento de fundar a Folha da Noite. Dentre os nomes destacam-se Olívio Olavo de Olival Costa, Júlio Mesquita Filho, Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. Todavia, é partir de 1996 que se torna um grupo de comunicação em parceria com a gráfica estadunidense *Quad Graphics* na formação da empresa Plural.

⁵⁴ Fonte: < [Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo | Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil | DW | 31.10.2017](#) > acesso em 15 de jul. 2021 às 13h42min.

⁵⁵ Site: < [Grupos de mídia | Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](#) > acesso em 15 de jul. 2021 às 13h54min.

Figura 2. Conglomerado midiático – Grupo Folha



Fonte: < [Grupo Folha](http://GrupoFolha.com.br) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor.com) >

Atualmente, é um conglomerado midiático que se lança nos caminhos da informação eletrônica com a empresa *Universo OnLine* – UOL – que alimenta conteúdo da *Folha de São Paulo*, *Folha da Tarde* e *Notícias Populares* dentre outras diversas mídias, tais como, material da revista *Isto é*, textos traduzidos do *NY Times*, *Boston Globe*.

Segundo o Media Ownership Monitor-Brasil – MOM-BR -, a família Frias controla o grupo Folha da Manhã S.A. há duas gerações mesmo após o término da sociedade com Carlos Caldeira Filho. Atualmente, os negócios giram em torno do e-commerce – pagseguro UOL, shopping UOL, Educação UOL edtech e UOL host.

3.5.1.2. O grupo Globo

Controlado pela família Marinho, segundo o Media Ownership Monitor-Brasil – MOM-BR -, é o grupo que tem como seus maiores símbolos as emissoras de TV aberta,

considerada a segunda maior rede de TV do mundo, atrás apenas da estadunidense ABC (controlada pelo grupo Walt Disney)⁵⁶.

O grupo tem origem na fundação do jornal A noite datado de 1911 posteriormente intitulado O Globo, em circulação desde 1925. Faz parte do conglomerado o jornal Extra, de cunho popular e em formato digital, e Expresso, de cunho popular, local. Faz parte do grupo a editora Globo, de 1952, sob o nome de Rio Gráfica.

Figura 3. Conglomerado midiático – Grupo Globo



Fonte: < [Grupo Globo](http://GrupoGlobo.com.br) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor(mom-rsf.org)) >

Há ainda o sistema Globo de rádio – SGR -, nas quais o grupo mantém as redes Rádio Globo, CBN, Sound e BHFM junto as demais afiliadas espalhadas pelas variadas regiões do Brasil. Os setores de atuação do grupo vincula-se à Mídia e a Educação, conforme se lê no site do MOM-BR.

⁵⁶ Fonte: < [Grupo Globo](http://GrupoGlobo.com.br) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor(mom-rsf.org)) > 15 de julho de 2021

3.5.1.3. O Grupo Abril

O Grupo é detentor da maior revista semanal de atualidades e com maior tiragem – a revista *Veja* – com média estimada em 1.111.969 exemplares em 2016⁵⁷. Fundado por Victor Civita em maio de 1950, tinha como maior empreendimento os direitos de publicação das revistas do Pato Donald na América Latina.

O nascimento da empresa contou com investimento próprio de Victor Civita e de sociedade com o grupo Smith Vasconcelos além da participação do empresário mineiro ítalo-americano Gordiano Rossi. Ao longo das décadas, também foi criada a Abril Distribuidora e a Abril Cultural (1968-1982). O grupo se desenvolveu com os subsídios dos governos e isenção de impostos para publicação de livros. Dentre eles, encontram-se materiais educacionais de Alfabetização de adultos – o MOBRL – criado pela Ditadura Militar em substituição ao *método Paulo Freire usado até então*⁵⁸.

Figura 4. Conglomerado midiático – Grupo Abril



Fonte: < [Grupo Abril](http://GrupoAbril.com) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor.com) >

⁵⁷ Dados retirados do site do MOM. Fonte: < [Grupo Abril](http://GrupoAbril.com) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor.com) > 15 de jul. de 2021.

⁵⁸ Idem. Fonte: < [Grupo Abril](http://GrupoAbril.com) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](http://MediaOwnershipMonitor.com) > 15 de jul. de 2021.

Na década dos anos 80 do século XX o grupo manteve crescimento ao agregar investimentos em TV a cabo – TVA, Direct TV, MTV, TV Abril, ESPN Brasil, o portal BOL – atualmente pertencente ao grupo Folha - dentre outros. Ademais, o grupo reuniu por meio da Abril Educação livros didáticos da Editora Ática e Scipione, tendo o Ministério da Educação como principal cliente, os sistemas de ensino Anglo, Ser, Maxi e GEO, o curso e colégio pH, o grupo EBT – Escolas Técnicas do Brasil de São Paulo, a SIGA – curso preparatório para concursos. Neste período, o grupo Abril era acionista majoritário da distribuidora Dinap e, com isso, adquiriu o monopólio de revistas no Brasil – hoje reconhecida pelo nome *Total Express*.

Segundo o MOM, apesar de ainda dominar o mercado de revistas no Brasil, o Grupo Abril é hoje muito menor do que era no final do século XX. Muito das perdas se devem ao descrédito editorial ante as interferências em temáticas políticas.

3.5.1.4. O grupo OESP

Figura 5. Conglomerado midiático – Grupo OESP



Fonte: < [Grupo OESP \(Estado\)](#) | [Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](#) >

Conhecido como o Grupo Estado tem em seu comando o jornal O Estado de São Paulo, a Agência Estado e o portal Estadao.com.br dentre outras empresas de mídia tais como a emissora de rádio Território Eldorado e a plataforma *Digital Media Lab Estadão*. O grupo se origina da fundação do jornal A Província de São Paulo em 1875, o nome atual é trocado após a Proclamação da República.

Entre os fundadores estavam jornalistas e políticos Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles, Américo Brasiliense e José Alves de Cerqueira César. A partir de 1966, o jornal inicia uma nova fase nos negócios com a diversificação e ampliação dos mercados de mídia. Lança-se previamente o jornal da Tarde, em 1970 a Agência Estado e dois anos depois a gravadora Eldorado.

Em maio de 2000, ocorre a fusão dos sites da Agência Estado e o Jornal da Tarde no portal Estadao.com.br, que passa a se dedicar a informação em tempo real. A marca de visitantes no novo portal superou um milhão de visitantes mensais, segundo o site do MOM. Atualmente, os negócios da família Mesquita seguem em sua quarta geração nas mãos de Francisco de Mesquita Neto.

3.5.1.5. A intervenção do poder político nas mídias regionais e a concentração em atrações policiais

“Está na Constituição. A programação das emissoras de rádio e TV no Brasil deve valorizar a produção regional. Mas o que se observa é a relação flagrante com políticos.” A declaração em tom de denúncia é da pesquisadora Pâmela Araújo Pinto⁵⁹ proferida em entrevista pela Radis comunicação e saúde da Fundação Oswaldo Cruz. A estudiosa dedicou seu foco de trabalho acadêmico à concentração do poder político na esfera midiática.

⁵⁹ Pós-doutoranda do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Investigadora visitante do DigiMedia Centro de Investigação em Media Digitais e Interação (Universidade de Aveiro). Doutora e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2015 e 2010, respectivamente. Graduada em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo), pela Universidade Federal do Maranhão, em 2007. Pesquisa temas relacionados a Comunicação e Política; Mídia Regional, Jornalismo e Saúde. Tem experiência docente nas áreas de mídia, marketing, política e jornalismo. Fonte: < [Pâmela Araújo Pinto | Escavador](#) > acesso em 07 nov. 2021 às 10h25min.

De acordo com Pinto (2017), dados colhidos em seus estudos sobre a concentração do poder midiático apontam que “no Brasil, a comunicação é vista como negócio e não como um direito”⁶⁰, devido a essa concentração da mídia vincular-se a poucos grupos, entre eles proprietários políticos que atuam com influência nas redes de TV comerciais. A postura fere o direito à comunicação, além de prejudicar a diversidade das culturas regionais.

As mídias regionais, conceituadas por Pinto, 2017, como conjunto de meios de comunicação produzido em um espaço geográfico, tem em seu conjunto as afiliadas aos conglomerados midiáticos e seu modelo foi estabelecido na década de 1970 “com viés controlador, para disseminar conteúdos coerentes com interesses do Regime Militar” (PINTO, 2017, grifo da autora).

O poder concedido a esses grupos impacta a produção de conteúdo local e interfere, principalmente, na exploração de conteúdos policiais como atrações que interessam à comunidade. O controle da mídia por políticos, segundo a pesquisadora não é novo e “começou com o surgimento da imprensa e foi intensificado ao longo da República” (PINTO, 2017, grifo da autora).

No período de redemocratização e abertura política, “[...] o governo Sarney distribuiu mais de mil outorgas de radiofusão como moeda política para aprovações na sua gestão [...] essa distribuição configurou em todo o país um mercado com forte presença de políticos donos de mídia” (PINTO, 2017, grifo da autora). Tal atitude permanece como tendência pois, conforme a pesquisadora, na atualidade “[...] deputados e senadores são os políticos com mais outorgas [...] Prefeitos e deputados são os principais controladores da mídia de forma direta ou indireta, por meio de familiares”. (PINTO, 2017, grifo da autora).

Essa posse fere diretamente o direito do cidadão à informação e à comunicação, pois as concessões de rádio e TV são públicas, mas acabam sendo usadas para fins privados. Ela também fortalece os grupos que ganham visibilidade e limita as disputas eleitorais. Grupos políticos com mídia acabam perpetuando os seus mandatos e de seus familiares e se tornam atores com impacto na política nacional. O controle da mídia e o seu uso para fins políticos dificulta o acesso às

⁶⁰ PINTO, 2017. Entrevista concedida a Radis-rádio da Fundação Oswaldo Cruz - Fonte: < ["A comunicação é vista como um negócio" \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/pt-br/comunicacao/entrevista-com-pinto) > acesso em 07 de nov. 2021 às 02h08min.

informações do cotidiano e a disputa eleitoral. Os donos de mídia têm palanques diários, nos quais expõem ações e atividades do seu grupo, além de atacar adversários, e negligenciam temas desfavoráveis. (PINTO, 2017).

A preferência por programações jornalísticas de cunho policial seguem a tendência nacional com versões regionalizadas, apresentam formatos reality. A análise de Pinto, 2017, aponta que em média os programas são diários e apresentados em mais de um horário.

A propagação de reações que incitam medo e indignação social por parte do público para com a temática apontam para a relação de a segurança pública estar, portanto, como um dos maiores problemas sociais reportado pela sociedade brasileira.

3.6. Teoria Social da Mídia – TSM: a comunicação de massa e a indústria cultural

O estudo da comunicação de massa surge da necessidade de sistematização de um conjunto de conhecimentos que atravessaram perspectivas e disciplinas que multiplicaram hipóteses e abordagens. A sistematização desse conjunto de conhecimentos e conceitos irrompe na metade dos anos de 1970 do século XX, ante a constatação da complexidade do objeto de investigação e a saliência de insatisfações e limitações das pesquisas que se caracterizaram em crise.

A definição por uma área temática se configurava entre um sistema social e os meios de comunicação de massa e, portanto, deveria ter enfoque multidisciplinar com vistas a inserção de diretrizes de abordagem sociológica sobre os meios de comunicação. Os pressupostos, a partir dessa nova perspectiva, passaram a ser ordenados em três determinações: o contexto sócio-histórico-econômico do modelo teórico sobre as comunicações de massa, a teoria social presentes nos modelos sociológicos, junto aos quadros de referência sobre os meios de comunicação e o modelo de processo comunicativo.

Dessa forma, cada modelo corresponde a momentos de estudo sobre os meios de comunicação. Nesta pesquisa, nos enfocamos na teoria crítica. Esta abordagem associa os processos de comunicação de massa às características do contexto social em que esses processos se realizam. Para tanto, nos delimitamos à definição de massa, sociedade de massa e indústria cultural para, enfim, adentrarmos nos estudos da mídia.

Segundo Wolf, 1999, o conceito de massa tem origens remotas na história do pensamento político e tem correntes bastante diversas: trata-se de um “termo guarda-chuva” de que, a cada passo, seria necessário precisar a utilização e a acepção. Para maior clareza, o autor apresenta variáveis detectáveis ao longo do percurso histórico:

Para o pensamento político oitocentista de cariz conservador, a sociedade de massa é, sobretudo, a consequência da industrialização progressiva, da revolução dos transportes e do comércio, da difusão de valores abstratos de igualdade e liberdade. Estes processos sociais provocam a perda da exclusividade por parte das elites que se veem expostas as massas. O enfraquecimento dos laços tradicionais [...] contribui para afrouxar o tecido conectivo da sociedade e para preparar condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas (WOLF, 1999, p. 7).

Na sequência, o autor cita Ortega y Gasset *apud* Wolf (1999) que apresenta corrente diversa ao apresentar o homem-massa como resultante da desintegração da elite, por isso, sendo a antítese da figura do humanista culto. Nessa perspectiva:

a massa é a jurisdição dos incompetentes, representa o triunfo de uma espécie antropológica que existe em todas as classes sociais e que baseia a sua ação no saber especializado ligado à técnica e à ciência [...] “é tudo o que não se avalia a si próprio – nem no bem nem no mal – mediante razões especiais, mas que se sente “como toda a gente” e, todavia, não se aflige por isso, antes se sente à vontade ao reconhecer-se idêntico aos outros. (Ortega y Gasset *apud* WOLF, 1999, p. 7).

Por essa perspectiva, o caráter de diluição e isolamento provenientes do anonimato tornam-se pré-requisitos na comunicação de massa, pois diluição e isolamento não são apenas físicos e espaciais; extrapolam acontecimentos que vão além da experiência do ser e se referem a universos com significados e valor que não coincidem necessariamente a regras do grupo de que o indivíduo faz parte. “Nesse sentido, o fato de pertencerem à massa “orienta a atenção dos membros (dessa massa) para longe de suas esferas culturais e de vidas, para áreas não estruturadas por modelos ou expectativas” (Freidson, 1953, 199 *apud* WOLF, 1999, p. 8).

Quanto ao termo *indústria cultural*, este foi primeiramente utilizado por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento para descrever as transformações provenientes do progresso cultural, por meio da análise dos fenômenos sociais. Na esteira desse conhecimento, ele vem para substituir o conceito de “cultura de massa”,

(WOLF, 1999, p. 35, grifo do autor), no intento de suprimir a interpretação de que ao ser cultura, ela – cultura de massa – nasce espontaneamente das próprias massas como arte popular.

Na concepção de Adorno e Horkheimer, a indústria cultural atua como um sistema – filmes, rádios, jornais etc., – na qual cada setor se harmoniza entre si e todos se harmonizam reciprocamente. A indústria impõe standardização, organização do gosto público e de suas necessidades criadas pela manipulação como técnica de adquirir poder sobre a sociedade. “Esse sistema condiciona, evidentemente, de uma forma total, o tipo e a função do processo de consumo e a sua qualidade, bem como a autonomia do consumidor. Cada uma destas forças é englobada na produção” (WOLF, 1999, p. 36, grifo do autor).

Os conceitos acima vinculam-se ao estudo da mídia, por meio do entrelaçamento dos termos indústria cultural, comunicação e cultura de massa. Dessa forma, o estudo da mídia ganha importância na modernidade pela capacidade de explicação e transmissão de cultura e de ideologia, igualmente pela capacidade de compreensão das tomadas de ações a que a sociedade se submete. Fatores como o surgimento das novas tecnologias, a globalização da comunicação, a constituição do *self* e a procura por uma ética de responsabilidade global são temas que adentram a TSM em relação às interações humanas, o uso e abuso das formas simbólicas na condição de capital feito pelos conglomerados da comunicação e suas novas formas de mediação e ação social.

Sendo o homem um ser simbólico por natureza, a inserção das formas simbólicas no âmbito midiático é um fato que, com a evolução, propiciou níveis de interação para além da interação face a face. A partir do surgimento da indústria tipográfica na Europa nos séculos XV e XVI até as mídias eletrônicas dos séculos XIX e XX, muitas transformações ocorreram e causaram grandes impactos sociais nas formas do homem lidar com o mundo para além dos contextos de co-presença.

As formas mediadas de interação e o deslocamento espaço-tempo criaram campos de ação e interação. Alguns destes, por sua vez, envolveram características de visibilidade que refletiram as relações de poder. As novas formas de visibilidade, por exemplo, deslocaram-se do olho que vê para o ângulo da câmera, para o processo de edição ligado aos interesses e propriedades organizacionais. As relações tornaram-se,

consequentemente, mais complexas e mutantes, pois permitiram, e ainda permitem, a exposição de gafes, vazamentos, explosões, escândalos de modo a evidenciar os sujeitos naquilo que mais temem: suas transgressões de valores, normas sujeitas à desaprovação e ao ultraje. (THOMPSON, 2014).

A necessidade de teorização das formas sociais pelas quais a mídia se institucionaliza, apresenta, descreve e representa o mundo se imbrica com a “organização social do poder simbólico” (THOMPSON, 1998, p. 12, grifo do autor), pois é por intermédio das formas simbólicas, alçadas a capital, que a mídia se solidifica como instrumento mercadológico ao atrelar as relações entre visibilidade e poder. Dessa forma, os meios de comunicação merecem destaque por sua importância na construção da modernidade pelas vias do entrelaçamento com outras formas de poder, a saber: a econômica, a política e a militar em busca de objetivos individuais e coletivos. Thompson, 1998, as sistematizou na seguinte tabela:

Quadro 5. Formas de poder

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (empresas, comerciais).
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (estados).
Poder coercitivo (especialmente militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, polícia, carcerária etc.).
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (igreja, escola, universidade, indústria da mídia etc.).

Fonte: Thompson, 1998, p. 25

As relações entre ação, poder e comunicação se interconectam, pois o ato de comunicar corresponde a uma forma de ação ante o estabelecimento de trocas interacionais, de negociação e de acordo entre os indivíduos. Dessa forma, elas atuam em posições dentro de campos/instituições e com recursos disponíveis. Cada instituição tem suas regras. A coesão delas ocorre conforme os propósitos a serem alcançados e o posicionamento que cada indivíduo tem frente ao poder que possui e exerce dentro da instituição.

O poder, nesse contexto, é a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. Seu exercício se caracteriza como fenômeno social que implica ação nos âmbitos em que se insere e utilização de recursos por meio das instituições que asseguram ao sujeito capacidade de agir em busca de interesses particulares e/ou coletivos. No âmbito midiático, a capacidade de agir torna-se cada vez mais mediada – ao permitir a utilização de meios técnicos que se estendem no espaço e no tempo de ambos os interlocutores, e/ou quase mediadas – ao se voltarem para múltiplos receptores com caráter monológico, característica típica das comunicações de massa.

Uma interferência maior nesse contexto de mediação da comunicação tem relação com a globalização que transformou os aspectos das condições de vida dos indivíduos no mundo inteiro. O século XX testemunhou uma proliferação de canais de comunicação e difusão de informação que cresceu de forma desigual devido ao impacto social das novas tecnologias, a emergência dos conglomerados transnacionais de comunicação e a assimetria de acesso que evidenciou relações de desigualdade de acesso às redes de comunicação global.

Ademais, essas interferências, marcaram mudanças na constituição do *self* como processo de autoformação. A experiência do eu num mundo mediado trouxe a perspectiva de um *self* mais reflexivo e aberto em favor da busca da coerência para construção de uma identidade menos oscilante. O *self* passa a ser um projeto simbólico construído ativamente por narrativas coerentes da própria identidade.

A abertura para essas novas formas de conhecimento e formação do *self* também trouxeram aspectos negativos, a saber: a intrusão mediada de mensagens ideológicas, sendo ideológicas aquelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações assimétricas de poder. A mídia, nesse sentido, aumentou sua capacidade de transmissão de mensagens estereotipadas, agitadoras de modo a influenciar a vida dos receptores.

Outra característica negativa é a dupla dependência mediada dos indivíduos na construção de um projeto de vida geradora de um paradoxo entre a ação reflexiva do *self* e sua dependência do sistema social sob os quais ele tem pouco controle. Tal característica remete a outro problema: a acentuação do efeito desorientador exercido pela sobrecarga simbólica que ocorre no confronto de narrativas, cosmovisões

incoerentes e complexas de serem assimiladas que, por fim, impactam o nível de confiança pela absorção de uma forma de quase interação mediada.

Todas essas características da constituição do *self* também impactaram e continuam a impactar a constituição profissional, tanto dos participantes do âmbito comunicativo, quanto das demais profissões presentes na sociedade no atual. A vivência e a convivência num mundo repleto de formas mediadas de informação abarcam profusão de imagens e mensagens que colaboram para a diluição da natureza do *self*, inclusive o profissional.

3.6.1. Mídia, democracia e responsabilidade ética

A organização da mídia em nível institucional global trouxe problematizações sobre a forma de comunicar no mundo moderno. A reinvenção permitiu que tensões entre as esferas públicas e privadas interferissem nos âmbitos político e econômico.

Uma delas refere-se aos conglomerados de comunicação em larga escala com seus respectivos interesses imbricados numa teia de relações. Ao mesmo tempo em que a globalização permitiu a expansão das atividades comerciais, esse crescimento tornou-se sem limites a ponto de a TSM repensar e abarcar em suas discussões os âmbitos do público e do privado em relação à ameaça à liberdade individual, ao excessivo poder do estado e das empresas midiáticas em relação às estruturas de soberania e responsabilidade na sociedade democrática moderna de modo a incluir a necessidade de uma responsabilidade ética no âmbito midiático.

A regulação da vida pública e a publicidade, conforme Thompson (1998) devem ser pensadas por um princípio de pluralismo regulado. As formas simbólicas modernas circulam para além dos contextos de sua produção, por isso, o nível de abrangência vai além do espaço localizado ao se constituir em espaço aberto, não dialógico em que há luta pela visibilidade. Assim sendo, a mídia pode politizar o cotidiano, catalisar ações para além dos locais imediatos onde ocorrem. (THOMPSON, 1998).

Outra problemática refere-se a como estado e mídia interferem nas escolhas políticas pelo uso e abuso das propagandas e dos recursos midiáticos. O conceito de democracia atual em muito se distancia do ideal grego clássico e, para isso, o autor propõe em resposta uma democracia deliberativa conceituada como “aquela que trata

os indivíduos como agentes autônomos capazes de formar juízos razoáveis através da assimilação de informações e diferentes pontos de vistas” (THOMPSON, 1998, p. 220, grifo do autor).

A concepção deliberativa de democracia assemelha-se ao que Charaudeau (2016) sistematiza como opinião pública. A opinião pública, para esse autor, tem sua força de expressão alçada por meio de uma voz representativa dentre outras que atua na emissão de um juízo de valor sobre assuntos de interesse de indivíduos em prol de discussões de temáticas marginalizadas com diferentes manifestações de opiniões.

A noção de pública em opinião pública defendida por Charaudeau (2016) supera a concepção de estar atrelada ao estado e a tudo o que a ele se refere. Ela fundamenta-se na ideia de um construto subjetivo fundamentado num ponto de vista a respeito de um saber estruturado no conflito social e seu entrelaçamento ocorrer estruturalmente em diversos tipos de fatos. Já a noção de democracia deliberativa propícia a uma opinião pública para Thompson (1998) traz para a mídia o desafio de:

[...] encontrar maneiras de aprofundar o interesse democrático alargando a abrangência dos processos deliberativos aprimorando sua qualidade e garantindo consequências perceptíveis para as decisões tomadas em vários níveis da vida social. (THOMPSON, 1998 p. 222).

Assim sendo, uma democracia deliberativa seria aquela mediada na qual os processos de deliberação dependeriam das instituições da mídia como meio de informação e expressão. Portanto, a aplicação do princípio do pluralismo mediado acoplado aos mecanismos que permitem que os juízos de valor devem ser incorporados em processos deliberativos em vários níveis da vida social e da política como meio da renovação da política democrática. Dessa maneira, Thompson (1998) considera que essas medidas podem ajudar a enfrentar os problemas da organização social e dos processos sociais.

A ética, portanto, precisa atrelar-se a uma teórica da ação comunicativa conforme propôs Habermas ao se referir a mudanças relativas à esfera pública. No pensamento do filósofo, o pensamento sobre questões morais e éticas não acompanharam o desenvolvimento que transformou o mundo. Dessa forma, o sentimento de responsabilidade na difusão e propagação de imagens pode implicar o

destino coletivo da humanidade caso não ocorra uma “democratização da responsabilidade”.

Quanto a Chomski (2019), o linguista apresenta-nos a relação mídia e manipulação por meio de duas noções de democracia na modernidade: a primeira, semelhante ao pensamento thompsoniano, considera o povo como entidade capaz de participar de modo significativo em escolhas pessoais, mediante os canais de informação de forma livre e acessível; a segunda, todavia, é a noção predominante e se apresenta regulada politicamente como “aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados” (CHOMSKI, 2019, p. 10, grifo do autor).

Esta última se caracteriza por uma democracia de espectadores. Um de seus defensores, Walter Lippmann, a denominou de “teoria progressista do pensamento liberal democrático” – uma “revolução na arte da democracia” - ironicamente colocada por Chomski. Lippmann defende que apenas uma parcela da sociedade - a “classe especializada” de “homens responsáveis” – seja capaz de guiar o “rebanho desorientado”. A esse último grupo é somente dada a liberdade de escolha pelas eleições e, após esse período, o dever de se ater a sua condição de espectador, pois “a maioria da população é estúpida demais para conseguir compreender as coisas” (CHOMSKI, 2019, p. 17-18, grifo do autor).

Essa noção de democracia imbrica-se com o poder político e volta-se para a produção do consenso, na qual a mídia deve ser dividida pelo poder da verdade ao oferecer uma percepção mínima e razoável da realidade e incutir nos interlocutores as convicções certas por meio de crenças e valores que servirão aos interesses do poder privado. A criação de “simplificações radicais” e “ilusões necessárias” nublam os sentidos das pessoas geralmente guiadas pela emoção e pelo impulso que torna o rebanho desorientado a ponto de não decifrar a lógica da propaganda política.

A concepção chomskiana de democracia defendida por Lippmann evidencia aspectos cruéis de controle da mente da população em exemplos diversificados que ocorreram desde a Primeira Guerra Mundial até questões atuais nas quais as disposições da sociedade foram alteradas sob a influência da mídia propagandística em prol de questões políticas, por intermédio da noção de que o povo representa um rebanho

desorientado e, portanto, um problema caso venha a se rebelar contra essa respectiva condição.

A “engenharia do consenso” corresponde à arma que pacifica e valoriza a opinião como instrumento a crises de dissidência. “A população tem de ser devolvida à apatia, à obediência e à passividade, que é seu estado natural” (CHOMSKI, 2019, p. 34, grifo do autor).. Ademais “o valor marcial” deve ser mantido, pois estes mantêm a sociedade violenta na luta pela obtenção de seus objetivos à força em favor de sua elite doméstica – “é necessário que as virtudes marciais sejam devidamente valorizadas e que se abandonem essas restrições doentias ao uso da violência” (CHOMSKI, 2019, p. 35, grifo do autor).

Essas restrições ultrapassam o uso da violência. A falsificação da história permite a subversão da realidade a uma versão que tenha caráter oficial. Nesse aspecto, Chomski (2019) alerta: “qualquer que seja a situação, a imagem do mundo que é apresentada à população tem apenas uma pálida relação com a realidade” (CHOMSKI, 2019, p. 38, grifo do autor). O linguista alerta-nos para esses fatos não ocorrerem sob ditaduras e/ou regimes totalitários, mas em contextos de liberdade, o que de fato merece atenção para o papel da mídia em prol de uma cultura de consenso.

Charaudeau (2016) também traz à tona a questão do conflito e da dissidência como mola propulsora de mudanças e criticidade, pois diferente de organizações a que as pessoas se afiliam, os movimentos provenientes da dissidência trazem resultados perceptíveis ao terem a capacidade de congregação de pessoas com pensamentos afins. Essas situações, na modernidade, se adensaram pela inserção das novíssimas tecnologias e as formas de interação no início do século XXI.

Politicamente, Chomski (2019) relata séries de exemplos norte-americanos nos quais a mídia exerce o papel ora de não se manifestar sobre aspectos que desmereceriam determinados atores políticos e suas atitudes ante ações favoráveis a guerras e afins em um jogo de esconde-esconde midiático, ora de incutir o medo ideológico no rebanho desorientado, a fim de controlá-lo, principalmente pela seleção de inimigos e inculcação do ódio como estratégia de desmonte de mobilizações a partir da distração e do medo.

Tais escolhas refletem a hipocrisia costumeira, assim classificada pelo autor, as quais a mídia interfere nas tomadas de ações sociais em nome de uma pacificação ou

mobilização “do rebanho desorientado” em proveito de interesses que se manifestam em teia pelos detentores do poder. Consideramos os aspectos discutidos sob a ótica dos autores selecionados como aspectos favoráveis para nossa tessitura da relação da mídia com os modelos de democracia e sugestões propostas e denúncias tanto de Thompson, Habermas e Chomski em benefício de uma responsabilidade ética do setor midiático.

A necessidade de estabelecimentos de medidas morais e éticas para a mídia e o estado que se manifestam nos âmbitos público e privado não devem ser dicotomizadas pelo medo, pelo ódio, ainda mais com a consideração de que o povo se constitui em “rebanho desorientado” incapaz de expor opiniões, ideias e soluções. A desorientação, verificamos, trata-se de estratégia ideológica e hegemônica com intento ganancioso de perpetuação *ad infinitum* no poder.

A lógica do medo e da inimizade privilegia a instituição do ódio como mecanismo de controle social pela violência, estereotipização de grupos e indivíduos e, por fim, a busca pelo consenso estabelecido sob ilusões que se manifestam em representações do mundo criadas para ratificarem crenças e valores que favoreçam grupos e instituições sociais mantenedores do poder.

3.6.2. O discurso jornalístico: constituição do fato em fato noticioso e esquemas textuais dijkiano

De acordo com Paula (2017), “o discurso jornalístico é uma prática sócio-interacional que objetiva a construção da opinião, de acordo com a ideologia do poder, a empresa jornal, para o seu público-leitor” (PAULA, 2017, p. 19, grifo da autora). Por ser um discurso institucionalizado, o discurso jornalístico da notícia define-se por um contexto global determinado pelas seguintes categorias discursivas: *Poder*, *Controle* e *Acesso*.

Os participantes da categoria *poder* são constituídos pelos donos do jornal-empresa. A eles cabem a decisão de atitudes e a imposição de suas respectivas ideologias empresariais. A categoria *controle* é constituída por uma gama de profissionais – redator-chefe, redatores, pauteiros e repórteres. As ações desse grupo estão fundamentadas no atendimento às solicitações dos pauteiros: encontrar e trazer

fatos selecionados de modo a atender as categorias semânticas da notícia – *a atualidade e o inusitado*⁶¹.

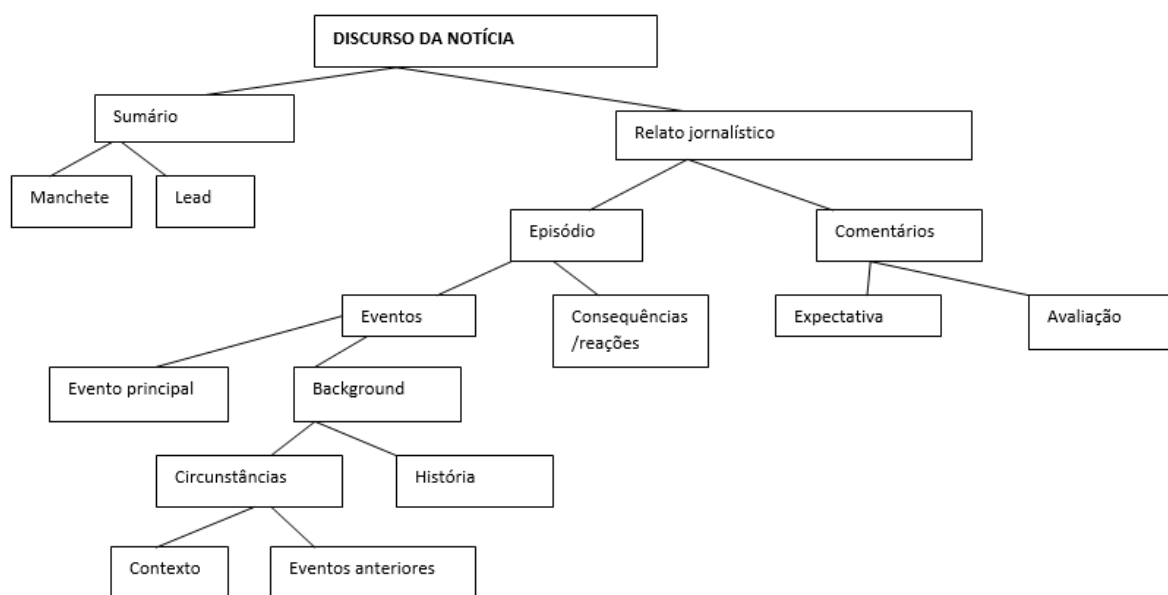
As relações das notícias são revisadas pelo redator-chefe com o intento de manutenção da ideologia do poder do jornal-empresa representada na notícia redigida. A categoria *acesso* reúne diagramadores, paginadores, revisor final, dentre outros profissionais que têm por função final a distribuição das notícias inseridas no veículo jornal para que, portanto, chegue ao público-leitor. (PAULA, 2008).

Em seu aspecto constitutivo, os discursos jornalísticos apresentam os seguintes textos: os reduzidos - compostos pela manchete, *lead* e linha fina -, e o expandido, cuja função é evidenciar o fato em forma de relato. Os textos reduzidos apresentam os sentidos mais globais em forma de resumo ou sumário e o texto expandido, os sentidos locais que detalham o fato em seu episódio principal, eventos, circunstâncias e expectativas.

Conforme Dijk, 2008, *sumário* e *relato* são categorias textuais do discurso da notícia e fazem parte do quadro teórico denominado *estrutura esquemática*. O relato jornalístico é hierarquizado a partir da categoria *episódio* e nos desmembramentos que ele tem ao longo do discurso que objetiva situar o público-leitor.

No relato jornalístico, por meio do quadro *estrutura temática*, é possível desmembrarmos o fato noticioso em outras categorias que facilitam a fixação do evento na memória social do público-leitor por seu *episódio principal*, a *relação causa-consequência*, *condições* e *motivações*, *resultados* e *reações verbais* relativas ao *episódio principal* noticiado.

⁶¹ Segundo Guimarães, 1999, *atual* e *inusitado* correspondem a categorias semânticas que orientam a seleção de fatos a serem transformados em acontecimentos jornalísticos.

Quadro 6. Estrutura esquemática do discurso da notícia**ESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Fonte: Dijk, 2008, p. 147

Quadro 7. Estrutura temática do discurso da notícia**ESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

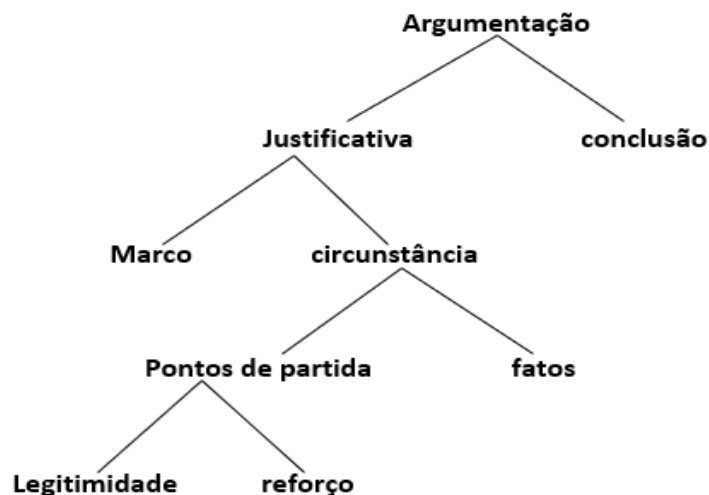
Fonte: Dijk, 2008, p.141.

Em sua totalidade, o processamento, a compreensão e a memorização pelo leitor ocorre por um sistema de interações das categorias que compõe as estruturas esquemática e temática do discurso da notícia, embora o jornal-empresa o considere e o trate como “puro registro dos fatos sem opinião⁶²”.

⁶² Manual de Redação e Estilo da Folha de São Paulo, 2006, p. 88. *Apud* PAULA, 2008, p. 3.

Todavia, Dijk (1978) ratifica que todos os textos são argumentativos, e que, portanto, mesmo que de forma provisória, os textos apresentam uma forma argumentativa que organiza qualquer tipo de texto. Eis o quadro:

Quadro 8. Esquema argumentativo dos textos



Fonte: Dijk, 1978, p. 160.

Dessa forma, ao partir da construção de um fato a fato noticioso, que reforça sentidos de evidência, representado discursivamente como opinião alçada ao público, a notícia não apresenta grau zero de objetividade e imparcialidade. O que é dado como fato noticioso corresponde a uma versão de um fato textualizado em espaço simbólico num produto – o jornal – que visa ao consumo de seu subproduto – a notícia, que se “impõe a outras discursividades, a fim de construir a opinião para o público-leitor” (PAULA, 2008, p. 26, grifo da autora).

3.6.2.1. Gêneros jornalísticos: notícia e reportagem

[...] os gêneros não são leis nem regras fixas, mas categorias relativas dentro das quais cada escritor se move à vontade: elas é que estão a serviço dele, não ele a serviço delas. Ao contrário de espartilhos sufocantes, são estruturas que a experiência histórica ensina serem básicas para a expressão do pensamento e de certas formas de encarar a realidade circundante. Desempenham, assim, função orientadora e simplificadora [...] (MOISÉS, 1992, p.248.).

Os gêneros designam categorias de discursos que podem ser reconhecidos por classificações estipuladas socialmente por meio da distinção das funções particulares

que exercem no mundo. Longe de serem estanques e fixos, eles atuam como estruturas organizadoras e ordenadoras da expressão do pensamento orientadas pela linguagem em relação à descrição e a representação da realidade experienciada pelos e para os sujeitos comunicantes. Segundo Silveira (2018), “os textos diferenciam-se entre si pelos gêneros textuais-discursivos, decorrentes dos usos que esses textos têm em sociedade, ou seja, como formas discursivas que são ligadas às esferas da vida social” (SILVEIRA, 2018, p. 134, grifo da autora)

Ao considerarmos o ponto de partida de nossa pesquisa os gêneros jornalísticos, atentamo-nos à condição dinâmica voltada para a produção dos meios de comunicação de massa e para as manifestações culturais da sociedade conectada a empresas jornalísticas junto à necessidade da inserção dos fenômenos históricos. Dessa forma, tais gêneros assumem papel fundamental na compreensão do mundo por sua propagação na obtenção de atender as inclinações quanto ao gosto do público. Diversos pesquisadores se debruçaram para a temática dos gêneros jornalísticos. Vamos apresentar alguns desses pensamentos para explicitarmos nosso percurso teórico:

Gargurevich (1982), conectado aos estudos de Maria Julia Sierra, afirma ser a distinção dos gêneros periodísticos um terreno sombrio, contudo o autor distingue o jornalismo noticioso: crônicas, colunas, entrevistas, reportagens, editoriais, artigos e notícias e o jornalismo literário: ensaios, biografias, contos, histórias verídicas ou contos da vida real. John Hohenberg (...) classifica os gêneros jornalísticos em: notícia básica – possui a virtude da objetividade: notícia de interesse humano: entrevistas, biografia popular; notícia interpretativa – possui a virtude da subjetividade: reportagem especializada, colunas, reportagem investigativa e reportagem de campanha.

Para a pesquisadora Moreno Espinosa (2001), a evolução dos gêneros jornalísticos está intimamente ligada à evolução do conceito de jornal como ato cultural a partir do século XIX. Os gêneros que mais sobressaem são: a notícia, a entrevista, a reportagem e o editorial. Todavia, é a notícia que recebe maior destaque por seu caráter informativo.

A produção da notícia torna-se relevante por conter o início de um acontecimento no qual o interlocutor deposita a crença de que “o profissional do campo jornalístico não irá transgredir a fronteira que separa o real da ficção” (MEDINA, 2001,

p.48, grifo do autor). Quanto aos conceitos é preciso estabelecer as distinções tênues entre notícia e reportagem.

Em Lage (2001), a reportagem corresponde desde a complementação de uma simples notícia em forma de expansão até ensaios que revelam conteúdos de interesse permanente. Pela amplitude do gênero, o autor sistematiza o gênero em investigativo; em interpretativo e as do novo jornalismo.

- **Reportagem investigativa** – parte de um fato para revelar outros mais ou menos ocultos e, através deles, o perfil de uma situação de interesse jornalístico;
- **Reportagem interpretativa** – em que o conjunto de fatos é observado da perspectiva metodológica de dada ciência (sociológicas, econômicas etc.);
- **Reportagem do novo jornalismo** – busca apreender a essência do fenômeno aplicando técnicas literárias na construção de situações e episódios narrados. (LAGE, 2001, p. 77).

Para que uma boa reportagem seja realizada é necessário empenho da indústria no interesse em sua produção e o quanto desse interesse igualmente impactará o leitor. Ela atua consequentemente como um fato de *marketing* no mexer com as sensações em relação ao conteúdo trabalhado.

Recorremos a Lage (2001) por seus parâmetros didáticos a que procuramos inserir no quadro abaixo:

Quadro 9. Notícia e reportagem em Lage (2001)

NOTÍCIA	REPORTAGEM
Trata de eventos e fatos novos que tem intenção de atualizar o público leitor/alvo. É uma organização relativamente estável e lógica que possui um componente ideológico consumido por leitores que a consideram meio de informação do que ocorre no mundo.	Trata de assuntos. Os fatos servem para reatualizar outros fatos com intenção de instaurar dado conhecimento do mundo. É previamente planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque. Reportagem – palavra polissêmica que se refere a um certo gênero de texto e a seção das redações que produz notícias e reportagens

Fonte: a autora fundamentada em Lage (2001).

Apresentamos ainda as classificações de Melo (1985) expostas em quadro por Bonini (2003) conforme segue:

Quadro 10. Classificação de Melo (1985) para os gêneros do jornal conforme expresso em Bonini (2003, p. 213).

JORNALISMO INFORMATIVO	JORNALISMO OPINATIVO	
1. Nota	5. Editorial	9. Coluna
2. Notícia	6. Comentário	10. Crônica
3. Reportagem	7. Artigo	11. Caricatura/ <i>charge</i>
4. Entrevista	8. Resenha	12. Carta

Fonte: BONINI, 2003, p. 213.

Chandler (1997) atenta para a limitação da taxonomia de gêneros bem como para o problema de definição atrelada a questões tipológicas e históricas e as dificuldades de reconhecimento ante a dinamicidade por suas respectivas proeminências e combinações de funções.

Reconhecemos o pensamento de Chandler (1997) quanto à dinamicidade e à historicidade como fatores relevantes na ordenação e sistematização dos gêneros. Pela atualidade e relevância, adotamos para nossa pesquisa os conceitos de Lage (2001) e a sistematização de Melo (1985) por ambas se encaixarem aos propósitos investigativos da pesquisa seja na distinção notícia e reportagem presentes em nossas análises também pela classificação do jornalismo em informativo e opinativo por estabelecer diálogo com as demais teorias propostas em nosso percurso.

3.6.2.1.1. A charge

Em Romualdo (2000), a “charge é uma modalidade de manifestação comunicativa condensadora de múltiplas informações” (ROMUALDO, 2000, p. 13, grifo do autor). Sua interpretação aciona entre o produtor e o receptor do discurso conhecimentos de dados variados relativos a fatos contemporâneos, cujo intento é a exposição de uma opinião acerca de um fato importante no período em que foi publicada.

Esta opinião corresponde a um “editorial gráfico” (PARNAIBA; GOBBI, 2014, p.2., grifo dos autores) pois remete ao posicionamento ideológico do veículo em que se insere. Suas mensagens se atrelam ao âmbito *crítico, social e político*, conforme se lê em Aurélio (1993, p. 229).

Como característica específica e definidora do gênero, a *charge* possui quadro único em que a ilustração apresenta *pormenores caracterizados de personagens, situações, ambientes e objetos*⁶³. Seu tom humorístico pode ser irônico, satírico, porém não deixa de ser persuasivo e dissertativo de caráter público e temporal.

Distingue-se do cartum, justamente, por seu caráter temporal embrenhar-se em fatos do trato diário geralmente localizados – o cartum é, nesse sentido, mais global por ser mais facilmente reconhecido por públicos de localidades diversas. Distingue-se também da caricatura, pois pode se valer dela para suas críticas como elemento de sua materialização, porém não se atém apenas ao retrato caricato como proposta temática em sua fundamentação.

3.6.2.2. A notícia como produto industrial

A notícia, em seu sentido amplo e mais antigo, corresponde a um “modo corrente de transmissão” (LAGE, 2001, p.29, grifo do autor) de algum tipo de experiência pelas vias simbólicas que se conectam à consciência de um fato transposto por alguém – o jornalista - que o repassa a outros – possíveis leitores do veículo midiático em que está inserida - por meio da interação comunicativa. (LAGE, 2001). Em van Dijk (1990), “as notícias impressas são um tipo específico de discurso da mídia de massa que sugere possíveis semelhanças familiares com as notícias de rádio ou televisão ou com outros tipos de discursos da mídia” (DIJK, 1990, p. 13-14, grifo do autor).

Por se configurar em um relato de acontecimentos a ser consumido como produto jornalístico, a notícia incorpora crenças, perspectivas subjetivas, e ideologias que refletem os interesses dos indivíduos produtores consumido pelos leitores. Não se trata “de falsear a informação, mas revesti-la com a versão mais conivente” (DIJK, 1990, p. 31, grifo do autor). Essa característica moderna interfere na credibilidade e na condescendência afetiva dos indivíduos.

Para ter relevância a ponto de ser considerada notícia, a pauta deve ter características específicas - caráter inusitado/sensacional; ser atual; ter relevância social; ter importância ao público-alvo; despertar comentários; ser verdadeira e carregada da curiosidade da maioria. Por ser um produto de massa em um mundo

⁶³ FLORES, Onice. A leitura da *charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002 *apud* PARANAIBA E GOBBI, 2014, p. 6.

imperialista, o tratamento dado à notícia se relaciona às tendências referentes aos fatos políticos e econômicos. A elas, igualmente, são atribuídos valores de bem simbólico, pois interferem em visões de mundo e posturas pelas vias da difusão ideológica consumida como informação.

Símbolo da modernidade, a notícia produzida por países não industrializados adapta-se às técnicas imperialistas e os jornalistas se conformam com modelos importados por serem referências de cultura no mercado industrial/editorial. Portanto, a utilização da linguagem se fundamenta na estruturação de modelos que emitem valores nas proposições - seja de caráter existencial, designativo, conceitual, contingencial – seja por meio da lógica simbólica que interfere na disposição sintática dessas proposições como instrumentos de representação do mundo.

Dessa forma, é nesse percurso teórico que a ideologia se articula e se reorganiza seja pela sistemática da utilização dos verbos, seja pela seleção das preposições, pelo arbítrio e repressão das escolhas orientadas pelos manuais de cada jornal bem como pela ordem narrativa e expositiva que interferem na comunicabilidade, na seleção e ordenação das informações. Todos esses quesitos interferem na proximidade ou distanciamento do leitor e na identificação social que ele sente ao ler o material impresso.

3.6.3. A sociedade do espetáculo

A alta pressão que a imprensa demanda pela busca da notícia ocorre de igual modo com relação à reportagem e a *charge*. O deslocamento do significado de sensação para além da percepção trouxe à tona no âmbito jornalístico, a necessidade do inusitado, do chamativo.

Tanto o inusitado quanto o chamativo constituem o espetáculo midiático em busca de novos tipos de sociedade: a *sociedade do espetáculo* - assim intitulada por Guy Debord. Não basta excitar os sentidos uma vez ou outra; é preciso superexcitar tudo o que parece natural: relações estabelecidas no trabalho, fundamentação de crenças, ritmos etc.

É preciso, conseqüentemente, exaurir as formas de exposição das informações, congestionar os sentidos, dotá-las de uma nova ilusão que entrelace a curiosidade para além do desejo pelo saber – *studiositas* -, mas para o desejo de ver e se deixar atrair

pelo excesso – *curiositas*-, pela sua inconstância de imposição de limites da sensação. “Somente o inconstante se tornou constante” (TÜRCKE, 2010, p.9, grifo do autor).

O mesmo ocorre com o espanto, antes inexplicável passível de ser demonstrável ao atuar como segredo do motor das formas de apropriação do mundo que se move pela surpresa e pela raridade. O raro, ao ser visto como sensacional regido pela percepção, passa a exercer um apetite nos sentidos que reforçam a si mesmos como intento de confundir o espectador ao colocá-los em uma ordem que se subverte em usual.

Dessa forma, o sensacionalismo pressupõe retirar do lugar comum e reagrupar numa ordem difusa; sob a ordem de alguém que exerce o poder do reagrupamento. Para além do mundo das sensações, a globalização exerce esse caráter de novidade em relação ao reagrupamento mundial. As novas formas de lidar com os contextos sócio-políticos e geográficos em um mundo globalizado evidenciaram e continuam a evidenciar muito do espanto e da raridade para o que antes se desconhecia das fronteiras tidas como intransponíveis em nova forma de reagrupamento social, cultural etc.

Para Santos (2015), essas novas relações provêm da instituição de uma globalização perversa, que se fundamenta na tentativa de unificação do mundo pelos detentores do capital simbólico através da tirania da informação. O capital simbólico aliado ao dinheiro fornece base de um sistema ideológico que legitima ações e imprime novos comportamentos às relações sociais.

A violência estrutural é visível na mesma base da vida social nas formas de agir dos estados, das empresas e dos indivíduos. Segundo Santos (2015), houve um retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, que se reflete no encolhimento das funções sociais e políticas do estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, na medida em que se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social.

O papel político das empresas midiáticas se conecta ao sistema por elas assumirem papel político de regulação da vida social. A informação é oferecida em dois tipos de violências centrais: os alicerces do sistema ideológico que justificam as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações; as percepções fragmentadas e o discurso único do mundo, base de novos totalitarismos. A informação, portanto, assume papel

despótico, pois está a serviço de um punhado de atores em função de seus objetivos e não permitem a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam.

Santos (2015) nos fornece explicações mais densas ao atrelar a relação discurso-ação. Em suas palavras: “o discurso antecede quase que obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas” (SANTOS, 2015, p. 39, grifo do autor). Essa relação explica o motivo generalizado do ideológico, pois este, aliado à realidade, se confunde na apreciação do homem comum – a ideologia se insere nos objetos e se apresenta como coisa. Este é o novo encantamento do mundo presente na onipresença da informação.

Instruir e convencer são intenções menores ante o manipular que se camufla com o intento em relação à tomada de posição e à formação da opinião do público-leitor, como agente de possível indignação, mobilização social, ou não, pelo medo contra o que ideologicamente a empresa espera que ocorra. Dessa forma, o discurso antecede a ação humana, por ser a ideologia este novo encantamento na reificação dos objetos.

Consequentemente, “há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas” (SANTOS, 2015, p. 40, grifo do autor), e a notícia não deixa de ser mais um produto que a mídia fornece com sua carga de interpretação dos fatos. O evento é entregue maquiado ao leitor em seu caráter de fábula ou mito.

Nesse sentido, Türcke (2010) reflete o caráter da notícia pelo paradoxo: *a lei de base da lógica da notícia conduz a sua própria inversão*: “a ser comunicado porque importante” superpõe-se “a importante porque comunicado” (TÜRCKE, 2010, p. 17, grifo do autor). Essa é uma garantia de sobrevivência das empresas, por meio da perversão da lógica: “inflar o banal, simplificar o complicado, chamar a atenção pública para determinados conteúdos e desviar de outros” (TÜRCKE, 2010, p. 18, grifo do autor). Esta é a relação do capitalismo: fundir as duas camadas até que se tornem indiscerníveis.

3.6.4. A opinião pública

[...] simultaneamente o que não é o outro e o que ele é.
Precisamos gerenciar os nossos múltiplos pertencimentos

coletivos, familiares, profissionais, regionais, nacionais, étnicos, religiosos, de classes, costumes, de gostos, de valores, defendendo ao mesmo tempo o direito à singularidade e à diferença. CHARAUDEAU, 2016, p. 24.

A noção de discurso e opinião pública em Charaudeau (2016) não está desatrelada do âmbito político. Nesse sentido, todo discurso que objetiva a coletividade possui dois vieses: um simples, no sentido de captação de opinião a favor ou contra, por exemplo, um projeto, um partido, um político, como uma mera tomada de posição argumentada e outro complexo, no sentido de se concretizar como forma de observação do exercício de poder que está no cerne da participação cidadã, mesmo que se pretenda apolítico.

No segundo viés, o exercício do poder político resulta mais do que a mera apresentação da opinião evidenciada em argumentos, pois ele está entrelaçado à exposição de fatos que se materializam discursivamente como categorias que se entrecruzam permanentemente. A saber:

- Fatos políticos – como atos e decisões ligados à questão de autoridade e de legitimidade de seus atores;
- Fatos sociais – como organização das relações sociais, ligados à questão do lugar e da relação que se instaura entre as elites e o povo;
- Fatos jurídicos – que funcionam como enquadre que rege as condutas, o que coloca a questão da ação legislativa;
- Fatos morais – como lugar de pensar os sistemas de valores, que estão ligados à questão da idealidade dos regimes de governança para o bem dos povos.

Fonte: CHARAUDEAU, 2016, p.9.

Dessa forma, o princípio regulador das relações sociais e do exercício do poder está fundamentado no processo cíclico conflito-regulação do conflito-equilíbrio-novo conflito: um jogo de forças entre posições de poder e contrapoder, dominação e submissão que resulta em neutralização, eliminação, e negociação dos envolvidos mediados por autoridades reguladoras.

Essas forças não são reguladas naturalmente, pois o poder, para ser legitimado, necessita de um mecanismo de reconhecimento, por parte do corpo social, do direito de agir em nome de uma finalidade aceita por todos. Portanto, uma posição atribuída por um sistema de organização social reconhecido por todos os membros da sociedade.

A legitimidade por sua origem pode ser fundamentada 1. Numa forte crença de transcendência; 2. Na origem, linhagem, herança de antecedentes; 3. No direito reconhecido por lei e/ou 4. No valor reconhecido relativo à ordem do saber-fazer, competência, habilidade, aptidão. A legitimidade deve igualmente vir acompanhada de um “saber tirar proveito” da posição ocupada reforçada pela experiência pessoal e uma autoridade fundamentada na virtude reconhecida por outros.

O angariamento da opinião pública, dessa forma, se firma como instrumento permanente na luta hegemônica, por se relacionar com os deslocamentos dos grupos humanos historicamente estabelecidos por encontros entre indivíduos e seus vínculos de relacionamento vivenciado por igualdades e diferenças, inclusive com a constituição de identidades individuais e coletivas. A construção identitária se faz pela contradição entre o ser igual e o ser diferente que não está desatrelada da prova da comparação com aquilo que o ser sabe/conhece como sua identidade.

A identidade, tanto pessoal quanto coletiva, é feita daquilo que o indivíduo/membros do grupo compartilha(m): crenças, opiniões, conhecimentos, valores, gostos etc. Fatores de ordem social, tais como posições ocupadas, papéis sociais desempenhados na ordem pública e privada, e fatores de ordem cultural, condutas referentes à territorialidade das movimentações, momentos das jornadas/ atividades e as representações de si – pessoal ou institucional - são elementos constitutivos das identidades.

Todavia, a relação dos grupos em prol da identidade social e cultural é algo frágil. Ela deve ser defendida, reforçada e lembrada com constância, visto ter tendência ao enfraquecimento ante os confrontos, as misturas, as cisões e as fusões sociais. Os movimentos de centrífuga – abertura – e centrípeta – fechamento – estão a serviço da permanência e da diferenciação.

Assim sendo, há grupos que se isolam, por se sentirem ameaçados diante de grupos dominantes, o que gera a exacerbação das diferenças e preservação das condutas. Há a grupos dominantes que atuam por imposição de sua superioridade na integração e fusão de leis e organização social. Há ainda a coexistência de grupos pela proximidade das relações em que ocorre reciprocidade dos valores. Esse último se estabelece pelo vínculo identitário.

Dessa forma, a opinião pública é definida como construto de um saber coletivo de crença a respeito de interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político. Não é homogênea, pois lhe é inerente à fragmentação ante a diversidade dos grupos sociais que a compõe. Bourdieu diz que ela não existe a não ser que se fale em “opiniões” no plural. Todavia, a instância do mundo político e midiático dedica-se a homogeneizá-la através de pesquisa, estatísticas, comentários, declarações para, enfim, se aproximar dela.

Em sua estrutura fundamentada em pontos de vista aproximadamente racional e subjetivo sobre os atores a que se discute, a opinião pública é complexa, pois ela se manifesta através das mídias, nas organizações sindicais nas urnas de modo a atingir os interesses com repercussão coletiva. Concernente a um fenômeno moderno, ela [opinião pública] se torna a *nova rainha do mundo*⁶⁴ pois se manifesta e influi na vida social em controvérsias *ad infinitum*. Ao ser fabricada, ela não aparece *ex nihilo*, pois é construída no próprio acontecimento. Portanto, trata-se de uma opinião que depende dos acontecimentos que se apresentam a ela e do grupo que a sustenta e do olhar que a contempla.

Nesse sentido, Charaudeau (2016) discorre sobre a natureza da opinião pública ao abarcar-lhe como atitude a de ser sempre refém de alguém que enuncia, que tenta dar-lhe um caráter absoluto e definitivo. Ademais, ela é uma construção permanente na confluência de um movimento triplo: ao mesmo tempo fragmentada e homogênea, reativa e intimidada e autônoma e sob influência. Tais características afluem em outros três atributos da opinião pública: reação – por parte dos grupos sociais; atribuição – por parte dos atores políticos e categorização – por parte das instâncias midiáticas.

A opinião coletiva surge de um acontecimento proveniente de uma situação insuportável que, por reação, fazem os grupos se reunirem em proveito de uma causa que ponha em alerta a consciência moral. A indignação pode se transformar em acusação aos responsáveis, em compaixão às vítimas e cólera pelas vias de diversas formas de reivindicação: manifestações, interpelação etc. A opinião alimenta-se da incerteza e esta, ao ser diluída, diminui o interesse pela opinião.

⁶⁴ Dicionário da Academia Francesa do século XVIII *apud* Charaudeau, 2016, p. 41.

Para que a opinião coletiva reverbere é preciso que haja vozes e dentre elas uma em comum que reflita o olhar do corpo social falante. Os atores sociais envolvidos justificam suas ações e declarações ao empenharem-se em pensar pelo povo na emissão de julgamentos, sentimentos e intenções.

Suscetível à manipulação, a opinião pública implica consciência cidadã. Dessa forma, Charaudeau (2016) repensa a noção de manipulação como processo de influência que pode instruir para o melhor como para o pior do outro, por meio da visada discursiva, na qual uma informação pressupõe uma ação. Posto isto, o manipulador não revela seu intento e o disfarça ou sobre um projeto contrário ou sob um projeto apresentado como favorável ao manipulado. O manipulador tira proveito de uma posição de legitimidade capaz de paralisar a opinião do outro, seja pela sedução, seja pela dramatização de maneira a inquietar o auditório até mesmo aterrorizá-lo.

O recurso à utilização de argumentos de ordem moral ou afetiva é acompanhado de uma sensação potencial, positiva - promessa de benefício - ou negativa - ameaça de desgraça – que impede a reflexão do manipulado. “As mídias não ficam atrás, pois mesmo que não o façam voluntariamente, contribuem para esse jogo manipulador” (CHARAUDEAU, 2016, p. 69, grifo do autor)

A manipulação no mundo midiático ocorre com a persuasão pelo discurso da sedução e/ou discurso da dramatização com apelo aos sentimentos. O questionamento por parte do autor, em relação à existência ou não de uma informação plenamente objetiva, reforça a ideia da desconfiguração e da espetacularização da informação. Para o autor, é possível elencarmos os procedimentos de encenação da atualidade que mostram as responsabilidades das mídias nos jogos da opinião pública.

Recursos como a superatualização dos acontecimentos com repetição incessante das notícias; a superdramatização no relato dos acontecimentos para causar impacto emocional, fora as alianças entre mídia e política destinam-se à produção de efeito de credibilidade, que podem influir desde a tomada de posições populares até a pôr em jogo a soberania do regime democrático, na condição instrumento que funda o poder na sociedade.

Dessa maneira, o contrapoder, proveniente da oposição, é saudável, pois tem influência no exercício da liberdade, no desaparecimento das disparidades sociais pelas

vias de uma ação de reivindicação que vem da instância cidadã. O antagonismo força-poder-contrapoder atua como processo de equilíbrio entre o desejável e o possível entre as derivas do poder político do autoritarismo e da anarquia.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISES DO *CORPUS*

As análises estruturam-se em abordagem qualitativa com procedimento teórico-analítico selecionados dos modelos teóricos relativos à Teoria Social do Discurso – TSD – (FAIRCLOUGH, 1992 a 2006); à Teoria dos Atos de Fala – TAF – (AUSTIN, 1962; SEARLE, 2002); à Teoria Social da Mídia – TSM – (THOMPSON, 1998; CHARAUDEAU, 2016); à Sociossemiótica (KRESS; VAN LEWVEEN, 1996) e ao Modelo Cognitivo de Processamento do Discurso (DIJK, 1990, 2008, 2012).

A seleção dos textos se iniciou em 2017 e teve como ponto de partida fatos transformados em fatos noticiosos veiculados por diferentes veículos comunicativos, sobretudo, os relativos aos conglomerados midiáticos hegemônicos dos Grupos Folha, Abril e OESP. Tais eventos remetem a abordagens policiais e a atuação da Polícia Militar e de seus agentes em diferentes segmentos sociais e como esses eventos ao longo dos dias, midiaticamente, foram sendo transformados em episódios jornalísticos inclusive em *charges* e reportagens.

A investigação realizada seguiu os seguintes procedimentos metodológicos:

- Verificação das categorias que constituem o sensacionalismo - litude, ilicitude -; a atualidade e inusitabilidade do discurso da notícia;
- Análise dos atos de fala e atos indiretos de fala e suas respectivas intencionalidades na promoção de sentimentos e ações sociais;
- Demonstração das informações constituintes da formação da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social que se ajustam na da notícia;
- Tecitura de mapa e análise das redes cognitivas presentes no modelo de processamento do discurso da notícia em suas estruturas temáticas e esquemáticas;
- Análise das categorias sociossemióticas das imagens em suas composições e polarizações;
- Repercussão das conclusões dos fatos noticiosos mediante as análises realizadas na pesquisa.

Iniciamos didaticamente com a exposição dos discursos que nos incitaram a essa pesquisa com o intento de demonstrar o surgimento da ideia que se presentifica em

tese e nossa preocupação em tentar abordá-lo criticamente nos moldes propostos pela ACD.

4. Os discursos incitadores da pesquisa

Apresentamos os discursos que incitaram nossa pesquisa por verificarmos que neles é possível expormos a problemática social vivenciada pelo país, no que se refere à relação mídia-Polícia Militar-sociedade, bem como às intervenções midiáticas nas relações de inimizade que incitam à violência entre ambos os segmentos. Os discursos foram transcritos de vídeos, conforme proferido por seus respectivos veículos e interlocutores.

Como exposto previamente, tal investimento se manifesta linguisticamente e se constitui em estratégia pela busca da sensação como instrumento que favorece a construção do fato em fato noticioso, para fins mercadológicos, a serviço do fetiche do produto notícia. Seguem em anexo, respectivos discursos e, abaixo, a análise dos discursos selecionados no item 4.1.1. que encerra esta seção.

4.1. Análise dos discursos incitadores da pesquisa

A novela *Malhação: viva a diferença* exibida pela Rede Globo de televisão no dia 30 de maio de 2017 apresenta policiais fictícios, porém com logotipo, uniformes e veículos semelhantes aos utilizados por policiais militares do Estado de São Paulo. Os personagens policiais cometem abusos com personagens representativos de raça e classe social distintas historicamente marcadas pela discriminação e pelo preconceito, a saber, a raça negra pobre e a oriental do sexo feminino.

A indignação marcada pela moção de repúdio advém dessa semelhança com os símbolos institucionais da Polícia Militar do estado de São Paulo e ao que o locutor considera como ato de “denegrir a imagem das instituições públicas estimulando a sociedade a perda de confiança nos agentes públicos”. O discurso tem cunho político-governamental, por ser proferido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado um dia após a exibição do capítulo da novela.

A moção apela para os artigos 220 e 222 da Constituição Federal de 1988 e o decreto 52.795/63, inclusive para as crenças e valores morais “que corrompem lideranças, desestabilizam a família e destroem as bases da nossa sociedade” por meio dos “reiterados ataques dirigidos pela Rede Globo contra os policiais militares”. O autor da moção configura a atitude da Rede Globo como “grave violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes e, em seguida, reitera a necessidade de fomentar os debates sobre discriminação racial.

Já o discurso proferido por Leonardo Stoppa em canal do Youtube direciona-se ao grande público e também aos policiais na tentativa de desnudar o que, ao ver do locutor, se configura em estratégia da Rede Globo na cooptação do público da novela para a incitação da indignação contra os agentes de Segurança Pública.

Os atos de fala utilizados nos três discursos divergem, pois, a chamada de vídeo para a novela vale-se da personagem policial como instrumento de demonstração da ocorrência das abordagens policiais ilícitas, porém consideradas corriqueiras, em São Paulo. Nesse caso, o policial, em seus atos de fala, faz saber seu preconceito via ato locucional que humilha os abordados e abusa de seu poder institucional, por meio dos seguintes enunciados: “Pascoal, o negão tá falando aqui que namora com a japinha”, dessa forma, o personagem policial igualmente explicita dúvida, pelo uso da locução verbal – “falando que namora” –, quanto à condição de sinceridade do enunciado proferido pelo rapaz negro abordado; “... mano é gente da tua cor”; “o negão vai em cana direto se você não ficar quietinha”, ambos expressos no ato locucional pelas vias das escolhas semânticas “negão” e “mano”.

A moção de repúdio enfoca o ato perlocucional, cujo intento é fazer o interlocutor sentir as crenças e os valores morais brasileiros atrelados a seus enunciados – por exemplo: “o serviço de comunicação é de interesse de toda a sociedade e não podemos assistir a programas que denigrem a imagem das instituições públicas...”, os enunciados desse discurso se manifestam locucionalmente no fazer saber por meio do pronome pessoal e possessivo da primeira pessoa do plural: “Como todos [nós] sabemos... a Rede Globo incute na população brasileira os valores que têm destruído a

nossa sociedade. Se hoje [nós] estamos...; nossos lares; corrompem nossa liderança... nossas instituições”.

Quanto ao discurso de Leonardo Stoppa, os atos perlocucionais, semelhante à moção, fazem o interlocutor sentir repúdio da Rede Globo, porém alia a esse sentimento a ideia de que tanto policiais militares, quanto sociedade não atuam como segmentos sociais inimigos, apesar de declarar que esta é a intenção da Rede Globo, visto retratar a Polícia Militar como instituição inimiga da população. O discurso pautou-se nos contextos políticos representados pelo movimento político que resultou no “Fora Dilma” citado explicitamente no discurso.

Os links apresentados na moção de repúdio demonstram que a Rede Globo de televisão cerceou canais do Youtube a propagarem a mensagem vinculada à novela “Malhação: viva a diferença”, todavia permaneceu com a chamada do capítulo em vídeo em seu respectivo canal do Youtube.

O discurso veiculado no Jornal Nacional apresenta vídeos como provas das ilicitudes flagradas por câmeras denominadas “ações policiais violentas” na chamada da notícia. A manchete veiculada pelo Jornal Nacional destaca-se primeiramente pela marca do *Inusitado* que ocorre com a personificação do substantivo/sujeito “câmeras” na condição de pessoas /olhos denunciadores que observam a atitude *ilícita* atribuída ao alvo/objeto direto delimitado ao termo “ações policiais”.

Essa postura de personificação ratifica a colocação de “câmeras” em primeiro plano como sujeito, tendo em vista que são elas que atuam como agente revelador da atitude ilícita, por meio do ato de flagrar, como se a sociedade inteira estivesse em grande Big Brother assistindo ao que é proibido para todos os cidadãos comuns, não fossem a presença das câmeras. Elas, portanto, equivalem a fechaduras na qual o *voyeur* pode assistir a tudo sem filtro, por isso, a tentativa de lançar essas imagens como atos propícios para incitar a indignação e a mobilização social, como está expresso no enunciado proferido pelo jornalista William Bonner: “duas ações violentas de policiais de São Paulo flagradas por câmeras provocaram indignação nos cidadãos [...] A mais recente se tornou pública hoje”.

O alvo do olhar em flagrante atribuído às câmeras volta-se para as ações policiais violentas, frase nominalizada que se relaciona a um único agente por meio da adjetivação da palavra “policiais”. Consequentemente, é na polícia que recaem todos os efeitos de sentido de ações violentas, isto é, ações atribuídas a policiais que agem com violência. Há nessa escolha semântica uma postura estereotipada na representação do papel do policial, por meio do substantivo/objeto direto “ações” seguido da adjetivação da palavra *policiais*. Por estar na condição de substantivo, a palavra ações assume papel de regente fortalecendo a ideia da força nas atitudes dos policiais e não, especificamente, em suas respectivas pessoas, enquanto agentes de segurança.

Há uma referência local na manchete seguida pela locução “em”, nesse caso, delimita o local da ocorrência: “[...] flagram ações policiais violentas em São Paulo”. No entanto, essa referência local sofre mudança na chamada da notícia seguida pelo enunciado proferido por William Bonner. Este enunciado demarca a localidade, desta vez, pelo uso da preposição “de” para definir a que local, esses respectivos policiais estão atuando como profissionais de segurança: “duas ações violentas de policiais de São Paulo”.

No ato locucional evidencia-se que essas atitudes flagradas provocaram indignação nos cidadãos. Esse enunciado marca a reação atribuída à população (não ocorrida, de fato) que, segundo informações expressas pelo próprio noticiário reagiu de forma indignada. Ainda conforme a sequência do enunciado, apenas um dos casos – expresso na reportagem por “em pelo menos um dos casos” houve punição considerada adequada para os policiais flagrados.

Nota-se, nesse trecho, que a mídia, por meio do ato locucional, assume o papel de juíza dos fatos em seu ato de fazer saber o ocorrido e, por meio do ato ilocucional, emprega uma força ilocucionária pelas vias da escolha semântica indignação, que incita o fazer crer nessa postura, por meio da interpretação do leitor, lançando-a como alvo de indignação e possível mobilização – que não ocorreram conforme o decorrer da notícia veiculada pelo Jornal Nacional.

4.2. Evento 1. Carnaval 2017

Apresentamos, neste evento, três episódios relativos à greve dos policiais militares do Estado de Espírito Santo, em específico na capital Vitória – vide anexo. Tanto a *charge*, quanto a notícia foram veiculados no Jornal A Gazeta de Vitória e o último episódio na rádio CBN. Todos os veículos pertencem ao conglomerado do grupo Globo.

4.2.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito

	<u>Charge</u>	<u>Notícia</u>
<u>lícito</u>	No carnaval, vestir-se com fantasias	Policia Militar atuar na promoção da Ordem e da Segurança Pública
<u>ilícito</u>	Policia Militar fantasiar-se de ladrão e ladrão, com farda de Polícia Militar ambos para cometerem atos ilícitos.	Policia Militar fazer greve previsto em lei (art. 142, 3º, IV c/c art. 42, § 1º)

4.2.2. Categorias da notícia: atual e inusitado

<u>atual</u>	Greve dos policiais militares do estado do Espírito Santo.
<u>inusitado</u>	Policia Militar fazer greve previsto em lei (art. 142, 3º, IV c/c art. 42, § 1º). A greve ocorrer no período do carnaval -retoma o ilícito e o torna fato noticioso.

4.2.3. A TAF e os atos indiretos de fala

	<u>Ato locucional</u>	<u>Ato ilocucional</u>	<u>Ato perlocucional</u>
Charge 18/02/2017	fazer saber que entre bandidos e policiais há possíveis estabelecimento de acordos, mesmo que ambos socialmente representem inimigos arquirrivais.	fazer crer na possibilidade de uma sociedade na qual os papéis representados estão corrompidos.	fazer sentir insegurança e indignação ante a possível aceitação da inversão/anulação dos papéis representados como fato presente na sociedade atual.
O Globo 22/03/2017	fazer saber que ações movidas por policiais militares do ES contra jornal por conta da publicação de <i>charge</i> é irregular	fazer crer que a liberdade de expressão da imprensa está sendo cerceada	fazer sentir a necessidade de se manifestar a favor da liberdade de imprensa e do direito à informação
Rádio CBN 23/03/2017	fazer saber <i>que o jornal AGAZETA DE VITÓRIA</i> tem sido alvo de uma série de ações em função de uma <i>charge</i> que trata do comportamento dos policiais militares do ES.	fazer crer na irregularidade da ocorrência da ação judicial por parte de <i>policiais que se sentiram atingidos</i> pela <i>charge</i> do jornal A gazeta de Vitória em relação à greve tida como crise na área da segurança pública: <i>paralisação dos policiais, aquartelamento, não saiam para as ruas.</i>	fazer sentir medo diante da greve ocorrida: <i>Isso gerou uma quantidade enorme de pessoas mortas, enfim uma situação bastante complexa que nós escrevemos aqui na programação da CBN.</i>

Compromissivo: Ato de fala indireto compromissivo: ato em que o locutor se compromete com o desenrolar futuro de uma ação expressa no enunciado.

Ato locucional: manifestar preocupação com a intimidação coletiva para a retirada de circulação da charge

“Associações ligadas à atividade jornalística manifestaram, em nota, preocupação com as ações judiciais”.

Condição do conteúdo proposicional: F predica um ato futuro A a respeito de F. Fazer fazer, estar a serviço da informação pública (re) conclamar sua missão

Ato perlocucional:

A publicação da notícia predica como ação futura a manifestação por parte dos leitores ante o suposto cerceamento da liberdade de expressão e o direito à informação daquilo que é colocado como missão do próprio jornal.

Ato locucional:

“A missão da Rede Gazeta sempre é estar a serviço do povo do Espírito Santo e do desenvolvimento do Espírito Santo, informando as coisas principais e mais importantes à população. A Rede Gazeta não tem dúvida sobre o trabalho que fez e tem que fazer sempre”.

4.2.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social

O Jornal *A Gazeta de Vitória*, local onde primeiramente foi publicada a *charge* do cartunista Amarildo, o jornal *O Globo* e a *rádio CBN Vitória* fazem parte de um conglomerado midiático operado pelas organizações *Globo*.

A reprodução discursiva, conforme Van Dijk, 2012, ocorre pelo controle da mente: crenças, conhecimentos, opiniões que atuam sobre as ações e, dessa forma, podem voltar a ser discursivas em uma espécie de círculo vicioso. Portanto, ao reproduzir o conteúdo em três veículos diferentes, a mídia atua hegemônica e cognitivamente para o controle de normas e valores e, conseqüentemente, das ações que podem vir a ser novamente discursivas e reproduzidas pelos públicos dos diferentes veículos.

Quanto às categorias da Opinião Pública, propostas por Charaudeau, 2016, temos o apelo ao intercalamento entre o contexto carnaval e o contexto greve para criar conflitos de ordem social que se conectam aos fatos morais, culturais e jurídicos [vide quadro a seguir]. Há na reportagem o apelo à manifestação pela luta do direito da imprensa em noticiar o fato à população - ao não cerceamento da informação para o grande público leitor do jornal.

Quadro. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social

<u>Fato político</u>	Medição de forças entre as instituições dos domínios midiático e os da Segurança Pública
<u>Fato jurídico</u>	Interferência de advogados na construção de fato jurídico movido contra a imprensa por meio de policiais que se sentiram ofendidos com a charge publicada no jornal <i>A Gazeta de Vitória</i>
<u>Fato moral</u>	interferência na representação do papel social do policial militar do estado do Espírito Santo
<u>Fato social</u>	Utilização de festa da cultura popular brasileira, carnaval, para demonstrar a visão na qual o papel de policial se entrelaça a seu arquirrival, o bandido. Tal fato favorece a geração de insegurança e confusão entre a função exercida pelo policial militar: o estabelecimento da ordem e da segurança pública - e o papel social da mídia – noticiar os fatos.

4.2.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso da notícia: estrutura temática e esquemática

A categoria *background* retoma a ilicitude dos atos dos policiais ao executarem greve. Essa categoria se desmembra no caráter histórico do episódio principal, ao rememorar que a atitude de paralisação de 22 dias, resultou na média de 200 mortes.

▪ **SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Sumário = manchete	+ lead
1. A Gazeta: Policiais militares do ES entram na justiça contra jornal por charge	Imagem publicada no carnaval mostra policial militar fantasiado de bandido; liminares são negadas.
2. Rádio CBN: não tem	Não tem

Relato jornalístico =	Episódio + comentário
1.1. A Gazeta: relato pautado primeiramente na perspectiva do jornalista. Há espaço o posicionamento dos advogados de ambas as partes e do diretor de jornalismo do A Gazeta de Vitória.	A charge é o episódio que desencadeia como consequência o conclave dos policiais contra jornal. A expectativa é a de que ocorra investigação por assédio judicial por parte da ABERT, ANER e ANJ.

2.2. Rádio CBN: relato pautado no histórico – <i>background</i> do evento – a greve durante o carnaval dos policiais militares do ES.	Locutor da rádio e jornalista comentam a repercussão da greve, o número de mortes, os dias parados e o aquartelamento da categoria.
--	---

Evento principal + consequências + reações
1. A Gazeta: cinco ações de policiais militares e o pedido de indenização por danos morais por charge. Investigação por assédio judicial. Emissão de notas, apelo à missão do jornal
2. Rádio CBN: repercutir o evento charge; relatar número de dias e mortes no período de paralisação; envolver as ações policiais com outro evento ocorrido no Paraná.

Background
1. A Gazeta: rememorar a greve de policiais militares do ES ocorrida em período do carnaval 2017.
2. Rádio CBN: rememorar as ações policiais contra jornal por charge, notícia do A Gazeta, e consequências do aquartelamento de policiais nesse período.

▪ **SUPERESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Episódio principal: Policiais militares entram na justiça contra jornal por charge
Acontecimentos – ações: Representar policial militar e ladrão invertendo fantasias no carnaval a disfarces sociais em suas atuações; mover ações conjuntas cooptadas via <i>whatsapp</i> de advogados favoráveis a policiais contra jornal por charge; investigação judicial da OAB pelo conclame
Reações verbais: enunciados dos envolvidos – advogados pró-jornal – verificação de não haver ofensa direta a dignidade dos envolvidos na charge, por não ocorrer referência direta a personagens envolvidos, não extrapolação do direito de livre manifestação - e advogados pró-policiais militares – inadmissibilidade da charge pela comparação policial-ladrão e diretor do jornal, expressos pelos seguintes verbos: conclamar, intimidar, repudiar, constranger, encaminhar, informar, entrar com ação, comparar, extrapolar, tramitar.

A estrutura temática está vinculada à razão/causa do episódio. Dessa forma, a temática é proveniente da dinâmica licitude-ilicitude em representação, na charge, do policial militar como folião fantasiado-disfarçado de seu arquirrival ladrão e a consequência causada por essa atitude. Nos eventos decorridos, a mídia apresenta como acontecimento-ação o cerceamento da liberdade de expressão decorrentes das ações judiciais intituladas como conclame pela mídia.

Como resultado do episódio principal, o discurso da notícia enfoca a liberdade de expressão por parte da imprensa, que reafirma seu compromisso e missão de informação pública, especificamente da Rede Gazeta, na voz do diretor de jornalismo.

4.2.6. A GDV – o dado e o novo

Figura 6. Carnaval 2017



Dado: Primeiro quadro – **a.** Carnaval prefigurado como comemoração da cultura popular que autoriza o uso de fantasias entre os participantes; **b.** Demarcação do legitimado pelas cognições sociais ante a representação dos papéis sociais envolvidos: ladrão e Policial Militar como oponentes por suas posturas e polarização oposta;

Novo: Segundo e terceiro quadros – **a.** Trajes não serem apenas fantasias, mas disfarces que legitimam a farsa da inversão dos papéis sociais, incitando nos leitores desconfiança quanto à função exercida pelos agentes de Segurança Pública, além de medo e insegurança; **b.** O posicionamento à esquerda do ladrão disfarçado de policial militar tem o intento de suscitar a temática da representação do policial militar bem como denunciar o não mais disfarçável, portanto, o considerado evidente: policiais militares passando-se por ladrões inseridos na corporação.

4.2.7. Repercussão e conclusão

Quanto a categoria inusitado da notícia, observamos sua íntima ligação com o ilícito. É a ilicitude, em todos os veículos, que traz à tona o inusitado na transformação do fato em fato noticioso. Todavia, a comparação policial militar-bandido, historicamente não é nova, pois advém, desde o período colonial, segundo Faoro, 2000, do caudilho e da fidelidade que a força militar autônoma dedicava a seus contratantes, dentre outros fatores, tais como o uso excessivo de castigos e baixos salários citados por Holloway, 1997. A falsidade do caráter inusitado como categoria da notícia é preenchida com a ilicitude das atitudes da Polícia Militar.

Desse modo, não há o inusitado como fato novo, mas o inusitado como algo ilícito que entrelaça as categorias semânticas da notícia com as categorias semânticas do sensacionalismo. Tal comportamento - o esvaziamento do inusitado com o preenchimento do ilícito - revela que a mídia utiliza como estratégia de construção do fato noticioso o sensacionalismo por sua ilicitude com caráter de atualidade. Essa postura incita à supraexcitação dos sentidos para situações já tidas como comuns e ao não estabelecimento do diálogo, por suas respectivas ocorrências ao longo dos idos históricos serem vistas como senso comum.

Na notícia via “O Globo” publicada em 22 de março de 2017, a charge é tratada sob dois aspectos contraditórios. O primeiro sob o ponto de vista do juiz Alexandre de Oliveira Borgo da Serra, que diz tratar-se *aparentemente* de relato de uma situação cotidiana no carnaval com personagens fictícios. O segundo, sob o olhar da advogada de defesa dos policiais militares, Neiva Costa Farias, que classifica a charge como ofensa pessoal e à categoria, portanto, *inadmissível*.

O desenrolar do fato levanta outro evento que é oriundo de mensagens de *WhatsApp* classificada como *captação irregular de clientes* por advogados. Essa atitude causa reação da Imprensa, que se manifesta via nota, juntamente com demais órgãos relativos à categoria, com recorrência à justiça. Ressaltamos a utilização dos verbos *conclamar, intimar, ofender, manifestar e enfrentar* como ações interligadas à imprensa para evidenciar seu ponto de vista sobre o ocorrido e os substantivos *ação judicial, captação* e *nota* como instrumento para a defesa da imprensa contra a atitude dos policiais militares via *captação irregular de clientes* por parte dos advogados.

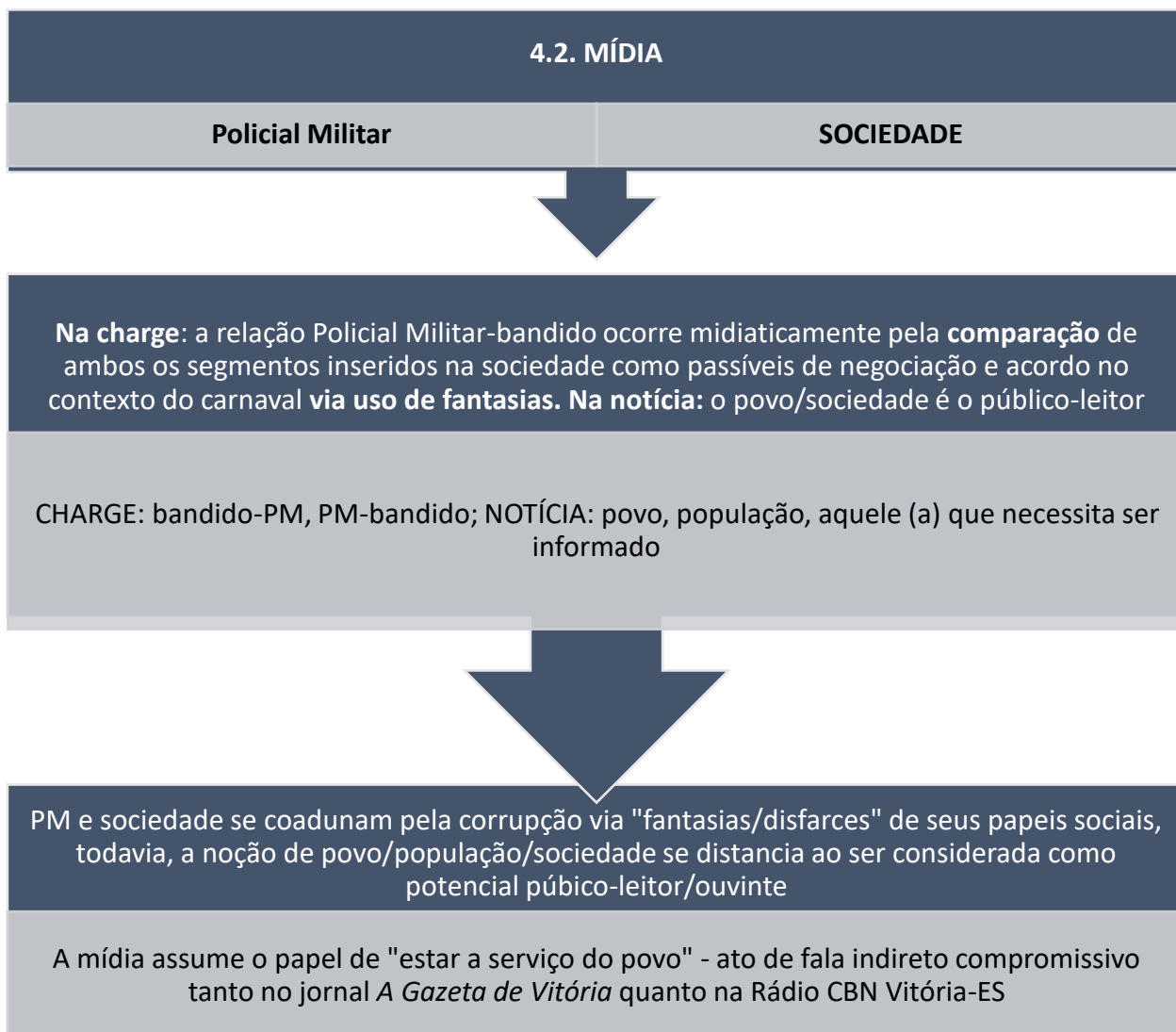
Analizamos que a mídia em questão, por fim, anulou/cancelou no discurso o papel social do policial militar e a função da Polícia Militar, ao ressaltar especificamente que, por meio das ações, os policiais militares que entraram com ações contra o jornal, se colocam contrários à informação do público e que, mediante essa postura, o veículo comunicativo teve de se posicionar quanto a sua missão como a de informar o povo ao objetivar trazer o público leitor a seu favor.

Há, portanto, conforme visto em Han (2013) um investimento na relação de inimizade por parte da imprensa em relação à Polícia Militar *versus* a sociedade na intencionalidade de enunciar que a corporação se coloca a serviço da desinformação da sociedade na condição de público-leitor do jornal.

A notícia proferida pela rádio CBN valorizou o evento na condição de *background* em sua transmissão para o ouvinte: “lembrando aqui; tem sido alvo; crise na área de segurança públicas; gerou uma quantidade enorme de pessoas mortas; situação bastante complexa”. Houve um reinvestimento da relação Polícia Militar *versus* sociedade, por meio da informação propagada no jornal escrito ao recolocar o número de mortos e a insegurança social como eventos decorrentes da greve ocorrida com aquartelamento um mês após o ocorrido. A charge ativou semanticamente o *background* da notícia do jornal escrito por meio das escolhas lexicais: “captação irregular de clientes e verbos conclamar, intimidar, ofender, manifestar e enfrentar”.

Por fim, verificamos que tanto a rádio CBN Vitória quanto o jornal *A Gazeta de Vitória* estão ligadas ao conglomerado *O Globo*, sistema de comunicação. Dessa forma, embora com razões sociais diferentes, tais veículos pertencem ao mesmo grupo que colabora para a reprodução social discursiva do ponto de vista ideológico conveniente a esse respectivo grupo midiático no exercício do poder simbólico e do poder econômico.

Graficalizamos a relação que a Mídia exerce ao demarcar socialmente a Polícia Militar e a sociedade:



4.3. Evento 2. Carnaval 2019

Neste evento, apresentamos quatro episódios relativos ao carnaval 2019. Todos referem-se à atitude ocorrida dentro de delegacia em Atibaia, interior do estado de São Paulo. Os conglomerados envolvidos subdividem-se no grupo Folha, com notícias e charge publicadas respectivamente no UOL, BOL e jornal Folha de São Paulo e no grupo O Globo, com o G1.

4.3.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito

	<u>Notícia via UOL</u>	<u>Notícia via G1</u>	<u>Notícia via BOL</u>
lícito	Policiais militares atuarem na promoção da ordem e da segurança pública.	Policiais militares atuarem na promoção da ordem e da segurança pública.	Abordagem em patrulhamento de rua no carnaval
ilícito	PM (manchete) - Policiais militares ameaçar(em) vítima, e quebrar-lhe o braço dentro de delegacia por ser politicamente divergente do posicionamento político dos policiais militares.	Policiais militares ameaçarem vítima, e quebrar-lhe o braço dentro de delegacia por ser politicamente divergente do posicionamento político dos policiais militares.	Abordagem em patrulhamento de rua resultar em quebra do braço direito de advogado politicamente divergente do posicionamento político de policiais militares – PMs (na manchete).

4.3.2. Categorias da notícia: o atual e o inusitado

	<u>Notícia via UOL</u>	<u>Notícia via G1</u>	<u>Notícia via BOL</u>
<u>atual</u>	Flagra em vídeo de policial militar atuando com violência	Confusão em festa de carnaval e motivação política de PMs	Abordagem em patrulhamento de rua no carnaval
<u>inusitado</u>	Policial militar quebrar braço de dirigente do PT dentro de delegacia	Policiais militares quebrarem braço de homem dentro de delegacia	Policiais militares quebrarem braço de petista em delegacia

4.3.3. A TAF e os atos indiretos de fala

<u>Notícia via</u>	<u>UOL</u>	<u>G1</u>	<u>BOL</u>
<u>Ato locucional</u> <u>Fazer saber</u>	Perseguição política de membros da Polícia Militar	Perseguição política de membros da Polícia Militar	Perseguição política de membros da Polícia Militar
<u>Ato ilocucional</u> <u>Fazer crer</u>	No conteúdo do vídeo	Na postura agressiva da corporação	No despreparo da abordagem
<u>Ato perlocucional</u> <u>Fazer sentir</u>	Que a Polícia Militar age sempre dessa forma quando não filmada	Postura da Polícia Militar como sendo a totalidade da corporação	Descrença na Polícia Militar

Atos ilocutórios/indiretos

- a. **declarativo assertivo:** o falante tem intenção de que o ouvinte tome como verdade o que ele noticia, sobretudo, na exposição dos exemplos escolhidos para exemplificar o que diz.

Ato ilocutório/ indireto declarativo assertivo.	Ato ilocutório/ indireto declarativo em que o locutor tem autoridade específica, e tem certo comprometimento com o valor relativo de verdade/ falsidade, ocorrendo em frases com verbos assertivos e expressões verbais. Assim, estes atos de fala são, simultaneamente, asserções e declarações. Assertivo, pois atua como uma afirmação em forma de predição.	O falante/emissor é capaz de produzir o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional da enunciação e crê na verdade do conteúdo proposicional produzido por ele. Condição preparatória: o falante tem condições para crer na verdade do conteúdo proposicional.	O falante/emissor crê que produz tal estado de coisas que ele deseja produzir por meio do conteúdo proposicional enunciado por ele. Condição de sinceridade: o falante crê no conteúdo proposicional. Modo indicativo
--	---	--	---

Trecho - UOL: “enquanto um o imobilizava, outro torceu o seu braço, provocando um estalo alto – que pode ser ouvido no vídeo.” O enunciado traz um valor de verdade

no qual o falante/emissor tem comprometimento em declarar o valor relativo de verdade e falsidade, por meio de locuções verbais que se colocam como provas do enunciado, no caso, a prova induz o ouvinte/leitor a crer em seu relato sem necessariamente ver o vídeo.

Trecho – G1: relato de Costa, delegado que registrou a ocorrência: “[...] os policiais não agiram de forma errônea. Ele estava afrontando policiais causando problemas desde a Santa Casa, estava mais de hora sendo advertido, orientado a fazer e seguiu causando problemas”. O enunciado, no relato jornalístico, é classificado como afirmação e contém em sua materialização linguística fatos reportados a fatos jornalísticos que atuam na crença da verdade do conteúdo proposicional proferido pelo delegado. Ao se posicionar favorável aos policiais, o delegado Costa reproduz o estado das coisas, por meio do modo indicativo dos verbos e das locuções verbais presentes no trecho acima.

O ato declarativo assertivo do delegado, ao ser enunciado em afirmação, procura justificar atitude violenta conforme exposto no discurso jornalístico inserido em subtítulo “Polícia nega acusação”. Dessa forma, o ato de negar atua como justificativa que ameniza as consequências da atitude da ação policial dentro de delegacia de Atibaia.

Trecho – BOL: “Doratioto, presidente do diretório municipal do PT na cidade, usava uma camisa branca com a foto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os dizeres “Lula Livre!”. O enunciado materializado no relato jornalístico estabelece relações do episódio com as relações político partidárias de Doratioto, reconhecido no discurso da notícia por advogado e presidente do diretório municipal do PT.

4.3.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social

	<u>Notícia via UOL</u>	<u>Notícia via G1</u>	<u>Notícia via BOL</u>
<u>Fato político</u>	Perseguição política de Policiais militares expressa na manchete	Perseguição política de Policiais militares expressa no <i>lead</i>	Perseguição política de Policiais militares - manchete

<u>Fato jurídico</u>	Identificação e punição aos Policiais militares envolvidos – afastamento das atividades de rua. Instauração de IPM. Inserção dos órgãos procurados na defesa da vítima: corregedoria da Polícia Militar, assessoria jurídica do PT, Ministério Público e OAB.	Afastamento dos Policiais militares envolvidos no caso via IPM	IPM - O ouvidor afirma ter ocorrido excesso de força na abordagem realizada pelos policiais militares no caso citado.
<u>Fato moral</u>	Aplicação de “chave tática” pela Polícia Militar resultando em fratura de úmero	Truculência dos policiais	Ação e perseguição não podem ser condizentes com o costume da prática policial
<u>Fato social</u>	Descrédito, desconfiança e indignação na atuação policial que persegue e pune civil por questões político-partidárias, mesmo com emissão de nota da SSP como meio de resguardar a Polícia Militar como instituição.	Descrédito, desconfiança e indignação na atuação policial que persegue e pune civil por questões político-partidárias, mesmo com emissão de nota da SSP como meio de resguardar a Polícia Militar como instituição.	Descrédito, desconfiança e indignação na atuação policial que persegue e pune civil por questões político-partidárias, mesmo com emissão de nota da SSP como meio de resguardar a Polícia Militar como instituição.

4.3.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso

▪ SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA

Sumário = manchete	+ lead
1. UOL: VÍDEO MOSTRA PM QUEBRANDO BRAÇO DE DIRIGENTE DO PT EM DELEGACIA DE ATIBAIA	advogado diz que foi agredido por apoiadores de Bolsonaro no Carnaval e acabou sendo detido: PMs foram afastados.
2. G1: POLICIAIS MILITARES QUEBRAM O BRAÇO DE HOMEM DENTRO DA DELEGACIA DE ATIBAIA	caso aconteceu na noite deste domingo (3) após confusão em festa de carnaval. Vítima é dirigente do PT; vídeo com homem sendo rendido circula nas redes sociais.

3. BOL: PMs SÃO AFASTADOS APÓS QUEBRAREM BRAÇO DE PETISTA EM DELEGACIA, DIZ OUVIDOR	Não há <i>lead</i> – a manchete se estrutura em fala do ouvidor da Polícia Militar e funda-se na afirmação e concretização do fato: quebra do braço
--	---

Relato jornalístico =	Episódio + comentários
1. UOL: Fato apresentado por meio de relato do falante-jornalista. Relato isento da responsabilidade do falante-jornalista: “segundo seu relato...”	Vítima – advogado tratado pelo nome: Geovani Doratioto -, cargo partidário: presidente de partido político e uso de determinado tipo de roupa. Foco no vídeo como prova. Contraponto imagens enviadas à Ouvidoria da PM/ESP.
2. G1: Apresentado pelo falante-jornalista e isento da responsabilidade do autor: “Ele afirma que a confusão começou...” e demais trechos entre aspas.	Vítima – primeiramente tratada por homem na manchete e depois no <i>lead</i> como dirigente do PT – caso veio à tona por conta de vídeo espalhado pelas redes sociais
3. BOL: O jornalista apela à fala do ouvidor para criar seu relato	A BOL relata as ações do ouvidor Benedito Mariano: envio de gravação à Corregedoria, abertura de investigação e paralelamente condução própria de apuração em depoimento do preso. No enunciado aspeado atribuído a Mariano temos a evidência de uso excessivo de força pelos PMs, exame de corpo de delito e registro da ocorrência.

Evento principal + consequências + reações
1. UOL: Vídeo que denuncia comportamento da Polícia Militar - contexto: carnaval - evento: campanha contra o assédio no carnaval - provocação por uso de camiseta Lula livre. - VÍDEO – vê-se homem algemado com braços esticados e policial aplicando golpe em seu braço. Ouve-se som semelhante a estalo. Imagem que demonstra o golpe praticado por policial militar que resultou na fratura do úmero E do preso.
2. G1: Postura agressiva da Polícia Militar dentro de delegacia - festa de carnaval – confusão – Policiais militares causadores de fratura – ausência de atendimento médico na Santa Casa – encaminhamento truculento dos policiais – policial dá gravata e quebra braço de Doratioto - disseminação de vídeo nas redes sociais – polícia nega acusação – palavra dada ao partido político PT

3. BOL: Afastamento de policiais militares. Apelo para argumento pautado na relação de quantidade (4 PMs pelo menos). O episódio principal é classificado como abordagem. O responsável pela emissão do parecer do IPM é o ouvidor Benedito Mariano.

Background:

1. Uol: Advogado manifestar-se publicamente no carnaval com camiseta “Lula Livre” e, por isso, ser cercado e agredido por grupo de opositores e, como consequência, ser preso.
2. G1: confusão prévia de cunho político-partidária em festa de carnaval.
3. BOL: Fato político – Lula Livre – que resulta em quebra de braço de petista dentro de delegacia.

▪ **SUPERESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Episódio principal: quebra de braço de homem/ advogado/ dirigente do PT em delegacia de Atibaia, interior de São Paulo

Acontecimentos – ações: vídeo circular nas redes sociais com agressão policial e quebra de braço de homem em delegacia

Reações verbais: manifestar, relatar, provocar, agredir, imobilizar, quebrar braço, solicitar investigação, desacatar, desobedecer, resistir – sugerem atos de desacato, desobediência e resistência previstos nos artigos 329 e 331, do título XI do Código Penal⁶⁵ e conduzir indivíduo

Comentários

	PM	Atitude dos comentadores	Dirigente do PT
A favor	Atuação correta, anjos.	exposição a favor de um lado somente; Polarização e comparação – Brasil = Venezuela; xingamentos; leitor parou de ler pela sigla PT	cara desarmado

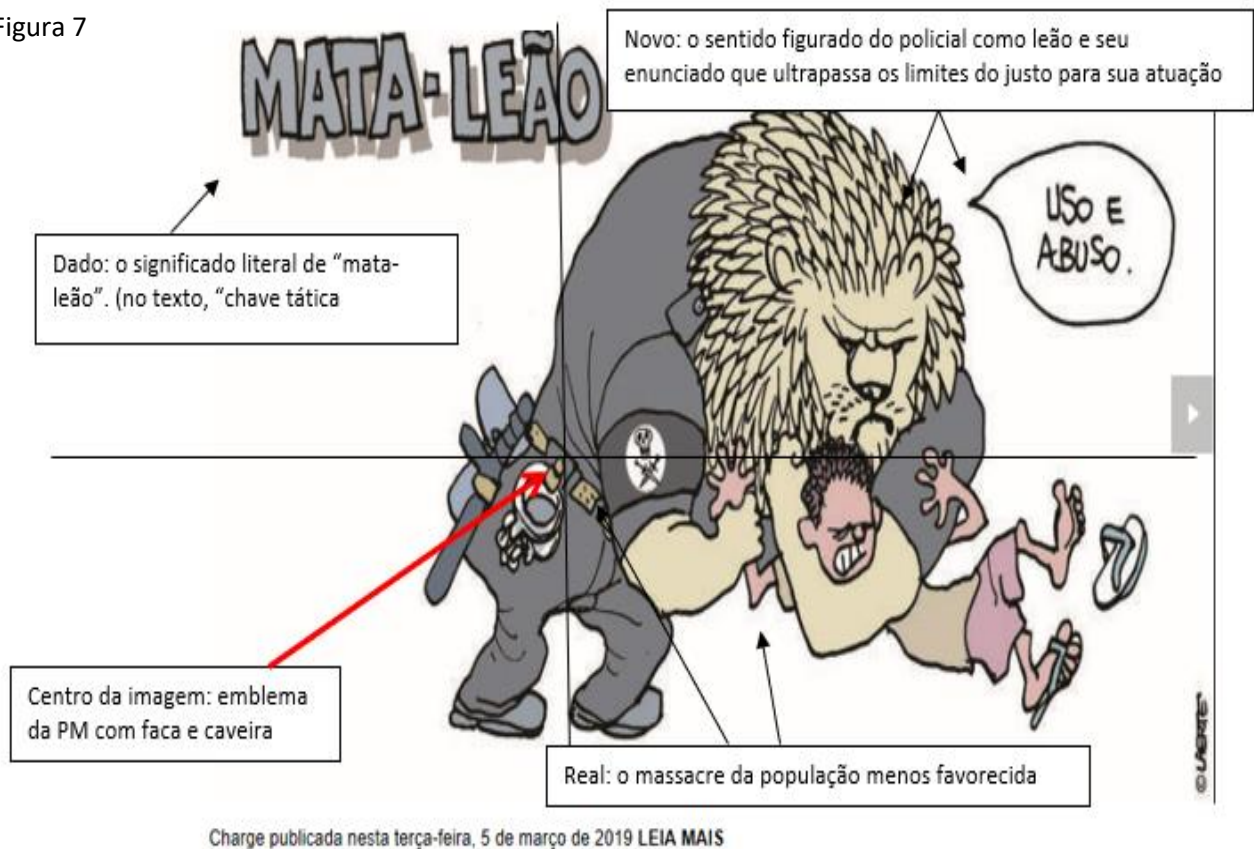
⁶⁵ Artigo 329 – resistência: opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Artigo 331 – desacato: desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. Fonte: < [Consunção | A aplicação do princípio da consunção entre os crimes \(canalcienciascriminais.com.br\)](http://canalcienciascriminais.com.br) > acesso em 01 de nov. de 2021 às 10h04min.

Contra	besta fascista, devem se presos com o delegado; prendeu a vítima, quebrou seu úmero, criminosos de farda, atuaram em favor partidário e ideológico; virou crime, exoneração; papel da polícia proteção não quebrar braço – atitude criminosa independentemente de haver crime da outra parte; má conduta; abuso, absurdos x proteção do cidadão; abuso da corporação, vídeo chocante, atrocidades; despreparados, apoiadores de Bolsonaro – ver redes sociais, atitude danosa e perigosa; despreparo, cita carnaval e lesão corporal grave; polícia = milícia que agem a margem da lei, fardadas e pagas com dinheiro público; ironia; medo e morte da democracia; ditadura chegando com força; métodos truculentos, covardia; fascistas, covardes incompetência; PM de Bolsonaro; fascistas; impunidade; cadeia aos maus profissionais	citação de slogan de Bolsonaro “violência acima de tudo, impunidade acima de todos, riso sarcástico contra a PM, Brasil = Itália fascista; contexto político do país = caixa de pandora/ medo, futuro sombrio; medo por aumento da violência; medo, cita AI 5; Medo; citação de um diálogo fascista; fascismo reinante; polarização da discussão; estarecedor;; ânsia de vômito; ofensas – típico ignorante, tem demência; ignorância = sociedade brasileira; trocadilho Jair e já ir me acostumando; Afastar os PMs do trabalho não faz sentido pois a agressão ocorreu dentro da delegacia; defensores da PM = lunáticos	homem violento vociferando, desacatando e confrontando os policiais; arrogante, agressivo, ameaçando tirar a arma da PM; deveria fazer propaganda pela liberdade do Marcola e Beira-mar; o cara é um santo – ironia;
Sentimento suscitado expresso no discurso	Medo, impunidade, covardia, abuso	Medo, impunidade	

O esquema da notícia está pautado na truculência de policiais militares e no alinhamento ideológico de membros da corporação com vantagem para determinado segmento político-partidário, contrário ao do preso, considerado vítima pela mídia. Esse alinhamento é proibido por lei aos membros da corporação da ativa e servidores públicos da área de Segurança, motivo pelo qual o fato é considerado fato noticioso sob a perspectiva da imprensa.

4.3.6. A GDV – O dado e o novo

Figura 7



- **DADO:** Mata-leão como tática de defesa que combina com exposto no lado esquerdo da imagem: apresentação de um corpo que porta armas tais como cassetete, algemas e coldre.
- **NOVO:** policial representado como leão cuja maior parte do corpo tem tronco musculoso e que, portanto, exerce força desnecessária ao debruçar-se quase que por completo sobre provável cidadão frágil e desprovido de armas sem condições de defesa contra a tática de defesa aplicada sobre ele. Esta figura apresenta corpo franzino, rosto com aparência de agonia pelo sufocamento aplicado sobre seu pescoço. Utiliza roupas simples e uso de chinelos estilo havaianas. O enunciado "uso e abuso" denota que o policial militar-leão tem consciência e exterioriza verbalmente a ilegalidade de sua atitude ao reconhecê-la como "abuso".

- **AO CENTRO**: está o emblema da instituição Polícia Militar representado pelo uso de caveira circulada na qual também se vê a presença de duas facas entrecortadas. Essa figura evidencia a louvação da morte e da guerra urbana ao vermos um PM como leão aplicando sua força contra cidadão frágil e indefeso assim expresso na imagem

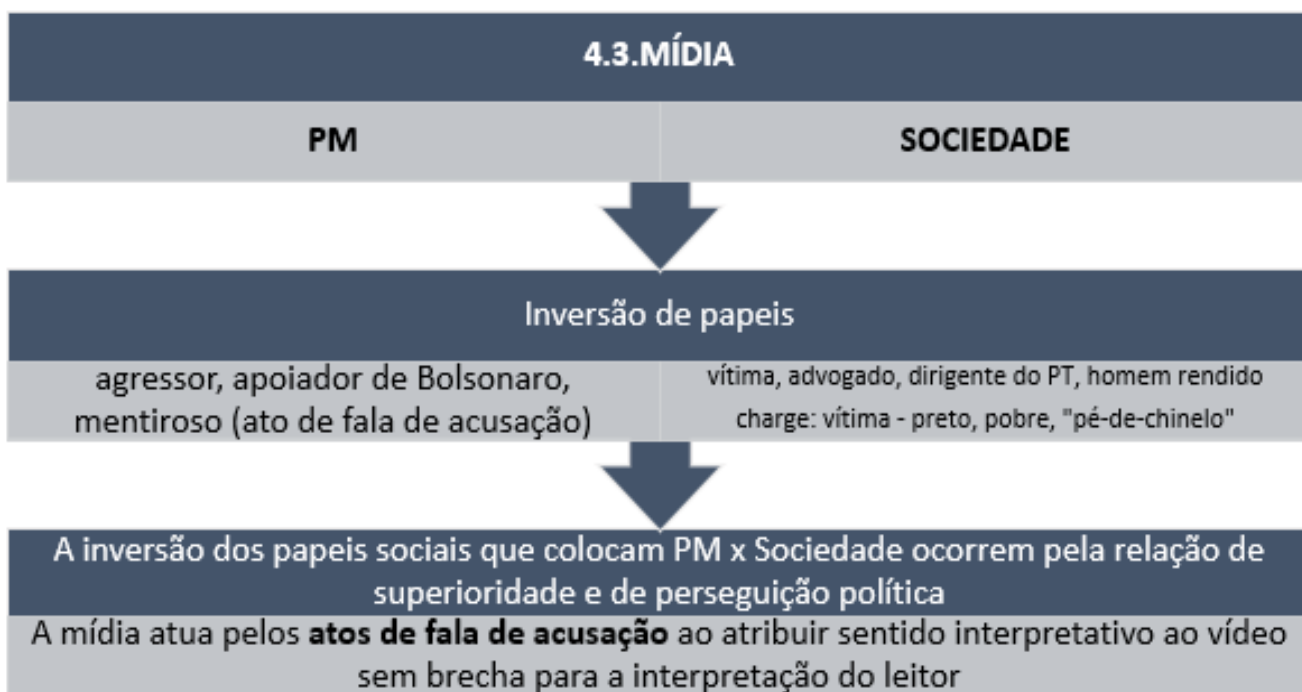
4.3.7. Repercussão e conclusão

A inversão dos papéis sociais ocorre na ideia de Polícia Militar-algoz-transgressor de normas *versus* preso-vítima cerceado de expor suas preferências político-partidárias. O primeiro, na condição de servidor público que atua em favorecimento político-partidário, já o segundo demonstra, pelo uso de camiseta “Lula Livre”, posicionamento contrário ao do policial militar, por isso sua punição. A ilicitude preenche o caráter inusitado da notícia e provém da relação policial militar-servidor-público-demonstração de posicionamento político-partidário. Essa situação permite que o homem preso seja considerado vítima tratado pelo nome, pela profissão e por sua afiliação político-partidária.

- Ativação semântica: o termo PM sugere ora a totalidade da corporação; ora pequeno grupo de policiais dentro da corporação e ora indivíduo. Essas relações estão expressas no discurso da seguinte forma: relação individual (na macroproposição/manchete) e de pequeno grupo (no corpo da notícia – microproposições) e a sigla PM alude à corporação em sua totalidade.
- **Policiais Militares** – ora apoiadores do presidente Jair Bolsonaro e falta de clareza no relato jornalístico se foi um pequeno grupo de policiais que primeiramente causou a confusão com Doratioto, ou grupo de opositores ao PT. (Texto 1 UOL), PM nega acusação de uso de abordagem ilícita (Texto G1); corregedoria confirma uso abusivo da força (Texto BOL)
- **Vítima**: tratado ora pelo sobrenome Doratioto, ora por advogado usando a camiseta “Lula Livre”, manifestante no Carnaval (UOL). Ora apenas homem (G1 manchete), ora ainda como alcoolizado, alterado e briguento (G1 –*polícia nega acusação*).

Na charge, avaliamos a relação contraditória entre advogado, homem branco, partidário político do PT *versus* homem preto, pobre, pé-de-chinelo sendo agredido por PM-leão que lhe aplica golpe “mata-leão”. Tal imagem distorce o fato e o fato noticioso por ter sido publicada na sequência dos episódios reportados tanto pelos conglomerados Folha quanto O Globo.

Para melhor visualização, graficalizamos a relação que a Mídia exerce ao demarcar socialmente a Polícia Militar/policial militar, pela sigla PM, e a sociedade, representada pelo advogado/homem preso, conforme variações semânticas materializadas no discurso da notícia e constituição do fato em fato noticioso:



Fonte: A autora.

4.4. Evento 3 - Paraisópolis

Neste evento, apresentamos quatro episódios relativos à ação policial em pancadão/baile funk na comunidade de Paraisópolis, que resultou em morte de nove jovens. Os episódios variam no enfoque do relato jornalístico. O episódio 1, com notícia da revista *Veja*, Grupo Abril, enfocou o relato jornalístico fundamentando-se em vídeo como prova das ações dos policiais militares, classificando o episódio de “pancadão”.

O episódio 2, propagado pelo jornal *Folha de São Paulo*, enfocou o relato jornalístico em caráter propagandístico do baile chamado DZ7, na movimentação do comércio de bairro em evento classificado por “baile funk” e no argumento expresso pelo valor da quantidade, ao considerar a média de pessoas reunidas na comunidade de Paraisópolis em relação ao “aumento da violência policial nos últimos meses”.

A charge de Laerte, episódio 3, comparou a comunidade a um labirinto intitulado de “infernópolis” ao ter todas as entradas cercadas por policiais com cacetetes e gás lacrimogênio em mãos, ao encurralar os moradores [de infernópolis] no meio do labirinto. Acrescentamos nessa análise, o relato jornalístico do Grupo OESP, episódio 4, com notícia divulgada pelo jornal *Estado*, cujo enfoque refere-se à *background* das atitudes violentas dos policiais militares interligadas a possível revanche após morte de sargento ocorrida em Paraisópolis três ou quatro meses antes.

Os conglomerados analisados remetem-se ao Grupo Abril, *Folha de São Paulo* e OESP. Consideramos a divergência nos relatos dos respectivos grupos conforme se lê na análise dos quadros a seguir.

4.4.1. categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito

	Veja	FSP	Estado
Lícito	Ação policial na promoção da ordem pública	Movimentação de comércio de bairro em comunidades	Ação policial para manutenção da segurança pública

ilícito	PM pisotear homem rendido	Comércio ser cerceado de agir por ação policial violenta frequente em comunidade	Escalada de tensão entre moradores de comunidade devido a morte de sargento no local
----------------	---------------------------	--	--

4.4.2. categorias da notícia: o atual e o inusitado

	Veja	FSP	Estadão
Atual	Pancadões em comunidades	Baile funk movimentar comércio de bairro/ comunidade	Ações policiais em bairros de comunidade
Inusitado	Pancadão em comunidade ser recorrente e terminar com pisoteamento de PM a homem rendido.	Baile funk e recorrência na atuação ostensiva da Polícia Militar a ponto de ter o comércio interrompido de movimentar economicamente a região.	Ações policiais com denúncias de ameaças e truculência por parte da Polícia Militar-SP

4.4.3. A TAF e os atos indiretos de fala

Notícia via	<u>Ato locucional</u> <u>Fazer saber</u>	<u>Ato ilocucional</u> <u>Fazer crer</u>	<u>Ato perlocucional</u> <u>Fazer sentir</u>
1. Veja	A ação policial em Paraisópolis flagrada via vídeo	No vídeo como prova da ação policial ocorrida	Indignação pelo argumento que expressa valor de quantidade “ao menos oito pessoas morreram...”
2. FSP	Que em Paraisópolis os bailes funk são meios de movimentação do comércio local	Que a violência policial cerceia o comércio da região atingida. Vide <i>lead</i> .	Indignação e medo expressos pelos argumentos de valor de quantidade, pela baixa na movimentação do comércio do bairro e ação da Polícia Militar. Comerciantes <i>versus</i> PM. Aumento no número de mortos de 8 para 9.

3. Estadão	O Aumento de ações policiais violentas após morte de sargento da Polícia Militar /SP	Que há relação entre morte de sargento e aumento da tensão com moradores da comunidade	Medo ante os relatos de agressões e violências sofridas pelos moradores.
-------------------	--	--	--

Atos ilocutórios/indiretos

declarativo assertivo: o falante tem intenção de que o ouvinte tome como verdade o que ele noticia sobretudo na exposição dos exemplos escolhidos para exemplificar o que diz.

Ato ilocutório/ indireto declarativo assertivo.	Ato ilocutório/ indireto declarativo em que o locutor tem autoridade específica, e tem certo comprometimento com o valor relativo de verdade/ falsidade, ocorrendo em frases com verbos assertivos e expressões verbais. Assim, estes atos de fala são, simultaneamente, asserções e declarações. assertivo pois atua como uma afirmação em forma de predição.	O falante/emissor é capaz de produzir o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional da enunciação e crê na verdade do conteúdo proposicional produzido por ele. Condição preparatório: o falante tem condições para crer na verdade do conteúdo proposicional.	O falante/emissor crê que produz tal estado de coisas que ele deseja produzir por meio do conteúdo proposicional enunciado por ele. Condição de sinceridade: o falante crê no conteúdo proposicional. Modo indicativo
--	---	---	---

Trecho: Manchete da revista Veja - Vídeo mostra Policial Militar pisoteando homem rendido em Paraisópolis. O valor relativo da verdade está na asserção declarativa do ato gravado em vídeo reportado pelo jornalista ao público-leitor. Por meio do enunciado: “Um vídeo gravado em Paraisópolis mostra dois homens sendo

agredidos por policiais militares...” o ato de “mostrar” atua cognitivamente no direcionamento das conclusões a que o leitor pode obter.

Trecho: *lead* da notícia da Folha de São Paulo: “Frequentadores e moradores relatam aumento da violência policial nos últimos meses”. O valor do enunciado atua em seu modo de realização com valor de testemunho e afirmação da verdade materializada e exposta no veículo midiático.

Ratificam essa postura os seguintes enunciados retirados do corpo da notícia relativos à estrutura temática desse respectivo discurso: a) proferido pelo jornalista fundamentado no relato dos moradores e frequentadores do baile: “Eles dizem que as ações da polícia para interromper a festa na rua estão acontecendo quase todo fim de semana. O público continua indo, mas agora muitos estão com medo da violência”; “Um comerciante local também reclama das ações da polícia e que sem o baile não entra tanto dinheiro na favela, já que a grande parte do público que consome bebida, comida, estacionamento e outros serviços no local vem de fora do bairro, da cidade e até do estado”; b) proferido por frequentadores: “É gente que não tem condição de pagar uma balada”; “Eles chegam jogando bomba de gás e dando tiro [bala de] borracha.”.

Outra referência a atos ilocutórios/indiretos com valor de testemunho materializada no discurso da notícia está no ato de preservação das identidades com a alegação de ocorrer por motivos de segurança: “As identidades foram preservadas por motivos de segurança”. Tal atitude reitera a relação de inimizade, medo e insegurança evidenciados historicamente, marcado como atitude policial contra classe social menos favorecida e moradora de zonas periféricas.

Trecho: manchete do jornal Estadão: “moradores relatam aumento de tensão em Paraisópolis após morte de sargento” dentre outros materializados no corpo da notícia, a saber: “Nas redes sociais moradores vinham comentando nos últimos dias sobre uma possível “invasão” da Polícia Militar na comunidade. “Os moradores estão com medo e nos enviam relatos das agressões e ameaças constantes” disse a pesquisadora Marisa Fefferman, da rede de proteção e resistência ao genocídio...” são atos ilocutórios/indiretos declarativos assertivos que se aplicam à condição de testemunho do fato noticioso.

4.4.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social

	Fato político	Fato jurídico	Fato moral	Fato social
1. Veja	Confronto entre as versões da Polícia Militar e da mídia	PM vai investigar a ação. Porta-voz da comunicação social da corporação “Vamos apurar [...], mas é muito grave”	Postura errônea da Polícia Militar em agredir homens já rendidos flagrada via vídeo.	Pancadão ocorrer em favela e isso justificar agressão da Polícia Militar a esse segmento social – daí motivo de citar o local na manchete.
2. FSP	Confronto entre as versões da Polícia Militar e a versão dos moradores. “A polícia está com uma ação de matar mesmo”	Postura recorrente da Polícia Militar em ações violentas num mesmo local – a comunidade de Paraisópolis – [configuração de perseguição]. “Eles chegam jogando bomba... borracha”.	Aumento da violência policial na região – Paraisópolis e comércio interrompido por isso.	Reclamação dos comerciantes da região pela interrupção do consumo promovido pelos bailes funks realizados no local.
3. Estadão	Confronto decorrente de revanche da Polícia Militar por morte de sargento	Não há	“invasão” da Polícia Militar na comunidade com “abusos sistemáticos” da Polícia	Baile funk visto como diversão para as periferias e aumento da “repressão” em vez de solução aos problemas da comunidade.

4.4.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso: estruturas temática e esquemática da notícia

▪ SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA

Sumário = manchete	+ <i>lead</i>
1. Veja: Vídeo mostra PM pisoteando homem rendido em Paraisópolis	Pelo menos oito pessoas morreram após ação policial em pancadão na favela da Zona Sul
2. FSP: Baile funk de Paraisópolis reúne 5.000 nas ruas e movimenta o comércio do bairro	Frequentadores e moradores relatam aumento da violência policial nos últimos meses
3. Estadão: Moradores relatam aumento da tensão em Paraisópolis após morte de sargento	Segundo relatos, aumentaram no local ações policiais, com denúncias de ameaças e truculência

Relato jornalístico =	Episódio + comentário
1. Veja: relato pautado em vídeo gravado relativo à ação policial em Paraisópolis	Morte de pelo menos oito pessoas decorrentes de ação policial. Não há comentários
2. FSP: relato pautado principalmente em comerciantes que movimentam o bairro em realização do baile funk e moradores da comunidade.	Caracterização do baile como um dos maiores de São Paulo em estilo propagandístico: “o baile começa à noite e continua até a manhã do dia seguinte, funciona com iniciativas descentralizadas – carros e caixas de som, comerciantes e aglomerações de pessoas ao longo das ruas. Diferentemente dos maiores bailes do Rio de Janeiro, o DZ7 não tem organizador nem apresentações de DJs ou MCs”. Comentários acusam atos e reportam medo: “Eles chegam jogando bomba de gás e dando tiro de borracha”; “A polícia está com uma ação de matar mesmo”. Comentários: apelam para a tragédia anunciada “é como o título daquele livro ‘crônicas de uma morte anunciada’”.
3. Estadão: relatos pautados nos comentários de moradores da localidade reportados pelo jornalista e pela pesquisadora Marisa Fefferman, da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, em que se lê: “os moradores estão com	Aumento da tensão após morte de sargento na localidade meses antes. Comentário da pesquisadora Marisa relatado pelo jornalista: “Paraisópolis vive abusos sistemáticos por parte da polícia há muitos anos”. Outro relato é do morador e líder comunitário: “O baile

medo, e nos enviam relatos de agressões e ameaças constantes” e do líder comunitário de Paraisópolis.	funk (aumentou), por conta da ausência do Estado, que não investe em equipamentos de lazer para a comunidade [...]”
---	---

Evento principal + consequências + reações

- 1. Veja:** pancadão com pelo menos oito mortes decorrentes de ação policial, morte de pelo menos 8 pessoas, investigações a serem realizadas
- 2. FSP:** movimentação de comércio em baile funk, prejuízo dos comerciantes com ação policial violenta que resultou em nove mortes
- 3. Estadão:** relação morte de sargento com ação policial, como causa do aumento da tensão entre Polícia Militar e comunidade. Falta de áreas de lazer em comunidade. Não manifestação da Secretaria de Segurança Pública.

Background

- 1. Veja:** cerceamento de atividade de lazer em áreas periféricas e ocorrência de pancadão em favela.
- 2. FSP:** meio de sobrevivência de moradores de áreas periféricas e comércio em baile funk como principal atividade econômica da comunidade.
- 3. Estadão:** morte de sargento e atitude revanchista e justiceira de policiais.

▪ **SUPERESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Episódio principal

- 1. Veja:** Pancadão em favela.
- 2. FSP:** Movimentação comercial de bairro em baile funk de Paraisópolis.
- 3. Estadão:** relato de moradores em relação a morte de sargento e aumento de tensão entre policiais militares e comunidade.

Acontecimentos – ações: pisotear, bater, levar tapas, chutar, investigar, apurar, afirmar

Reações verbais: afirmações de medo, de acusação, de denúncia reportadas pelos moradores nas notícias da Folha de São Paulo e do Estadão.

4.4.6. O dado e o novo

A charge apresenta-se em polarização representativa de dois lados socialmente estabelecidos: o de fora *versus* o de dentro da imagem. O lado de fora, avaliado como o dado pela GDV, tem-se o instituído e o socialmente estabelecido pelas tradições expresso pela placa “infernópolis” que classifica ironicamente a sociedade de Paraisópolis por ser uma comunidade/favela/zona urbana periférica, passível de ser sufocada até a inexistência como medida higienista que tem na figura do policial o agente dessa ação. O novo na GDV, posição central da imagem, tem em seu quadrante

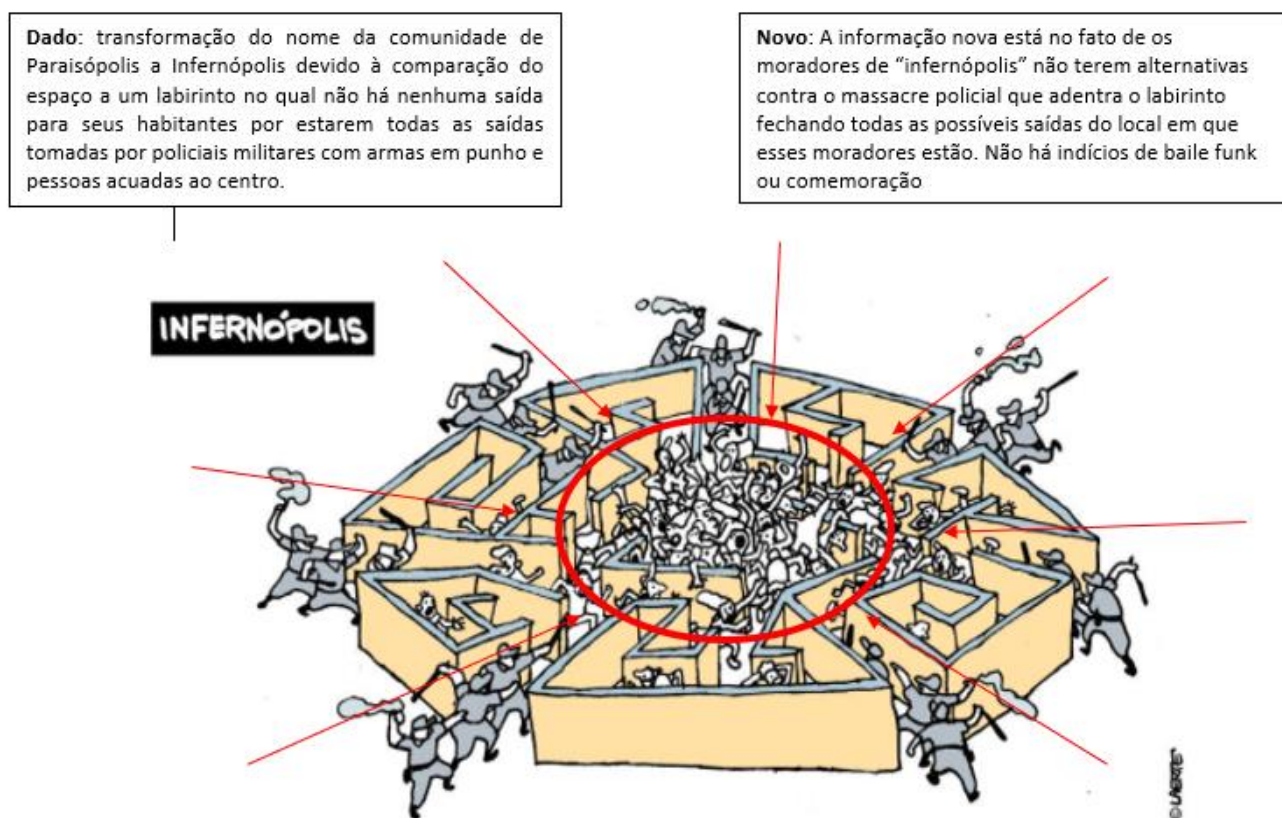
a população sendo massacrada no labirinto-cidade. A escolha pela figura do labirinto para designar a comunidade de Paraisópolis dialoga de modo irônico com a placa “Infernópolis

A escolha pelo labirinto também se refere ao modo desorganizado da ocupação do espaço geográfico que ocorre na favela em suas ruas e vielas, consequentemente revelando características da desigualdade social que concentra os menos favorecidos de fora para dentro nessa falta de organização espacial de seus respectivos ambientes. Essa característica, na imagem, se revela como medida de contenção que sujeita seus moradores à condição de inexistência social.

Dessa forma, no trocadilho, podemos avaliar que essa população está cercada, em todas as possíveis entradas e saídas, por homens que deveriam ser os garantidores da Segurança Pública por estarem caracterizados pelo uniforme da Polícia Militar, seja pela cor acinzentada do uniforme utilizada pela corporação, seja pelos instrumentos de trabalho que utilizam: cacetetes, gás lacrimogênio e arma em coldre, mas que não cumprem seus deveres ao transformarem o paraíso – proveniente do nome Paraisópolis em inferno– originando o termo “infernópolis” na construção imagética da charge.

A massa humana concentrada no interior do labirinto-cidade não tem meios para se defender dos soldados-policiais militares que adentram o local de modo cruel e indiscriminado, a fim de cometerem abusos, tendo em vista que não há saída para os seres que ali vivem.

Figura 8. Infernópolis



Fonte: < [Laerte vence Prêmio Vladimir Herzog por charge sobre Paraisópolis publicada na Folha - 19/10/2020 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/19/10/2020-Poder-Folha) > acesso 05 de outubro de 2021 às 18h44min.

4.4.7. Repercussão e conclusão

Os discursos das notícias trazem à tona a noção de Ordem Pública por intermédio das escolhas semânticas “pancadão” e “baile funk” se refratarem em atitudes ilícita *versus* lícita praticadas em comunidade. Haja vista, “pancadão” remeter a sentidos que variam de ato violento no aumentativo, à festa irregular com utilização de som alto classificado como “paredões” em horários proibidos, a crença de que são atividades que priorizam o uso de substâncias ilícitas, tais como bebidas e drogas em contraposição à atividade comercial legal intitulada “baile funk” que ocorre, principalmente, em comunidades e zonas periféricas.

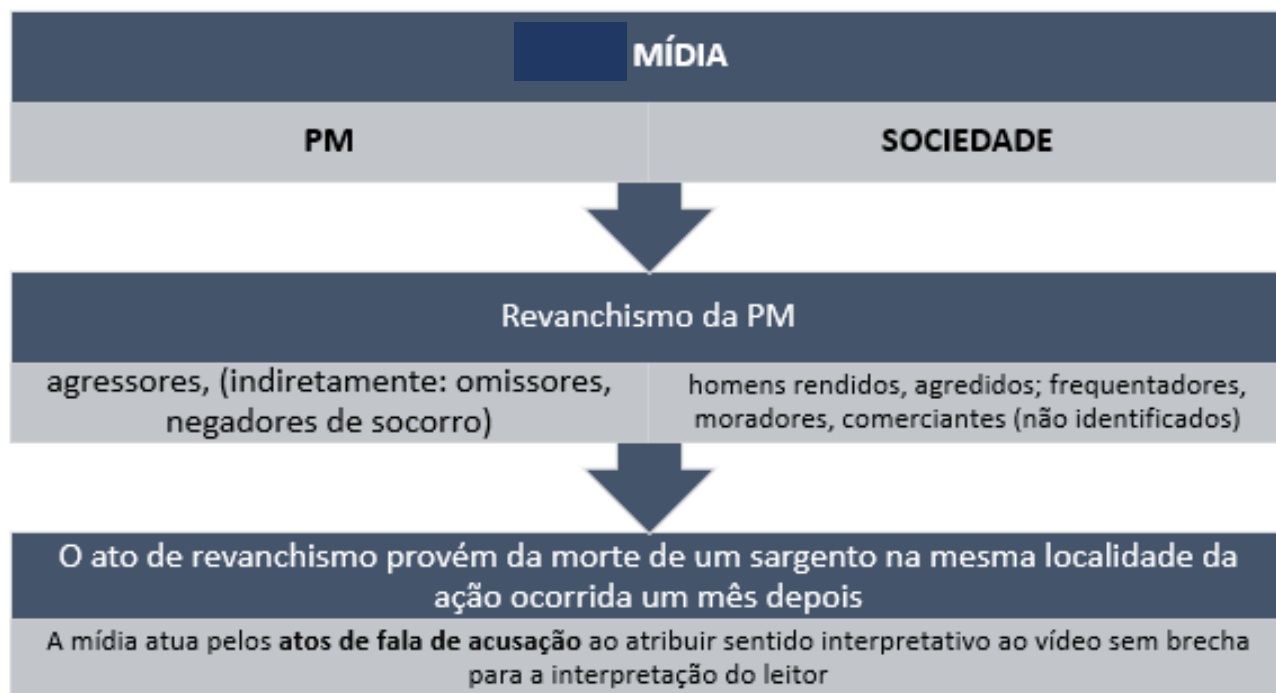
O termo “pancadão” é utilizado pela revista Veja, do grupo Abril e “baile funk”, pelo jornal Folha de São Paulo, do grupo Folha. Há ainda o levantamento de que o fato, constituído em fato noticioso, neste caso, reportado pelos jornais Folha de São Paulo [com menor evidência] e do jornal Estadão [na condição de *background*], do grupo OESP, seja relativo à atitude revanchista e persecutória da Polícia Militar devido à morte

de sargento, ocorrida três a quatro meses antes do evento, que resultou na morte de nove jovens na comunidade de Paraisópolis.

Todavia, analisamos que a constituição do fato em fato noticioso pela Folha de São Paulo priorizou o cunho propagandístico na relação comercial estabelecida na favela com a ocorrência do “baile funk” como ato de diversão dos moradores locais e das proximidades considerada como atividade econômica, do que o fato da morte dos jovens decorrer de ações policiais. Tal atitude implica, a nosso ver, fundamentado em Han (2017), na fragmentação do contingenciamento social dos grupos como parte da macrofísica da violência, por meio do investimento nas relações de inimizade, não apenas a frequentadores do baile, mas também a comerciantes e demais grupos que, financeiramente, atuam no local. O caráter propagandístico está marcado no relato jornalístico ao demarcar os aparatos utilizados, dias de maior movimento, quantidade de pessoas e origem dos frequentadores, provenientes de cidades vizinhas e até outros estados.

Já a charge, ateve-se aos moradores locais, sem fazer referência ao “pancadão” ou “baile funk”, pois representou imagetivamente a comunidade moradora não por suas atividades de lazer, mas por suas condições de existência nesse local, ao expor como os agentes de segurança atuam em zonas periféricas em ato de humilhação e crueldade para com esses moradores.

Graficalizamos a relação que a Mídia exerce ao demarcar socialmente a Polícia Militar e a sociedade:



4.5. Evento 4. PM – Comunidade *versus* Bairros nobres

Neste evento, apresentamos quatro episódios. O primeiro refere-se à entrevista concedida de novo comandante da ROTA de São Paulo, o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo. Ele ratifica em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo a crença de que deve haver distinção de tratamentos entre pessoas moradoras de bairros nobres e moradores de bairros periféricos.

Os três episódios seguintes são relativos à ação policial ocorrida em bairro nobre, Alphaville, em comparação a duas ocorrências ocorridas em bairros periféricos. Nestes casos, observamos a postura do que foi enunciado em entrevista e as ações aplicadas na prática. Verificamos que, historicamente, o sentimento de medo comanda tanto os agentes quanto a população das áreas periféricas, ao ter como fator desencadeador a insegurança de ambos os segmentos sociais estarem lidando com uma guerra urbana e, por isso, em constante relação de inimizade uns para com os outros.

O episódio entre policial militar e mulher grávida, ocorrido em fevereiro de 2020, se assemelha ao episódio em que policial pisa em pescoço de mulher comerciante e negra, ocorrido em julho de 2020. Ambos são reportados pelo UOL e referem-se a ocorrências em zonas periféricas que apresentam a figura feminina na condição de vítima. O episódio intermediário, reportado pelo G1, datado de maio do mesmo ano, ocorreu em área nobre de Alphaville, São Paulo, e demonstrou conduta diferenciada dos policiais na abordagem do caso.

Quanto a análise de charges pelos quadros da GDV, demonstramos uma para cada episódio. O primeiro vale-se como ponto de discussão a polissemia admitida por chute no enunciado proferido pelo policial: “o bebê está me dando chutinhos!”. A segunda na postura do policial militar ao atender chamado em Alphaville e o comportamento do mesmo policial militar, quando em “Alphavella” – termo ironicamente utilizado para se referir à favela como bairro situado em área periférica.

A terceira charge utiliza a inversão da imagem veiculada em televisão e policial militar que pisa pescoço de mulher para promover como proposta do novo a imagem que a Polícia Militar tem de si por meio do balão de fala com enunciado: “a imprensa adora pisar na imagem da PM!”.

4.5.1. Categorias do sensacionalismo: lícito e ilícito

	Lícito	Ilícito
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA	Abordagem policial	Abordagem policial diferenciada em cidadãos moradores de áreas nobres/luxuosas x moradores de periferia
2.PM e mulher grávida via UOL	Abordagem policial de mulher grávida	Agressão de policial militar contra mulher grávida
7.Caso Alphaville via G1	Atendimento de policial militar à ocorrência	policial militar ser desacatado em serviço por atender ocorrência
8.PM e mulher pisada no pescoço via UOL	Ação de policial militar em confusão	policial militar em ação pisar em pescoço de mulher e arrastá-la

4.5.2. categorias da notícia: o atual e o inusitado

	Atual	Inusitado
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA	Haver necessidade por parte da Polícia Militar uso de tratamento distinto para cidadãos de diferentes áreas urbanas como imposição de respeito.	Definir a atuação dos policiais de rua tendo como foco o olhar a sociedade como inimiga diária a depender do âmbito territorial. Tecer comparações entre Brasil e Inglaterra.
2.PM e mulher grávida via UOL	Agressões da Polícia Militar em abordagens em zonas urbanas periféricas	Agressão de policial militar a mulher grávida
7.Caso Alphaville via G1	Aumento de casos de violência doméstica no período da pandemia	Ocorrência de violência doméstica tornar-se caso de desacato à autoridade policial por se tratar de homem rico em relação a policial militar

8.PM e mulher pisada no pescoço via UOL	Atividade comercial funcionar em período de pandemia	A comerciante negra da periferia ser pisada no pescoço por policial militar, ter tibia fraturada e ainda ser presa.
--	--	---

4.5.3. A TAF e os atos indiretos de fala

	<u>Ato locucional</u> <u>Fazer saber</u>	<u>Ato ilocucional</u> <u>Fazer crer</u>	<u>Ato perlocucional</u> <u>Fazer sentir</u>
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA	Que há necessidade de tratamento diferenciado por parte da Polícia Militar para moradores de bairros nobres <i>versus</i> moradores de periferia	Que o tratamento diferenciado – mais ríspido, mais violento e mais grosseiro - traz respeito ao policial militar, quando em ação na periferia	Medo ante emoção de risco e aumento do crime organizado (público-alvo: família)
2.PM e mulher grávida via UOL	Agressão de policial militar à mulher grávida no interior de SP	Que este comportamento é da convivência da corporação – vide uso de Polícia Militar em sentido generalizado	Insegurança nas atitudes da Polícia Militar
3.Caso Alphaville via G1	Que morador de condomínio de luxo além de suspeito de violência doméstica, xinga policial militar de “lixo”	Na impunidade da prisão ante a ligação para alguém que poderia favorecer o “comerciante” e liberação após desistência de esposa Na banalidade do caso pelas escolhas	Repúdio/ indignação por parte dos policiais militares

		semânticas remeterem a notícia de fofoca	
4.PM e mulher pisada no pescoço via UOL	Conduta violenta e desnecessária de policiais militares com moradores de áreas periféricas de SP	Que o episódio se configura em ação de racismo por parte da Polícia Militar	Repulsa dos que assistiram as cenas do vídeo exibidas no programa Fantástico da rede globo.

Atos ilocutórios/indiretos

Trecho da entrevista com novo comandante da Rota via UOL: “São pessoas diferentes que transitam por lá [referindo-se à periferia]. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado”.

A força ilocucional primitiva do enunciado está fundamentada na asserção e na declaração, pois atua como testemunho da experiência profissional em fato, na qual o falante F, – comandante da Rota –, tem razões para crer na verdade do conteúdo proposicional proferido por ele. Sua crença atua, portanto, como condição de sinceridade que é expressa verbalmente no modo indicativo em sentenças performativas que demonstram como ocorrem/devem ocorrer as abordagens em locais economicamente menos favorecidos, por isso, diferenciados.

O sentimento expresso por essa conduta policial é o medo por não ser respeitado, caso atue de modo polido e educado com moradores de zonas periféricas. Essa asserção é confirmada no trecho: “O medo existe. Se eu não tiver medo, eu morro.

Então, a gente tem esse medo, mas ele deve ser controlado.”. Na sequência o jornalista afirma: “[...] segundo ele [comandante da Rota], esse medo não é repassado à população”; em seguida, temos a retomada de trechos enunciados pelo comandante da Rota: “[...] queremos passar medo aos bandidos. Eles têm que nos temer mesmo [...]”.

Os últimos enunciados atuam de modo comissivo, seja como desejo seja como intenção de continuar atuando para esse fim: “[...] queremos passar medo aos bandidos. Eles têm que nos temer mesmo [...]”. A condição do conteúdo proposicional, conseqüentemente, atua como uma futura ação do falante, na qual o comandante da Rota se coloca na condição preparatória de realizar essa ação.

Essas afirmações demonstram que a diferença de tratamento coincide com a noção de que os bandidos estão nas áreas periféricas e que, portanto, esses moradores precisam ser tratados com menos educação e mais violência. Dessa forma, explicita-se a crença de que os menos favorecidos economicamente tem maiores probabilidades de serem bandidos, em contraposição aos mais abastados, “cidadãos de bem” – termo que fecha a entrevista.

A indefinição do conceito de “bem” em “cidadão de bem” nesse caso, implica a crença de bem material imbricado a bem moral, sem que, de fato, haja distinção entre um e outro e ambos se coadunem num espectro de sentidos que atuam em relação de causa-consequência – “cidadão de bem” = o que tem dinheiro por isso, o que tem valor moral elevado.

Trecho da notícia UOL episódio 2 – ato ilocutório/indireto assertivo: “Um policial militar foi flagrado, em vídeos, agredindo uma mulher enquanto tentava imobilizá-la ao chão, em São José do Rio Preto, cidade a cerca de 490 quilômetros da capital paulista”. A atribuição dos atos ao vídeo caracteriza-o, em seu modo de realização pela utilização de verbos/locuções verbais no modo indicativo, como testemunho da ocorrência narrada. O vídeo atua, conseqüentemente, como motivo para o estabelecimento da crença na proposição inserida no discurso da notícia.

Trecho em que temos o ato ilocutório/indireto expressivo: comentário de Hélio Rocha, datado de 05/02/2020 – “Mesmo sendo policial e homem, em geral, não pode bater em mulher, principalmente grávida... Tomara que o nenê não nasça com o trauma da arminha com os dedos... nada justifica a violência desmedida por parte de quem deveria dar o exemplo de boa conduta”. Este ato tem por força ilocucional o ponto

diretivo e o expressivo com modo de realização de pedido [tomara que o nenê não nasça com o trauma...] e denúncia [nada justifica a violência desmedida de quem deveria dar o exemplo de boa conduta].

A esses atos ilocutórios, acrescenta-se no enunciado de Hélio a crença moral marcada pelo enunciado: “[...] homem, em geral, não pode bater em mulher” caracterizado implicitamente como ato de covardia do homem que o faz, embora os comentários tenham apresentado em média valor semelhante favorável e contra o policial por sua atuação. A expressão “em geral”, nesse caso refere-se à excepcionalidade do ato “bater” e sua aparente condenação.

declarativo assertivo: o falante tem intenção de que o ouvinte tome como verdade o que ele noticia sobretudo na exposição dos exemplos escolhidos para exemplificar o que diz.

Ato ilocutório/ indireto declarativo assertivo.	Ato ilocutório/ indireto declarativo em que o locutor tem autoridade específica, e tem certo comprometimento com o valor relativo de verdade/ falsidade, ocorrendo em frases com verbos assertivos e expressões verbais. Assim, estes atos de fala são, simultaneamente, asserções e declarações. Assertivo, pois atua como uma afirmação em forma de predição.	O falante/emissor é capaz de produzir o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional da enunciação e crê na verdade do conteúdo proposicional produzido por ele. Condição preparatória: o falante tem condições para crer na verdade do conteúdo proposicional.	O falante/emissor crê que produz tal estado de coisas que ele deseja produzir por meio do conteúdo proposicional enunciado por ele. Condição de sinceridade: o falante crê no conteúdo proposicional. Modo indicativo
--	--	---	---

Trecho do episódio 3 – ato ilocutório/indireto expressivo - reportado pelo G1:
 “‘Aqui é Alphaville, mano’, ‘PM que ganha R\$1 mil’, disse homem que ameaçou e

ofendeu policiais militares em Santana de Paranaíba [...]” apresenta na sequência trechos de xingamento, portanto o modo de realização de seu ato tem como ponto de força ilocucional a expressão marcada pela ofensa, pela humilhação e ameaça ratificadas em “Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um b* [palavrão]. Aqui é Alphaville, mano”; “Eu ganho R\$ 300 mil por mês, você é um m* [palavrão] de um PM que ganha R\$ 1 mil”; “Eu vou te chutar na cara [...]”.

Outro trecho da mesma notícia: “PM tenta conversar com morador de Alphaville, na grande São Paulo. Ele ofende o policial com xingamentos e dizendo que ganha R\$ 300 mil por mês – Foto: Reprodução/Redes sociais”. O ato de “tentar conversar” confirma, especificamente neste caso, postura de pedido ou súplica reportada pela mídia atribuída ao policial militar na tentativa de uma futura ação do ouvinte [que previamente manifestava hostilidade para com os policiais militares que atendiam a ocorrência]. A ausência de verbos no imperativo por parte do policial é tomada pelo agressor-comerciante: “Não pisa na minha calçada. Não pisa na minha rua. Eu vou te chutar na cara, f* [palavrão] [...] você é um lixo, seu m* [palavrão]” no diálogo reportado que atua como estrutura temática presente no corpo da notícia.

A inversão da atitude de ordem, que deveria ser atribuída à autoridade policial, é quebrada pela suposta autoridade “financeira” do “cidadão de bem” – aquele que tem dinheiro e, conseqüentemente, valor moral elevado. Afinal, é o comerciante que dita a regra ao policial militar que, em momento algum do diálogo exposto pela mídia, profere ordem ao desacato do agressor. A condição de detenção do comerciante foi exposta brevemente no corpo da notícia ao evidenciar a necessidade de outra viatura para “detê-lo e levá-lo à delegacia”.

Trechos do episódio 4 – Policial pisa no pescoço de mulher negra e arrasta vítima na zona sul de São Paulo – “Um vídeo gravado por moradores, exibido pelo Fantástico, da TV Globo, no domingo (12), mostra uma sequência de ações da Polícia Militar durante uma ocorrência na tarde de 30 de maio, um sábado em Parelheiros, por causa de um cliente cujo veículo estava com som em alto volume” – ato ilocutório/indireto declarativo assertivo expressivo, pois atua como denúncia ao ter vídeo como testemunho do ato interpretado pelas proposições. Os atos de testemunhar [via vídeo] e denunciar [via materialidade linguística] apresentam ao interlocutor valor de verdade ao fato noticioso.

A esses atos, há o acréscimo dos atos policiais violentos narrados nas seguintes proposições: “A dona do bar, viúva, com cinco filhos e dois netos, foi agredida por um dos policiais ao tentar defender um amigo, que foi dominado pela Polícia Militar e estava imobilizado no chão. Ela afirma ter pedido ao policial para não bater mais no homem, que já estaria desfalecido e havia sido agredido com joelhadas no rosto”. A relação policial e a sigla PM passa de indivíduo a toda a corporação. A afirmação e o pedido ao policial atribuídos a dona do bar são reportados pelo jornalista, que assume a condição de ser o profissional-interlocutor capaz enunciar a verdade dos fatos.

Em resposta, a notícia apresenta o seguinte trecho atribuído aos policiais envolvidos: “Ainda segundo a reportagem, os policiais alegaram que foram atacados com uma barra de ferro e que estavam se defendendo [...]”. A alegação dos policiais não condiz com a imagem, na qual se vê um policial com coturno em cima das costas de uma pessoa deitada no chão. Essa postura remete aos crimes de desacato e resistência previstos nos artigos 329 e 331, do título XI do Código Penal.

A discrepância entre proposições proferidas e atos captados pelas imagens resultou em indignação dado o alcance causado na opinião pública via manifestação com o Ato Vidas Pretas Importam propagado pela população e manifestação do atual governador em redes sociais.

4.5.4. Categorias da opinião pública: fatos político, jurídico, moral e social

	Fato político	Fato jurídico	Fato moral	Fato social
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA	Confronto Polícia Militar <i>versus</i> sociedade = relação de inimizade para com cidadãos moradores de áreas periféricas como método de imposição de respeito	Não há	A postura de abordagem diferenciada se impõe pela distinção de educação do cidadão e como forma manifestação de respeito ao policial militar.	Policiais militares sentirem medo como figuras paternas devido a guerra urbana e o crime organizado.

2.PM e mulher grávida via UOL	recomendação do governador de SP via rede social considerando a conduta “inadequada” e “violência desnecessária”	Abertura de IPM	Afastamento do trabalho operacional	Injustiça ao abordar agressivamente mulher grávida
7.Caso Alphaville via G1	Ofensa de empresário à PM após denúncia de violência doméstica contra a esposa em condomínio de luxo e interferência da mídia	Prisão e liberação	Violência doméstica de homem rico contra esposa e pouca efetividade da polícia em conter o homem por seus insultos.	Indignação/Humilhação após tentativa de conversa contra Polícia Militar e xingamentos por parte do empresário
8.PM e mulher pisada no pescoço via UOL	Nota do governador em rede social afastando os PMs envolvidos	Abertura de IPM	Conduta violenta desnecessária	Desonra para a qualidade da Polícia Militar e manifestação em favor do tema: Vidas negras importam.

4.5.5. Modelo Cognitivo de Processamento do discurso: estruturas temática e esquemática da notícia

▪ SUPERESTRUTURA ESQUEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA

Sumário = manchete	+ lead
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA: Abordagem nos Jardins tem de	Uma questão de se adaptar aos inimigos e ao território pertencente.

ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota	
2.PM e mulher grávida via UOL + comentários: PM agride mulher grávida de cinco meses no interior de SP	Um policial militar foi flagrado, em vídeos, agredindo uma mulher grávida enquanto tentava imobilizá-la ao chão, em São José do Rio Preto, cidade a cerca de 490 quilômetros da capital paulista.
3.Caso Alphaville via G1: Morador de condomínio de luxo de SP suspeito de violência doméstica diz que ganha 'R\$300mil' e xinga PM de 'lixo'; veja vídeo	'Aqui é Alphaville, mano', 'PM que ganha R\$1mil' disse homem que ameaçou e ofendeu policiais militares em Santana de Parnaíba. Comerciante foi detido, mas acabou liberado após esposa desistir de representar contra ele na Delegacia da Mulher
4.PM e mulher pisada no pescoço via UOL: Policial pisa no pescoço de mulher e arrasta a vítima na zona sul de SP	Comerciante é atendida em hospital com ferimentos no rosto e nas costas e com perna quebrada

Relato jornalístico =	Episódio + comentários
1.Entrevista com o novo comandante da ROTA: relato pautado na experiência policial do novo comandante da Rota, o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello.	O novo comandante expõe a postura da Polícia Militar em manter abordagens diferenciadas para cidadãos moradores de áreas nobres e periferias como postura necessária para lidar com as dificuldades em os integrantes da corporação serem respeitados em suas respectivas funções. Cita exemplos e comparações entre Brasil e Inglaterra; conclui haver no país uma guerra urbana que causa medo tanto nos policiais militares quanto àqueles que assumem a condição paterna ante o aumento do crime organizado.

2.PM e mulher grávida via UOL: relato pautado em flagra captado por vídeos e em testemunhas do ocorrido	Ambientação do ocorrido na voz de testemunhas e na captação de vídeo. Identificação do policial militar bem como exposição dos fatos colhidos pela Polícia Civil. Apresentação do posicionamento da Polícia Militar, abertura de IPM, afastamento do trabalho operacional e recomendação do governador via twitter. Apresentação de dados da filmagem. Comentários divididos entre os que consideram a atitude do policial militar correta, ironia contra o atual governo federal, apelo ao papel social do profissional, despreparo, levantamento de dúvidas do contexto, covardia, sadismo, questionamento do título dado à manchete, dentre outros.
3.Caso Alphaville via G1: relato obtido via vídeo gravado por PM	Descrição do empresário como “morador de condomínio de alto padrão”, “suspeito de violência doméstica” vídeo tratado circulado nas redes sociais – fofoca; enumeração dos insultos e transcrição da fala do empresário; viralização do vídeo e indignação dos PMs; exposição do cabo insultado por divulgação de seu nome, relato dos PMs sobre o estado da esposa do empresário; posicionamento da SSP e, por fim, do “comerciante”.
4.PM e mulher pisada no pescoço via UOL: relato obtido via vídeo gravado por moradores contendo ações da Polícia Militar na zona sul de SP – cita Fantástico da rede globo	Descrição do episódio classificado como confusão com o policial militar pisando pescoço de mulher negra que tentava defender amigo agredido e desfalecido por agressões e joelhadas dos PMs; alegação dos policiais militares de terem sido agredidos com barra de ferro; passagem por hospital e detenção da mulher mesmo com tibia quebrada; declaração do governador de SP afastando policiais militares emitindo ser a conduta violenta e desnecessária ao

	classificá-la como desonra a qualidade da Polícia Militar do Estado.
--	--

▪ **SUPERESTRUTURA TEMÁTICA DO DISCURSO DA NOTÍCIA**

Episódio principal: 1. Entrevista com o novo comandante da Rota – UOL: posicionamento a respeito de ações com o novo comandante da Rota em São Paulo. 2. PM e mulher grávida UOL: Policial militar agredir grávida de cinco meses 3. Caso Alphaville via G1: homem morador de bairro nobre agredir, humilhar e xingar policial militar 4. PM e mulher pisada no pescoço via UOL: comerciante negra ser pisada no pescoço e arrastada após perna quebrada.
Acontecimentos – ações: 1. Entrevista com o novo comandante da Rota – UOL: Discriminação no tratamento dado a cidadãos moradores de diferentes áreas da cidade: áreas nobres <i>versus</i> zonas periféricas. 2. PM e mulher grávida UOL: policial militar ser flagrado em agressão contra grávida de cinco meses, lançá-la ao chão e imobilizá-la com joelho posto na em seu ventre, recomendação do governador em favor do afastamento de soldado em relação a excessos e violência desnecessária, afastamento das ruas. 3. Caso Alphaville via G1: homem rico ser suspeito de violência doméstica e aparecer [não ser flagrado] em vídeo, ameaçar e xingar policial, negação da ameaça, não se lembrar do ocorrido tempos depois 4. PM e mulher pisada no pescoço via UOL:
Reações verbais: 1. Entrevista com o novo comandante da Rota – UOL: apresentação de crenças e missão da Rota, exposição do medo social e atitudes frente a missão social assumida. 2. PM e mulher grávida UOL: xingamentos considerados legalmente como criem de desacato e resistência previstos nos artigos 329 e 331, do título XI do Código Penal. 3. Caso Alphaville via G1: ameaçar, agredir policial, desacatar, desobedecer, ser detido, ofender, beber bebida alcoólica, causar indignação nos policiais e manifestação, aumento da violência após medida adotada pelo governo de isolamento social 4. PM e mulher pisada no pescoço via UOL: agredir com joelhadas no rosto, defender amigo, afirmar, não bater mais, algemar, arrastar, desmaiar, debater, ser atendida com ferimentos nas costas e perna quebrada.

Comentários para evento 4, episódio 2 - notícia via UOL de 04/02/2020 às 17h50min

Total 40 comentários	PM [21 a favor]	Atitude dos Comentadores	Mulher grávida [18 a favor]
-----------------------------	------------------------	---------------------------------	------------------------------------

A favor	Deve haver motivo para ter agido assim. Policial não está pressionando a barriga e sim o braço. Policial está certo, correto.	A mídia só sabe falar mal porque dá audiência. Quanta hipocrisia. Parabéns ao policial.	Mínimo de humanidade
Contra	Assassino	“se quiserem abortar ... basta se aproximar de um PM”, “extravasar sua raiva interior	Se estava com traficante boa coisa não é. Pelo motivo de estar grávida pode cometer delitos e não ser presa? Estava grávida e pagou para ver.
Sentimento	Falta de humanidade, violência		

Evento principal + consequências + reações

1.Entrevista com o novo comandante da ROTA - UOL: Apresentação do novo comandante da Rota e exposição de seu método de trabalho; no dia seguinte à entrevista, ocorrência da operação “tolerância zero” que aumentou para 700 o número de homens do batalhão nas ruas de SP. Missão da PM “salvar e proteger vidas”.

2.PM e mulher grávida via UOL: Agressão de PM à mulher grávida após agressão verbal por parte dela - xingá-lo de filho da p* e de verme - desacato, justificativa para uso da força, afastamento do trabalho operacional; abertura de IPM; manifestação pública via twitter do governador favorável ao afastamento

3.Caso Alphaville via G1: morador de condomínio de luxo, suspeição de violência doméstica e xingamento a PM crime de desacato e resistência; prisão; desistência de representação contra o marido na Delegacia da Mulher; qualificação da postura

do morador de Alphaville como desacato, desobediência e resistência, transcrição dos áudios do vídeo em que ocorrem xingamentos, repúdio e indignação dos PMs

4. PM e mulher pisada no pescoço via UOL: PM pisar em pescoço de mulher negra e arrastá-la em zona sul – área periférica de SP, atitude da mulher ser qualificada nos crimes de desacato e resistência, manifestação relativa ao movimento “vida negras importam”.

Background:

1. Entrevista com o novo comandante da ROTA - UOL: não há

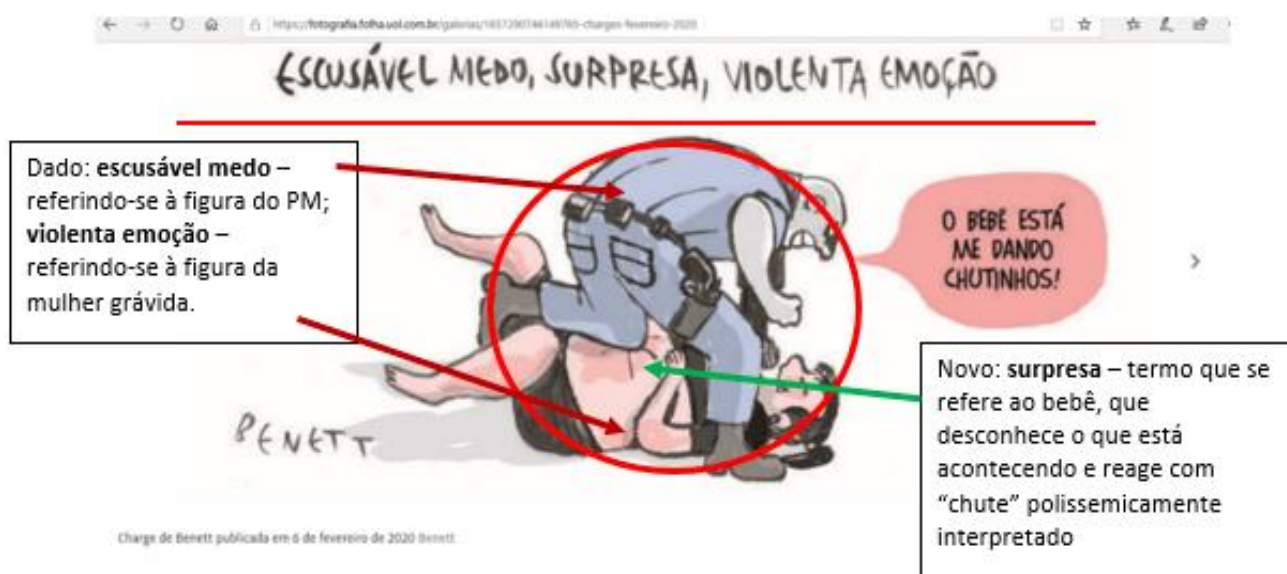
2. PM e mulher grávida via UOL: antecede o evento principal a abordagem de policiais contra suspeito de traficar drogas – fato coletado por vídeo.

3. Caso Alphaville via G1: antecede o evento principal a ocorrência de violência doméstica cometido por homem morador de área nobre, cujos vencimentos chegam a R\$ 300mil mensais. O vídeo atua como veracidade do descontrole e da violência desse homem e, portanto, dá a supor o desequilíbrio prévio no comportamento dele.

4. PM e mulher pisada no pescoço via UOL: o vídeo atua como *background* da exibição do fato em outro veículo de comunicação, no qual se repetem as descrições do ocorrido na perspectiva do jornalista. O fato tem como origem o excesso de agressividade na abordagem de policial contra homem – cliente do estabelecimento da mulher que interfere no ocorrido “cujo veículo estava com som em alto volume”.

4.5.6. A GDV – o dado e o novo

Figura 9. Escusável medo, surpresa, violenta emoção



A imagem apresenta-se centralizada na horizontal e de cima para baixo na vertical. Por cima, há a figura do policial militar que mantém o joelho esquerdo sobre a barriga da mulher grávida, imobilizada no chão.

A interação contida no balão de fala expressa que a atitude violenta do policial militar se deve ao chute que o bebê dá na barriga de sua mãe. Chute, no caso, é duplamente interpretável pela diferença de sentidos atribuída a golpe violento desferido contra alguém, ou pelo ato do bebê se ajustar no espaço do útero materno em período gestacional.

Acima, há o enunciado: “escusável medo, surpresa, violenta emoção”. Os adjetivos: escusável e violenta classificam os substantivos medo e emoção, na qual surpresa centraliza o enunciado como foco de atenção. Tais substantivos estão ligados à figura tanto do policial militar, que age sob “escusável medo”, quanto da mulher grávida que está sob “violenta emoção”; ambos movidos pelo sentimento que os colocam como inimigos sociais: medo e violência. O termo surpresa se vê cercado pelas palavras medo e violenta, que se concretiza na polissemia admitida para chute, interpretada pelo policial militar como ofensa de um ser que ainda não nasceu e que, portanto, não teria condições de estar se manifestando contra alguém.

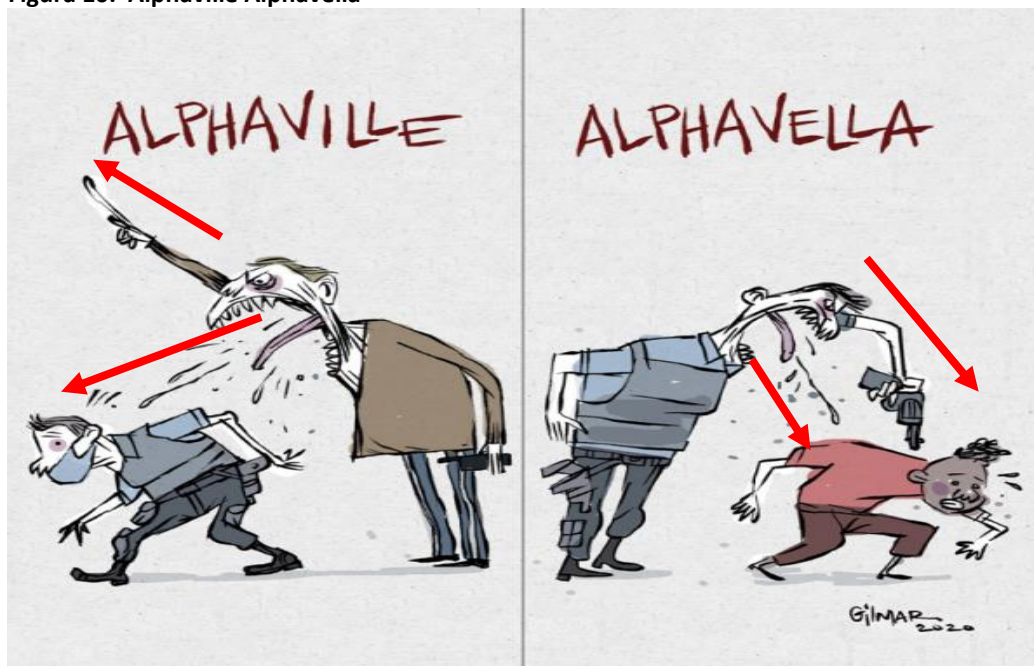
“Escusável”, conforme significado atribuído pelo dicionário online de Português⁶⁶, pode ser interpretado como ato desculpável, dispensável, justificável, perdoável, desnecessário (em sentido jurídico). Dessa forma, *escusável* remete à figura do policial, ao suscitar, por meio das possibilidades atribuídas a seu significado, a questão de ser um ato perdoável, desculpável inclusive dispensável dada a condição absurda exposta na imagem, manifesta pelo termo chute no diminutivo, plural (chutinhos).

“Violenta emoção” refere-se à mulher abordada que, por estar grávida, recomenda-se não ser alvo de atitudes violentas pelas quais possam prejudicar a criança em seu ventre. Por fim, “surpresa”, refere-se à atitude de a criança se ajustar ao ventre ser interpretada como ato de violência. O comportamento do policial, portanto, revela ignorância na interpretação e na atribuição do ato de acomodação do bebê no ventre a ato de violência, apesar de ter na crença popular e no senso comum ambas as atitudes

⁶⁶ Fonte: < [Escusável - Dicio, Dicionário Online de Português](#) > acesso em 03 de outubro de 2020

o nome de *chute*, conforme expresso no enunciado que gera toda a criticidade do fato reportado à charge: “o bebê está me dando chutinhos”.

Figura 10. Alphaville Alphavella



< [Cartunista expõe a diferença entre Alphaville e Alphavella \(diariodocentrodomundo.com.br\)](http://diariodocentrodomundo.com.br) > acesso em 01 de junho de 2020.

A charge é expressa pela subdivisão dos quadros em duas cenas. A primeira cena representa atendimento à ocorrência policial em bairro nobre da cidade de São Paulo, conhecido por Alphaville, local em que comerciante rico ofendeu e humilhou policial militar. Nesse enquadramento, o homem rico aponta o indicador em riste para cima em ato de escorraçar o policial do espaço nobre da cidade.

Sua postura é altiva e assume o papel do opressor. Sua boca está extremamente aberta, apresenta dentes pontiagudos, língua para fora que espirra perdigotos. Sua fisionomia demonstra raiva ao esbravejar com o policial militar, na condição de agente de Segurança Pública. O policial obedece e sai em postura encurvada pela esquerda, local dos discursos instituídos pelas crenças, valores e tradições sociais preestabelecidas.

A segunda cena, intitulada ironicamente de Alphavella – al [a], phavella [favela], evidencia as abordagens feitas por policiais militares a cidadãos moradores de zonas periféricas. No enquadramento posicionado à direita, lugar do novo e da temática a ser posta em discussão, o policial militar assume a postura do opressor.

Ele esbraveja de modo semelhante ao morador do bairro nobre, assume postura ativa com boca extremamente aberta, língua para fora, espirros de perdigotos e dentes pontiagudos. O policial se vale de seu instrumento de trabalho - a arma -, para oprimir, humilhar e diminuir o morador da área periférica da cidade. Esse homem é negro e apresenta-se em postura encurvada, tal como a do policial recebido na área nobre.

A postura do policial militar, expressa pela charge, remete a ato de revanchismo e covardia ao demonstrar que, para ser respeitado, ele precisa se valer da mesma arma da elite social financeira que o maltrata. Essa postura justifica seu ato violento como meio de demonstração de respeito pela exibição de maltrato para com cidadãos historicamente de classes sociais menos favorecidas e racialmente massacrada.

Figura 11. A imprensa e a PM



Fonte: < [Acervo Digital - Folha de S.Paulo](#) > acesso em 10 de setembro de 2020

A charge está marcada pela polarização esquerda-direita e inversão das imagens do policial que pratica o mesmo ato, porém em rotações opostas. A representação da esquerda está veiculada em aparelho de TV e a segunda, demonstrativa da realidade, está fora do veículo midiático. Ambas são idênticas a não ser pela rotação oposta e pelo enunciado proferido pelo policial militar da direita: “a imprensa adora pisar na imagem da PM!”. Este policial representa os pares que atuam nas ruas e que não têm

reconhecimento da imagem exposta na TV como a de sua atuação, exibida sob a perspectiva da imprensa.

O verbo “adora” expressa relação de inimizade entre os segmentos sociais representados pela instituição mídia, expressa pelo termo “imprensa”, e pela instituição Polícia Militar – evidenciada pela sigla PM. A inimizade provém da ignorância do policial em não se enxergar do mesmo modo que a imprensa o reproduz. Dessa forma, o confronto entre mídia e Polícia Militar está na não aceitação da postura agressiva e violenta adotada pela polícia reportada pela mídia, ambos em seus trabalhos diários.

O verbo “pisar” assume produção de sentidos diferentes que variam do metafórico, ao referir-se a ato de humilhar, espezinhar, ofender, falhar e do literal, no qual o verbo pisar assume o sentido de esmagar, tentar dominar usando a força física, contundir. A charge expõe os espectros de sentidos do verbo “pisar” expressos na atitude policial ao trazer para si a ideia de que a Polícia Militar depõe contra sua própria imagem, ao ter como atitude os diversos sentidos atribuídos ao ato de pisar: primeiramente, por não reconhecer sua falha, ao tê-la exposta publicamente via mídia - pisar, no sentido de falhar como Instituição garantidora da ordem e segurança públicas, pisar no sentido de humilhar espezinhar mulher e, por último, pisar como abordagem, tática de domínio com uso da força física, que resulta em fratura da tíbia da abordada em ação policial.

O ato de não se enxergar expresso no enunciado do policial revela a ignorância atribuída aos membros da corporação em não assumir que existe atitude violenta nas abordagens, haja vista a manutenção de um dos coturnos no pescoço de uma mulher estirada ao chão como se fosse uma folha de papel sem vida e sem reação, não fosse a projeção de sua sombra em evidência pela cor cinza azulada proveniente dos corpos representados na imagem.

4.5.7. Repercussão e conclusão

Na entrevista do novo comandante da Rota, concedida de forma exclusiva ao UOL, analisamos que a estrutura temática do discurso da notícia volta-se para as diferenças de abordagens em territórios economicamente diferenciados, ao considerar tais atitudes como fato inusitado no comportamento policial. Todavia, historicamente esses atos são marcos nas atitudes entre Polícia Militar-sociedade conforme se lê em

Holloway (1997), a respeito do estabelecimento das relações de inimizade. (HOLLOWAY, 1997, p. 50, grifo nosso).

A postura do novo comandante da Rota, na estrutura do relato jornalístico, opera com essa dinâmica sócio-histórica legitimada e manifesta nos atos ilocutórios indiretos declarativos, assertivos e comissivo: “uma questão de se adaptar aos inimigos diários e ao território pertencente.”; “É dessa forma que o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo [...] define a forma de atuação dos policiais nas ruas de todo o mundo [...]”. Sob essa perspectiva e ao considerarmos as diferenças nas abordagens, existe na Rota a crença de que “os inimigos diários” estão “territorializados”.

Esses “territórios pertencentes” são expressos pelos locais onde o policial militar se sente mais inseguro e, por isso, demanda maior esforço devido ao medo para ser “respeitado”, segundo os enunciados expressos na entrevista. Conforme o discurso, esses locais são as periferias. A crença está instituída historicamente e se manifesta na noção de “cidadão de bem” como aquele que possui bens materiais atrelados a valores morais elevados, materializados no discurso da entrevista.

Haja vista, o tratamento diferenciado dado por membros da Polícia Militar em atuação ao “comerciante morador do condomínio de luxo” *versus* o tratamento dado a “mulher grávida de cinco meses” e a “comerciante negra”, ambas moradoras de áreas periféricas da cidade.

Quanto à postura da mídia, analisamos que:

- Episódio 1: O termo “mulher grávida de cinco meses”, expresso na macroproposição, serve de caráter ilícito e inusitado para definir a ação do policial; o termo “flagrado” no *lead* garante ilicitude na abordagem da Polícia;
- Episódio 2: O comerciante morador de condomínio de luxo recebeu tratamentos vinculados à condição de sinceridade resguardada pelos termos materializados na macroproposição: “suspeito de violência doméstica” – diferentemente de agressor -, “aparece em vídeo[...]” –

diferentemente de flagrado -; “diz que ganha R\$ 300 mil” – nesse caso, condição de sinceridade posta à prova com relação aos ganhos mensais -; a violência foi atribuída ao aumento de casos de “violência doméstica na pandemia”. Segue enunciado: “o caso ocorreu em meio à pandemia do novo coronavírus, quando o número de casos de violência contra a mulher aumentaram em São Paulo, durante o isolamento social, medida adotada pelo governo para evitar a propagação da doença.” A exposição do enunciado “medida adotada... doença” demonstra posicionamento ideológico do veículo midiático representado pelo conglomerado O Globo contrário ao isolamento social, visto ser ele o causador do aumento de casos de violência doméstica; vídeo e transcrição demonstram tratamento diferenciado também da elite para com a Polícia Militar e seus membros, em situações que demonstrem a necessidade de atendimento de ocorrências em locais considerados áreas nobres – ratificam esse posicionamento: excesso de palavrões, atos de fala referentes à ameaça, desacato e desobediência a agentes de segurança.

- Episódio 3: a exibição do vídeo primeiramente no programa Fantástico, do conglomerado O Globo, aliado à notícia no jornal Folha de São Paulo, do grupo Folha, traz força de legitimidade ao episódio. Os verbos utilizados pisar e arrastar garantem ato violento e cruel às ações policiais, os substantivos e adjetivos mulher negra, vítima, ferimentos no rosto e nas costas e perna quebrada têm força de legitimidade ante as imagens mostradas. No relato jornalístico, o ato de fala assertivo atribuído à dona do bar feito pelo jornalista permite ao interlocutor-leitor crer na verdade do conteúdo proposicional: “Ela afirma ter pedido ao policial para não bater mais no homem, que já estaria desfalecido e havia sido agredido com joelhadas no rosto”. A relação de inimizade se manifesta no relato atribuído ao policial expresso no seguinte enunciado: “Ainda segundo a reportagem, os policiais alegaram que foram atacados com uma barra de ferro e que estavam se defendendo”.

Graficalizamos a relação que a Mídia exerce ao demarcar socialmente a Polícia Militar e a sociedade:



Fonte: A autora.

Discussão dos resultados

Quanto à tese levantada, analisamos que o confronto mídia-Polícia Militar-sociedade ocorre historicamente pelas ações violentas da instituição, desde sua formação, e pelo reforço na relação de inimizade com recursos que operam pelo sensacionalismo entre os segmentos sociais analisados nos discursos atuais performados por conglomerados midiáticos. Tais conglomerados agem pela coadunação de forças referentes ao poder econômico e simbólico, com interferência do poder político ao ter eventuais representantes na condição de donos de veículos comunicativos, a fim de promoverem estado de anomia, medo e insegurança contra segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade.

Consideramos que compete aos poderes econômico, simbólico com interferência do poder político interesses ideológicos voltados para a promoção de um novo projeto de sociedade neoliberal⁶⁷, na qual o Estado reduza suas atribuições exercidas para com a sociedade. Analisamos que a relação de inimizade, definida por Han (2017) como macrofísica da violência, incorpora-se aos discursos pós-modernos da notícia em diversas estratégias:

A primeira delas vincula-se à promoção do sensacionalismo, ao considerar o esvaziamento do inusitado, – categoria da notícia –, em favor do ilícito. Midiaticamente, tal comportamento, tangencia o chamativo pelo visual, – vídeos e charges –, conforme observado nas análises dos quadros teóricos da GDV, ao serem utilizados como provas das ilicitudes materializadas nos enunciados dos relatos jornalísticos, segunda estratégia. Essas provas visuais se concretizam em propaganda alavancada de mercadoria, ao favorecer o moderno como apogeu do arcaico, característica do discurso da pós-modernidade (Guy Debord *apud* Türcke, 2010, p.11, grifo nosso).

Somam-se a essas estratégias, o entrelaçamento espaço-tempo e história – via *background* das estruturas temáticas e esquemáticas do discurso da notícia, em projeto

⁶⁷ Consideramos, nesta pesquisa, o conceito de neoliberalismo defendido por Hayeck, exposto por Silvio Almeida, como um conjunto de teorias sociais que fundamentam a essencialidade do chamado livre mercado. O prefixo neo demarca a diferença ao liberalismo clássico. Nessa concepção, o livre mercado é uma construção político-cultural ou jurídica de livre iniciativa. O momento de sua construção remonta o colóquio de Walter Lippmann, ocorrido em Paris, 1938 que reuniu os principais proponentes desse novo liberalismo: Hayeck, Rueff, Aron, Röpke e Rustow. Outro desdobramento dessa iniciativa se deu em 1947, na Suíça, a Sociedade Mont Pèlerin. Fonte: < [O que é o NEOLIBERALISMO? | Silvio Responde - YouTube](#) > acesso em 01 de nov. de 2021 às 11h 13min.

definido por T urcke como sociedade do espetáculo, que supraexcita os sentidos, não aprofunda a análise, ao considerar que a crítica social já está lançada apenas no enunciar a notícia como produto mercadológico.

A respeito dessas três estratégias, tecemos análises comentadas relativas às categorias semânticas da notícia e do sensacionalismo: inusitado/ilícito, aos quadros teóricos da GDV, aos atos diretos e indiretos de fala e aos mapas mentais, presentes nos quadros superestruturais temático e esquemático do discurso da notícia.

Atos diretos e indiretos de fala se interrelacionaram às análises cognitivas por ressaltarem crenças e valores estabelecidos na sociedade brasileira materializados nos mapas mentais das superestruturas dos discursos da notícia, bem como na opinião pública pela inser o dos fatos que interferem nos âmbitos político, jurídico, moral e social e, conseqüentemente, na reprodu o discursiva pelos conglomerados midiáticos.

- **Primeira estratégia analisada:** esvaziamento do inusitado em favor do ilícito

A idiossincrasia do inusitado, como categoria semântica da notícia, refere-se a situa es que fogem ao padrão da normalidade e apresentam novidade, a ponto de merecerem a reconfigura o do fato em fato noticioso. Em nossas observa es, analisamos que essa categoria foi primeiramente esvaziada por não apresentar novidade e estar sedimentada socialmente nos padrões de normalidade social ao favorecer a categoria semântica do sensacionalismo com a ilicitude do ato policial. Tal atitude, no âmbito do discurso jornalístico, contribui menos para o diálogo em busca de solu es para o problema social levantado e mais para a incita o do medo e da indigna o da sociedade a questões reconhecidamente históricas, que precisam ser postas a prova das mudanças sociais.

Consideramos que as mudanças sociais, conforme teorizadas por Fairclough (2001), necessitam estar envoltas no ciclo da dinamicidade discursiva - produto-processo-produto. Todavia, o que observamos nos discursos analisados é que essa dinamicidade se concretiza apenas na reprodu o de perspectivas dos fatos noticiosos em diferentes veículos midiáticos de um mesmo conglomerado, por vezes, compartilhados igualmente com outros conglomerados – exemplo: programa Fantástico, O Globo e

Folha de São Paulo, Grupo Folha [evento 4, episódio 4. Policial pisa no pescoço de mulher negra e arrasta vítima na zona sul de SP].

Ante o analisado, demonstramos os resultados das ilicitudes expostas ao que deveria ser o inusitado da notícia:

- Policial Militar fazer greve - ato previsto em lei (art. 142, 3º, IV c/c/art. 42, § 1º) proibido a esse servidor público em qualquer circunstância. Evidência do medo da população após a média de 200 mortes em 22 dias de paralisação foi a sensação mais comentada pela rádio CBN Vitória;
- Policial Militar expressar seu posicionamento político-partidário e atuar em prol dele contra cidadãos, abordar agressivamente aquele que se declara político-partidariamente divergente a seu posicionamento, ameaçar vítima dentro de delegacia e quebrar-lhe o braço. Medo, impunidade, covardia e abuso por parte das autoridades policiais foram as sensações expressas pelo público-leitor nos comentários da notícia;
- Policial Militar agir contrariamente a seu papel social, agente de Segurança Pública, e pisotear homem rendido em “pancadão” realizado na favela (Veja); cercear lazer e comércio em “bailes funk” na comunidade de Paraisópolis (Folha de São Paulo); atuar em revanche como justiceiro contra morte de sargento em Paraisópolis meses antes (Estadão). Abuso sistemático da Polícia Militar e medo foram as sensações mais recorrentes colhidas nos relatos jornalísticos;
- Policial Militar atuar de modo discriminatório em diferentes áreas urbanas – bairros nobres *versus* áreas periféricas (entrevista com novo comandante da Rota - UOL); agredir mulher grávida moradora de zona periférica, posicionando joelho sobre seu ventre (UOL); ser desacatado, humilhado por morador de área nobre ao atender ocorrência (G1); pisar em pescoço de comerciante negra, arrastá-la e quebrar-lhe a tíbia (UOL). Indignação e injustiça contra a Polícia Militar foram as sensações mais recorrentes que resultaram em manifestação “vidas negras importam” especificamente no último episódio.

- **Segunda estratégia analisada:** papéis sociais cambiantes entre Polícia Militar e sociedade na relação dado-novo nos discursos multimodais

Quanto aos quadros teóricos relativos à GDV e à inimizade Polícia Militar-sociedade, as análises demonstram que:

- A relação dado-novo ora se estabelece na relação Polícia Militar-sociedade em nível de igualdade, na condição de ambos atuarem socialmente como transgressores da moral – bandidos que estabelecem acordos entre si (carnaval 2017). Nesse caso, ambos os segmentos sociais estão degenerados e corrompidos em sua totalidade, haja vista as semioses referentes ao carnaval - serpentina, confete, fantasias, atuarem como carnavalização da sociedade – disfarce e intercâmbio de ações ilícitas de policiais em atuação de seus papéis sociais, por meio do estabelecimento de acordo e negociação com seus arquirrivais.
- A relação dado-novo ora se estabelece na relação Polícia Militar-superior em força, agressividade e insensibilidade no trato com a sociedade (carnaval 2019) e em contradição na representação do inferior-vítima. Nesse caso, a demarcação do evento carnaval 2019 e os respectivos episódios se materializam no binômio superioridade/agressividade-inferioridade em relação de contradição à representação da figura da vítima e as semioses ligadas a ela –; nas notícias: homem branco, tratado pelo nome, advogado, posicionamento político partidário demarcado, quebra de úmero em delegacia *versus* a figura expressa na charge: homem negro, franzino, “pé-de-chinelo” abordado com chave tática denominada mata-leão *versus* quebra de braço por um policial-leão.
- A relação dado-novo ora se estabelece na relação Polícia Militar em negação à função social estabelecida como instituição garantidora da segurança pública. Agrupam-se semioses relativas a comportamento cruel demonstrados por policiais militares, o cerceamento de saídas e concentração de práticas violentas no centro do labirinto. Outras semioses tais como labirinto, “Infernópolis” em ironia a “Paraisópolis, armas em punho, porte de gás lacrimogênio por policiais, concentração de pessoas desesperadas no centro da imagem em conjugação aos vídeos propagados na notícia garantem a relação de veracidade entre fato, fato noticioso materializado no relato jornalístico;

- A relação dado-novo ora se estabelece na relação policial militar-injusto-intolerante-agressivo em abordagens contra mulheres e segmento social menos favorecido economicamente e policial militar-justo-tolerante-pacífico contra homens de segmento social mais elevado economicamente – papel de agredido e humilhado. As semioses:
 - ❖ [...] da charge “Escusável medo, surpresa, violenta emoção” - joelho de policial militar posicionado no ventre de mulher grávida, mão cerrada, mulher grávida ao chão e enunciado do policial “o bebê está me dando chutinhos” denotam a agressividade, a ignorância, o despreparo e o medo do agente de segurança pública, mediante o absurdo da representação que evidencia o termo “chutinhos” do bebê como ato agressivo contra ele - policial.
 - ❖ [...] da charge Alphaville/Alphavella - dedo em riste da mão direita apontado para cima em ato de expulsão do policial e telefone na mão esquerda do morador do bairro nobre na cena 1 substitui a arma do policial militar que humilha homem negro na favela, ambas as mãos indicam vetores para baixo. As semioses evidenciam ato de rebaixamento do cidadão encurvado na cena 2. Nesse caso, a postura do policial militar em ambas as cenas caracteriza a oposição tolerância/placidez-intolerância/agressividade partilhada pela crença homem de bem em relação de igualdade a homem de valor moral; homem preto, pobre morador da periferia em relação de igualdade a bandido.
 - ❖ [...] da charge de Bennet de 16 de julho de 2020 – inversão na lateralidade das cenas - uma inserida na TV – demarca o papel da imprensa como veículo de comunicação, em oposição à imagem inversa do policial militar que critica sua exposição no aparelho, coturno em cima do pescoço de mulher deitada no chão. Essas são semioses que evidenciam a ignorância do policial, ao não reconhecer sua ação como participante de toda uma corporação expressa pela sigla PM na charge, ao ter sua postura veiculada pela mídia - TV.

- **Terceira estratégia analisada:** a validação das crenças em atos diretos e indiretos de fala em consonância à promoção de medo e indignação

A análise dos atos diretos e indiretos de fala, aderem à perspectiva cognitiva, marcada pelos quadros superestruturais temáticos e esquemáticos ao demonstrarem consonância da relação crenças-atos de fala na promoção de medo e indignação. Com relação ao exposto, extraímos os seguintes dados da relação Polícia Militar *versus* sociedade:

- A crença veiculada na notícia, embasada historicamente em fatos, de que a Polícia Militar está corrompida por compactuar com bandidos; está despreparada para o atendimento às ocorrências que envolvam a segurança pública; a crença de que a mídia/imprensa tem por missão a liberdade de expressão e que, por isso, não pode ser cerceada por conclames policiais contra matérias publicadas em seu veículo comunicativo. Portanto, fazem sentir - ato perlocucional, conforme analisado, insegurança, indignação e medo social, além da necessidade de manifestação popular a favor da liberdade de imprensa e do direito à informação - ato indireto compromissivo (Evento 1. Carnaval 2017);
- A crença veiculada na notícia embasada historicamente em fatos de que a Polícia Militar atua de forma unilateral nos aspectos político-partidários e ideológicos; dessa forma, os atos diretos de fala fazem saber que há perseguição política por parte de membros da Polícia Militar; fazem sentir que há despreparo na formação e postura agressiva e, conseqüentemente, fazem descrer na atuação da instituição como promotora da segurança pública (Evento 2. Carnaval 2019).
- A crença veiculada na notícia embasada historicamente em fatos de que ocorrem atitudes revanchistas e justiceiras de policiais em relação a morte de outros policiais. Os atos diretos de fala fazem saber, crer e sentir respectivamente os fatos na condição de fatos noticiosos como verdadeiros, por tê-los veiculados pelas lentes das câmeras que atuaram nos episódios. Os atos indiretos de fala, nestes casos, são declarativos-assertivos, pois condicionam a verdade apenas pelo fato de haver vídeo como prova da perspectiva narrada pelo jornalista. (Evento 3: Paraisópolis - “Infernópolis”).

- A crença veiculada na notícia embasada historicamente em fatos de que “cidadão de bem” é aquele que possui bens materiais, o que lhe garante “bens” morais; a crença da territorialidade dos maus atrelada às zonas periféricas, de que há cidadãos de segunda categoria e, por isso, a necessidade de discriminação nas abordagens e tratamentos a depender da territorialidade. Dessa forma, os atos diretos de fala fazem saber, crer e sentir respectivamente que há necessidade de tratamento diferenciado para diferentes moradores conforme a área habitada; que o tratamento mais ríspido e violento é sinônimo de respeito para moradores de áreas periféricas e que tais atitudes acalentam o medo em prol do respeito, com relação ao crime organizado (Evento 4. Comunidade *versus* bairro nobre).

A inserção dos fatos aos âmbitos político, seja por emissão de nota governamental; jurídico, seja por abertura de IPM; moral e social seja pela inversão, comparação ou contradição dos costumes e/ou papéis sociais colaboram para a reprodução discursiva por meio dos conglomerados midiáticos. Por ser uma troca simbólica, a junção do poder simbólico, via conglomerados, ao poder econômico, a notícia apresenta uma dada perspectiva do mundo que necessita ter retorno financeiro via consumo, ao atingir os fatores que constituem as categorias da opinião pública.

Por outro lado, a banalização da utilização dos crimes de desacato e resistência materializados nos relatos jornalísticos – Carnaval 2019, policial militar *versus* mulher grávida e policial militar *versus* comerciante morador de Alphaville, policial e mulher negra - como justificativa à utilização de força, agressividade e brutalidade policial contra segmentos menos favorecidos da sociedade se coaduna à ausência de conceitos basilares nas constituições federais a respeito dos termos Ordem e Segurança Pública, como instituições e ordem e segurança pública como funções vinculadas ao saber fazer dos agentes. Essas falhas favorecem a perpetuação dos discursos instituídos da mídia a respeito da formação da corporação por suas atitudes, crenças e valores que necessitam ser reformulados.

Na análise linguística, verificamos que a utilização dos verbos – emitir nota, tomar providências - referentes ao órgão denominado Secretaria de Segurança Pública – SSP - materializados nos discursos jornalísticos são de caráter reativo e não preventivo

aos eventos que se sucedem e são recorrentes em suas características históricas. Tais situações foram observadas na emissão de notas reportadas pelo Jornal Nacional, no evento Carnaval 2019, ou ainda pela não manifestação da SSP, como isenção de propostas ao lazer em comunidades no evento Paraisópolis reportado pelo Estadão.

A questão da territorialidade periférica como zona de perigo, a noção de cidadão de bem vinculada a bem material em relação de igualdade a bem moral turvam o entendimento de quem são os bandidos, os ladrões e os transgressores. Motivo pelo qual é possível que, ainda na atualidade, crenças históricas permaneçam validadas nos discursos midiáticos e sejam instrumentos de reprodução discursiva, ao se referirem aos segmentos sociais brasileiros envolvidos.

Consequentemente, a falta de conceituação e definição dos termos permite, linguisticamente, que os sentidos sejam vagos no uso de suas atribuições e produções de sentidos. Com relação a essa observação, analisamos os seguintes usos:

- PM - Sigla utilizada ora para se referir à instituição/corporação em sua totalidade, ora ao grupo ora ao indivíduo. Em uma mesma notícia podemos ter referências ao indivíduo, ao grupo e a corporação vinculados a essa sigla.
- Ordem/ordem e Segurança Pública/segurança pública – são termos utilizados com iniciais minúsculas ao se referirem às condições sociais estabelecidas como dever e direito do Estado. Já em maiúsculas para se referirem a órgãos responsáveis e garantidores desse respectivo fim, Secretaria da Segurança Pública – SSP - é um exemplo. Nesse sentido, conforme Franco e Genghini há notável falta de clareza e estabelecimento de confusões aos conceitos atribuídos aos termos que trazem impactos práticos, ao se referirem à atribuição e às atividades dos órgãos públicos responsáveis por esse zelo com profundos prejuízos à sociedade (FRANCO; GENCHINI, s/d, p. 2⁶⁸, grifo nosso). Na condição de instituições públicas, esses órgãos têm por função assegurar a coerção social legitimada pelo Estado “que detém o *monopólio da violência legítima*” (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2008, p. 135⁶⁹, grifo dos autores). Essa ausência de distinção a respeito das atribuições nas constituições brasileiras se

⁶⁸ Fonte: <[Microsoft Word - CONSTITUIÇÃO FEDERAL GENGHINI.doc \(jusmilitaris.com.br\)](#)> acesso em 21 de outubro de 2021 às 21h 10 min.

⁶⁹ Fonte: <[Book Volume 3.indb \(ipea.gov.br\)](#)> acesso em 21 de outubro de 2021 às 22h 16min.

somatizam ao medo e a insegurança que prevalecem na população, sendo, a todas as camadas sociais, a segurança um dos maiores problemas do país (ILANUD, 2002^{apud} IPEA, 2008, p. 136, grifo nosso).

A coadunação básica dos poderes econômico e simbólico na promoção do medo, da indignação e, conseqüentemente, da inimizade dos segmentos sociais analisados favorece o não estabelecimento de diálogo em benefício da supraexcitação dos sentidos na compreensão e busca por soluções para os problemas históricos existentes entre Polícia Militar e sociedade. Essa postura está intimamente ligada ao que Santos (2015), discorre a respeito da percepção do mundo pela cultura de massa como proposta de um discurso único do mundo.

Esse discurso inviabiliza a possibilidade de conhecimento em prol da supressão do que é o mundo (SANTOS, 2015, p. 45, grifo nosso). Portanto, o conhecimento que se tem do universo é fragmentado pelo contingenciamento social (RORTY, 2007, p. grifo nosso). Tal atitude acentua a cisão dos grupos ao serem representados como inimigos na arena social, local onde todos estão inseridos e devem estabelecer a guerra contra o medo e contra os outros, na sistematização macrofísica da violência conforme Han (2017).

Considerações finais

Nesta pesquisa, tematizamos a intervenção dos poderes midiáticos na constituição e representação dos papéis sociais de policial militar e sociedade brasileira na promoção do medo e da indignação social. Para tanto, enfocamos os discursos propagados pelos conglomerados midiáticos dos grupos Folha, OESP e O Globo, nos períodos de 2017 a 2021 – duração de nosso processo de doutoramento.

A variedade do *corpus* elencado a respeito da temática foi imensurável e tivemos de sistematizar critérios mais seletivos para a escolha do material. Dessa forma, optamos por notícias que apresentaram vídeos e representação em charges, devido a repercussão social da tomada de ações policiais ocorridas nos eventos transformados em fatos noticiosos.

Os eventos de maiores repercussões e que atenderam aos critérios de seleção, portanto, foram os analisados por suas seguintes temáticas: Carnaval 2017, Carnaval 2019, Paraisópolis-Infernópolis e Comunidades *versus* bairros nobres. De cada evento, selecionamos episódios reportados pelos conglomerados midiáticos propostos e passamos a verificar as relações da materialidade do texto junto às práticas sociais capazes de refletir comportamentos que reportassem medo e indignação social. Para tanto, analisamos:

- As categorias semânticas formadoras da notícia – atual/inusitado – e formadoras do sensacionalismo – lícito/ilícito e como o esvaziamento do inusitado pelo preenchimento do ilícito opera a favor do sensacionalismo;
- Os quadros teóricos da GDV e a relação Polícia Militar-sociedade.

Dessa relação, verificamos nas notícias diferentes níveis de tratamento dado aos segmentos sociais:

- Tratamento por comparação policial militar-sociedade por ambos atuarem como transgressores, bandidos, meliantes disfarçados na arena social;
- Tratamento dado à vítima por contradição na representação dessa figura nos gêneros notícia e charge;
- Tratamento dado pela superioridade em força, crueldade e brutalidade de policiais militares em relação à sociedade ao agirem em abordagens como justiceiros em bairros periféricos;
- Tratamento dado pela inferioridade ante humilhação de policiais militares em relação a moradores de bairros nobres ao agirem em abordagens de modo subserviente, complacente e pacífico, nos casos em que se remetiam a territorialidade econômica mais elevada;
- Tratamento dado aos segmentos sociais pela relação policial militar-opressor-sociedade-oprimida devido à ignorância da Polícia Militar, ao não reconhecer as atitudes reportadas pela mídia como reflexo da autoimagem da corporação e de seus membros;

- Os atos diretos e indiretos de fala, conectados aos mapas mentais temáticos e esquemáticos na formação da opinião pública: a relação desses quadros, nos propiciou a verificação da rede que opera a favor do sistema de crenças e valores veiculados e propagados nos discursos socialmente instituídos, mesmo com a inserção de fatos políticos, jurídicos, morais e sociais sem que ocorra o estabelecimento do diálogo, por meio da reprodução discursiva. Essa postura privilegia formação da opinião pública voltada para a promoção do medo, da indignação e sedimentação das relações de inimizade opressor-oprimido como base estruturadora desses segmentos sociais.

Ante o verificado e analisado, tecemos as seguintes considerações:

A coadunação de poderes na formação dos conglomerados midiáticos exercem influência na estruturação dos segmentos sociais Polícia Militar-sociedade e como eles lidam entre si. O reforço nas relações de inimizade conectam-se: 1. Historicamente a ações violentas da Instituição contra a sociedade validadas por crenças de que a amizade entre esses segmentos seria corrompedora do sistema policial, de que o cidadão de bem está vinculado a bens materiais, de que a territorialidade geográfica define o bandido, por sua condição econômica; 2. Tecnicamente, pela inserção de novos recursos na condição de serem portadores de relatos inquestionáveis, detentores de uma única verdade reportada pelo veículo jornal; 3. Linguisticamente, pela utilização da sigla PM para todos os contextos que envolvam parcela de membros, bem como a corporação em sua totalidade na caracterização dos episódios; pela indefinição no conceito dos termos Ordem/ordem e Segurança Pública/segurança pública em âmbitos legais que se refratam nos demais segmentos institucionais da sociedade inclusive o midiático.

Verificamos linguisticamente a banalização dos termos *desacato* e *resistência* como instrumentos na promoção do medo e da indignação, tanto no discurso dos policiais militares, em atuação profissional, quanto nos relatos jornalísticos materializados no discurso da notícia. Essa postura nubla os sentidos linguísticos dos termos e dos crimes previstos no Código Penal, a fim de justificar posturas agressivas e violentas por parte da Polícia Militar contra a sociedade. Consideramos, portanto, que os crimes de desacato e resistência previstos no Código Penal precisam ser revistos em

seus conceitos e ajustados socialmente para melhor atuação dos membros que desempenham o papel garantidor da ordem e da segurança pública.

Com relação a hipótese, constatamos que o confronto tem fundamentos históricos e ideológicos e estes reverberam nos discursos midiáticos como estratégias de alavancagem dos fatos a mercadorias via discursos da notícia. A notícia como produto mercadológico vincula-se à inserção de perspectivas controladas pela hegemonia dos detentores do poder econômico-simbólico-político, que se valem dos recursos tecnológicos visuais atrelados à condição de verdade única, ao conter um relato proposto para a compreensão do fato noticioso. Essas perspectivas atuam com caráter de reprodução discursiva que alavancam o evento à condição de propaganda e não como instrumento de discussão na resolução dos problemas suscitados.

Igualmente, ressalta-se a presença de crenças e valores socialmente partilhados nos discursos instituídos e sedimentados pelo senso comum, em relação à estruturação da territorialidade urbana na representação dos papéis sociais de policial militar e bandido. E, por fim, dos atos diretos e indiretos de fala, tanto de acusação, de comissão, quanto de declaração e asserção, ao permitirem que o terreno social seja transformado em arena de conflitos, medo e indignação em prol de um projeto de poder. A agenda de deslegitimação dos serviços públicos, inclusive os da segurança pública, favorece aos interesses econômicos dos conglomerados midiáticos, como recurso a um projeto de poder político neoliberalista.

Com relação ao aspecto histórico, a instituição Polícia Militar, desde sua formação no século XIX, sempre esteve voltada para uma atuação violenta e pouco dialógica para com a sociedade, principalmente a economicamente menos favorecida (HOLLOWAY, 1997, p. 64, grifo nosso). Este medo é proveniente de uma parcela de seu contingente ser oriundo dessas respectivas camadas sociais. Em consequência, a sedimentação dessas crenças avaliadas em nossa pesquisa, e a possibilidade de estabelecimento de uma estrutura dialógica com a sociedade, segundo Holloway (1997), foi sempre malvista pelos membros superiores devido à possibilidade de corrupção e desvio de conduta das tropas.

Quanto às questões problematizadoras suscitadas, concluímos que:

- A representação do papel social do policial militar na sociedade brasileira se estabeleceu pela imagem do homem proveniente das classes sociais menos

favorecidas que viam na corporação meios de ascensão e inserção social. Este homem se submetia ao controle do Estado para exercer força bruta contra as minorias sociais das quais ele também era participante. A princípio, ele substituíu o capitão-do-mato numa protopolícia legitimada a exercer castigos contra os negros fujões. No contexto atual, legitimou-se a crença da territorialidade dos maus vinculadas às zonas periféricas e à existência de cidadãos de segunda categoria, marcada linguisticamente pela representação do *cidadão de bem* vinculado a bem material em relação de igualdade a bem moral.

- A mídia veicula tanto ao policial militar quanto a sociedade representações de papéis sociais cambiantes. O policial militar é veiculado pela figura do transgressor que se aproxima da figura do bandido e do marginal ao se valer do poder coercitivo para exercer sua força bruta contra as minorias sociais. Em contextos territoriais pertencentes a áreas nobres, o policial é visto como subserviente, comedido, educado e complacente. Em contextos territoriais pertencentes a zonas periféricas, o policial é altivo, descomedido, grosseiro e cruel. A relação de oposição ocorre pelos pares superioridade *versus* inferioridade, opressor *versus* oprimido, agressor *versus* agredido. Por vezes, ambos os segmentos – policial militar e sociedade - atuam como bandidos que partilham acordos ilícitos de interesses comuns; em contextos ideológicos que favorecem a mídia, a sociedade é retratada como público-leitor que necessita da informação e, portanto, tem direito à manifestação da liberdade de expressão da imprensa. Por fim, a sociedade é marcada também pelo papel de vítima ante a impunidade e covardia dos atos policiais – sentimentos colhidos dos relatos e comentários das notícias.
- As interferências de valores atribuídos aos papéis sociais policial militar-sociedade interessam hegemonicamente aos detentores dos poderes econômico, simbólico e político. Este último, por ter representantes que interferem nos demais poderes ao serem donos de veículos midiáticos e os utilizarem para fins ideológicos. Cremos que os interesses ideológicos se voltam para a formação de um novo projeto de sociedade neoliberal capitalista que intenta o livre comércio e o lucro por intermédio da instituição

de um Estado mínimo, no qual os serviços públicos possam ser terceirizados em proveito dos interesses do próprio mercado.

Creemos que a interferência da mídia poderia ser mais bem aproveitada caso não vinculasse os fatos noticiosos apenas à reprodução dos episódios. Nesse sentido, preconizamos as propostas de mudança social, conforme se lê em Fairclough (2001), tendo em vista que a relação produto-processo impõe discussões para além das meras reproduções discursivas. As práticas sociodiscursivas necessitam ser arejadas e revisitadas em eventos sociodiscursivos, ao considerarmos a compreensão do funcionamento da linguagem em atividade dinâmica com as práticas sociais na efetivação de mudanças.

Todavia, há os embates hegemônicos e ideológicos que interferem na produção dos discursos instituídos socialmente em relação de força aos discursos instituintes, promotores de mudanças. A arena das mudanças não está desvinculada dos acordos e negociações partilhados pela linguagem, conforme estudado nessa pesquisa, a condição de felicidade depende não apenas do sujeito que profere o enunciado, mas de uma série de condições que se evidenciam nas dimensões dos atos de fala.

Ante o exposto, consideramos que o assunto merece aprofundamento em diversas pesquisas que auxiliem na compreensão das problemáticas sociais estudadas nesse trabalho.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARMITAGE, João. *História do Brasil* – compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & cia, 1914.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

BALESTRA, Paulo; CASTILHO, Nelma Teresinha; RAMOS, Aline; SOUZA, Maria Cristina. *Sociossemiótica e Literatura marginal: complexos ideológicos e sistemas logonômicos em Capão Pecado*. In: Intercâmbio, Vol. XIII, 2004.

BATISTA JR, José Ribamar; SATO, Denise Tamaê Borges; Melo, Iran Ferreira de. (orgs). *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018

BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*; Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 02/04/2021 às 18h34min.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <[Constituição67 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 04/04/2021 às 23h50min.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[Constituição46 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)> acesso em 04/04/2021 às 17h10min.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: < [Constituição37 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 03/04/2021 às 23h33min.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: < [Constituição34 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 03/04/2021 às 22h36min.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: < [Constituição91 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) > acesso em 02/04/2021 às 23h39min.

_____. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: < [Constituição24 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) >acesso em 02/04/2021 às 19h06min.

BRETAS, Marcos Luiz. *Policiar a cidade republicana*. In: LEMGRUBER, Julita (coord.). A instituição Policial, 1985. Fonte: <[30 \(PDF\) Policiar a Cidade Republicana | Marcos Bretas - Academia.edu](http://www.academia.edu)> acesso em 08/12/2020 às 21h.

_____.; ROSEMBERG, André. *A História da Polícia no Brasil: Balanço e perspectivas*. In.: Topoi, v.14, n.26, jan/jul. 2013, p. 162-173 | <<http://www.revistatopoi.org>>

CANCELLI, Elizabeth. *Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e Controle político no Regime Vargas (1930-1945)*. In.: Cadernos do Tempo Presente, n.15, mar./abr., p. 02-35 | www.getempo.org - Fonte: < <https://seer.ufs.br> >

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

CHANDLER, Daniel. *An introduction to genre theory: the problem of definition*. London, 1997 < [An Introduction to Genre Theory.pdf](#) > acesso em 13/12/2020 às 14h25min.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad. de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à Sociologia*. Trad. de Octavio Mendes Cajado. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

CHOMSKI, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. Trad. Fernando Santos. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

CHOULIARAKI, Lilie. FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. GeogeSquare, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, Ivone Freire. *Polícia e Sociedade: gestão de segurança pública, violência e controle social*. Salvador: EDUFBA, 2005.

COUTO VIEIRA SILVA, D. F. (2019). SOBRE A PIEDADE (ÉLEOS) E A INDIGNAÇÃO (NEMESÂN) NA RETÓRICA DE ARISTÓTELES. *Sapere Aude*, 10(19), 369-381. < <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2019v10n19p369-381> >

CUNHA, Andreia Honório da. *Tiras e gramática do design visual: a produção de sentidos no gênero multimodal*. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. *produção de sentidos de tiras da turma do xaxado*. Discursos Contemporâneos em Estudo, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 63–83, 2018. DOI: 10.26512/discursos.v3i2.2018/10763. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/discursos/article/view/10763> >. Acesso em: 19 abr. 2021.

DERRIDA, Jacques. *The law of Genre*. Critical Inquiry. Autum. V7, n. 8-1, 1980.

DESCARTES, René. *As paixões da alma*. In.: Descartes (coleção: os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. 6ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *La noticia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós Comunicacion, 1990.

_____. *Discurso e Poder*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no rio da prata (1822-1994)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

Fonte: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 4

< [1300647521_ARQUIVO_Trabalhocompleto-PaulaRamos.pdf \(anpuh.org\)](#) > acesso em 07/12/2020 às 16h14min.

FAGUNDES, P. E. *Movimento Tenentista: um debate historiográfico*. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 108, p. 127-133, 3 maio 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder (vol. 1). Coleção: Grandes nomes do pensamento brasileiro. 10 ed. SP: Globo; Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 1995.

_____. *História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Sérgio Henrique Soares. *Papel Constitucional da união na Segurança Pública: retrospectiva e análise*. In.: O alferes, Belo Horizonte, 69(26):41-76, jul./dez.2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *A teoria dos atos de fala como concepção pragmática de linguagem*. In.: Filosofia Unisinos 7(3): 217-230, set/dez, 2006.

FRANCO, João Guilherme Dmytraczenko; GENGHINI, Marco Aurélio Barberato. *Os conceitos de ordem pública e segurança pública na Constituição da República Federativa de 1988 e seus reflexos no desenvolvimento das atividades da Polícia Militar*. Fonte: < [Microsoft Word - CONSTITUIÇÃO FEDERAL GENGHINI.doc \(jusmilitaris.com.br\)](#) > acesso em 31/03/2021 às 22h15min.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Cia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GARGUREVICH Juan. *Gêneros periodísticos*. Quito: Equador Editorial, 1982.< [G neros period sticos.vp \(wordpress.com\)](#) > acesso em 14/12/2020 às 13h12min.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GÖRGEN, James. *Sistema Central de Mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em fonte: < [Políticas de Comunicação e o Sistema Central de Mídia no Brasil: \(ufrgs.br\)](#) > acesso em 14/12/2020 às 15h42min.

HAN,Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise: Vinte anos da Constituição Federal*. Vol.3. Brasília: Ipea, 2008.

KIELING, Camila Garcia. *Imprensa na História e História na Imprensa: Jornalismo e opinião no Brasil Regência*. In.: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, RS, 2 a 6 de setembro de 2010. Fonte: < [Microsoft Word - modelopadiao2010gps_1 .doc \(intercom.org.br\)](#) > acesso em 11/12/2020 às 20h11min.

KRESS, Gunther; LEEWVEN, Theo van. *Reading Images: Grammar of Visual Design*. London: Routledge, 1996.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 1ª ed. - Vozes, Petrópolis, 1979/ 2ª ed. - Vozes, Petrópolis, 1981/ 3ª ed. - Ufsc-Insular, 2001 Fonte: < [Microsoft Word - Ideologia comp .DOC \(nilsonlage.com.br\)](#) > acesso em 13/12/2020 às 23h21min.

_____. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1987. Fonte: < [\(18\) \(PDF\) Nilson lage - estrutura da notícia | Samuel Prado - Academia.edu](#) > acesso em 19/10/2020 às 07h21min.

LANDOWSKI, Eric. *Interações perigosas*. Trad. de Luiza Helena O da Silva. São Paulo: Estação das letras e cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

LEAL, Edilene Maria Carvalho. *Niklas Luhmann e Richard Rorty: Contingências e inconsistências*. In: Trans/Form/Ação vol.38 no.1 Marília Jan./Apr. 2015. Fonte: < [NIKLAS LUHMANN E RICHARD RORTY: CONTINGÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS \(scielo.br\)](#) > acesso em 13/01/2021 às 14h18min.

LIMA, Lana Alge da Gama *et al.* Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil (1808-1821). In.: História Hoje: balanço e perspectiva. IV Encontro Regional da ANPUH-RJ, 16-19 de outubro de 1990. RJ, p.228-233. *apud* COTTA, Francis Albert < <https://uemg.academia.edu/FrancisCotta> > acesso em 30/10/2020 às 21h03min

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Coleção: Grandes nomes do pensamento brasileiro. 3ª ed. RJ: Topbooks; SP: Publifolha, 2000.

LIMA FILHO, Acacio Vaz de. *O Positivismo e a República*. s/d. In.: < <https://www.revistas.usp.br.> >

MEDINA, José Lellis Bonfim. *Gêneros jornalísticos: repensando a questão*. In.: Simposium, ano 5, nº1, janeiro-junho de 2001. < [Maxwell \(puc-rio.br\)](#) > acesso em 13/12/2020 às 18h22min.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

MELO, José Marques de. *História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MARTINS, Ana Luiza.; LUCA, Tânia Regina de. (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Marcília Luzia Gomes da.; COSTA Maria Ivanúcia Lopes da. *O discurso midiático e a construção da notícia: relações entre infraestrutura e superestrutura da teoria bakhtiniana*. Fonte: < www.bocc.ubi.pt > < [*mendes-costa-o-discurso-midiatico-e-a-construcao-da-noticia.pdf \(ubi.pt\)](http://www.bocc.ubi.pt/mendes-costa-o-discurso-midiatico-e-a-construcao-da-noticia.pdf) > acesso em 09/07/2021 às 21h01min.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 6ª ed. São Paulo, 1992.

MORENO ESPINOSA, Pastora. *Los géneros periodísticos informativos en la actualidad internacional*. In.: Revista Latina de Comunicación Social [en línea]. 2001, 4(43), 0[fecha de Consulta 13 de Diciembre de 2020]. ISSN: . Disponible en: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81944306> > acesso em 03/08/2021 às 22h00min.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. 8ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Imprensa Universitária, 1967.

PARNAIBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. *Charge jornalística: definição, histórico e funções*. In.: História de la comunicacion do XII Congresso de la asociacion latino-americana de investigadores der la comunicacion (ALAIC), na Pontifícia Universidade Católica do Peru, em Lima de 6 a 8 de agosto de 2014. Fonte: < [Microsoft Word - vGT17 - Cristiane Parnaiba, Maria Cristina Gobbi \(pucp.edu.pe\)](http://microsofword-vgt17-cristiane-parnaiba-maria-cristina-gobbi.pucp.edu.pe) > acesso em 19/04/2021 às 16h58min.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Cadernos de cultura. Rio de Janeiro: MEC (No 29,)1952. 72 pp.

PAULA, Deborah Gomes de. *Estratégias sócio interacionais na construção da notícia jornalística*. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, São Paulo, 2008.

_____. *Estratégias da construção do escândalo no discurso jornalístico em textos multimodais*. 2017. 186f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, São Paulo, 2017.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005. Fonte: < [A Teoria do Jornalismo no Brasil – após 1950 – \(felipepena.com\)](http://teoriadojornalismo-no-brasil-apos-1950-felipepena.com) > acesso em 18 de junho de 2021 às 12h11min.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras da História: uma leitura sensível do tempo*. In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir Machado da (orgs). *Fronteira do pensamento-retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

PIMENTA, S. M. *A semiótica social e a semiótica do discurso de Kress*. In.: MAGALHÃES, C. M. (org.) *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Série Estudos Linguísticos, v.2. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2001.

PINTO, Pâmela Araújo. *Mídia Regional Brasileira: característica dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

RESENDE, V. M. & V. C. S. RAMALHO. 2004. *Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas*. Linguagem em (dis)curso. 5 (2): 185-208.

RESENDE, Viviane de Melo. RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *As américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia – um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ROSEMBERG, André. *Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República*. In.: Em tempos de História. PPG-HIS/UnB, N.13, Brasília, 2008.

_____. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHANK, Roger C. & ABELSON, Robert P. *Conhecimento e memória: A história real*. In: WYER JR, Robert. S. (ed.) *Conhecimento e memória: A história real*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo; Editora Companhia das Letras, 2007. Fonte: < [O Espetáculo das Raças - Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870 - 1930 \(fabioperiandro.adv.br\)](#) > acesso em 26/10/2020 às 20h21min.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo; Editora Companhia das Letras, 2007. Fonte: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/368-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil-1822-1832> > acesso em 26/10/2020 às 21h22min.

SEARLE, John R. *Expressão e significado*. Trad. de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luíza Marcondes Garcia. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

SILVA, Ivone Ribeiro. *Atos de fala, atos indiretos e a arte de dizer não dizendo*. In.: De Jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, n.10, p.202-211, jan./jun., 2008. Fonte: < <http://hdl.handle.net/123456789/197> > acesso em 23/01/2021 às 15h20min

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A intendência geral de polícia, 1808-1821*. Acervo. Jul/Dez.1986. RJ 1(2), p.187-204 *apud* COTTA, Francis Albert. Fonte: < <https://uemg.academia.edu/FrancisCotta> > acesso em 30/10/2020 às 21h03min.

SILVA, Márcia Pereira da. *Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*. In.: Revista História em reflexão: vol.4, n.8. UFGD-Dourados jul/dez 2010.

SILVEIRA, R. C. P. da. *Argumentação em textos multimodais publicitários. Discursos Contemporâneos em Estudo*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 131–140, 2018. DOI: 10.26512/discursos.v3i2.2018/20949. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/discursos/article/view/20949> >. Acesso em 05/05/2020.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Trad. de Kurt H. Wolff. Nova Iorque: Free Press, 1950.

SKIDMORE, Thomas F. *História do Brasil*. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad editora, 1999.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Trad. de Adriana Lopez e Ana Luiza Amendola. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. de Wagner de Oliveira. Revisão Leonardo Avritzer. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. de Wagner de Oliveira. Revisão Leonardo Avritzer. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Tradutores: Antonio A.S. Zuin et al. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

WODAK, Ruth. *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Revista Linguagem em (Dis)curso. 2004. v.4, n. Especial, pp. 223-243.

WOLF, Mário. *Teorias da comunicação – Mass Media: contextos, paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo e o newsmaking*. 8ª ed. Lisboa: Editorial Presença. s/d. Fonte: < teorias-da-comunicacao-by-mauro-wolf.pdf (inovaconsulting.com.br) >. Acesso em 17/06/2021 às 15h22min.

YOUNKINS, Edward. *Blog Objetivismo*. In.: < Immanuel Kant: O Inimigo Intelectual De Ayn Rand - Objetivismo Brasil > acesso em 12/01/2021 às 20h26min.

ZALUAR, Alba. *Violência e mal-estar na sociedade*. In.: São Paulo em Perspectiva, vol.13, n.3, 1999.

Fontes virtuais

objetivismo kantiano fonte: < Immanuel Kant: O Inimigo Intelectual De Ayn Rand - Objetivismo Brasil > - acesso em 10/05/2021 às 23h27min.

Conteúdo acional de um enunciado que permite ao interlocutor, num dado contexto, reconhecer o objetivo comunicativo do locutor. Fonte: < <https://pt.scribd.com/doc/78262365/Atos-ilocutorios> > - acesso em 07/09/2021 às 21h26min.

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, 4.

Fonte:< [1300647521_ARQUIVO_Trabalhocompleto-PaulaRamos.pdf \(anpuh.org\)](#)> acesso em 07/12/2020 às 16h14min. (ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA –ANPUH – SP, JUL 2011, 4)

Fonte: <[A Guarda Negra: A Capoeira No Palco | PDF | Brasil | Escravidão \(scribd.com\)](#)> acesso em 09/09/2021 às 21h26min.

Fonte:< [Correio Braziliense \(1808\) – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#)>- acesso em 10/09/2021 às 21h26min.

Fonte: < [Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo | Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil | DW | 31.10.2017](#)> acesso em 15/07/2021 às 13h42min.

Site: < [Grupos de mídia | Media Ownership Monitor \(mom-rsf.org\)](#)> acesso em 15/07/2021 às 13h54min.

Sobre os crimes de desacato e resistência. Fonte: < [Consunção | A aplicação do principio da consunção entre os crimes \(canalcienciascriminais.com.br\)](#)> acesso em 01/11/2021 às 10h 04min.

Sobre o neoliberalismo. Fonte: < [O que é o NEOLIBERALISMO? | Silvio Responde - YouTube](#)> acesso em 01/11/2021 às 11h 13min.

Políticos donos de veículos midiáticos - Fontes: < [Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV | Intervozes](#)> < [FNDC - Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil](#)> acesso em 01 /11/2021 às 12h33min.

Entrevistada pesquisadora Pâmela Araújo Pinto, autora da obra Mídia Regional Brasileira: característica dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017, concedida a Radis comunicação e saúde da Fundação Oswaldo Cruz em 2017
Fonte: < ["A comunicação é vista como um negócio" \(fiocruz.br\)](#)> acesso em 10/11/2021 às 11h 29min.

Fonte: <[Quem controla a mídia no Brasil - O Beltrano](#)> acesso em 07/11/2021 às 00h47min.

Anexos

Item: 4.1. Os discursos incitadores da pesquisa. Episódios 1,2,3 e 4

- **Episódio 1: Vídeo da chamada para o episódio da novela Malhação: viva a diferença – 30/05/2017**

Chamada para capítulo da novela Malhação: viva a diferença – Fonte: < [\(145\)](#)
[Malhação - Viva a Diferença: capítulo 17 da novela, terça, 30 de maio, na Globo - YouTube](#) > acesso em 25/09/2017

[Apresentamos basicamente os diálogos entre os personagens da novela.](#)

Policial: - Posso saber o que o Sr. está fazendo com uma menor de idade?

Rapaz negro: - A gente é namorado, Sr.

Policial: - Pascoal, o negão tá falando aqui que namora com a japinha

Moça oriental: - Qual o problema?

Policial: - Resolveu falar agora, japa!

Moça oriental: - Você não pode falar assim com a gente

Policial: - E como é que eu tenho que falar, então?

Rapaz negro: - Deixa ela, mano

Policial: - Escuta aqui. Não tô falando contigo, rapaz. E mano é gente da tua cor.

Moça oriental: - Cê tá louco! Isso é racismo, tá.

Policial: - Ô Pascoal, isso aqui é desacato à autoridade, né não? Bora levar eles *pro DP*? Hein! O negão vai em cana direto se você não ficar quietinha.





• Episódio 2: Moção de repúdio à TV GLOBO – 01/06/2017

Moção de Repúdio a TV GLOBO

187 visualizações

Policial News Publicado em 1 de jun. de 2017

Vídeo editado sem as imagens do episódio da Malhação... (em respeito à proibição dos direitos autorais das organizações Globo).

Fonte: < <https://www.youtube.com/watch?v=sxPlvMYp11s> > (não mais disponível – Rede Globo censurou imagens)

Fonte: < [\(1129\) Moção de Repúdio a TV GLOBO - YouTube](#) > (sem imagens da novela malhação)

A Rede Globo de televisão apresentou no programa Malhação, do dia 30 de maio de 2017, uma cena em que os personagens utilizam de formas similares ao da Polícia Militar do Estado de São Paulo, inclusive com uma viatura com as características da polícia paulista. Praticavam crime de racismo e corrupção.

A apresentação afrontou de maneira direta os artigos 220 e 222 da Constituição e decreto 52.795/63 que regulamenta a concessão desse serviço público. O serviço de comunicação é de interesse de toda a sociedade e não podemos assistir a programas que denigrem a imagem de instituições públicas, estimulando a sociedade à perda de confiança nos agentes públicos de serviço tão essenciais.

Outro aspecto grave é a apologia ao racismo contra pessoas de origem oriental e negras como se essa fosse a prática da polícia brasileira. Qual a razão dos reiterados ataques dirigidos pela Rede Globo contra policiais militares em especial contra a Polícia Militar do Estado de São Paulo? Qual a intenção escondida por trás dessas ofensas?

Como todos sabemos, desde há tempos, a Rede Globo incute na população brasileira os valores que têm destruído a nossa sociedade. Se hoje, estamos vivendo essa situação caótica no Brasil que está afogada na corrupção e na baderna social muito se deve a Rede Globo que leva para dentro de nossos lares mensagens que corrompem nossa liderança, crianças e desestabilizam a nossa família e destroem as bases de nossa sociedade. E tudo isso se torna mais grave quando ocorre num programa destinado ao público infanto-juvenil em plena fase de formação de seu caráter além da absurda e desnecessária ofensa à Polícia Militar.

O caso configura grave violação dos Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes. Não se nega a importância do fomento ao debate sobre o tema da discriminação racial. Mas não podem ser admitidos ataques vis e preconceituosos, ideologicamente articulados contra uma instituição integrada por homens e mulheres que todos os dias oferecem suas vidas para defenderem os Direitos Humanos.

Gostaria que o pessoal da técnica exibisse o vídeo antes da votação.

Policial: - Posso saber o que o Sr. está fazendo com uma menor de idade?

Rapaz negro: - A gente é namorado, Sr.

Policial: - Pascoal, o negão tá falando aqui que namora com a japinha

Moça oriental: - Qual o problema?

Policial: - Resolveu falar agora, japa!

Moça oriental: - Você não pode falar assim com a gente

Policial: - E como é que eu tenho que falar, então?

Rapaz negro: - Deixa ela, mano

Policial: - Escuta aqui. Não tô falando contigo, rapaz. E mano é gente da tua cor.

Moça oriental: - Cê tá louco! Isso é racismo, tá.

Policial: - Ô Pascoal, isso aqui é desacato à autoridade, né não? Bora levar eles *pro DP*? Hein! O negão vai em cana direto se você não ficar quietinha⁷⁰.

Convido a todas as instituições aqui presentes: Polícia Federal, Rodoviária Federal, Polícia Civil que, cada vez que essa rede, a Rede Globo e qualquer outra rede de transmissão, denegrissem as instituições, nós colocássemos em votação aqui nessa comissão uma nota oficial de repúdio. Convido o deputado Jair Bolsonaro para que eu possa fazer a defesa do requerimento.

- Tem tempo estipulado aqui. Capitão, use aí o tempo que for necessário

Nós, há muito tempo, estamos vendo principalmente a Rede Globo de televisão atacar incondicionalmente as instituições principalmente a instituição Policial Militar. Tá aqui, está o Major Olímpio que também tá fazendo a defesa nossa.

Esse programa aqui extrapolou aqui qualquer coisa. Eles utilizaram uma farda idêntica à Polícia Militar, idêntica! As viaturas idênticas! Desnecessariamente, colocando policiais militares em uma situação que envergonha a todos nós, policiais militares. Uma instituição de 93 mil homens que estão sacrificando as suas vidas.

⁷⁰ Trecho cerceado no vídeo da moção de repúdio pela Rede Globo, todavia conseguimos transcrevê-lo antes do cerceamento reivindicado pela Rede Globo. O discurso remete ao trecho do texto 1, acima citado e repetido neste respectivo trecho.

Nós temos que presenciar isso aqui que envergonha toda classe policial. Já fizemos um ofício para o Procurador Geral do Estado e São Paulo, porque ele que é o detentor da ação judicial para mover contra a Rede Globo, para que faça reparação indenizatória a nossa instituição e que dê também o tempo de direito na TV para que nós possamos ir lá fazer nossa defesa.

Já estamos fartos disso. Cansamos de *tá* todo esse período, todos esses anos aguentando principalmente à Rede Globo denegrindo as nossas instituições, acabando com as nossas instituições. Enaltecendo marginais! Enaltecendo marginais, porque o que nós vemos nos seriados, nos programas humorísticos, nas novelas e nos filmes da Rede Globo é você enaltecer a figura do traficante, colocando a pessoa muito bem na sociedade, sendo respeitada na sociedade, valorizando o ter e não ser. [...]

Temos uma bancada da bala que, orgulhosamente, chamamos de bancada da bala, uma bancada da honestidade, da ética e da moralidade e não a bancada da mala. Não podemos mais aceitar qualquer tipo de ofensa às instituições e aos policiais. Então, convido a todos que, cada vez que alguma emissora fizer isso com uma instituição, que apresente uma moção de repúdio aqui na comissão de segurança e, eu garanto que será pautada na mesma semana *pra* que a gente coloque em votação.

Vou ser bastante breve até que possa dar direito aos demais de também se manifestarem. Obrigado, presidente Jair Bolsonaro até uma feliz coincidência o Sr. estar assumindo a comissão de segurança.

- **Episódio 3: GLOBO E A POLÍCIA por Leonardo Stoppa - 04/06/2017**

GLOBO e a Polícia... (04/06/2017) -P251

12.944 visualizações

1,4 mil 130 Compartilhar

Leonardo Stoppa

Publicado em 4 de jun. de 2017

Inscrito 143 mil

Descrição: Cuidado com as intenções da Globo, eles sabem como jogar com o sentimento do povo e fazer valer as intenções obscuras deles...

Fonte:< [\(1129\) GLOBO e a Polícia... \(04/06/2017\) -P251 - YouTube](#) > acesso em 27/09/2017

GLOBO E A POLÍCIA MILITAR

“Olá, pessoal. Eu queria fazer um comentário sobre aquela cena lá da Rede Globo em que eles colocam a Polícia Militar maltratando as pessoas na rua e deixam claro que a Polícia Militar de São Paulo persegue pessoas de cor, persegue descendentes de outras raças. Enfim, que é uma polícia que trabalha *pros* brancos e *pras* elites.

A primeira coisa que você deve estar esperando é que eu diga que sim, que a Polícia Militar é isso. Mas será que faz sentido gente? Uma corporação que atende o Brasil inteiro ser representada por aquela cena?

Eu digo isso, porque tem muita gente hoje que tá começando a associar a imagem da Polícia Militar ao Bolsonaro. Só que não tem nada a ver. O Bolsonaro é um cara que mora numa mansão administra uma verba de quase 100 mil reais por mês, e não conhece o que é pobreza.

Já, o policial militar, ele sai das nossas classes sociais, o policial militar é uma pessoa que ganha como a gente que tem problemas financeiros como a gente e que mora em bairros pobres como a gente. O policial é nosso irmão.

Então, você não assusta não. Que você vai pensar que o Leonardo é de direita. Ele tá apoiando uma Polícia Militar que espanca, que faz e que acontece. Não é a Polícia Militar que espanca, que faz e que acontece é uma Polícia Militar que tem algumas pessoas que fazem esse tipo de coisa.

Só que o grande sensacionalismo quer representar toda a Polícia Militar através de uma ou outra coisa que acontece na instituição. Você tem que tomar bastante cuidado, porque a intenção da Globo é exatamente que você pense assim.

No momento em que a Rede Globo coloca na cabeça das pessoas mais humildes que a Polícia Militar é uma polícia que espanca pobre, preto, oriental, uma Polícia que humilha e que faz e que acontece, o que ela tá fazendo, na verdade, é atingir o efeito oposto: fazer a população ter raiva da Polícia Militar. No momento em que a população passa a ter raiva da Polícia Militar, a população começa a destratar a Polícia Militar e a Polícia Militar vai trabalhar, sim, para as elites.

O que a Rede Globo está fazendo hoje, gente, é uma forma perpetuar a Polícia Militar como sendo um órgão para proteger as elites. E por que eles estão fazendo isso exatamente nesse momento?

Presta atenção:

No primeiro momento, do golpe, eles colocavam a Polícia Militar para proteger quem falava: Fora Dilma. Nesse momento, a Polícia Militar está começando a se aproximar das pessoas que querem a redemocratização do Brasil e a redemocratização do Brasil significa também diminuir o poder da Rede Globo. Só que a Rede Globo quer tirar a Polícia Militar do lado do povo exatamente criando na cabeça da população a ideia de que a polícia é inimiga, de que a polícia é covarde.

É, nesse sentido, que eu te falo: toma bastante cuidado! Porque a Rede Globo conseguiu impregnar na cabeça do brasileiro que o lugar de negros é sempre trabalhando no jardim, fazendo serviço pesado como pedreiro, ou então, traficando drogas. Isso é uma coisa que perpetua na sociedade brasileira por causa de um canal igual à Rede Globo. A Rede Globo conseguiu impregnar na cabeça do brasileiro a ideia de que quem se dá bem é aquele cara que é o espertalhão, o Agostinho, né, que dá o tombo em todo mundo. A Rede Globo conseguiu perpetuar a ideia da competição, aqueles filmes hollywoodianos tipo filme da história do Bill Gates que fez toda a geração nossa de hoje ser competitiva e não cooperativa.

Você precisa tomar bastante cuidado, porque por trás de uma farda tem um ser humano e os policiais estão muito mais próximos de nós do que das elites. Eles só precisam ficar sabendo disso.

Muito obrigado, pensa nisso e até mais”.

- **Episódio 4: Câmeras flagram ações policiais violentas em São Paulo –
Jornal Nacional - 09/03/2018**

Chamada: CÂMERAS FLAGRAM AÇÕES POLICIAIS VIOLENTAS EM SÃO PAULO

Fonte: < [Jornal Nacional | Câmeras flagram ações policiais violentas em São Paulo Assista online](#)
[| Globoplay](#) > acesso em 15/03/2018

William Bonner: Duas ações violentas de policiais de SP flagradas por câmeras provocaram indignação nos cidadãos e, em pelo menos um dos casos, a punição dos responsáveis. A mais recente se tornou pública hoje.

Fala do repórter e imagens do ocorrido: Gritos. “Ô professor dá um jeito, professor”. Um dos alunos pede. É que um estudante está imobilizado por policiais. Um aluno chuta um dos PMs e outro revida. O policial dá uma gravata no estudante imobilizado e fica no chão aparentemente desacordado. O policial militar verifica como o rapaz está. A confusão continua e dois policiais seguram e agredem o estudante de vermelho. Segundo a polícia, os PMs foram chamados até a escola estadual pela diretoria para combater o tráfico e o consumo de drogas no local. Quatro alunos prestaram depoimentos. O aluno que imobilizado pelo policial contou* que viu quando os PMs apertaram o pescoço de uma estudante e que foi a sala da diretoria para pedir ajuda e que os policiais o agrediram fisicamente e o algemaram. No termo de compromisso, o policial Charles Rocha afirmou que ele e os outros policiais foram agredidos pelos estudantes e que ele chegou a levar três pontos no supercílio. *

Na zona oeste de SP outra confusão com policiais. As imagens gravadas por câmeras de segurança mostram uma abordagem de dois PMs. Um deles dá um empurrão no rapaz de boné. O outro policial acerta um tapa no rosto dele. O rapaz tenta se livrar das agressões, mas o policial impede. Só então, os jovens são revistados. * Voz distorcida do agredido: “*Não me pediram meu RG nem me revistaram. Só me bateram mesmo.*” O rapaz levou três pontos na boca. Os dois PMs foram afastados das ruas, mas negam a agressão.

Advogado dos PMs: Ele foi tentar virar o corpo do rapaz, quando houve um desequilíbrio ali e acabou parecendo ser uma agressão, mas na realidade não foi isso que aconteceu.

Segundo a porta-voz da PM de SP, esses casos são minoria e inaceitáveis na corporação.

Porta-voz da PM: Esses dois casos, eles não representam as mais de 93 mil intervenções diárias que nós temos em todo o Estado. O policial, ele é treinado cada vez mais para que a gente não possa ver mais nenhum tipo de ocorrência dessa natureza.

Os casos de violência policial acabam ganhando destaque porque definitivamente esse não é o comportamento esperado de um funcionário público que tem o dever de proteger o cidadão. Na semana passada, o JN mostrou uma abordagem que teve um resultado bem diferente. Dois PMs pararam um carro que levava no porta-malas quase dois milhões de reais em dinheiro vivo. Os homens tentaram subornar os policiais oferecendo 800 mil reais para que fossem liberados. Os PMs recusaram e sem violência prenderam os dois em flagrante por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Diante de abordagens tão diferentes, os cidadãos ficam sem saber qual

bandeira os policiais pretendem carregar nas ruas: a da truculência e do revide ou a da defesa firme da lei.

William Bonner: A secretaria de segurança pública de SP considera que, no caso da escola, os policiais militares foram agredidos e tiveram que reagir.

Item 4.2. Evento 1. Carnaval 2017

- Episódio 1. A charge via *A gazeta de Vitória* – 18/02/2017

Fonte: < [GENTE DE MÍDIA: JORNAL. Polícia quer indenização por charge da Gazeta](http://gentedemidia.blogspot.com) (gentedemidia.blogspot.com) > acesso em 23/05/2018



- Evento 1. Carnaval 2017 – Episódio 2. A notícia via *O Globo* – 22/03/2017 às 15h09min

Policiais militares do ES entram na Justiça contra jornal por charge

Imagem publicada no carnaval mostra PM fantasiado de bandido; liminares são negadas

por Bruno Dalvi, especial para O GLOBO

22/03/2017 15:09 / Atualizado 22/03/2017 16:30



Charge publicada no jornal "A Gazeta de Vitória", alvo de ações na Justiça

VITÓRIA — Cinco ações judiciais movidas por policiais militares pedem indenização por danos morais contra o jornal "A Gazeta de Vitória", no Espírito Santo, por causa de uma charge publicada no dia 18 de fevereiro, durante o carnaval na capital do estado. Os casos chegaram à Justiça após uma mobilização via WhatsApp, que conclamou militares a entrarem com ações contra o jornal, e vem sendo investigado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no estado como possível captação irregular de clientes por advogados. Associações ligadas à atividade jornalística manifestaram, em nota, preocupação com as ações judiciais.

Quatro ações tramitam na Grande Vitória com conteúdo idêntico e pedem, liminarmente, a retirada de circulação da charge em todos os meios de comunicação da Rede Gazeta. Todos os pedidos de liminar foram negados. Há uma quinta ação na cidade de São Mateus, no norte do estado.

A charge que motivou as ações foi publicada durante a paralisação da Polícia Militar este ano, que durou 22 dias e causou 200 mortes. Com título "Carnaval 2017", a imagem mostra o encontro de foliões fantasiados de bandido e policial. O primeiro avisa que é um policial fantasiado de bandido, e o segundo responde que "é um ladrão fantasiado de policial".

Em uma das decisões liminares, o juiz Alexandre de Oliveira Borgo da Serrra afirmou que não vê "ofensa direta à dignidade" do autor da ação. Ele também justificou sua decisão argumentando que a charge não extrapola o direito de livre manifestação:

"Verifico que a charge demonstra um contexto de carnaval, uma data comemorativa em que as pessoas se fantasiam de determinados personagens reais e da ficção. Desta forma, aparentemente não vislumbro em cognição sumária qualquer ofensa direta à dignidade do autor nem à categoria dos policiais, eis que a charge não se dirige diretamente ao autor nem à categoria, mas apenas relata uma situação cotidiana e se refere especificamente a dois personagens específicos e fictícios e em período de carnaval. Ao que parece, a charge não extrapolou o direito de livre manifestação de forma suficiente a ofender outros direitos e garantias constitucionais", disse o magistrado.

A advogada dos quatro policiais militares que entraram com ação na Grande Vitória, Neiva Costa de Farias, afirmou que a charge foi publicada num momento de "extrema sensibilidade", por causa da greve dos militares, e disse desconhecer a existência das mensagens de áudio e de texto que convocam policiais a entrarem com ação.

— Lá (na charge) havia a comparação do bandido ser comparado ao policial e o policial ser comparado ao bandido. E isso, em linhas bem simples, é inadmissível. Então, os policiais que eu represento, sentiram essa ofensa. Houve uma ofensa pessoal e à categoria da qual eles fazem parte, por ser comparado ao personagem que é o arquirrival dele, que ele combate todos os dias — afirmou a advogada.

INVESTIGAÇÃO

A mensagem divulgada via Whatsapp contém um e-mail para o qual os policiais devem encaminhar os documentos para entrar com ação e também um telefone de contato,

além de informar que não haverá custos. A Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES) abriu procedimento para apurar possível captação irregular de clientes.

Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) afirmaram que estão acompanhando com preocupação as ações judiciais:

"Recorrer à Justiça é um direito constitucional assegurado a todos. Mas a ação coordenada contra determinada publicação jornalística pode ganhar contornos de assédio judicial. Ações judiciais coordenadas têm sido feitas com o objetivo de constranger o trabalho jornalístico, com a Justiça sendo utilizada como instrumento de enfrentamento da liberdade de expressão e do livre exercício do jornalismo. É positivo assinalar que diferentes juízes do Estado já negaram liminar para retirar a charge dos meios eletrônicos em que está publicada. A ABERT, a ANER e a ANJ respeitam o direito de ação por parte de quem se sentir ofendido ou lesado, mas repudiam o abuso no exercício de tal prerrogativa com o intuito de impedir a liberdade de expressão e o livre exercício do jornalismo. As entidades lembram, ainda, que não existe sociedade livre sem o direito à informação, à reflexão, e sem uma imprensa livre. E preservar esta liberdade é uma missão vital para todos nós".

O diretor de jornalismo da Gazeta de Vitória, Abdo Chequer, classificou as ações como uma forma de intimidação.

— As ações são normais, a gente já enfrentou outras e vai enfrentar essas. E quando vem assim coletivamente é uma clara tentativa de intimidar a imprensa. Não há outra maneira de vê isso. A missão da Rede Gazeta sempre é estar a serviço do povo do Espírito Santo e do desenvolvimento do Espírito Santo, informando as coisas principais e mais importantes à população. A Rede Gazeta não tem dúvida sobre o trabalho que fez e tem que fazer sempre — disse Chequer.



Manifestação de familiares dos Policiais Militares do Espírito Santo em frente ao Batalhão da PM na capital Vitória - **Agência O Globo 06-02-2017**

Leia mais: <https://oglobo.globo.com/brasil/policiais-militares-do-es-entram-na-justica-contrajornal-por-charge-21098941#ixzz5RgJA6FZa>

- **Episódio 3. Áudio transcrito da rádio CBN do dia 23-03-2017 sobre a imagem publicada no *A Gazeta de Vitória***

LINK: < <https://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2017/03/23/POLICIAIS-MILITARES-DO-ES-ENTRAM-NA-JUSTICA-CONTRA-JORNAL-POR-CHARGE.htm> >

Locutor principal da rádio: Hamilton - Nós temos agora informações de Vitória, no ES. Lembrando aqui que o *JORNAL GAZETA DE VITÓRIA* tem sido alvo de uma série de ações em função de uma charge que trata de policiais. Você lembra que houve aí uma crise na área da segurança pública, paralisação dos policiais, aquartelamento, não saiam para as ruas. Isso gerou uma quantidade enorme de pessoas mortas, enfim uma situação bastante complexa que nós escrevemos aqui na programação da CBN. E agora, há essa ação de policiais que se sentiram atingidos por uma charge do jornal a gazeta de Vitória. Quem conta essa história *pra* nós é o Johny Silva que está em Vitória. Bom dia, Johny.

Locutor de Vitória, ES: Johny Silva – Olá. Bom dia, Hamilton. Bom dia a todos. Pois é, Hamilton, o questionamento dos militares que entraram com essas ações aí, é sobre a charge do Amarildo, chargista do jornal a gazeta, que foi publicada no dia 18 de fevereiro, que era um sábado de carnaval aqui em Vitória, uma semana antes do carnaval oficial aí no resto do Brasil. Até essa terça-feira, dia 21, havia cinco ações contra o jornal, quatro delas aqui na grande Vitória e uma em São Mateus, que fica no Norte aqui do Espírito Santo.

Na charge, sob o título: Carnaval 2017, duas figuras, uma fantasiada de bandido e a outra policial, assustam-se com a presença um do outro. A primeira figura pede calma e avisa que é um policial fantasiado de bandido e o outro diz que é um ladrão, fantasiado de policial.

Aí, duas mensagens de WhatsApp, uma de texto e outra de áudio, indicam que a charge é um entre outros motivos de reclamações de policiais e essas mensagens conclamam os militares a entrar com ação de indenização por danos morais em parte do jornal Gazeta, aqui no ES, um jornal que faz parte do grupo da Rede Gazeta, a qual também pertence à Rádio CBN-Vitória.

E em nota assinada por Associação Nacional de Jornais – ANJ -, Associação Brasileira de Rádio, de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT - e Associação Nacional de Editores de Revistas; as entidades apontam a possibilidade de assédio judicial, Hamilton. “*A ação coordenada contra determinada publicação jornalística pode ganhar contornos de assédio judicial*”, diz trechos das notas que foram publicadas por essas associações ligadas aí ao jornalismo, Hamilton. Então segue agora na justiça pelo menos cinco ações contra o jornal a gazeta, ações que estão sendo movidas pelos policiais militares que estão conclamando, inclusive, em grupos de WhatsApp que novas sejam abertas aqui no ES.

Locutor principal da rádio: Hamilton - E, Johny, não tem nenhuma decisão da justiça ainda sobre o assunto e sobre este pedido feito por policiais?

Locutor de Vitória, ES: Johny Silva – Não, ainda não tem nenhuma decisão. Por enquanto existem ainda essas cinco ações, né, alegando danos morais que foram causados por essa charge. Vale lembrar, Hamilton, que a charge estava num contexto de carnaval onde as pessoas já se fantasiavam normalmente e, no contexto que o ES vivia, aquela charge cabia muito bem

naquele momento. É, não há nenhuma decisão, mas a gente tb pode lembrar aqui, Hamilton, sobre um fato ocorrido no ano passado com o jornal Gazeta do Povo do Paraná quando juízes e promotores entraram com mais de quarenta ações em dezenove cidades do Paraná contra um jornal; também os autores de matérias que esses jornalistas aí apresentaram os salários dos magistrados. A situação aqui no ES é parecida com essa e, inclusive, é dita aí nas notas dessas associações ligadas ao jornalismo que lembraram esse episódio aí que aconteceu no ano passado no Sul do país e agora se repete aqui no ES e ainda tá tramitando na justiça, Hamilton. Ainda não há nenhuma decisão relacionada a essas ações ainda.

Locutor principal da rádio: Hamilton - Estaremos acompanhando. Muito obrigado, Johny Silva. Informações ao vivo acompanhadas de Vitória.

Item 4.3. - Evento 2. Carnaval 2019

- **Episódio 1. A notícia via UOL seguida de comentários – 04/03/2019 às 17h32min**

Vídeo mostra PM quebrando braço de dirigente do PT em delegacia de Atibaia

Advogado diz que foi agredido por apoiadores de Bolsonaro no Carnaval e acabou sendo detido; PMs foram afastados

4.mar.2019 às 17h32 Atualizado: 4.mar.2019 às 22h10

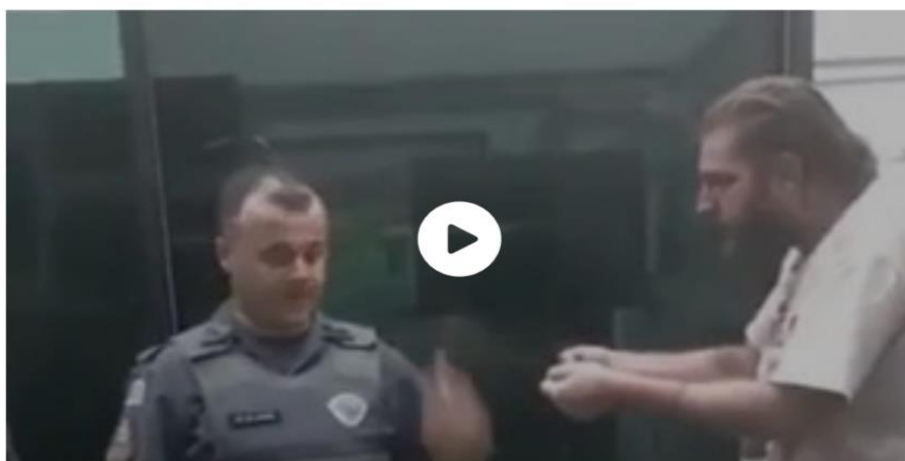
Fonte: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/video-mostra-pm-quebrando-braco-de-dirigente-do-pt-em-delegacia-de-atibaia.shtml> >

AO VIVO Acompanhe as últimas notícias do Carnaval pelo país

O advogado Geovani Doratiotto, 29, foi agredido e teve o braço quebrado em uma ação de policiais dentro da delegacia central de Atibaia na tarde deste domingo (3). Gravadas por sua namorada, as imagens foram encaminhadas à Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo.

Doratiotto é presidente do PT de Atibaia e usava uma camiseta "Lula livre" quando foi cercado por um grupo de opositores no centro da cidade. Ele foi agredido duas vezes e levado algemado para a delegacia.

Segundo seu relato, tudo começou por volta das 15h, na folia dos Bonecos de Atibaia. "Estávamos fazendo uma campanha contra o assédio no Carnaval, quando um grupo começou a nos provocar, a mim especialmente, por estar com a camiseta do Lula livre", relata Geovani.



O advogado –que teve o úmero fraturado e perdeu temporariamente parte dos movimentos da mão esquerda– diz ter sido chamado de satanás por estar usando a camiseta.

"A princípio a gente não se importou com isso. Nosso objetivo lá não era fazer uma contraposição ao Bolsonaro. Mas, sim, alertar contra o assédio no Carnaval", diz ele.

Por volta das 16h, após a panfletagem contra o assédio, o advogado se afastou dos amigos para ir ao banheiro acompanhado pela namorada. Na saída, ele foi abordado por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Autora do vídeo, a namorada de Geovani, Phamella Dal Bello, relatou nas redes sociais o início das agressões sofridas pelo advogado.



Policial quebra parte do braço de Geovani - Reprodução Internet

“Quando viramos para ir embora, um deles deu um murro no olho do Geovani e os outros pularam em cima dele, da maneira mais covarde, segurando o cabelo dele pressionando o rosto contra o chão, chutes na cabeça e nas costelas, dois seguravam e outros batiam”, publicou ela.

Geovani conta ter sido retirado do local por agentes da guarda municipal e orientado pela prefeitura a prestar queixa na delegacia —após atendimento na Santa Casa. Ele diz que, na chegada ao hospital, voltou a ser cercado e confrontado pelo mesmo grupo que o atacara.

“Levei um soco. Um PM me arrastou para dentro da recepção (do hospital)”.

Geovani foi, então, imobilizado com duas algemas e levado, em camburão, para a delegacia. Ao chegar ao DP, ele foi levado para a parte interna da delegacia, enquanto, segundo seu relato, os agressores ficaram do lado de fora.

Identificando-se com advogado, Geovani questionou o uso das algemas. Segundo ele, um policial respondeu que aquilo ainda era pouco.

Ao ouvir a resposta, a namorada de Geovani começou a gravar as cenas. Diante de policiais e funcionários da delegacia, o advogado, que erguia os braços, foi imobilizado por três homens, sendo dois PMs fardados.

Enquanto um o imobilizava, outro torceu o seu braço, provocando um estalo alto —que pode ser ouvido no vídeo.

O advogado foi encarcerado e conta que, enquanto queixava-se de dores no braço, ouvia dos policiais ameaças de que o outro também seria quebrado.

O advogado foi conduzido por policiais civis ao hospital. Mas, no início da madrugada desta segunda-feira (4), os PMs que o agrediram foram ao hospital para levá-lo de volta à delegacia.

INVESTIGAÇÃO

Segundo Geovani, os PMs exigiram que os médicos apresentassem seus registros profissionais e reproduziram, em WhatsApp, imagens das radiografias. Por volta das 2h30 desta segunda, o advogado foi liberado mediante pagamento de fiança de R\$ 1.000.

Além da Corregedoria da PM, a assessoria jurídica do PT acionou o Ministério Público. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também foi procurada.

“As imagens falam por si”, diz o advogado Cleiton Coutinho, um dos autores da representação.

O Ouvidor da Polícia, Benedito Mariano, disse que solicitou ao corregedor-geral da PM, coronel Marcelino Fernandes, que ele envie a investigação do caso para São Paulo.

Ainda segundo Mariano, a vítima foi convidada a depor na Ouvidoria na próxima quarta (6) e os PM envolvidos na ocorrência "foram afastados da atividade de rua até a conclusão das investigações"

"Além da agressão, vamos analisar a motivação da agressão. Se foi por motivo político é grave. Policiais não podem se envolver em questões políticas na atividade de rua. Vamos ouvir a vítima na quarta-feira", disse o ouvidor à **Folha**.

O PT notificou a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o Ministério Público de São Paulo pedindo providências. Em carta enviada ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), o partido pede instauração de procedimento administrativo e inquérito policial, além da identificação dos policiais envolvidos.

OUTRO LADO

Em nota, a Polícia Militar informou que os procedimentos adotados na ocorrência em Atibaia serão "através de Inquérito Policial Militar."

Ainda segundo a PM, a imobilização Doratiotto no interior da delegacia ocorreu durante a apresentação de uma ocorrência em que o delegado de plantão solicitou ajuda dos PMs para condução do advogado à carceragem, "devido as suas ações de desacato, desobediência e resistência".

Ainda segundo a PM, a imobilização Doratiotto no interior da delegacia ocorreu durante a apresentação de uma ocorrência em que o delegado de plantão solicitou ajuda dos PMs para condução do advogado à carceragem, "devido as suas ações de desacato, desobediência e resistência".

Ainda segundo a nota da PM, foi "necessária a aplicação da técnica de defesa pessoal para imobilizar (chave tática) e conduzir o indivíduo até a referida cela".

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo confirmou que os agentes envolvidos na ocorrência foram afastados das suas funções até a conclusão do IPM, "instaurado para apurar a conduta dos mesmos".

Diz, ainda, que o advogado foi levado à delegacia após agredir pessoas, na noite de domingo (3), em uma praça de Atibaia.

★ ★ ★

Comentários para:

[Vídeo mostra PM quebrando braço de dirigente do PT em delegacia de Atibaia](#)

* Apenas para assinantes

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Rui Izukawa Há 1 hora

O vídeo gravado pela namorada isenta totalmente os policiais, mostra um elemento violento vociferando, desacatando e confrontando policiais que tentam pacientemente o diálogo numa delegacia. Fica óbvio que não restou outra alternativa que algemá-lo para que se acalmasse. Mostra o elemento resistindo e se debatendo com extrema violência e os policiais tendo e segurá-lo. Sua atitude violenta acabou lhe causando, pelo que parece, ferimentos, mas felizmente não aos policiais que agiram corretamente.¹

alexandre Almeida Há 18 minutos

Ha ha ha ha ha!

Marcelo Silva Há 1 hora

Com lunáticos defendendo esse tipo de atitude, o buraco nunca vai ser fundo o suficiente.³

Marcelo Silva Há 1 hora

A Bes ta Fascista está solta e pode te pegar!⁵

Marcelo Bondioli Há 2 horas

As eleições de 2018 abriu a caixa de Pandora. Tinham medo do Brasil virar uma Venezuela? Saibam que isso aqui vai ser uma nova Itália fascista. O futuro será sombrio para os nossos filhos!⁵

Rui Izukawa Há 3 minutos

Tente agir numa delegacia de polícia como fez o elemento na gravação na Suíça, Espanha, EUA, Japão, Cuba ou Rússia e você verá que nossos policiais foram anjos.

Valdir Lavorato Há 2 horas

Há cada vez mais casos de violência policial. Já não se intimidam por serem gravados. Até vigia de supermercado mata em frente às câmeras. A versão policial é sempre a mesma: desacato! Desacato que nunca aparece nos vídeos... Cada vez mais parecido com os anos de chumbo.⁶

Ricardo Santos Há 2 horas

Inacreditável que ainda tenhamos de conviver com esses criminosos de farda.⁷

ANDRE BARRETO Há 3 horas

Afastados?! Esses PMS têm de ser presos junto com o delegado.⁹

ANDRE CF Há 2 horas

Pois é, afastados do trabalho na rua sendo que a agressão foi dentro da delegacia. Não faz sentido nenhum.²

Igor Paiva de Souza Há 3 horas

"O problema é o guarda da esquina." Tempos sombrios estes, em que temos de relembrar a contestação de Pedro Aleixo ao AI 5. O Estado de exceção avança com vento em popa, e sem qualquer resistência efetiva das instituições brasileiras.⁸

VILNEI HERBSTRITH Há 3 horas

Puxa, foi só um. O cara arrogante, agressivo, ameaçando tirar a arma da PM, foi contido. A questão da força usada não pode ser medida em momento de conflito. E foi só um. O valentão petista se acalmou? Ahhh deixa eu ver onde podemos encaixar uma crítica a Bolsonaro aí? Kkk²

ANDRE CF Há 1 hora

Ameaçando tirar a arma do PM... kkkk vc é advogado miliciano?³

Carlos Nunes Há 4 horas

Medo.⁶

denise Teixeira Há 4 horas

"Juiz, senti uma violenta emoção - no caso, um desejo violento de quebrar o braço dessa pessoa que, aos meus olhos, é um verme que pode e deve ser pisoteado. Meu coração fascista - você sabe - balança."⁷

Beatriz R. Alvares Há 6 horas

Em vez de prender os agressores do advogado, a PM prendeu a vítima, quebrou seu úmero, intimidou os médicos do hospital e ainda ameaçou quebrar o outro braço deste rapaz. Esta é a historia. Ficará ainda pior! Bem vindos ao país do Bolsonaro! Violência acima de tudo e impunidade acima de todos!17

odilon santos Há 6 horas

A agressão policial é injustificavel. Por que o agredido também não faz publicidade na camiseta para liberdade do Marcola e do Beira-Mar?4

Nelson Antonio Juncioni Há 4 horas

Podia fazer da mamy também?

Nelson Antonio Juncioni Há 4 horas

Podia fazer da mamy também?

iago de Aguiar Há 6 horas

Os militares não têm limite. Atrás de morro tem montanha.11

CELSO CAMILO Há 7 horas

Canonização já.... o cara é um santo vivendo entre nós.3

Marcelo Silva Há 1 hora

Cuidado, você ou alguém próximo podem ser vítimas do fascismo reinante!5

Camilla Ferreira Há 5 horas

E você certamente é mais um desses cheio de coragem que agridem em grupo uma só pessoa.9

MOISES RODRIGUES Da Silva Há 7 horas

O cara está desarmado, sem oferecer risco algum e esses policiais agem dessa forma. Covardia pura. . .

Exoneração já!13

Andréa Costa Há 7 horas

Absurdo! E ainda vem o comando da PM tentar justificar o injustificável? Os agressores do advogado/dirigente, fora os PM's, precisam ser identificados. Será que a PC fará o seu trabalho, já que não fez em plena delegacia? O cara é agredido e ainda vai preso! Tem que escancarar essa ação para o país inteiro ver o que nos aguarda. Que democracia é essa? Usar camiseta com sua posição ideológica virou crime, desde que não seja da dita "direita". Estarrecedor!14

Wilson Filho Há 7 horas

Será que o cara é santo mesmo? Parece que houve desacato e agressão também pela outra parte. Até agora só ouviu e se filmou uma das partes e o outro lado? Petista sempre santo. O que está preso em Curitiba sempre diz que a coisa não é com ele, inclusive já acusou até a esposa.4

Marcelo Silva Há 1 hora

Ânsia de vó mi tô!6

Cristian Silvano Há 2 horas

O papel da polícia não é quebrar o braço de ninguém, mas cumprir a lei. A atitude da polícia foi criminosa, independente da existência ou não de crime da outra parte.8

Joaquim Salomão Há 2 horas

Caro Wilson, procure um médico. Alguns tipos de demência têm cura.8

Beatriz R. Alvares Há 5 horas

Wilson, porque não te calas? Estaria nos poupando o desprazer, o desconforto e a náusea de ler suas opiniões totalmente desprovidas de sensibilidade e com um sutil toque de sadismo. Olhe-se no espelho e repita em voz alta o que escreveu por aqui. Se lhe agradar, talvez devesse consultar um psiquiatra, enquanto ainda tiver um pouco de lucidez.17

Tiago Oliveira Há 6 horas

Wilson, o que tem a ver ser santo com ter o braço quebrado? Seu raciocínio não tem lógica alguma. Então os petistas merecem ter seus braços quebrados porque não são santos? Apenas os santos não merecem ter os braços quebrados? O sr é santo? 17

Wilson Filho Há 6 horas

Para quem defende o governo do Maduro, adivinhe quem tem que tomar no furo?

Wilson Filho Há 7 horas

Ahahahah.

MOISES RODRIGUES Da Silva Há 7 horas

Cara, vai tomar no furo!9

Andréa Costa Há 7 horas

O cara foi agredido por um grupo, na rua, por usar camiseta com sua posição ideológica, denuncia a agressão, é ameaçado por PM e vai preso, além de ter o braço quebrado. Realmente, "ele não deve ser santo" mesmo... 15

Avelino De Freitas Neto Há 7 horas

Parei de ler na manchete, quando vi as duas letras: PT. É mais que na notícia. É a turma do Ele não escolhendo ocorrência para falar mal do novo Governo. 2

Marcelo Silva Há 1 hora

Nome e cabeça de velho de mente sórdida!4

Joaquim Salomão Há 2 horas

Parou de ler na manchete porque não tem discernimento para entender a matéria. Um típico ignorante. Caro Avelino, procure um médico. Alguns tipos de demência têm cura.5

Eliana Nunes Neves Há 3 horas

Avelino, aproveite a sua vida inútil e vai lavar um banheiro. 5

Andréa Costa Há 7 horas

E assim caminha a sociedade brasileira... Ignorância pura, a gente vê por aqui... É estarrecedor ver a que ponto o antipetismo leva uma pessoa. 14

Maria Aparecida Há 9 horas

Pois é, percebi que devo Jair me acostumando mesmo, no começo era só uma piada de mau gosto, agora o amargo começa a descer. 16

Luiz Goes Há 9 horas

A investigação quanto à má conduta do policial, claro, não vai dar em nada. Vão justificar o ato com o velho ato de resistência. Invés de fazerem do ocorrido uma maneira de exemplificar como não se deve agir, a impunidade servirá para estimular atos similares. Todo dia é uma notícia de abuso, seja de seguranças de supermercado, como de policiais. Imaginem o número de absurdos que ocorrem fora da delegacia, sem filmagem e nas periferias desse Brasil. A PM serve para proteger o estado não o cidadã. 18

MALCOM RODRIGUES Há 10 horas

O vídeo é chocante. O acontecimento revoltante ganhou ainda mais repercussão e manchetes pelo contexto político e por ser a vítima branca de classe média. Quantas outras atrocidades acontecem todos os dias e não são filmadas? Leis, justiça, segurança? Só para os "cidadãos de bem" deste "admirável mundo novo".19

Paulo Cesar Ontem às 22h47

Com certeza os policias despreparados envolvidos são apoiadores do Bolsonaro, é só ver nas redes sociais. 19

Luiz lima Ontem às 22h28

Isso já um efeito danoso e perigoso das investidas do Bolsonaro contra a oposição. Ele falou em eliminar a petezada. O pacote de leis folclóricas do fantochy Moro, que incentiva policiais a agredir e atirar nos cidadãos, também serviu de incentivo para essa onda de violência generalizada no carnaval. Bolsonaro é Sérgio Moro têm culpa nesse episódio, ainda que indiretamente.20

*****Natália Muniz** Ontem às 21h49

A B S U R D O!! Não existe um procedimento padrão para este tipo de ocorrência? E tenho admiração pela Polícia Militar de SP, mas ultimamente tenho observado o despreparo de alguns policiais no desempenho de suas funções. Empresas e corporações são formadas por gente que se não são selecionadas ou treinadas com critério, em algum momento certamente vão causar algum prejuízo. Este policial deveria ser, no mínimo, expulso da corporação e seus superiores responsabilizados pela má conduta dele.17

*****Marcelo Ribeiro** Ontem às 21h35

A imagem demonstra um absoluto despreparo da PM e da PC. O carnaval é complicado sim, mas nada justifica truculência da segurança pública contra o cidadão, da qual resulta lesão corporal grave.14

Waldo Assahi Ontem às 20h35

O comandante em chefe deste pessoal é devoto de assas sinos, torturadores, pedófilos e milianos. Não temos mais polícia... o que existe agora (já era assim, mas agora veio às claras) são milícias que agem à margem da lei, fardadas e pagas com dinheiro público. 19

ADHEMAR POZZI RANCNARO Ontem às 20h34

O estalo ouvido foi um pum do policial. Vocês não sentiram o cheiro? Que reportagem maneira.

ADHEMAR POZZI RANCNARO Ontem às 20h34

O estalo ouvido foi um pum do policial. Vocês não sentiram o cheiro? Que reportagem maneira.

MARIA CLARA Abalo Ferraz de Andrade Ontem às 20h25

A que ponto chegamos!! Como permitimos chegar a essa situação?! É assim que, aos poucos, nossa democracia vai morrer por autofagia. 21

helio cazelli Ontem às 20h23

Amanhã pode ser você. E não adianta dizer que pensa assim ou assado, eles não te ouvirão. É a ditadura chegando com força... 22

Carlos Gueller Ontem às 20h18

Esse vídeo e as ameaças explícitas da PM a quem não concorda com seus métodos truculentos é o que os sr. presidente e seu ministro covarde de justiça liberaram geral. E tem gente que fica discutindo se podemos falar de fascismo ou não. Olha, nessa altura o tecnicismo acadêmico não importa mais. 19

*****José Antônio do Carmo** Ontem às 20h18

Não há imagens de rua dos 'valentões' chutando o advogado no chão? Tem que se ver quem são os 'machões' que batem em alguém caído ao chão. É bem provável que façam coisas piores. Alô Folha! 'Conversem' com a cidade que as imagens aparecem. 16

José Roberto Pereira Ontem às 20h00

Fascistas covardes e torturadores.25

MARCIA CRISTINA POLON Ontem às 19h56

Cheiro de incompetência geral, desde a PM como o Delegado da PC. 17

Marcelo Silva Há 1 hora

Se fosse só incompetência seria menos terrível! 1

Wagner Castro Ontem às 19h40

"PM" no governo Bolsonaro será "SS". É melhor já irem se acostumando. 29

roberto oliveira melo filho Ontem às 19h46

Cantei esta pedra durante as eleições, caro Castro.11

João Carmo Vendramim Ontem às 19h31

A Polícia começa a exercitar a política de violência que Moro e seu chefe fascista, Bozo, deram início. 23

ROSA MARIA CORRÊA DAS NEVES Há 13 horas

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11.... ad infinitum pro boneco da justiça se pronunciar. Pior, ter que combinar com o chefe o que dizer pra não ter que pedir desculpas depois. 7

*****Rodrigo Costa** Ontem às 19h05

Enquanto isso temos políticos apoiando milícia, temos aumento da violência, aumento do assassinato de policiais, também de crianças e moradores de áreas de risco pelo suporte do modelo de impunidade. Vendo as imagens, uma pessoa desarmada dando os punhos, identificando-se como um profissional do Direito, precisaria 3 homens torcerem o braço para fazer o que fizeram? Acho que a resposta se mostra meio óbvia. Estamos num processo de impunidade e de tentativa de medo por parte de alguns grupos! 21

roberto oliveira melo filho Ontem às 19h53

Duas coisas que os membros do clã adoram: dinheiro e polícia 11

roberto oliveira melo filho Ontem às 19h52

Este processo já existia, é histórico, a impunidade ampliou-se e aprofundou-se a partir do discurso de ódio pregado pelos fascistas hoje no poder. Daí pra pior, já que o ministro da Justiça não pretende embater com seu chefe imediato, a fim de preservar suas aspirações políticas. Vamos ver até onde consegue se fazer de morto. Triste Brasil! 16

alexandre Almeida Ontem às 19h05

Vamos ver quanto tempo se aguenta apanhar, até que uma reação à altura se configure... 9

Flávio Fernandes Marinho Ontem às 18h47

Tem que mandar para a cadeia os maus profissionais afinal são pagos para defender a população.

- **Episódio 2. A notícia via G1 – 04/03/2019 às 16h53min**

Policiais militares quebram o braço de homem dentro de delegacia em Atibaia

Fonte < <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/carnaval/2019/noticia/2019/03/04/dirigente-do-pt-de-atibaia-acusa-pm-de-quebrar-seu-braco-policia-nega.ghml> > acesso em 30.12.2019.

Caso aconteceu na noite deste domingo (3) após confusão em festa de carnaval. Vítima é dirigente do PT; vídeo com homem sendo rendido circula nas redes sociais.

Por G1 Vale do Paraíba e Região

04/03/2019 16h53 Atualizado há 9 meses

PMs de Atibaia são investigados por suspeita de quebrar braço de homem

Jornal Nacional

10 segundos

10 segundos

AGORA

Use as teclas para avançar



PMs de Atibaia são investigados por suspeita de quebrar braço de homem

Policiais militares quebraram o braço de um homem dentro de uma delegacia de Atibaia (SP), após confusão em uma festa de carnaval na noite deste domingo (3).

Dirigente do PT em Atibaia, Geovani Doratioto, de 29 anos, resistiu à prisão, segundo a polícia. O delegado que atendeu a ocorrência negou inicialmente que policiais tenham causado a fratura e que houve motivação política.

A Secretaria de Segurança Pública informou que os [Policiais Militares envolvidos no caso foram afastados](#) e só devem voltar a suas funções após a conclusão do Inquérito Policial Militar instaurado para apurar a conduta dos mesmos.

O caso veio a público após circular pelas redes sociais um vídeo que mostra o dirigente do PT sendo rendido.

Em entrevista ao G1, Doratioto, que é secretário de organização do PT de Atibaia e advogado, disse que foi vítima de perseguição política e de truculência dos policiais. Ele afirma que a confusão começou após ser atacado por um grupo de foliões enquanto fazia uma campanha com um grupo do PT para conscientizar as pessoas sobre assédio contra a mulher.

"Ouvimos uma série de ofensas de um grupo que se mostrou descontente por eu estar com a camiseta escrito 'Lula Livre'. Quando iríamos para a segunda parte da nossa divulgação, tive um pequeno bate boca com um rapaz, que me deu um soco no olho. Nesse momento houve uma confusão", afirma.

O advogado afirma que foi orientado a ir até a Santa Casa e lá foi novamente ofendido. No local, ele alega que tentou se identificar para policiais e foi detido por guardas civis e policiais militares.

"Nem cheguei a ser atendido na Santa Casa. Foram duas algemas e me jogaram dentro do camburão. Bati a cabeça dentro da viatura. Estava doendo demais e eu estava pedindo para que tirassem as algemas", disse.

Por causa da confusão, ele foi conduzido para a delegacia e, segundo a Polícia Civil, desacatou uma escrivã e policiais militares. Ele resistiu à ordem de prisão e os policiais militares o imobilizaram, momento em que, segundo Doratioto, o braço dele é fraturado.

"Foi quando um policial me deu uma gravata e outro puxou meu braço para trás e faz o movimento com intuito de quebrar meu braço. Quebrei o úmero e fiquei com parte de movimentos da mão esquerda temporariamente limitados", afirmou.

Para ele, a ação foi motivada por perseguição política e da violência policial.

Polícia nega acusação

Segundo o delegado Elton Costa, que registrou a ocorrência, a prisão do advogado aconteceu por causa da confusão e do desacato aos policiais. "Não teve nenhuma motivação política. Ele estava alcoolizado causando problemas", disse.

O delegado destaca ainda que Doratioto estava muito alterado e tentava brigar com as pessoas no hospital, inclusive desacatando os policiais que atendiam a ocorrência. Na delegacia, o advogado ainda teria feito ameaças a uma escrivã.

Costa ainda afirmou que não considera ter havido erro na abordagem dos policiais militares. "Considero que foi a força necessária para repelir a ação dele. Se ele tivesse cumprido a ordem, nada disso teria acontecido. Ele foi levado para delegacia por tudo que ele fez antes. Os policiais não agiram de forma errônea. Ele estava afrontando policiais, causando problemas desde a Santa Casa, estava mais de hora sendo advertido, orientado a fazer e seguiu causando problemas", afirmou.

A Polícia Civil registrou boletins de ocorrência contra Doratioto por desacato, resistência à ordem de prisão, lesão corporal e injúria. Ele foi liberado após pagar fiança de R\$ 1 mil.

PT

Após o vídeo viralizar nas redes sociais com a confusão na delegacia de Atibaia, o PT emitiu uma nota em que exige providência dos fatos.

"Comportamento inadmissível e que exige das autoridades competentes da Secretaria de Segurança Pública e da Corregedoria da polícia providências imediatas para que não tenha em seus quadros servidores como este".

O partido ainda manifestou solidariedade ao advogado e cobrou punição ao policial.

- **Episódio 3. A notícia via BOL – 04/03/2019 às 22h06min**

PMs são afastados após quebrarem braço de petista em delegacia, diz ouvidor

< <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/03/04/video-pm-quebra-de-braco-dirigente-pt-delegacia-atibaia-sao-paulo.htm> >



Leonardo Martins e Flávio Costa
Do UOL, em São Paulo

04/03/2019 15h44 | Atualizada em 04/03/2019 22h06

Pelo menos quatro policiais militares foram afastados do serviço de patrulhamento das ruas por envolvimento na abordagem que resultou na quebra do braço esquerdo de Geovani Leonardo Doratiotto da Silva, advogado e dirigente do PT. O caso aconteceu ontem (3) em uma delegacia de Atibaia (SP).

A informação do afastamento dos PMs foi confirmada pelo ouvidor da polícia do estado de São Paulo, Benedito Mariano. "De acordo com a Corregedoria da PM, eles ficarão afastados até a conclusão da investigação."

Mariano havia enviado a gravação à Corregedoria da Polícia Militar pedindo que fosse aberta uma investigação sobre o caso. Em paralelo, Mariano conduzirá sua própria apuração ao ouvir Doratiotto, cujo depoimento está marcado para a tarde de quarta-feira (6).

"O vídeo mostra que a quebra do braço é resultado do uso excessivo da força por parte dos policiais militares, a princípio. Vamos começar a apuração ouvindo Doratiotto, que passará por exames de corpo delito, caso já não tenha feito. Vamos pedir também o registro da ocorrência na delegacia", afirma.

A SSP (Secretaria da Segurança Pública) informou em nota que a PM instaurou um inquérito policial militar para apurar a conduta dos

A ocorrência aconteceu ontem (3), depois que o petista foi levado algemado para o posto policial, após discutir com apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante a passagem de um bloco de carnaval em Atibaia. De acordo com a nota da SSP, ele foi levado à delegacia "após agredir pessoas em uma praça de Atibaia".

Doratiotto, presidente do diretório municipal do PT na cidade, usava uma camisa branca com a foto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os dizeres "Lula Livre!".



Geovani teve seu braço quebrado por um policial militar dentro da delegacia
Imagem: Reprodução

Na delegacia, o petista reclamou da abordagem dos PMS. No vídeo, é possível ouvir um dos policiais militares dizer que o algemaria de novo.

"E o que você fazer depois de me algemar?", responde o petista.

O bate-boca prossegue até que outros dois policiais militares e um homem em trajes civis agarram Doratiotto pelas costas e o levam para uma sala da delegacia. Durante a altercação, o braço esquerdo é puxado por um dos PMs. É possível ouvir uma das pessoas presentes dizer "quebrou o braço".

Numa rede social, a mulher de Doratiotto disse que ele teve o úmero (o maior osso do braço) quebrado e que ele perdeu os movimentos dos dedos. O UOL telefonou e enviou mensagens para o petista, mas não obteve retorno.

O deputado federal Alencar Santana (PT) afirmou que o PM agiu com a "intenção de quebrar o braço" de Doratiotto. "Esperamos a punição de todos envolvidos nesta agressão."

- **Evento 2. Carnaval 2019 – Episódio 4. A charge – 05/03/ 2019**

[Acervo Digital - Folha de S.Paulo](#)



Item 4.4. - Evento 3. Paraisópolis –

- **Episódio 1. Veja: PM X homem rendido – 01/12/2019 às 13h33min**

Vídeo mostra PM pisoteando homem rendido em Paraisópolis

Pelo menos oito pessoas morreram após ação policial em pancadão na favela da Zona Sul

< <https://vejasp.abril.com.br/blog/poder-sp/video-mostra-pm-pisoteando-homem-rendido-em-paraisopolis/> >

Por Sérgio Quintella

access_time 1 dez 2019, 14h04 - Publicado em 1 dez 2019, 13h33



(Reprodução/Veja SP)

Um **vídeo gravado** em **Paraisópolis** mostra **dois homens rendidos** sendo **agredidos** por policiais militares. Um deles foi pisoteado após receber uma rasteira e chutes pelo corpo. As imagens supostamente são da madrugada deste domingo (1), quando um [pancadão terminou com a morte de ao menos oito pessoas pisoteadas.](#)

Em meio a gritos de dor, a primeira vítima pede para que os agentes parem de bater. Outro rapaz, encostado no chão, leva tapas na cara e um chute.

Procurada pela reportagem de VEJA SÃO PAULO, a Polícia Militar diz que vai investigar a ação. “Vamos apurar, inclusive, se foi mesmo hoje, ou não. Mas é muito grave”, afirma o tenente-coronel Emerson Massera, da comunicação social da corporação.

- **Episódio 2. FSP: Baile funk reúne 5000 e movimenta o comércio do bairro 01/12/2019 às 19h58min**

Baile funk de Paraisópolis reúne 5.000 nas ruas e movimenta o comércio do bairro

Frequentedores e moradores relatam aumento da violência policial nos últimos meses

•

[Baile funk de Paraisópolis reúne 5.000 nas ruas e movimenta o comércio do bairro - 01/12/2019 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](#) FSP: Baile funk reúne 5000 e movimenta o comércio do bairro 01/12/2019 às 19h58min

•

1º.dez.2019 às 19h58Atualizado: 1º.dez.2019 às 20h58

Lucas BrêdaVagner de Alencar

SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL

O baile funk onde morreram nove pessoas pisoteadas nesta madrugada (1), mais conhecido pela sigla “DZ7”, é um dos maiores de São Paulo e reúne entre 3.000 e 5.000 pessoas —incluindo gente de municípios vizinhos— por dia ao longo da rua Ernest Renan, em Paraisópolis, e em seu entorno.

O baile, que começa à noite e continua até a manhã do dia seguinte, funciona com iniciativas descentralizadas —carros e caixas de som, comerciantes e aglomerações de pessoas ao longo das ruas. Diferentemente dos maiores bailes do Rio de Janeiro, o DZ7 não tem um organizador nem apresentações de DJs ou MCs.

Sábado é o dia principal de festa, mas o DZ7 acontece todas as semanas, de quinta a domingo.

A favela de Paraisópolis



2.

Rua Melchior Giola, em Paraisópolis, zona sul de SP Agência Mural/Vagner de Alencar

O baile era conhecido como um dos poucos bailes funk da cidade em que a Polícia Militar não costumava ser tão incisiva, mas a situação mudou nos últimos três a quatro meses, segundo frequentadores.

A reportagem entrou em contato com uma frequentadora, um dono de bar e uma pessoa que coloca músicas nos bailes. As identidades foram preservadas por motivos de segurança.

Eles dizem que as ações da polícia para interromper a festa na rua estão acontecendo quase todo fim de semana. O público continua indo, mas agora muitos estão com medo da violência.

Uma frequentadora diz que as pessoas vão mesmo assim porque o baile é a única diversão da favela. "É gente que não têm condição de pagar uma balada", diz.

Um comerciante local também reclama das ações da polícia e que sem o baile, não entra tanto dinheiro na favela, já que grande parte do público que consome bebida, comida, estacionamento e outros serviços no local vem de fora do bairro, da cidade e até do estado.

Com a ascensão da festa, novos bares foram abertos nas redondezas. Em contrapartida, as casas próximas passaram a ter um preço desvalorizado, por causa do barulho, em relação àquelas mais afastadas.

Outro frequentador disse que a ação da madrugada deste domingo (1º) foi mais violenta do que o de costume, algo que vem sendo recorrente nos últimos meses. "Eles chegam jogando bomba de gás e dando tiro de [bala de] borracha."

15

Baile funk termina com 9 mortes em Paraisópolis



Policial militar dispara arma de efeito moral contra multidão durante confusão em um baile funk em Paraisópolis Reprodução

"A polícia está com uma ação de matar mesmo", diz Felipe Santos, 17, morador e estudante de ensino médio. "Eles já chegaram tacando bomba. Fechei a janela porque passou bem perto. Desceram da viatura e foram pro beco da 17. Deixaram as armas na viatura, pegaram o cacete e foram batendo no pessoal. Depois disso, foram descendo pela viela. Trombaram eles na saída. Passou um tempo o baile foi voltando aos poucos".

Os frequentadores do baile da DZ7 entrevistados disseram que a versão da Polícia Militar —de que o tumulto começou quando uma moto passou atirando nos policiais— não é verdadeira. "Ninguém viu isso", diz um deles, que estava na rua principal do baile quando a confusão começou.

Nos últimos bailes, as estruturas de som conhecidas como "paredões" não estão mais tão presentes. Com a polícia desde cedo na favela, os carros de som também pararam de chegar no baile.

Alexandre Cabral, fundador Becei, biblioteca comunitária criada há mais de 20 anos, cita Gabriel García Márquez para falar sobre tragédia. "É como o título daquele livro 'Crônicas de uma Morte Anunciada'".

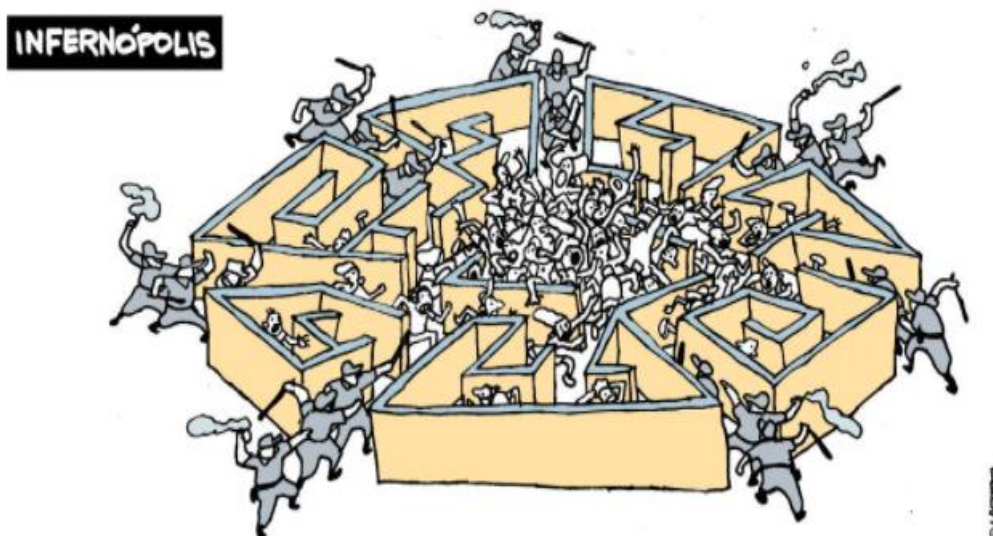
"Sou totalmente contra os bailes. Só o poder público pode acabar, mas precisa de alternativas. A molecada não tem onde se divertir. Não é só jogar a polícia contra os meninos", ressalta. "A polícia vem durante o dia e à noite. Jogam rojões. Os jovens saem correndo e atropelam uns aos outros", diz Cabral.

"A prefeitura poderia criar galpões, promover shows lá. Quem sabe a secretaria da Cultura poderia ver isso. Talvez as escolas abrirem aos fins de semana", diz ele, que reclama do barulho e bagunça gerados pelas festas de quinta-feira a domingo. "Isso não vai acabar, até morrer o dobro, o triplo de pessoas. Daí sim tomarem providências".

Neste domingo, jovens ligados à cena cultural na comunidade se reuniram para debater sobre o assunto e buscar alternativas.

- **Evento 3. Paraísopolis – Episódio 3. Charge FSP 03-12-2019**

[Laerte vence Prêmio Vladimir Herzog por charge sobre Paraísopolis publicada na Folha - 19/10/2020 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.uol.com.br/poder/19/10/2020/laerte-vence-premio-vladimir-herzog-por-charge-sobre-paraissopolis-publicada-na-folha-19/10/2020-poder-folha-uol.com.br/)



Charge 'Infernópolis', de Laerte, publicada na Primeira Página da Folha no dia 3 de dezembro de 2019 - Laerte

- Episódio 4. Estadão: revanche morte de sargento X Paraisópolis = aumento de tensão – 02/12/2019 às 15h25min.

ESTADÃO

São Paulo

ASSINE



Moradores relatam aumento de tensão em Paraisópolis após morte de sargento

Segundo relatos, aumentaram no local ações policiais, com denúncias de ameaças e truculência

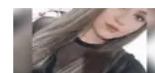
Cecília do Lago, Daniel Fernandes, Paula Felix e Marco Antonio Carvalho, O Estado de S.Paulo
02 de dezembro de 2019 | 03h00
Atualizado 02 de dezembro de 2019 | 15h25

SÃO PAULO - Moradores de **Paraisópolis**, na zona sul de **São Paulo**, têm relatado uma recente escalada de tensão após o assassinato na comunidade do sargento da PM Ronald Ruas em 2 de novembro. Segundo relatos, aumentaram no local ações policiais, com denúncias de ameaças e truculência. Neste domingo, 1.º, **nove pessoas morreram pisoteadas e 12 ficaram feridas** durante tumulto após ação da Polícia Militar em um baile funk.

LEIA TAMBÉM > **Nove pessoas morrem pisoteadas durante baile funk em Paraisópolis**

Nas redes sociais, moradores vinham comentando nos últimos dias sobre uma possível "invasão" da PM na comunidade. "Os moradores estão com medo, e nos enviam relatos de agressões e ameaças constantes", disse a pesquisadora Marisa Fefferman, da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, grupo que busca dar visibilidade a casos de

DESTAQUES EM SÃO PAULO



Jove
após
assa
São



Nov
piso
ball
Para



Mãe
por
conc
de p



Proteção e Resistência ao Genocídio, grupo que busca que dar visibilidade a casos de abuso nas periferias.



Paraisópolis, na zona sul de São Paulo Foto: Gabriela Biló/Estadão

Ainda de acordo com Marisa, Paraisópolis vive abusos sistemáticos por parte da polícia há muitos anos. Entre 2013 e 2015, a ativista afirma que teria havido até toque de recolher no local por ordem de agentes de segurança.

“O baile funk (*aumentou*) por conta da ausência do Estado, que não investe em equipamentos de lazer para a comunidade. Cresceu de forma desorganizada. O baile cresceu, mas nunca teve solução, só repressão”, disse Gilson Rodrigues, líder comunitário de Paraisópolis.

Conforme moradores, esses bailes também se tornaram motivo de incômodo frequente, por causa do barulho e das aglomerações. Neste domingo, 1º, o porta-voz da Polícia Militar, tenente-coronel Emerson Massera, disse que a realização de eventos desse porte em locais sem estrutura adequada e sem rotas de fuga deve ser revista.

Procurada neste domingo, 1º, a Secretaria de Segurança Pública não se manifestou sobre os relatos ou o suposto elo com a morte do PM.

Onde fica



ESTADÃO

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Item 4.5. Polícia Militar – Comunidades x bairros nobres

- **Evento 4. PM. Episódio 1. – Entrevista UOL com o novo comandante da Rota - 24/08/2017**

[Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota - 24/08/2017 - UOL Notícias](#)

Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota



Luís Adorno
Do UOL, em São Paulo
24/08/2017 04h00 | Atualizada em 24/08/2017 11h10



Uma questão de se adaptar aos inimigos diários e ao território pertencente. É desta maneira que o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, 46, o novo comandante da Rota, a tropa de elite da PM (Polícia Militar) de São Paulo, define a forma de atuação dos policiais nas ruas de todo o mundo. Incluindo os cerca de 700 homens que estão sob suas ordens desde o dia 4 de agosto de 2017.



"A gente escolheu ser policial para proteger vidas, não o contrário", diz Mello Araújo
Imagem: Marcio Komesu/UOL

Em entrevista exclusiva concedida ao **UOL**, Mello Araújo afirmou que os PMs que atuam na região nobre e na periferia de São Paulo adotam formas diferentes de abordar e falar com moradores. "É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado", disse.

"Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no

Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando", complementou. "O policial tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento", argumentou.

De acordo com Mello Araújo, o mesmo ocorreria na Inglaterra. "Os policiais, tempos atrás, andavam desarmados. Hoje, não estão mais desarmados porque estão numa situação de terrorismo, de atentados. Mas, se a gente voltasse um pouquinho [no tempo], na Inglaterra o policial andava desarmado", afirmou.

"Não é porque o policial inglês é melhor do que a gente. Se eu pegar aquele policial da Inglaterra e botar ele pra trabalhar aqui em São Paulo, ele vai ter que trabalhar armado. E ele vai ter muito mais dificuldade pra trabalhar aqui, do que eu ir trabalhar lá na Inglaterra", complementou.

A polícia britânica pode ser vista carregando armamentos em locais estratégicos quando o governo eleva o nível de alerta contra ações extremistas. O atual estágio do alerta permanece alto (severo), desde os ataques em Westminster e na London Bridge neste ano.

Porém, quando o estado de alerta é mais baixo, a maioria dos policiais britânicos trabalha desarmada. Eles normalmente patrulham em grandes grupos e resolvem a maioria dos casos sem uso de armamentos. Somente quando criminosos armados são identificados é que uma unidade armada da polícia é chamada. Contudo, isso é possível porque o número de armas de fogo ilegais em circulação na Grã-Bretanha é reduzido.

A entrevista aconteceu na terça-feira (22), um dia antes da [operação "Tolerância Zero", que colocou os 700 homens do batalhão nas ruas de São Paulo](#), a fim de combater a criminalidade. Segundo balanço da Rota no fim do dia, [25 pessoas foram presas na ação e três menores foram apreendidos](#).

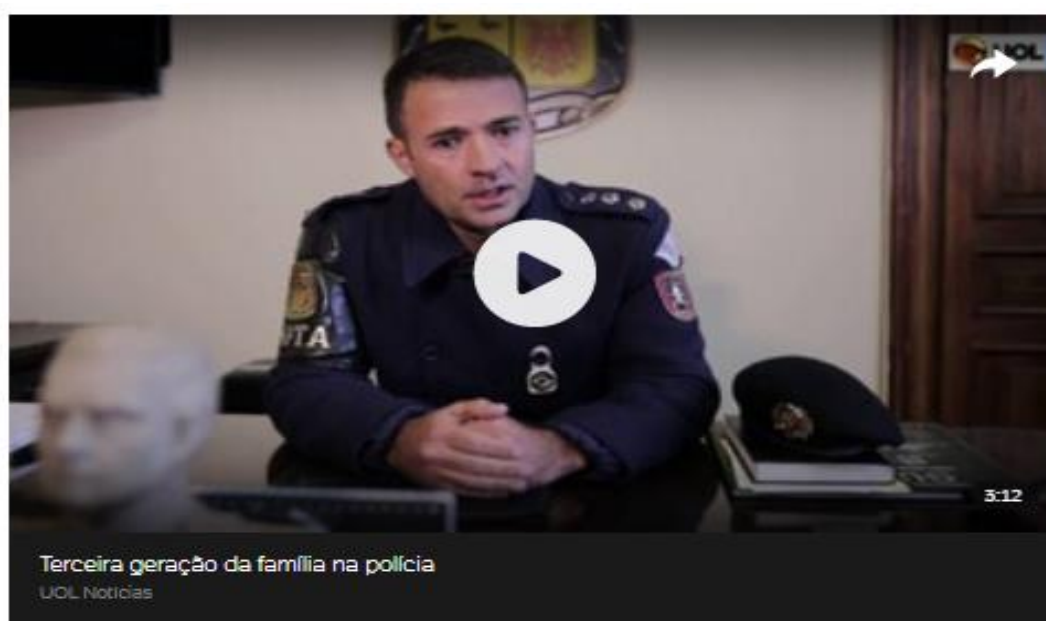


Mello Araújo vem de uma família de policiais militares. Ele representa a terceira geração de sua linhagem na PM de SP. "Meu pai aposentou como coronel da Polícia Militar - inclusive, comandou o Choque aqui em São Paulo. O meu avô entrou como soldado e saiu como coronel, na época da Força Pública - lutou na Revolução de 1932. Então, eu sou a terceira geração. O ser policial militar é sonho de criança", disse.

Pai de dois pré-adolescentes, o novo comandante da Rota afirma que está na PM "por idealismo". Ele deixou a família no interior, onde comandava um batalhão de oito cidades, para ficar à frente da Rota. Sem residência fixa na capital, ele acaba dormindo no próprio quartel do batalhão, um edifício histórico localizado no bairro da Luz, centro da cidade.

Caso um dos filhos, ou os dois filhos, sejam a quarta geração de policiais dos Mello Araújo, o novo comandante da Rota diz que vai apoiar. Mas que não coloca isso como pressão para os jovens. "Eu digo para eles que quero que escolham uma profissão para ser felizes. Uma profissão correta e digna. O que quero é que sejam felizes", afirmou.

No entanto, o comandante diz que teria medo. "Que pai não tem medo? Meu pai, policial militar aposentado, tem medo até hoje. Eu teria medo, porque sei que tem gente que quer matar policial militar. Mas é preciso confiar na felicidade deles [os filhos] e lá em cima [em Deus]", complementou.



Guerra urbana

A Rota é chamada para o enfrentamento. Quando o crime é grave. Segundo o novo comandante, o batalhão encara a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) diariamente. "Muitas das ocorrências que a Rota pega, envolvem o PCC. São membros da facção. Isso aí é um combate diário. E precisamos do apoio, não só da polícia, mas do Ministério Público, do Judiciário, da Polícia Federal e da população para esse enfrentamento", disse.

Para isso, Mello Araújo afirmou que a Rota é "uma tropa com policiais bem treinados, bem preparados, selecionados". Ele afirmou que a PM já realiza uma seleção prévia. "Nós fazemos ainda uma outra seleção. Então, a gente pode afirmar que a Rota é a tropa de elite da polícia paulista", disse. Segundo o novo comandante, "a Rota trabalha mais com repressão. Ela acaba fazendo o trabalho preventivo, mas trabalha muito com repressão".

Nos primeiros 20 dias à frente do batalhão, o novo comandante afirmou estar "à vontade e realizado". "Para quem sonha ser policial, a Rota é o sonho de consumo. É onde a gente tem liberdade, a tropa mais especializada. E a gente vai atuar nas ocorrências mais graves. A adrenalina é maior aqui na Rota. E isso é uma coisa que o ser humano procura", disse.

"Hoje a gente vê, às vezes, fazendo um parênteses aí, a pessoa quer saltar de paraquedas, ela quer mergulhar, vai surfar, que que é isso aí? É a adrenalina. Parque de diversão, que é aquela emoção. Só que o pessoal paga, né? Aqui a gente ganha para essa emoção. Só que é uma emoção de risco. E a gente tem que trabalhar com o risco controlado", afirmou.

Em meio à adrenalina, Mello Araújo afirma que aprendeu a conviver diariamente com o medo. "O medo existe. Se eu não tiver medo, eu morro. Então, a gente tem esse medo, mas ele deve ser controlado", afirmou.

E, segundo ele, esse medo não é repassado à população. "A população de São Paulo confia na Rota. Aplauda a Rota. Passamos confiança à população e medo aos bandidos. E queremos continuar passando medo aos bandidos. Eles têm que nos temer mesmo. Já o cidadão de bem, esse confia e não tem medo da Rota. Estamos aqui para assegurar que nada acontece ao cidadão de bem", disse.

"Salvar e proteger vidas"

Para ele, a diferença no tratamento tem como base a imprensa. "São cerca de 90 mil policiais militares. Se 1%, ou seja 900, erra, a imprensa não pode colocar a culpa na PM", disse. Segundo o Tribunal de Justiça Militar, há cerca de 200 policiais no Presídio Militar Romão Gomes.

"A população deve confiar na gente, porque a gente escolheu ser policial para salvar e proteger vidas, não o contrário", disse.

Mello Araújo diz querer terminar a carreira no comando da Rota. "Não sei quanto tempo vou ficar. Tem quem ficou mais de um ano, tem quem não ficou sete meses. A minha ideia é ficar aqui para fechar minha carreira com chave de ouro. Daqui, vou para casa".



- **Evento 4. PM. Episódio 2. Policial Militar x mulher grávida**

SEGURANÇA PÚBLICA

PM agride mulher grávida de cinco meses no interior de SP

Luís Adorno

Do UOL, em São Paulo

04/02/2020 17h50 Atualizada em 05/02/2020 11h39

[Grávida agredida por PM em São José do Rio Preto: PM agride mulher grávida de cinco meses no interior de SP \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/seguranca-pblica/noticias/2020/02/pm-agride-mulher-gravida-de-cinco-meses-no-interior-de-sp.htm)

Um policial militar foi flagrado, em vídeos, agredindo uma mulher grávida enquanto tentava imobilizá-la ao chão, em São José do Rio Preto, cidade a cerca de 490 quilômetros da capital paulista.

O caso ocorreu na tarde de hoje, na rua 19, que fica no bairro Santo Antônio. A mulher, que está grávida de cinco meses, foi agredida com um tapa no rosto. Ela ainda teve a barriga pressionada pelo joelho do policial e foi enforcada. Testemunhas pediam para que ela fosse liberada.

O policial foi identificado como Wesley Viana dos Santos, 34. À Polícia Civil, ele disse que a grávida o xingou de "filho da p... e de verme". Ao se aproximar da mulher, o policial disse ter sido agredido com um soco no peito, "havendo, assim, a necessidade de técnicas policiais e força para jogá-la ao solo".

A PM (Polícia Militar) informou que o policial foi [afastado do trabalho operacional](#) e que o caso será investigado por meio de um IPM (Inquérito Policial Militar). A Corregedoria investiga o caso. A Ouvidoria das Polícias acompanha as investigações. O governador [João Doria](#) (PSDB) informou, por meio do Twitter, que recomendou o afastamento do PM porque "existe protocolo a ser cumprido e as imagens indicam conduta totalmente inadequada do policial". Ele também disse que não deixará de "excessos" e "violência desnecessária".

Por meio de nota, a SSP (Secretaria da Segurança Pública) informou que "o comando do 17º Batalhão da Polícia Militar do Interior determinou o imediato afastamento do policial flagrado em desvio de conduta em abordagem a uma mulher grávida que resistiu à prisão durante uma ocorrência de tráfico de drogas nesta terça (4/2) em São José do Rio Preto".

A pasta também informou que a mulher foi encaminhada para exames médicos em uma unidade de saúde local.

Filmagem

Uma testemunha afirmou que a mulher foi contida porque, enquanto os PMs abordavam um suspeito de traficar drogas, desconfiaram que ela estava filmando. O ato de filmar, porém, não infringe nenhuma lei.

Enquanto as testemunhas pediam que ela fosse liberada, o PM afirmava que ela estava detida pelos crimes de desacato e de resistência. A mulher foi levada para a Central de Flagrantes, da Polícia Civil.

O ouvidor das polícias de São Paulo, Benedito Mariano, afirmou que vai enviar as imagens ao corregedor, Marcelino Fernandes, e solicitar, por ofício, que a Corregedoria avoque a apuração e determine o afastamento do policial.

Comentários

Brunna Xavier

22/02/2020 01h29

Ninguém sabe oq aconteceu antes , pra o policial agir assim, a mídia só sabe falar mal porque da audiência , se ele estava imobilizado ela na frente de todo mundo algo ela fez, ele não ia fazer isso se ela estivesse quieta na dela se estava com um suposto traficante boa coisa não é, não julguem sem saber o outro lado , vcs não estavam lá pra saber o que realmente aconteceu...

0 Responder Respostas (1)

Visitante

20/02/2020 08h30

Em nenhum momento o policial esta pressionando a barriga e sim o braço, também não está enforcando. Pelo motivo de estar grávida pode cometer delitos e não ser presa? Quanta hipocrisia.

2 Responder Respostas (2)

jairf1965

18/02/2020 16h31

Vi o vídeo, o policial está certo, correto, só porque está grávida, o que ela estava fazendo junto com traficantes? E porque estava grávida pagou pra ver , parabéns ao policial

4 Responder Respostas (3)

Jailson Lima de Bitencourt

09/02/2020 14h31

Direitos iguais, apanham iguais.

3 Responder

Golbers

08/02/2020 13h05

Dameres, presidente, séquitos: vcs revolucionaram mais uma vez a moralidade com sua hipocrisia. Mulheres do meu brasil, se quiserem abortar nao se desesperem, basta se aproximar de um PM durante uma abordagem e fazer contato visual. Ao inves de reprimenda vc ganha uma horda de comentarios na net dizendo q tinha q apanhar mesmo, e o resto com o minimo de humanidade vai ficar com pena. Ajudar o PM a extravasar sua raiva interior enqt aborta: todo mundo ganha!

4 Responder

the comentator

06/02/2020 16h51

PM não serve de nada. Tem que acabar isso aí.

1 Responder

Mané Joaquim dos Reis

06/02/2020 07h06

Se ela tivesse obedecido e respeitado o policial nada disso teria ocorrido. Eu gostaria de ver o vídeo todo, para saber omo essa mulher se comportou inicialmente. Colocaram só uma parte do vídeo e acusaram o policial. Policiais devem ser respeitados, afinal ele também saiu da sociedade. .

7 Responder Respostas (2)

La Bici Amarilla

05/02/2020 18h07

Vamos desenhar pra ver se alguns entendem: a essa altura, pouco importa o que mulher fez. Visivelmente, ele se excedeu. Se quer ser policial, tem de ter firmeza de caráter, serenidade - inclusive para digerir insultos, se for o caso, comedimento no uso da força e, sobretudo, conhecimento da lei. Quem falou que policial tem o direito de bater em alguém? Não tem. Eventualmente, ele pode conter alguém cuja atitude configure risco para outrém ou para ele próprio. Não foi o caso. Trata-se de um abuso sob todos os aspectos.

15 Responder Respostas (2)

Lucas Zuckado Dnv

05/02/2020 16h32

"Agrediu" foi pouco, ngm mandou ir pra cima primeiro.

5 Responder Respostas (2)

jlf9d2yp87ia

05/02/2020 15h47

O policial está emocionalmente despreparado (isso é fato), por mais infame que o comentário da mulher Grávida tenha sido o policial não deveria ter dado um tapa na cara dela. Vale observar que ao lado tem dois homens algemados do lado dela e provavelmente está mulher também deve ser suspeita de tráfico de drogas. se ela realmente estiver fazendo parte disso, coitado do filho que esta por vir.

6 Responder Respostas (1)

Jane Richarti

05/02/2020 14h38

Policial desequilibrado e sem preparo para o trabalho. Qualquer profissional da Segurança Pública deveria sentir vergonha com uma abordagem dessa....

9 Responder

Renan Contente

05/02/2020 14h23

Kkkkk. Julgar o trabalho policial com um vídeo aleatório fora de contexto é fácil. Se a mulher esta no chão sendo algemada, alguma coisa ela fez. (estar filmando é desculpa, no mínimo deve ter falado um monte pro policial, e se faz de vítima depois)

6 Responder Respostas (1)

ED Gomes

05/02/2020 14h10

Olhando a cena, já havia 2 "suspeito de trafico" algemado. Sendo educado com a polícia nada acontece.

5 Responder

Helio Rocha

05/02/2020 13h54

MESMO SENDO POLICIAL e HOMENS EM GERAL, NÃO PODE BATER EM MULHER, PRINCIPALMENTE GRÁVIDAS.... TOMARA QUE O NENE NÃO NASCE COM O TRAUMA DA ARMINHA COM OS DEDOS.... NADA JUSTIFICA A VIOLÊNCIA DESMEDIDA POR PARTE DE QUEM DEVERIA DAR O EXEMPLO DE BOA CONDUTA.

7 Responder

Mané Joaquim dos Reis

05/02/2020 10h43

Cadê a parte inicial do vídeo??? Será que o policial foi enérgico com ela, só porque ela estava grávida??? Ela não fez nada para que o policial fosse enérgico com ela??? Enfim era o dia dos policiais saírem agredindo mulheres grávidas inocentes??? kkkkkkk Temos que avaliar o caso completo.

6 Responder Respostas (2)

Cerncec ieduca

05/02/2020 10h09

Covardes.

6 Responder

Beloaitum

05/02/2020 09h49

Tenho certeza que ele não agrediu atoa Tem gente que não quer respeitar a autoridade e depois quer ter razão. no que faz

8 Responder Respostas (2)

CQDaniel

05/02/2020 09h23

O engraçado, qdo. é o bandidão ou o traficante, fica td. mundo pianinho, lembram-se do MC da leste?

6 Responder

fala quase nada

05/02/2020 08h36

e agora o errado é o policial.... se ele usou da força física, com certeza foi necessario....

7 Responder Respostas (1)

anabore

05/02/2020 08h21

A matéria deixa claro que a mulher é inocente e estava apenas gravando a ação. Um bando de sádicos safados que curtem ver mulher apanhar fica defendendo

agressor incondicionalmente. Filmar funcionário público em local público em atividade pública não é crime. Agredir é.

7 Responder

e1j3p56nl0kl

05/02/2020 07h57

Porque o título da matéria: Policial detém grávida que não quis obedecer a ordem de uma autoridade policial.....Ou mulher grávida pode matar, traficar

9 Responder Respostas (2)

4z2beqvieidq

05/02/2020 07h25

Quando é que a população vai aprender a respeitar a autoridade policial e não oferecer resistência? A polícia pediu, faz! Assim evita ações como esta!

6 Responder Respostas (2)

curtindo

05/02/2020 07h16

Qual o interesse de filmar abordagem de um traficante, era parente dela? trabalhava para ela? ela e advogada do traficante? se ela não tem nada haver com o traficante , esta grávida, entra para dentro de casa e deixa a policia trabalhar.

6 Responder Respostas (4)

Me contrate

05/02/2020 05h27

Se ele não mentiu (como muitos fazem) e ela realmente agiu da forma relatada, ele está sim 100% correto no procedimento ao combate repressivo à manolândia. E sobre a pança, ela é quem deveria pensar antes e se preocupar, ele não. Mas se ela não praticou nenhum ilícito penal então ele é que teve conduta criminoso enquadrada na nova "Lei de Abuso de Autoridade".

1 Responder Respostas (1)

kwe6s70e3cbt

05/02/2020 04h40

Se ela realmente chamou o policial de verme, caracteriza o lado ao qual ela pertence, inimigos da lei.

2 Responder Respostas (2)

Benne Itape

05/02/2020 00h33

Esse Bandido Fardado está sujando a imagem da corporação e do governo João Doria, ele tem que ser demitido a bem do serviço público e ser processado na esfera criminal, e que sirva de exemplo para que outros policiais não continuem agindo dessa maneira.

5 Responder

voteNULO

05/02/2020 00h25

POLICIA E POLITICOS QUE OS BRASILEIROS MERECEM...

3 Responder

Jânio Cássio

04/02/2020 23h52

Infelizmente esse bandido vestido de policial ira voltar as ruas para caças bandidos gestantes e desarmados que acabam com a segurança financeira dos empresario de "bem".

3 Responder

alexvegas

04/02/2020 23h32

Esse é o tratamento igualitário que as mulheres tanto pedem, não querem ser tratadas com igualdade, então toma! Ela desrepeitou o policial e estava resistindo a prisão, o policial está correto.

4 Responder Respostas (4)

João Paulo

04/02/2020 22h58

AS IMAGENS FALAM POR SI, QUE CENA TRISTE E DE CLARA OPRESSÃO, QUE PAÍS É ESSE!!!!

5 Responder

ALEX CASTRO

04/02/2020 22h49

A MULHER ACHA QUE POR ESTAR GRÁVIDA PODE AGREDIR UM POLICIAL. O QUE MOSTRA O VIDEO NÃO SÃO AGRESSOES, E SIM UM POLICIAL TENTANDO ALGEMAR UMA MULHER QUE A TODO MOMENTO RESISTE A PRISÃO, E O QUE QUEREM OS DEFENSORES DOS BANDIDOS, QUE O PM OFEREÇA ROSAS PARA ELA OBEDECER ???

7 Responder Respostas (3)

corvo

04/02/2020 22h49

Esta chamando ele de PM , isto não é um PM é um desequilibrado fardado, teria que estar fazendo serviço burocrático atras de uma mesa ou fora da corporação procurando emprego. aqui fora.

8 Responder

cidp

04/02/2020 22h28

Eita o povo tá ficando mais consciente, isso é bom.

1 Responder

Handyman Brown

04/02/2020 22h21

Monstro vestindo farda e representando a "lei". Esse eh o estado atual de Banania.

3 Responder

Periquito da Silva #CódigoBaquara

04/02/2020 22h01

Queria ver se fizessem isso com a muloher dele, se ele iria gostar. Lutam contra a legalização do aborto, e defendem uma atitude horrorosa dessas? Hipócritas! A mulher já estava imobilizada, e o crápula ainda bate NA CARA DELA! E com o joelho pressionando o feto! O feto! E se ela tem um aborto espontâneo alí mesmo??? Hem??? Seus monstros!!! Já aconteceram abortos espontâneos por muito menos do que isso!!! INDEFENSÁVEL!!!

7 Responder Respostas (2)

Xico Marinheiro

04/02/2020 21h53

Está cada vez mais difícil ser policial nesse país. O resultado é ruim para todos!

6 Responder Respostas (1)

alan clark

04/02/2020 21h53

Que absurdo... Imobilizar uma grávida negra e pobre só porque xingou, bateu no policial e resistiu à prisão... Volta pt

1 Responder Respostas (2)

Wgnr

04/02/2020 21h19

Moça de sorte... Poderia ter sido morta por esse assassino. Deve agradecer.

2 Responder

caneleiro

04/02/2020 20h53

Se ela respeitasse o policial tenho certeza que ele também iria respeitar a mulher grávida.

6 Responder Respostas (2)

Bryan Willi

04/02/2020 20h14

Isso aí não é homem, é um covarde. Tanto bandido pra prender e fica batendo em uma mulher grávida. Cadeia nele!

10 Responder

Natália De Oliveira Ramos

04/02/2020 20h04

O fato é o seguinte: tô vendo uma galera aí passando pano pra esse cara, dizendo "ah mas alguma coisa ela fez". Só que a questão é a seguinte: ele é um profissional (e não um segurança de boteco bagaceiro) pra agir assim! Existe o jeito correto e o errado de fazer uma abordagem e/ou apreensão. Ele tem que ter profissionalismo e bom senso, no mínimo! Bater palma pra esse tipo de ato covarde dá aval pra que eles ajam assim com todos, naturalizado o abuso policial contra qualquer civil. A gente sabe que isso tem acontecido cada vez mais, especialmente quando se é negro e pobre, o que só faz as pessoas terem ainda mais ódio de policial. Os bons profissionais pagam o pato por uns caras como esse aí, que envergonham e fazem desserviço à corporação. Deplorável.

13 Responder Respostas (3)

Olimipio

04/02/2020 20h03

Não se sabe o motivo, mas a primeira vista, ações como essa deste policial revoltam a todos que assistem o vídeo!!!!

5 Responder Respostas (2)

- **Evento 4. Episódio 3. G1 – 31/05/2020 às 08h12min.**

Morador de condomínio de luxo de SP suspeito de violência doméstica diz que ganha 'R\$ 300 mil' e xinga PM de 'lixo'; veja vídeo

'Aqui é Alphaville, mano', 'PM que ganha R\$ 1 mil', disse homem que ameaçou e ofendeu policiais militares em Santana de Parnaíba. Comerciante foi detido, mas acabou liberado após esposa desistir de representar contra ele na Delegacia da Mulher.

Por Kleber Tomaz, G1 SP — São Paulo

31/05/2020 08h12 Atualizado há uma hora



Suspeito de violência doméstica xinga PMs em Alphaville, na Grande SP

< https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/morador-de-condominio-de-luxo-de-sp-suspeito-de-violencia-domestica-e-detido-apos-ameacar-e-xingar-pm-de-lixo-veja-video.ghml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1&utm_content=post&fbclid=IwAR2qdKNCADJm0x98Cze0Ojhbq_XYgsRTDr58PyBqvLxL0TIMu_ApuRwOOdY >
31052020 1h21min

Um morador de **Alphaville**, condomínio de alto padrão na Grande São Paulo, que era **suspeito de violência doméstica contra a mulher** durante a quarentena, aparece num vídeo que circula nas redes sociais ameaçando agredir um policial militar, dizendo que ganha "R\$ 300 mil por mês", o chama de "lixo" e xinga ele e uma policial com palavrões em frente à sua residência, em Santana de Parnaíba (*veja as imagens acima*). Ele resistiu, mas foi detido. Depois acabou liberado.

O comerciante de 49 anos foi levado algemado na tarde de sexta (29) para a **Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)** da cidade, mas foi solto porque sua esposa, uma operadora bancária de 46 anos, não quis representar criminalmente contra ele naquele momento (apesar disso, ela tem prazo legal de até seis meses para fazer a representação). Em depoimento à Polícia Civil, o homem negou que tenha ameaçado a mulher e afirmou que não se lembra de ter ofendido os policiais.

O caso ocorreu em meio à pandemia do novo coronavírus, quando os números de casos de violência contra a mulher aumentaram em São Paulo durante o isolamento social, medida adotada pelo governo para evitar a propagação da doença (*leia mais abaixo*).

Na gravação do vídeo é possível ouvir as ofensas do homem aos PMs. As imagens viralizaram ao serem compartilhadas, causando indignação principalmente em policiais, que se manifestaram publicamente em grupos na web repudiando os xingamentos. Entre as coisas que o comerciante falou aos agentes da Polícia Militar estão:

- “Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um b* [palavrão]. Aqui é Alphaville, mano”;
 - “Você não me conhece”;
 - “Eu ganho R\$ 300 mil por mês”, “você é um m* [palavrão] de um PM que ganha R\$ 1 mil”;
 - “Eu vou te chutar na cara”, “tenho uns 50 caras pra enfrentar você”;
- As ofensas foram ditas principalmente a um **cabo da Polícia Militar (PM)**, de 43 anos, que foi ao local, na Alameda dos Tagetes, acompanhado de um **soldado da corporação**, de 36. Ambos foram de máscara atender ao chamado da moradora, que é casada com o comerciante.
- Numa das poucas falas ditas pelo PM no vídeo ao comerciante é possível ouvir: “Mas você não é homem de vim [sic]”.
 - Ao fim da gravação, o homem ainda xinga e a ponta a mão para uma policial feminina que estava atrás de um carro: “Você e essa p* [palavrão] do c* [palavrão]”.

Segundo os PMs, a esposa tinha dito que o marido estava violento e agressivo com ela após beber. De acordo com o registro do caso, feito na delegacia, a operadora telefonou para a Polícia Militar pedindo ajuda porque o comerciante “havia feito uso de bebidas alcoólicas, e durante o dia todo, a ofendeu com diversos xingamentos”. O casal está casado há 20 anos e tem dois filhos.

Ao chegarem ao local, os agentes da PM contaram que a mulher saiu de dentro da residência **com a filha no colo**, mas o homem também apareceu “totalmente alterado” e passou a ofender e ameaçar a equipe. A criança e a mulher presenciaram as ofensas na garagem. O cabo afirmou que “pediu calma” ao comerciante, mas “ele se recusava a conversar com os policiais e continuava a ofendê-los” da porta da casa...



PM tenta conversar com morador de Alphaville, na Grande São Paulo. Ele ofende o policial com xingamentos e dizendo que ganha R\$ 300 mil por mês — Foto: Reprodução/Redes sociais

Vídeo e ofensas

Veja abaixo parte do que foi dito no vídeo, que teria sido gravado por algum policial militar. Nas imagens que circulam nas redes sociais, o homem aparece falando no celular e pedindo ajuda a alguém, enquanto é observado pelos policiais. Durante a exibição do vídeo, eles não aparecem apontando as armas para o comerciante, que berra ao telefone:

“Um f* [palavrão] de um polícia de m* [palavrão]. Querendo invadir minha casa e me levar preso. Por favor, vem pra cá agora”, diz o homem no telefone.

Enquanto isso, a mulher dele diz algo ininteligível e sai da casa com a criança no colo, ficando na garagem. O comerciante fica parado na porta da casa falando ao telefone:

“Vem pra cá e me ajuda. Porque esse b* [palavrão]. Esse gordo f* [palavrão] tá achando que ele é o quê?”

Quando o policial militar parece caminhar, o comerciante grita e o ameaça de agressão:

“Não pisa na minha calçada. Não pisa na minha rua. Eu vou te chutar na cara, f* [palavrão]” e em seguida diz: “Você é um lixo, seu m*[palavrão]”.

Quando pede ajuda, o comerciante diz os nomes de duas pessoas que conheceriam ou seriam ligadas a pessoas envolvidas com segurança de algum lugar:

“Traz o segurança de segurança pública. Traz o secretário que você tem que trazer e leva esse f* [palavrão] da p* [palavrão] pra casa do c* [palavrão]”

Enquanto isso, o homem insiste que quer a saída do policial da frente da sua residência:

“Mas tira esse lixo da minha casa”, fala. “Eu quero ver [ininteligível] se não tenho uns 50 caras pra enfrentar você.”

Nesse momento, o agente da PM diz:

“Mas você não é homem de vim [sic]”.

E o comerciante responde:

“Eu não sou mesmo. Sabe por que? Porque você é um b* [palavrão]. Porque você é um m* [palavrão] de um PM que ganha R\$ 1 mil. Eu ganho R\$ 300 mil por mês”.

Policiais que assistiram ao vídeo e demonstraram indignação em grupos de Whatsapp disseram que o salário de um cabo da PM pode chegar a R\$ 4,5 mil.

Na última parte do vídeo, o comerciante volta a ofender o policial militar:

“Você não me conhece. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um b* [palavrão]. Aqui é Alphaville, mano”.

E pede para o PM se aproximar e depois o ameaça processá-lo na Justiça:

“E aí? Sobe aqui. Quero ver se você é macho de vir aqui. Você vai ver o processo que você vai responder na sua vida”.

Em seguida o vídeo termina com o homem xingando a policial:

“Você e essa p* [palavrão] do c* [palavrão]”.



Comerciante ficou falando ao celular enquanto xingava PM em Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo — Foto: Reprodução/Redes sociais

Secretaria da Segurança

Por meio de nota, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou ao **G1** que o comerciante foi “foi detido por ameaça, violência doméstica e injúria”.

No termo circunstanciado [TC] do caso constam os crimes de “desacato” e “resistência” contra o homem.

De acordo com a pasta, a mulher dele “contou à equipe que seu marido estava sob efeito de bebidas alcoólicas e durante todo o dia a ofendeu com diversos xingamentos na frente da filha.”

Ainda segundo a Secretaria da Segurança, o homem “começou a ofender toda a equipe da PM que estava no local, sendo necessário apoio de outra viatura para detê-lo e levá-lo à delegacia.”

“O caso foi registrado na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade, onde a vítima compareceu, mas optou por não representar criminalmente contra o companheiro. Ela foi orientada quanto ao prazo de seis meses para a representação”, informa trecho do comunicado da SSP.

Segundo a pasta, o comerciante não foi preso e acabou sendo libertado.



Segundo a PM, mulher de comerciante pediu ajuda porque marido tinha bebido e estava agressivo — Foto: Reprodução/Redes sociais

Comerciante

O **G1** não conseguiu localizar o homem, a mulher e os policiais militares para comentarem o assunto.

Em seu depoimento à Polícia Civil, o comerciante negou ter “ameaçado ou ofendido” a esposa, e disse que tudo “não passou de uma discussão entre casal”.

Ele contou ainda que a mulher “arremessou o controle remoto e outros objetos contra ele, mas que não chegou a machucá-lo”.

Quando ela chamou a PM, ele contou que “neste momento estava muito nervoso, e que não se lembra do ocorrido”. Respondeu ainda “não se lembrar” de ter ofendido os policiais.

- **Evento 4. Episódio 4. PM e mulher pisada no pescoço**
4.5.4.1. A notícia pelo UOL – 13/07/2020 à 1h36min

Policial pisa no pescoço de mulher negra e arrasta a vítima na zona sul de SP

Comerciante é atendida em hospital com ferimentos no rosto e nas costas e com a perna quebrada



COMPARTILHAMENTO ESPEC

[Policial pisa no pescoço de mulher negra e arrasta a vítima na zona sul de SP - 13/07/2020 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](#)

13.jul.2020 à 1h36Atualizado: 13.jul.2020 às 10h58

Bernadete Druzian

SÃO PAULO

Um policial pisou sobre o pescoço de uma [mulher negra](#), de 51 anos, durante uma confusão por causa de atividade comercial em um bar na zona sul de São Paulo, durante a [pandemia de Covid-19](#).

Um vídeo gravado por moradores, exibido pelo Fantástico, da TV Globo, no domingo (12), mostra uma sequência de [ações da Polícia Militar](#) durante uma ocorrência na tarde de 30 de maio, um sábado, em Parelheiros, por causa de um cliente cujo veículo estava com som em alto volume.

A dona do bar, viúva, com cinco filhos e dois netos, foi agredida por um dos policiais ao tentar defender um amigo, que foi dominado pela PM e estava imobilizado no chão. Ela afirma ter pedido ao policial para não bater mais no homem, que já estaria desfalecido e havia sido agredido com joelhadas no rosto.



Policial pisa no pescoço de mulher negra e arrasta a vítima
- Reprodução/Twitter

Um segundo policial, que estava armado e abordando outras pessoas, aproximou-se da mulher e a empurrou contra uma grade. A vítima diz ter sido agredida com três socos e derrubada com uma rasteira. Na queda, ela teria fraturado a tíbia, um osso da perna.

O vídeo não mostra essa parte da cena, mas na sequência, a mulher aparece deitada de bruços, no meio-fio, ao lado de um carro e sendo imobilizada por um policial militar que pisa em seu pescoço. O policial chega a apoiar todo o peso do corpo sobre a vítima.

Depois, o policial a algema e a arrasta até a calçada. No relato, a comerciante diz que desmaiou quatro vezes e que se debatia, mas a violência não parava. “Quanto mais eu me debatia, mais ele apertava a botina no meu pescoço”, contou.

Ainda segundo a reportagem, os policiais alegaram que foram atacados com uma barra de ferro e que estavam se defendendo. Eles registraram um boletim de ocorrência por desacato, lesão corporal, desobediência e resistência.

A comerciante foi atendida num hospital com ferimentos no rosto e nas costas e com a perna quebrada. Depois, foi levada para uma delegacia, onde ficou detida até o dia seguinte.

O governador João Doria declarou, na noite de domingo, por meio de redes sociais: “Os policiais militares que agrediram uma mulher em Parelheiros, na capital de SP, já foram afastados e responderão a inquérito. As cenas exibidas no Fantástico causam repulsa. Inaceitável

a [conduta de violência](#) desnecessária de alguns policiais. Não honram a qualidade da PM de SP”.

18

Ato Vidas Pretas Importam, em Cidade Tiradentes



Manifestantes carregam cartazes com nomes de jovens mortos em ações policiais, durante o Ato Vidas Negras Importam, em Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo Bruno Santos/Folhapress

- **Evento 4. Episódio 5. Charge FSP em 06/02/2020**

Fonte: < [Acervo Digital - Folha de S.Paulo](#) >



- Episódio 6. Charge - 30/05/2020 às 09h33min

[Cartunista expõe a diferença entre Alphaville e Alphavella \(diariodocentrodomundo.com.br\)](http://diariodocentrodomundo.com.br)



- Episódio 7. Charge FSP em 16/07/2020

[Acervo Digital - Folha de S.Paulo](#)

